Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

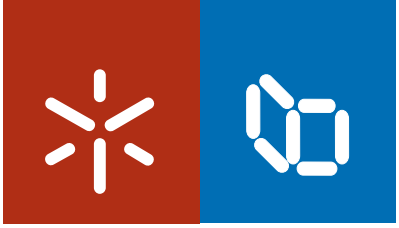
Bernardo Sipiali Sacanene

Análise do Funcionamento dos Angolanismos no Léxico do Português

dezembro de 2020

Bernardo Sipiali Sacanene **Análise do Funcionamento dos Angolanismos no Léxico do Português**

UMinho | 2020



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Bernardo Sipiali Sacanene

Análise do Funcionamento dos Angolanismos no Léxico do Português

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Ciências da Linguagem
Especialidade em Linguística Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Álvaro Iriarte Sanromán

dezembro de 2020

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição

CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Álvaro Iriarte Sanromán, pela orientação, pela amizade e, por aquele majestoso e impagável gesto, aos 29 de maio de 2017, meu primeiríssimo dia em Braga e no ILCH, a minha sempiterna gratidão.

Ao Governo angolano que através do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (INAGBE) tornou possível a realização do meu projeto de Doutoramento.

À direção geral da Escola Superior Pedagógica do Bengo, nas pessoas do ex-diretor Prof. Doutor João Boaventura Ima Panzo e do atual, Prof. Doutor Isaías Simão, pela dispensa e compreensão.

Ao Prof. Doutor Alexandre Mavungo Chicuna pela amizade e incentivo. Ao Prof. Doutor Carlos Pazos-Justo, pelas conversas e incentivos nos almoços às sextas-feiras. Aos membros da Rede Galabra de uma forma especial à Prof. Doutora María Felisa G. Rodriguez Prado pela solidariedade em partilhar as referências bibliográficas.

À Prof. Doutora Idalete Dias, pelas explicações sobre XML e pelas aulas de Informática Aplicada. Ao Prof. Doutor José João de Almeida, pelas aulas de Fundamentos e Processamento da Linguagem Natural e de Projeto Integrado I e pelas conversas sobre as línguas angolanas.

Ao Prof. Doutor Alberto Simões, pelo Seminário de Lexicografia Digital, pelo acesso à base de dados do DLPC, pelas dicas sobre o UBUNTU e pela forma rápida com que respondia aos meus emails, muitas vezes, ao domingo.

Um agradecimento especial à Luty Lopes por me lembrar para voar sempre que as minhas asas se esquecessem de o fazer. À Orquídea Cadilhe, pela revisão linguística do texto. Ao colega e amigo MSc. Serafim Muenho, pela partilha de assuntos relacionados aos "molhos sintáticos e lexicográficos"; à MSc. Filipa Carla Cónego Jacinto Ferreira, a vida, às vezes, é isso e mais alguma coisa. Tens o meu apoio; à Raquel Alves, pelos apoios; ao MSc. Kiala Vanga, pela amizade e por ter feito um ótimo trabalho na minha ausência; aos meus amigos do bairro Prof. Doutor Eliseu Chipaco, Jacinto Tulumba, Francisco A. Luís e António Hamute; ao Jorge Fabara Espin pelos momentos em que partilhamos o Boeing 577-RUST. A todos e a todas, obrigado por tornarem suave a minha presença em Braga.

Aos Sacanene e as Sacanene, o meu muito obrigado *ab imo pectore.*

DEDICATÓRIA

Mamã, (e papá em memória) CONSEGUI!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Análise do Funcionamento dos Angolanismos no Léxico do Português

O presente estudo traz à discussão a análise do funcionamento de unidades lexicais oriundas das línguas bantu em uso no léxico do português. Problemas ligados à forma como estas unidades estão definidas, à informação enciclopédica-cognitiva e à pragmático-contextual, ao tipo de funções comunicativas, à cobertura da pesquisa reversa e à análise das polaridades nas aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses foram aqui abordados.

Consideramos angolanismos as unidades lexicais, dicionarizadas ou não, provenientes das línguas bantu faladas em Angola em uso no léxico do português. O surgimento dos angolanismos decorre do contacto entre o povo angolano e o português e como resultado desse contacto várias unidades entraram para o léxico do português. Algumas dessas unidades foram classificadas de acordo com a sua etimologia, o que nos fez pensar na representatividade dos quimbundismos, umbundismos e quiconguismos nas referidas obras lexicográficas. A maior representatividade de uma língua em detrimento de outras parece dever-se ao facto de haver uma estreita relação entre a língua e o poder.

A recolha dos angolanismos nos dicionários foi feita, sempre que possível, mediante a técnica de pesquisa reversa (extração a partir de uma palavra ou combinação de palavras de informações num dicionário) e em publicações *online* através da pesquisa avançada de Google + seleção da língua (portuguesa) + país (Angola). Os resultados da pesquisa reversa permitiram identificar os problemas da definição, o tipo de marca lexicográfica atribuída a cada unidade definida e facilitar a procura de contextos para a descrição das funções comunicativas com angolanismos.

Para a análise da polaridade, positiva, negativa ou neutra, nas aceções marcadas como angolanismos, usamos o módulo de análise de sentimentos do LinguaKit (um pacote de ferramentas para o Processamento da Linguagem Natural (Gamallo & García, 2017)). O cálculo foi feito no UBUNTU, por via de uma comparação entre os ficheiros com_angol.txt e sem_angol.txt o que permitiu aferir que há mais palavras negativas nos ficheiros com_angol.txt e menos positivas ao passo que nos ficheiros sem_angol.txt há mais palavras positivas que negativas.

Palavras chave: angolanismos, dicionários contemporâneos portugueses, léxico, PLN, polaridade.

ABSTRACT

Analysis of the Functioning of Angolanisms in the Portuguese Lexicon

The present study discusses the analysis of the functioning of lexical units from the Bantu languages used in the Portuguese lexicon. Problems related to the form of the way these units are defined, the encyclopedic-cognitive as well as the pragmatics-contextual ones, the labeling of the type of communicative functions, the coverage of reverse engineering and the polarities in the meanings marked as Angolanisms in contemporary Portuguese dictionaries have been discussed here.

We consider Angolanisms the lexical units dictionized or not from the Bantu languages spoken in Angola in use in the Portuguese lexicon. The emergence of angolanisms stems from the contact between the Angolan people and the Portuguese and occurs as ~~a~~ result of the contact of a variety of units have entered the lexicon. Some of these units were classified according to their etymology, which made us think about the representativity of the Quimbundisms, Umbundisms and Quiconguisms in the referred lexicographical works. The greater representativeness of one language at the expense of others was due to the fact that there was a close relationship between language and power.

The Angolanisms in dictionaries were collated, where applicable, through the reverse engineering technique (extraction from a word or word combinations of information in a dictionary) and in online publications through Google advanced search + language selection (Portuguese) + country (Angola). The results of the reverse engineering technique enabled the identification of the problems of definition, the type of lexicographic label assigned to each defined unit and to facilitate the search for contexts for the description of communicative functions with Angolanisms.

For the analysis of polarity, positive, negative or neutral in the meaning labeled as Angolanisms, we use the Linguakit sentiment (a package of tools for Natural Language Processing (Gamallo & Garcia, 2017)). The calculation was done in UBUNTU, by comparing files with_angol.txt and without_angol.txt which, allowed us to gage that there are more negative words in files with_angol.txt and less positive ones while in another file there are more positive than negative ones.

Keywords: angolanisms, lexicon, NLP, polarity, Portuguese contemporary dictionaries.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS iii
DEDICATÓRIA iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE iv
RESUMO v
ABSTRACT vi
ÍLISTA DE FIGURAS xi
LISTA DE TABELAS xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS xiii
0. INTRODUÇÃO 1
0.1. Objetivos da investigação 2
0.2. Procedimentos metodológicos 6
0.3 Organização do estudo 7
PARTE 1. LÉXICO, VARIAÇÃO E MUDANÇA 10
CAPÍTULO 1 LÍNGUAS EM CONTACTO 10
1.1. Unidades lexicais de origem portuguesa no umbundo 17
1.2. Unidades lexicais de origem portuguesa no quicongo 18
1.3. Unidades lexicais de origem portuguesa no quimbundo 20
1.4. Unidades lexicais de origem bantu no português 20
1.5. Caraterísticas das línguas em contacto 23
1.5.1. A existência de prefixos substantivais que marcam a oposição entre o singular e o plural 24
1.5.2. Outras caraterísticas gramaticais: 27
1.6. Línguas em contacto e línguas em conflito 29
1.6.1. Decreto de Norton de Matos 31
1.6.2. Resolução nº3/87 do Conselho de Ministros 32
1.7. Causas do abandono das línguas angolanas 32
1.8. Tipos de contacto 35
1.8.1. Substrato 35
1.8.1.1. Substrato pré-indo-europeu 38
1.8.2. Superstrato 39
1.8.3. Adstrato 41
Capítulo 2 BILINGUISMO, DIGLOSSIA E LÍNGUAS EM CONFLITO 47
2.1. Bilinguismo e multilinguismo 47
2.2. Bilinguismo, diglossia e línguas em conflito 51

2.2.1. Diglossia segundo Ferguson (1959) 52
2.2.3. Diglossia segundo Fishman (1967) 55
Capítulo 3 EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO 62
3.1. O conceito de empréstimo 62
3.2. Formas de empréstimos 70
3.3. Conceito de *Code-Switching* 73
3.3.1. *Code-Switching:* Metodologia de recolha de dados 76
Capítulo 4 PANORAMA LINGUÍSTICO DE ANGOLA 83
4.1. O português em Angola. Condicionamentos socio-históricos 84
4.1.1. Período colonial 85
4.1.2. Período pós-colonial 89
4.2. Caraterísticas da variedade angolana do português 93
4.2.1. Aspetos fónicos 99
4.2.1.1. A redução de alguns ditongos 101
4.2.1.2. A neutralização da oposição fonológica /a/-/ɐ/ 102
4.2.1.3. A realização da vogal central nasal como aberta [ã] e não como semifechada [ɐ̃], como no sistema vocálico do PE 103
4.2.1.4. A tendência para o abaixamento da vogal em posição tónica 103
4.2.1.5. Não sofre elevação e centralização em posição átona 104
4.2.1.6. O [ɨ] realiza-se unicamente em posição átona final. 104
4.2.1.7. A tendência de estabelecer a sequência silábica consoante-vogal como estrutura típica da sílaba 104
4.2.1.8. A não distinção entre as pretónicas abertas e as fechadas 106
4.2.1.9. A dificuldade em pronunciar a consoante [r] / [R] 106
4.2.1.10. A monotongação 108
4.2.2. Aspetos lexicais 109
4.2.3. Aspetos morfossintáticos 114
4.3. O umbundo, o quimbundo e o quicongo 121
4.3.1. Das migrações bantu ao plurilinguismo angolano 121
4.3.2. Línguas bantu angolanas 123
4.3.2.1. A língua umbundo 127
4.3.2.2. A língua quimbundo 129
4.3.2.3. A língua quicongo 130
4.4. Política linguística em Angola 131
4.5. Política linguística colonial em Angola 132

4.6. Política linguística pós-colonial em Angola 134
4.7. Estatuto da língua portuguesa em Angola 138
4.8. Relação das línguas angolanas com as igrejas e o poder 139
4.8.1. Relação das línguas angolanas com as igrejas 141
4.8.2. Relação língua e poder 142
4.8.3. Línguas angolanas e a diplomacia 145
PARTE 2 OS ANGOLANISMOS NO LÉXICO DO PORTUGUÊS 148
Capítulo 5 O TERMO E O CONCEITO DE ANGOLANISMO 148
5.1. Precursores dos angolanismos 152
5.2. Traços de angolanismos em textos de escritores nacionais 155
5.3. Angolanismos necessários e angolanismos desnecessários 158
Capítulo 6 AS LÍNGUAS ANGOLANAS NA LEXICOGRAFIA DA ERA DIGITAL 163
6.1. Angolanismos nos Dicionários Contemporâneos Portugueses 163
6.2. A metalexicografia com os angolanismos 164
6.3. As línguas angolanas na era digital: *calela ca sava* 166
6.4. As línguas angolanas e os *corpora* 169
6.5. Ferramentas de PLN para as línguas bantu 171
6.6. A consolidação dos dicionários 173
Capítulo 7 ANÁLISE DOS ANGOLANISMOS NOS DICIONÁRIOS CONTEMPORÂNEOS PORTUGUESES 175
7.1. Levantamento dos angolanismos: a pesquisa reversa 176
7.1.1. No Aulete Digital 177
7.1.2. No DLPC 179
7.1.3. No Houaiss 182
7.1.4. No Michaelis 184
7.2. A etimologia dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses: problemas 185
7.2.1. Quadro comparativo sobre a origem dos angolanismos 189
7.2.2. Marcas de uso referentes aos domínios dos angolanismos nos dicionários portugueses 190
7.2.3. Angolanismos com outras origens 194
7.2.4. Angolanismo que não correspondem à marcação atribuída 197
7.3. A definição dos angolanismos nos dicionários portugueses 199
7.4. Angolanismos em estruturas multipalavra 205
7.4.1. Frasemas completos 209
7.4.2. Semi-frasemas 210

7.4.3. Quase-frasemas 211
7.5. Funções comunicativas com angolanismos 213
7.6. A representatividade dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses 215
7.7. A tradição gráfica das línguas angolanas e os dicionários 216
Capítulo 8 POLARIDADE DOS ANGOLANISMOS NOS DICIONÁRIOS CONTEMPORANEOS PORTUGUESES 220
8.1. Os angolanismos e suas conotações 220
8.2. Descrição dos preconceitos nos dicionários contemporâneos portugueses 222
8.3. A marcação lexicográfica dos preconceitos nos dicionários 228
8.4. Estudo da polaridade dos angolanismos nos Dicionários Portugueses 230
8.4.1. O conceito de polaridade no PLN 230
8.4.2. Orientação semântica dos angolanismos multipalavra 239
8.4.3. Descrição do procedimento de análise da polaridade 243
8.4.4. Resultados da análise da polaridade 247
CONCLUSÕES 252
TRABALHOS FUTUROS 255
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 256
Dicionários 256
Bibliografia geral 257
Web grafia 267
ANEXOS 269
Anexo 1 – Contexto de função comunicativa com angolanismos: Jornal de Angola 269
Anexo 2 – Contexto da função comunicativa com angolanismos: jornal O País 269
Anexo 3 – Contexto da função comunicativa com angolanismos em obra literária: de rios velhos e guerrilheiros de Vieira (1996) 270
Anexo 4 – Contexto da função comunicativa com angolanismos na obra Predadores de Pepetela (2005) 270

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Extensão semântica do verbo pôr em contexto angolano. 21
Figura 2 Mapa das línguas de Angola 125
Figura 3 O género dos angolanismos. 174
Figura 4 Resultados da pesquisa reversa no Houaiss 182
Figura 5 Angolanismos por línguas nos dicionários contemporâneos portugueses 186
Figura 6 Angolanismos e as marcas lexicográficas 187
Figura 7 Angolanismos por domínios 192
Figura 8 Análise dos angolanismos com outras origens 197
Figura 9 Quissângua/quiçângua e quitoto no DLPC 200
Figura 10 Camundongo no DLPC. 201
Figura 11 Proposta de atualização do verbete camundongo no DLPC 202
Figura 12 Alambamento no Aulete Digital 203
Figura 13 Cambuta no Aulete Digital 203
Figura 14 Cambuta no Michaelis 204
Figura 15 Sele no Houaiss 204
Figura 16 Quimbondo no DLPC 204
Figura 17 Bailundos no Infopédia 227
Figura 18 Bailundos no Dicionário da Porto Editora 228
Figura 19 Bailundos no Dicionário Priberam 228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Prefixos substantivais da língua umbundo 24
Tabela 2 Prefixos substantivais da língua quicongo 25
Tabela 3 Prefixos substantivais da língua quimbundo 26
Tabela 4 Processo de lexicalização (formação de verbos) 28
Tabela 5 Processo de lexicalização (formação de nomes) 28
Tabela 6 Angolanismos com a estrutura do plural das línguas de partida 28
Tabela 7 Angolanismos lexicalizados com os prefixos substantivais das línguas de partida 29
Tabela 8 Processo de emparelhamento da língua umbundo 75
Tabela 9 sistema vocálico do PE 102
Tabela 10 sistema vocálico do PA 102
Tabela 11 Estrutura silábica das línguas angolanas 105
Tabela 12 Realização da consoante /r/ 108
Tabela 13 Prefixos de uma língua angolana a uma base portuguesa 110
Tabela 14 Antropónimos aportuguesados 111
Tabela 15 Topónimos aportuguesados 111
Tabela 16 Nomes da gastronomia aportuguesados 112
Tabela 17 Nomes da área da medicina aportuguesados 112
Tabela 18 Neologismos semânticos 114
Tabela 19 Dados das línguas faladas em Angola 125
Tabela 20 Angolanismos desnecessários 162
Tabela 21 Comparação das aceções de unidades lexicais nas variedades angolana e portuguesa 170
Tabela 22 Resultados da pesquisa reversa dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses 177
Tabela 23 Angolanismos no Aulete Digital 178
Tabela 24 Angolanismos no DLPC 179
Tabela 25 Angolanismos no Houaiss 183
Tabela 26 Angolanismos no Michaelis 185
Tabela 27 Comparativos da etimologia dos angolanismos nos dicionários 189
Tabela 28 Angolanismos em estruturas multipalavra 206
Tabela 29 Representatividade dos angolanismos por línguas 216
Tabela 30 Variação gráfica e etimológica de funje nos dicionários 217
Tabela 31 Angolanismos no DLPC e a polaridade por associar a partir das definições 238
Tabela 32 Angolanismos com polaridades positivas e com polaridades negativas 239
Tabela 33 Modelo de anotação do corpus 242
Tabela 34 Análise de palavras positivas, negativas e neutras em ficheiros com_angol.txt 245
Tabela 35 Análise de palavras positivas, negativas e neutras em ficheiros sem_angol.txt 246
Tabela 36 Dados do DLPC 248
Tabela 37 Dados do HOUAISS 248
Tabela 38 Dados do AULETE DIGITAL 249
Tabela 39 Dados do MICHAELIS 250
Tabela 40 Dados da soma de todos os dicionários 250

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

/db/ – Data base
[-] polaridade negativa
[+] polaridade positiva
<Angol>/ <Angola> com marca Angola
<kik> com marca quicongo
<kimb> com marca quimbundo
<umb> com marca umbundo
ALL – Academia Angolana de Letras
Ang./Angol. –Angola
AO – Acordo ortográfico
Art. – Artigo
CA – *Corpus* África
CPLP – Comunidades de Países de Língua Portuguesa
CRA – Constituição da República de Angola
Cor_LA – Corpus das línguas angolanas
DEPR. – Depreciativo
DEHLP – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa
DLPC – Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea
DPLP – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
DRA – Dicionário de Regionalismos Angolanos
FLUAN – Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
ILN – Instituto de Línguas Nacionais
INE – Instituto Nacional de Estatística
INIDE – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação
L1 – Língua primeira
L2 – Língua segunda
LBSEE – Lei de Bases do Sistema de Educação e de Ensino
LN – Língua Nacional
LP –Língua Portuguesa
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
Orig. Obsc. - Origem obscura
PA – Português de Angola
PB – Português Brasileiro
PE– Português Europeu
PEJ. – Pejorativo
PLN –Processamento da Linguagem Natural
PM – Português de Moçambique
Pt. – Português
Quic. – Quicongo
Quimb. – Quimbundo
SADC – Southern African Development Community
UEA – União dos Escritores Angolanos
Umb. – Umbundo
UNITA – União Nacional de Independência Total de Angola

0. INTRODUÇÃO

Não bastará falar do português em Angola se antes não forem traçadas as bases sólidas que sistematizem a "nova forma de expressar", limando e descrevendo teorias à volta do que se diz. Com o objetivo de analisar alguns aspetos do português, propusemo-nos, neste trabalho, que traz como título *Análise do funcionamento dos angolanismos no léxico do português,* enquadrado nas Ciências da Linguagem, área de conhecimento da Linguística Aplicada no domínio da Lexicologia e da Lexicografia, descrever as unidades lexicais oriundas das línguas bantu em uso no léxico português.

O português falado em Angola distancia-se de outras variedades faladas noutros lugares. Assim sendo, além dos fatores diastrático, diafásico e diatópico que alteram, consideravelmente, uma língua, há na realidade angolana um elemento novo, designadamente: a introdução de unidades lexicais das línguas angolanas. Esses angolanismos no português seriam, então, produto de vários substratos linguísticos, neste caso as línguas bantu faladas em Angola, produto da ocupação portuguesa da região.

Com efeito, apoiando-nos nos dicionários existentes e na metalexicografia ou lexicografia teórica, pretendemos estudar o funcionamento de cada unidade oriunda das línguas angolanas de origem bantu em uso no léxico do português. Estas unidades lexicais aqui designadas por angolanismos são aquelas que têm origem nas línguas angolanas e ocorrem no léxico do português falado em Angola.

Por razões de ordem metodológica, restringimo-nos a três línguas, de acordo com a predominância de uso, nomeadamente: umbundo, quicongo e quimbundo. A representatividade dessas línguas nas obras lexicográficas e a sua dimensão no panorama linguístico (INE, 2016) serviram de critério para a escolha. Deste modo, os principais aspetos a ter em conta serão: o levantamento dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses, as transformações que aqueles sofreram na sua inclusão nestas obras, a análise da definição e o tipo de polaridade que veiculam.

Este estudo sobre angolanismos surge para dar respostas a alguns dos problemas que as unidades das línguas angolanas em uso no léxico do português apresentam. Tais são:

marcações lexicográficas, representação gráfica e problemas na definição. Pensamos que a criação de *corpora* das línguas angolanas será uma forma não apenas de consolidação das unidades já dicionarizadas como também um instrumento que vai ajudar nos primeiros passos para a aplicação de técnicas de processamento da linguagem natural na descrição dos angolanismos no português, mas também na descrição e análise do umbundo, quicongo e quimbundo, o que poderá permitir o uso pleno de ferramentas como Lingua*Kit* e IRaMuTeQ, por exemplo.

0.1. Objetivos da investigação

Quando se fala sobre o léxico do português em Angola reduz-se a abordagem à incorporação das unidades lexicais das línguas angolanas no do português, resultante de uma tradição que acompanhou este processo desde o século XV até aos nossos dias. Reconhecemos que seja a incorporação um dos fundamentos, como vários estudiosos referiram e, para dar corpo ao trabalho, preferimos começar por apontar o trabalho de Vázquez Cuesta e Luz (1971, p. 145) que diz o seguinte:

> (...) a influência das línguas negras sobre o português de Angola e Moçambique foi, no entanto, muito leve, podendo dizer-se que abrange somente o léxico local. Pelo contrário, dia a dia, com a incorporação de negros e mestiços na civilização europeia, sente-se aumentar a influência do idioma luso sobre os indígenas.

Ou ainda as referências de Miguel (1989), ao considerar que no período da evolução da língua portuguesa, no capítulo das contribuições, são reconhecidamente imensas as contribuições linguísticas do negro ao português nas unidades lexicais de origem africana e, muitas vezes, sem um estudo muito profundo, como se África tivesse uma única língua.

A descrição apresentada por Neto (1992, p. 517) sobre a expansão da língua em África aponta para

> (...) a coexistência de três vocabulários: o português falado pelos portugueses entre si; o bundo, pelos negros entre si; e um intermédio, a que chamaremos mestiço ou crioulo, usado nas relações dos negros com os brancos, também

> pelos estrangeiros quando se querem entender com portugueses ou com negros.

Por aí se pode entender o processo de entrada de unidades das línguas africanas no português, porém a grande preocupação é que hoje já não se justificaria analisar a simples entrada, precisa-se ir além desse tipo de análise.

No contexto em reflexão existem, para o domínio do léxico, estudos feitos por Ribas (2014), uma obra importante por ser uma das pioneiras referências lexicográficas que apresenta a descrição de unidades das línguas bantu em uso no léxico do português falado em Angola. De igual modo Mingas (2007) apresenta uma inventariação de interferências lexicais do quimbundo no português e ainda de significativas alterações fonológicas e morfossintáticas que se operaram nas palavras e frases do quimbundo ao serem lexicalizadas pelo português falado em Luanda, cujos desvios em relação à norma padrão europeia são cada vez mais relevantes.

Os traços conducentes a um estudo mais especializado sobre a formulação de teorias à volta dos aspetos teóricos da lexicografia angolana começam a dar os primeiros passos com os trabalhos de Chicuna (2015), que analisa os fenómenos linguísticos resultantes do contacto entre a língua portuguesa e a língua kiyombe, nomeadamente: o aportuguesamento - processo de integração de unidades lexicais do Kiyombe na língua portuguesa e a quiombização – processo de integração de unidades lexicais de outras línguas no kiyombe. A proposta de Chicuna (2015) é a de apresentação dos portuguesismos nas línguas bantu, resultante do contacto permanente com o português e, por via desta integração, a adaptação de vocábulos de origem portuguesa ao sistema linguístico kiyombe e a posteriori elaboração de um dicionário.

Costa (2015), por via da constituição do corpus de umbundismos, propõe a criação de um dicionário com vista à fixação e à inovação do léxico da variante do português angolano.

O trabalho de Silva (2015), enquadrado na lexicografia e terminologia, lança bases para um estudo sobre a lexicografia angolana assistida por computador ao propor um modelo de e-dicionário bilingue português-kimbundu em saúde. Este trabalho é uma referência, porque, além dar pistas para o desenvolvimento de metodologias para a adequação das línguas angolanas à era digital com a construção de ferramentas como tradutores automáticos e outros, é muito útil para a consolidação dos dicionários.

Este trabalho encerra em si a necessidade de analisar as unidades lexicais oriundas das línguas angolanas presentes no português.

A questão da designação línguas angolanas e línguas nacionais é controversa. Para Mingas (2007) línguas nacionais são aquelas de origem africana e faladas no país e, neste trabalho optamos pela designação línguas angolanas, ao invés de línguas nacionais, tal como aparece na Constituição da República (Cfr. *Constituição da República de Angola*, 2010), de modo a desviar dos problemas que a escolha da designação línguas nacionais pode causar.

Um dos resultados do contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas foi a transferência do léxico das duas partes, isto é, palavras das línguas angolanas no português e vice-versa.

O processo de análise dos angolanismos deve, como já foi dito, ir além da pura incorporação vocabular. É claro que esse processo é parte, mas é altura de se traçarem metodologias que resultem em teorias que envolvam a abordagem lexicológica e lexicográfica dos angolanismos. Esta é a proposta que trazemos para este estudo e deste modo, elegemos como objetivo geral deste trabalho o seguinte:

> Fazer um estudo lexicológico e lexicográfico das unidades lexicais do português fruto do contacto com as línguas angolanas.

O nosso objetivo será aprofundar algumas das reflexões que se debruçaram sobre os estudos anteriores, mas também centrar-nos em aspetos mais específicos, não recolhidos nos estudos anteriores referidos, em particular:

a) Aspetos relativos à dicionarização das unidades oriundas das línguas angolanas;

b) Questões relativas à marcação enciclopédico-cognitiva (Iriarte, 2001) dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses;

c) O problema de cobertura da pesquisa reversa com os angolanismos na base de dados do DLPC, no Houaiss, no Aulete Digital e no Michaelis;

d) O uso de angolanismos em determinadas funções comunicativas: dar candando, mandar candando (para cumprimentar), benguelecar alguém (fórmula de cortesia para despedir-se de alguém);

e) A polaridade dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses.

Para o estudo da dicionarização dos angolanismos elegemos como objetivos específicos:

- Identificar e inventariar os angolanismos registados nos dicionários contemporâneos portugueses;

- Refletir sobre uma possível uniformização da escrita dos angolanismos inventariados;

- Estudar como é feita a dicionarização dos angolanismos na lexicografia portuguesa;

- Estudar, do ponto de vista da polaridade (Freitas, 2013, p. 1040), o conteúdo das definições, exemplos e abonações dos dicionários contemporâneos portugueses das aceções marcadas com as marcas <*Angol*>, <kik>, <kimb> e <umb>;

- Construir uma lista de angolanismos e anotá-la de acordo com o tipo de polaridade que veiculam;

- Dar os primeiros passos na criação de recursos e ferramentas de PLN para o estudo e descrição das línguas angolanas.

Para o estudo do funcionamento dos angolanismos no léxico do português observaram-se as diversas fases por que passaram cada uma dessas unidades desde os contactos entre o povo português e o angolano até às formulações de eventuais teorias para explicar os fenómenos existentes. Entretanto, não é o problema do contacto que constitui o principal ponto de reflexão, mas sim o levantamento de unidades lexicais das línguas angolanas, com realce para o quimbundo, quicongo e o umbundo, nos dicionários contemporâneos, a representatividade e a razão da supremacia, de uma língua em detrimento de outras, o seu impacto no léxico e, fundamentalmente, a reflexão sobre o tipo de polaridade veiculada por cada um dos angolanismos definidos nos dicionários selecionados.

Para isso formulamos as seguintes hipóteses de partida:

1. A maior parte dos angolanismos dicionarizados é de origem quimbundo;

2. A recolha preferencial, nos dicionários de língua portuguesa, de angolanismos provenientes de um determinado grupo etnolinguístico está mais relacionada com questões de poder político do que com o número de falantes;

3. O tratamento gráfico não é uniforme, mesmo para unidades lexicais com a mesma etimologia;

4. Os preconceitos ou estereótipos racistas presentes nos dicionários estão baseados num pequeno grupo de casos.

0.2. Procedimentos metodológicos

Para o estudo sobre o funcionamento dos angolanismos utilizaremos vários procedimentos quer para a recolha dos dados, bem como para o tratamento dos mesmos.

Para a recolha dos dados foram considerados apenas angolanismos com origem nas línguas angolanas umbundo, quicongo e quimbundo.

Foram utilizados cinco dicionários contemporâneos portugueses: (DLPC, Houaiss, Aurélio, Aulete Digital e Michaelis)

- Aulete, F. J. C. (1987). Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Editora Delta. 5ª edição brasileira, revista, actualizada e aumentada por Hamílcar de Garcia e Antenor Nascentes. [daqui para a frente: AULETE DIGITAL].

- Casteleiro, J. M. (coord.) (2001). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Editorial Verbo. [daqui para a frente: DLPC].

- Ferreira, A. B. de H. (1999). Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [daqui para a frente: AURÉLIO].

- Houaiss, A. (2001). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objectiva. [daqui para a frente: HOUAISS].

WEISZFLOG, W. (1998) Moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. [daqui para a frente: MICHAELIS].

Foi utilizada, quando disponível, a pesquisa reversa, ferramenta existente em alguns dicionários eletrónicos que permitiu extrair, utilizando, como termos de pesquisa, palavras ou combinações de palavras, as informações presentes nos dicionários (Barros, 2005; Iriarte, 2019).

Foram também consultadas algumas publicações *online*, em que nos servimos da pesquisa avançada de Google: + seleção da língua (Portuguesa) + país (Angola), para saber se, efetivamente os angolanismos estão presentes nessas publicações, a sua frequência de uso e propor, em casos de necessidade, a sua dicionarização;

Para a análise da polaridade foi utilizada a ferramenta "Analisador de sentimento" do LinguaKit (Gamallo & García, 2017; https://linguakit.com/en/sentiment-analysis) que nos ajudou a identificar possíveis conotações positivas ou negativas associadas aos angolanismos recolhidos nos dicionários, utilizando para isso uma listagem de seed words (Taboada et al. 2011, p. 271) previamente etiquetadas com polaridade (positiva, negativa ou neutra).

0.3 Organização do estudo

Para o desenvolvimento da tese dividimos o trabalho em duas partes que constituem os principais eixos da pesquisa, nomeadamente: léxico, variação e mudança e a segunda parte intitulada os angolanismos no léxico do português. Cada uma das partes é composta por vários capítulos.

No primeiro capítulo, apresentaremos a questão de contacto entres as línguas angolanas selecionadas (quimbundo, quicongo e umbundo) e a língua portuguesa.

No segundo capítulo, falaremos sobre bilinguismos e multilinguismo. As reflexões sobre essas duas temáticas tiveram como pressupostos teóricos os préstimos de (Garmadi, 1983; Lastra, 2003; Meisel & Koppe, 1999).

No terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre os empréstimos linguísticos, começando por apresentar o conceito e as formas de empréstimos linguísticos. Ainda neste capítulo, falamos sobre o *Code-Switching* desde o conceito até a sua aplicação no contexto da investigação em análise.

O quarto capítulo é sobre o panorama linguístico de Angola. Neste capítulo, descreveremos alguns fenómenos linguísticos que ocorrem nessa variedade, começando por abordar os condicionamentos socio-históricos, o que permitirá compreender determinadas caraterísticas da variedade do português que começa a emergir. Ainda no quarto capítulo, refletiremos sobre o fenómeno migratório do grupo bantu e do seu impacto no cenário linguístico angolano. Falaremos também da política linguística com realce para os estatutos que a língua portuguesa tem em Angola.

Na segunda parte do trabalho, que abre com o quinto capítulo, trataremos questões sobre os angolanismos no léxico no português. Apresentaremos o termo e o conceito de angolanismo, os precursores dos angolanismos, a presença dos mesmos nas obras de escritores angolanos e a questão dos angolanismos necessários e não necessários, terminologia adaptada de Vilela (1994) que serviu para explicar em que medida o recurso ao uso de angolanismos é útil no ato comunicativo.

No sexto capítulo, falaremos sobre as línguas angolanas na lexicografia da era digital, começando por uma breve abordagem acerca do processo do contacto linguístico que resultou na incorporação de unidades das línguas angolanas nos dicionários contemporâneos portugueses e dos entraves que a falta de adequação dessas línguas ao novo contexto das tecnologias digitais pode provocar para o desenvolvimento da lexicografia angolana.

O sétimo capítulo é sobre análise dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses. Faremos o levantamento dos angolanismos no DLPC, Houaiss, no Aulete Digital e no Michaelis. O levantamento será feito mediante a técnica de pesquisa reversa e analisaremos os problemas da cobertura dessa pesquisa com a recolha de angolanismos, bem como questões

relacionadas à falta de correspondência na atribuição das marcas e do uso de angolanismos com algumas funções comunicativas.

O oitavo capítulo aborda questões ligadas à polaridade nas aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses, começando por apresentar as bases teóricas que suportam o conceito de polaridade na vertente linguística, considerando as perspetivas de Freitas (2013), Israel (2004), Liu (2015), Carvalho e Silva (2015) e a de Gamallo, Garcia e Fernández-Lanza (2013) tendo ficado patente que para análise da polaridade nos angolanismos é necessário o entendimento sobre questões relativas ao PLN.

Ligamos a questão da polaridade a eixos temáticos que consideramos fulcrais e que, em certa medida, se complementam. Tais são: a problemática dos preconceitos nos dicionários (Correia, 2006) a autoridade dos dicionários (Hornscheidt, 2008) e os aspetos ligados ao politicamente correto nos conteúdos (definições e exemplos) dos dicionários (Cabeza Pereiro & Rodríguez Barcia, 2013; Monteiro, 2020; Mooney & Evans, 2015; Reinaldo & Rosemeri, 2018).

O trabalho culmina com as conclusões onde faremos a súmula, capítulo a capítulo, das principais incidências discutidas ao longo da tese bem como o lançamento de algumas pistas de propostas para trabalhos futuros.

Por fim, recolhemos as referências bibliográficas utilizadas que serviram de suporte para esta investigação.

PARTE 1. LÉXICO, VARIAÇÃO E MUDANÇA

CAPÍTULO 1 LÍNGUAS EM CONTACTO

Nesta parte do trabalho interessa refletir sobre o contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas, as causas e o impacto deste contacto na formação do léxico. Para dar corpo ao estudo serviram de sustento contribuições de diversos autores (Chicuna, 2015; Fernandes & Ntondo, 2002; Mingas, 2007) que considerando os níveis de descrição linguística da fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e da lexicologia analisaram o comportamento linguístico resultante do contacto.

Os primeiros contactos entre angolanos e portugueses aconteceram no século XV, quando, no recuado ano de 1482, Diogo Cão chega à foz do Rio Zaire.

A questão do contacto linguístico tem merecido particular atenção por parte dos estudiosos angolanos e não só, porque se entende que é do resultado desse contacto que a língua falada nesta região começa a apresentar caraterísticas diferentes quando comparada com as realidades de Portugal e do Brasil, por exemplo. Estudiosos como Mingas (2007), Fernandes e Ntondo (2002), Chicuna (2015), Ribas (2014), Costa (2015), Gonçalves (2010) e Petter (2008) foram, entre os vários citados, as referências eleitas para a presente análise.

As línguas angolanas de origem bantu contribuíram significativamente para a alteração no léxico do português falado nessa região. A transferência das unidades lexicais das línguas angolanas é um dos resultados desse contacto.

Mingas (2007), na sua obra faz uma incursão sobre aquilo que foi o contacto entre a língua quimbundo e a língua portuguesa, começando por analisar questões relativas ao multilinguismo existente em Angola e faz o escalonamento das línguas mais faladas, sendo a língua umbundo colocada em primeiro lugar, seguido pelo quimbundo e o quicongo.

As informações apresentadas por Mingas (2007) sofreram, de acordo com os dados do Censo de 2014 (INE, 2016), uma ligeira alteração, tendo a língua quimbundo passado para a terceira posição.

Importa salientar que a representatividade das línguas umbundo, quicongo e quimbundo teve alguma influência no vocabulário português como resultado do intercâmbio linguístico (Melo, 1981; Tinhorão, 2019). A presença de unidades dessas línguas contribuiu para a identificação de maiores fenómenos lexicais e serviu para justificar a decisão de se limitar esta investigação a essas três línguas.

Mingas (2007) centra a sua abordagem em alguns níveis de descrição linguística e, neste particular, destaca o lexical e o fonológico. Sobre o nível fonológico apresenta as seguintes considerações:

1. As vogais orais do português comportam quatro graus de abertura como as do quimbundo, mas com duas vogais centrais e não uma;

2. Há, na língua portuguesa, a existência de uma oposição entre vogais orais e nasais.

3. O quimbundo apenas apresenta vogais orais;

4. O quimbundo atesta a existência de tons;

5. A existência, nas línguas bantu de consoantes pré-nasais.

Mais adiante faremos uma abordagem pormenorizada sobre a questão fonológica para compreender as transformações que algumas das unidades lexicais provenientes das línguas angolanas sofreram ao serem transferidas para o léxico do português.

A transferência de elementos das línguas angolanas para o léxico do português decorre dos seguintes fatores:

1. A necessidade de expressar realidades típicas da cultura do povo nos mais variados domínios, nomeadamente:

   - **Culinária:** *lossaca, lombi, mufete, safu, jimboa, jinguinga*

   - **Vestuário**: *loaco, londindi;*

   - **Transporte**: *cupapata, cangulo.*

2. A necessidade de levar para a língua portuguesa designativos referentes a grupos etnolinguísticos *(ambundo, bacongo, ovimbundo)* e antropónimos *(Mbapolo, Nzinga).*

3. A falta de compreensão, nos primeiros contactos entre os povos (angolanos e portugueses) propiciaram topónimos como: *Massangano, Biópio e Kulango.*

Costa (2015) dedica um capítulo do seu estudo ao contacto linguístico e traz como pontos fortes de abordagem a influência das línguas angolanas na língua portuguesa e vice-versa, o seu impacto nos mais variados domínios da vida, com realce para a toponímia, gastronomia e antroponímia. Com efeito, ao refletir sobre os contactos, elege as unidades provenientes da língua umbundo como ponto de análise e começa por descrever as caraterísticas de duas línguas (umbundo e portuguesa). À semelhança de Mingas (2007) e de outros estudiosos já mencionados, enumera os processos por que passam os umbundismos[1] para o seu enquadramento no léxico da língua portuguesa.

A sua reflexão está direcionada, quanto ao nível de descrição linguística, para o domínio lexicográfico para o qual importa destacar as alusões à transformação que a língua portuguesa experimenta, razão pela qual apresenta o seguinte argumento:

> Depois de vários séculos de convivência linguística entre o Português e as línguas nacionais, hoje, o português em Angola transformou-se numa "língua nova", com sotaque próprio, diferente do de Portugal e do Brasil; recorre constantemente a unidades lexicais e a expressões do quimbundo e de outras línguas angolanas, sobretudo quando quer expressar factos ou realidades socioculturais que o Português não possui e, às vezes, em determinados tipos de discursos, quando quer produzir efeitos estilísticos, dando ênfase a determinada expressão (Costa, 2015, p. 58).

Em matéria de contacto linguístico, Costa (2015) faz uma incursão às transformações que o português falado em Angola teve como resultado da coabitação, abrindo espaço para aquilo que ela considerou uma "nova língua". Os elementos apontados como propiciadores destas transformações encontram-se ao nível fonológico e lexical, neste último, destacando-se, a língua quimbundo como aquela que mais contributos deu neste domínio:

[1] Unidades lexicais provenientes da língua umbundo instaladas no português em Angola (Costa, 2015).

> Vivendo no meio angolano, podemos constatar que o uso de unidades lexicais dessas línguas, no PA, não se limita ao kimbundu, mas estende-se a outras LNs, principalmente, ao umbundu, kikongo e cokwe, embora estas últimas, numa escala mais reduzida (Ibidem, p. 59).

Efetivamente, a autora salienta a importância da inclusão das unidades lexicais provenientes não apenas do quimbundo, mas um pouco de todas as línguas que tomam contacto com a língua portuguesa, transformando, assim o léxico desta variedade linguística.

Por sua vez Fernandes e Ntondo (2002) falam sobre as línguas em Angola, referindo-se à situação de plurilinguismo e descrevem as três grandes famílias linguísticas existentes: línguas africanas de origem não bantu, línguas africanas de origem bantu e da língua portuguesa de origem neolatina.

As línguas de origem não bantu são: khoi para os hotentote e San para os Vankakala. As línguas de origem bantu, do espaço linguístico angolano são: cokwe, quimbundo, quicongo, ngangela, olunyaneka, oshihelelo, oshikwanyama, oshindonga e umbundo.

As três grandes famílias coabitam, embora não gozando todas dos mesmos estatutos. De acordo com os posicionamentos de Fernandes e Ntondo (2002) as línguas não bantu e bantu, consideradas angolanas, não gozam de nenhum estatuto definido servindo de língua de comunicação entre membros da mesma família e, em alguns casos, usada na comunicação social. Do ponto de vista estatutário, há, de acordo com Pedro (2014), uma discussão, ao nível da Assembleia Nacional, para a aprovação de um estatuto para as línguas angolanas. Embora já se fale da discussão, a necessidade de comunicação e o contacto existem, ainda, independentemente do reconhecimento legal e os usuários nem sempre têm a noção da existência dos estatutos, tendo apenas como preocupação a partilha da informação.

A necessidade de comunicação faz com que unidades lexicais, estruturas e usos oriundos de uma das línguas angolanas possa enriquecer outra ou outras das línguas em uso em Angola, o que torna a língua portuguesa falada em Angola (o nosso objeto de estudo), uma língua com caraterísticas próprias dando lugar ao que Fernandes e Ntondo (2002, p. 103) chamariam de "português angolano pelo facto de este ter sido apropriado pelos angolanos e que um bom número entre eles, sobretudo os citadinos a terem como língua materna."

Para Petter (2008a) as línguas refletem nos seus léxicos o espaço onde são faladas e o momento histórico em que são utilizadas como meio de comunicação e expressão. A presença portuguesa em território angolano e a consequente transferência da língua portuguesa em contacto bem como o multilinguismo justificam os angolanismos[2] no léxico do português. Atendendo à sua constituição, os angolanismos apresentam-se, quanto à composição, como simples e derivados.

Bunda - bundaça, bundona, bundilha, bunda-de-mulata, bunda-de-ouro, bunda-mole, bunda-suja, bundão;

Candonga - candongagem, candongar, candonguice;

Canjica - candongagem, candongar, candonguice

Xinguilar – xinguilamento, xingar, xingação, xingador, xingamento, xingaria, xingaraviz, xingatório.

O trabalho de Petter (2008a) serviu de referência para esta análise, porque aborda, baseando-se em documentos lexicográficos disponíveis, as unidades de origem portuguesa ou africana, pertencentes ao vocabulário comum.

Importa frisar, segundo a autora que temos vindo a citar, que as unidades africanas são observáveis desde o século XVII num período em que houve a apropriação de vocábulos africanos no português europeu. Neste período, conclui-se que o vocabulário básico é constituído essencialmente por termos de origem portuguesa e compartilhado pelas variedades angolanas, brasileira e moçambicana, muitas vezes, apresentando-se como sinónimos locais; as apropriações de termos das línguas africanas no português angolano, brasileiro e moçambicano não têm frequência elevada.

[2] Apresentados como vocábulos regionais que ocorrem na comunicação oral ou escrita em português nos países africanos lusófonos e resultam, de acordo com Casteleiro (2001, p. XV), de:

- Uso frequente pelos escritores africanos de expressão portuguesa;
- Uso na comunicação oral ou escrita no país;
- Designam realidades próprias da cultura de cada país.

Chicuna (2015), na abordagem sobre o contacto das línguas portuguesa e kiyombe, apresenta uma caracterização das duas e discorre sobre o processo da origem e evolução da língua portuguesa, sendo essa de origem neolatina, e a kiyombe, de origem bantu, o que faz delas línguas diferentes do ponto de vista genealógico.

Quanto aos resultados do contacto, é apresentada uma lista de unidades lexicográficas do português usadas nas línguas bantu. A inclusão ou a presença dessas unidades é vista como normal, no dizer de alguns estudiosos angolanos, por haver realidades novas a designar. Assim, segundo Kukanda (1992, p. 58) "é natural que os primeiros vocábulos a serem introduzidos no falar dos bantu fossem aqueles que representam conceitos ou objetos inexistentes na sociedade africana, mais objetos que conceitos".

À semelhança da descrição feita por Chicuna (2015), apresentamos uma lista de unidades lexicais da língua portuguesa (vd. infra subcapítulo 1.1), ou ainda daquelas que, não sendo portuguesas, entraram, por via do contacto, na língua. Entre as unidades lexicais que não têm origem na língua portuguesa destacamos os moçarabismos: algibeira e arroz, caraterizadas pela aglutinação dos artigos árabes al- e ar-. As unidades algibeira e arroz, em uso nas línguas umbundo, quicongo e quimbundo resultaram do contacto entre os portugueses e os angolanos.

As unidades lexicais foram recolhidas de vários dicionários, correspondentes às línguas em análise, nomeadamente: Le Guennec & Valente (2010) para comparar os dados apresentados relativos à língua umbundo, Cobe (2010) para dos dados do Quicongo e Kamuxitu (2008) para o quimbundo.

O recurso a estes dicionários permitiu aferir o seguinte:

- A confirmação da presença de palavras da língua portuguesa nos dicionários de línguas angolanas;

- A presença de palavras com estruturas semelhantes ao português sendo que em alguns casos apenas o aumento[3], elemento típico das línguas da Zona R[4], considerado o único operador de alternância de código;

- Palavras que apresentam estruturas e sentidos semelhantes consequências do contacto;

- A observância das transformações fonéticas e fonológicas que estas unidades sofreram para a sua acomodação na nova língua (umbundo, quicongo ou quimbundo).

Há um número considerável de elementos da língua portuguesa nas línguas angolanas. A relação dos empréstimos portugueses com os factos culturais e históricos ocorridos no momento do contacto, de acordo com Mbangale (1998), são apontados como sendo uma das razões para tal facto.

Para facilitar a compreensão de que o mesmo fenómeno ocorre em várias línguas. A inexistência destas unidades acontece por não haver, até antes do contacto, referentes extralinguísticos que designam tais realidades.

As unidades lexicais da língua portuguesa nas línguas angolanas de origem bantu, apresentadas nos trabalhos de Mbangale (1998) e de Chicuna (2015), foram aqui recolhidas tendo em conta as origens de cada unidade. A razão desta recolha assenta na hipótese apresentada por Oliveira (1990), que faz alusão à influência portuguesa e ao seu impacto na dialetalização da língua quimbundo. Em relação à língua portuguesa, as fronteiras entre as línguas angolanas e a obrigação do uso do português fez com que várias unidades entrassem no léxico do português falado em Angola.

---

[3] Aumento é a vogal que antecede os prefixos substantivais de uma língua (Fernandes & Ntondo 2002). Para o caso das línguas em referência a exceção é feita para os nomes da 1ª, 2ª, 5ª e 10ª e nos prefixos de classes locativas (16, 17 e 18). A presença de aumento nas classes1ª, 2ª, 5ª e 10 não pode ser interpretada como representando aumento, mas simplesmente como prefixos (Ntondo, 2014). Quando palavras da língua portuguesa são transferidas para a língua umbundo adotam este elemento tal como se pode ver em: elasola < lençol; ochikolono < colono; epandela < bandeira; elyapu < diabo; ochingalafãwu < garrafão, apenas para mencionar alguns exemplos.

[4] Guthrie (1948) apresenta a classificação das línguas bantu por zonas e faz a seguinte distribuição:

- Zona H: reúne as línguas das partes noroeste e centro-este, nomeadamente: quicongo e quimbundo;
- Zona K: inclui línguas das regiões nordeste e leste, tais são: cokwe e ngangela;
- Zona R: tem no centro todas as línguas faladas nas regiões central, sul e sudoeste, designadamente: olunyaneka, oshihelelo (oshikuvale), oshiwambo (oshikwanyama e oshindonga) e umbundo.

1.1. Unidades lexicais de origem portuguesa no umbundo

> Vocabulary is the most vulnerable aspect in the language in contact situations, so contact changes at this level are more quickly perceived and analysed than at other linguistic levels (Fuster-Márquez, 2012, pp. 118–119).

Este estudo parte do pressuposto de que a influência das línguas bantu na língua portuguesa, e vice-versa, é relevante para a descrição das mesmas (Lopes, Sitoe, & Nhamuende, 2013).

Apresentamos a seguir, as unidades lexicais de origem portuguesa na língua umbundo, os portuguesismos (Chicuna, 2015), a partir da consulta de dois dicionários do umbundo (Daniel, 2002; Le Guennec & Valente, 2010) com o propósito de aferir as transformações que essas unidades sofreram e saber do grau de semelhança entre as unidades na língua de partida até à sua incorporação na língua de chegada.

açúcar > osuka
adobe > ondopi
advento > owadvento
agulha > onguya
algibeira > onjipela
arroz > olwoso
bandeira > epandela
batismo > ombatisimu
botão > ombutãw
botija > ombutika
burro > mbulutu
calças > ochikalasãwu
camisa > ombija
candeeiro > ondiyelo
lapiseira > opisela
lençol > elasola
lima > elima
livro > elivulu
mamão > ochimama
mesa > omesa
missa > omissa
ouro > owulu
padre > opatele
pão/bolo > ombolo
pato (animal) > opato
queijo > okeso
quintal > ochitali
rádio > olalyu

caneta > oneta
canivete > onivete
catana > otana
cebola > osapola
colono > ochikolono
diabo > elyapu
domingo > chyalumingu
fósforo > ofofo
garrafão > ochingalafãwu
goiaba > ongayaywa
lanterna > ondelena
lápis > olapi
relógio > olelojyo
sábado > sapalo
sabão > onjapãw
sabonete > osaponete
sacramento > osacramento
semana > osemanu
soldado > esolali
tesoura > otesola
toalha > etwaya
trigo>otiligu, etiligu
vinagre > ovinangele
vinho > ovinho

1.2. Unidades lexicais de origem portuguesa no quicongo

À semelhança do que acontece na língua umbundo, a língua quicongo também incorpora, de acordo com Chicuna (2015), várias unidades lexicais oriundas da língua Portuguesa. Entre elas destacamos:

açúcar > sukadi
adobe > dobo, ndobe, ndobo
algibeira > zibela
anel > nela
ânus >anu, nu
arroz, > loso
arsénio (quím) > alesene
bandeira > bandela
barril > badilu, bayi
biblicista > bibilitika
bolacha > mbolo a nswikidi
bolo > mbolo
carro > ekalu
cebola > sabola
chá > sya
chumbo > kiumbu
chumbo > nsyumbu
cigarro > sikalu
cimento > simente, sumenta
colete > kulete
copo > kopo
cruz > kuluzu
diabetes > dyabete
dialetologia > dyaletolozi

bolso > boloso
botão > mbota
brinco > bidinku
broncotomia (med) > bonkotomi
brônquio > bonki
bronquite > bonkiti
bronze > bonze
burro > buluku
cabide >kabidi
caderneta > kalaneta
caderno > kaye
café > kafe
caneta > kaneta
canivete > kanivete
lápis > lapi
lima > dima
limão > dimau
manteiga > manteka
mesa > meza
ouro > wolo
pão > edimpa
pato > mpatu
picareta > pica
polícia > kipulusi, pulusi
prata > palata
rádio > ladyo
relógio > lolonzi
domingo >lumingu
engomar > sya ngoma
escola > sikola
escova > sikova, kova
espelho > pelo
espermatozoide > sipematozoide
fósforo > fofo
fósforo > fofo, fofólo
gás > ngansi
goiaba > ngavwa
grafema > ngalafema
gramafone > fwono, fono
informática > imfolomatika
janela > nela
rolha > loya
sábado > nsabalu, nsabala
sabão > nzába, nzabau
sabonete > sabunete
sal > nsalu
sapato > nsapatu
soldado > soladi, soda
tanque > tanki
tapete > tapete
tesoura > tuzyola, nzyola
toalha > tuáia
toalha > twaya
vinha > vinya, uvinhu
vinho > vinyo

Para a validação dos portuguesismos na língua quicongo serviu de suporte o dicionário de Cobe (2010) além das listagens previamente elaboradas por Chicuna (2015) e por Mbangale (1998).

1.3. Unidades lexicais de origem portuguesa no quimbundo

A reflexão sobre as unidades lexicais de origem portuguesa no quimbundo abre com a afirmação feita por Fuster-Márquez (2012, p. 120) que diz "english has borrowed meanings from languages with which it had been in contact".

Os portuguesismos são fenómenos linguísticos resultantes do contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas (Chicuna, 2015). Não fizemos um levantamento nos dicionários das línguas umbundo, quicongo e quimbundo para apontar com precisão a quantidade de portuguesismos registados nessas obras lexicográficas, mas podemos afirmar que há um registo de unidades lexicais de origem portuguesa no quimbundo. A lista que, a seguir, apresentamos serve de referência para aquilo que marca o registo dessas unidades no dicionário da língua quimbundo.

Os portuguesismos contribuem, de alguma forma, para o enriquecimento do vocabulário, sobretudo nas áreas em que as línguas angolanas, fruto da sua realidade sociocultural, não apresentam referentes para designar determinadas realidades, tornando-se desse modo, numa das "fontes de importação do léxico" (Fuster-Márquez, 2012, p. 119).

barco > mbaluku
carro > dikalu
doutor > dotolo
escola > xicola
fósforo > fófolo
gato > ngatu
hospital > jipitalu
igreja > Ngeleja
lençol > dilasola
livros > madivulu
pão/bolo > mbolo
Portugal > Putu
sábado > sabalu
sabão > nsabá
soldados > masoladi
vinho > Vinhu

1.4.Unidades lexicais de origem bantu no português

Relativamente às unidades lexicais oriundas das línguas bantu presentes no português (objeto central deste trabalho, a que dedicaremos especial atenção na parte do mesmo), das listas apresentadas há que considerar a proximidade ou identidade de várias unidades lexicais

pelo facto de as três línguas, umbundo, quimbundo e o quicongo, serem da mesma família,[5] podendo acontecer que uma mesma unidade possa ser usada em mais do que uma língua. Haverá, pois, casos de unidades com potencial dupla ou tripla origem, ou, origem comum, tendo em conta a etimologia das mesmas.

Ribas (2014) fala sobre a influência que sofre a língua portuguesa em Angola fruto do contacto que esta tem com as línguas da região. Segundo o mesmo autor, a influência acontece ao nível da prosódia e da semântica. No plano prosódico, considera a inexistência de vogais surdas, mesmo quando estas aparecem em final de palavra, ao passo que, no plano semântico, apresenta exemplos de construções frásicas que, não obstante estarem em uso no português, trazem caraterísticas das línguas angolanas, ampliando, desta forma, o seu sentido inicial.

A extensão ou a redução/especialização de sentido acontece, segundo Petter (2008a) por decalque. A autora em referência toma como exemplo a análise de Ribas (2014) sobre a semântica do verbo *pôr*, que, para o contexto angolano, apresenta os seguintes resultados:

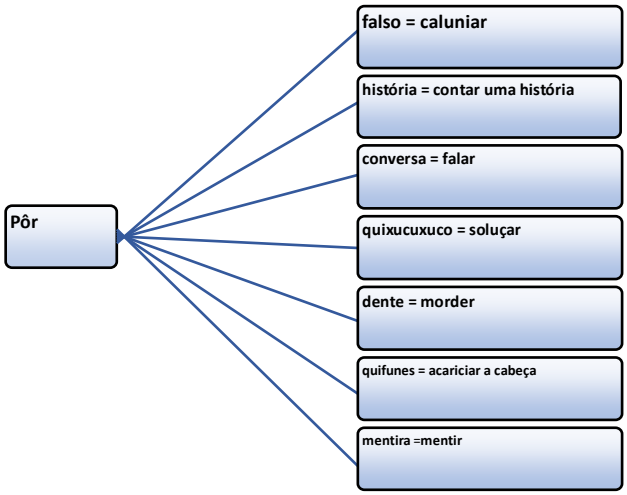


Figura 1 Extensão semântica do verbo pôr em contexto angolano.

Fonte: Elaboração própria.

Veja-se, a título de exemplo, alguns fenómenos de extensão semântica que experimentam, nalgumas línguas angolanas, verbos como *dormir, ouvir*, *comer* ou *chorar*.

[5] O termo bantu foi proposto por W.H. Bleek em 1860 e, de acordo com Fernandes e Ntondo (2002, p. 67) "as línguas bantu apresentam uma unidade genealógica incontestável, mas também são notáveis as diferenças, embora mínimas, entre elas."

O verbo *dormir* ganha uma aceção que encerra a ideia de 'permanecer durante a noite' (ex.: *a banheira dormiu no quintal*); o verbo *ouvir* incorpora uma aceção relacionada com a ideia de 'sentir' (ex.: *hoje, ouvi a injeção*); o verbo *comer* inclui uma aceção relacionada com a ideia de 'gastar ou usar' (*ex.: O Pedro comeu o dinheiro*); o verbo *chorar* incorpora uma aceção relacionada com a ideia de 'desejar', (*ex.: chorei aquela camisa*) (Manuel, 2015, p. 69).

No plano lexical, advoga Ribas (2014, p. 10) que "com o contacto que os portugueses tiveram com outros povos, a sua língua recebeu a integração de novos termos."

Hoje podemos identificar uma grande quantidade de unidades lexicais do português fruto do contacto linguístico, a que autores como Chicuna (2015), Costa (2015), Mingas (2007) ou Ribas (2014) se referiram, que merecem ser sistematicamente descritas para a sua inserção nos dicionários e a sua resultante preservação, mantendo também, sempre que necessário, a informação cultural que cada uma destas unidades acarretam, aproximando mais as línguas ao povo, sem descurar, evidentemente, os avanços da ciência, contribuindo assim para o desenvolvimento da lexicografia angolana em particular.

Pode-se afirmar que nenhuma língua é autossuficiente, estando essas sempre sujeitas aos contributos de outras línguas. No caso vertente, refira-se "no que diz respeito aos empréstimos que, na sua maioria, têm origem nas línguas bantu, verifica-se que estes surgem no geral nos casos em que o léxico do PE não proporciona meios para a referência a realidades locais específicas" (Gonçalves, 2010, p. 45). Os argumentos apresentados e a lista de palavras da língua portuguesa nas línguas umbundo, quicongo e quimbundo propostos por Chicuna, (2015) são a evidência do intercâmbio existente e presente nas línguas.

O contacto resulta do encontro entre os dois povos com línguas e culturas diferentes.

"(...) a coexistência entre a língua oficial e as línguas nacionais é um facto histórico que tem como resultado uma influência mútua para o enriquecimento de uma, bem como das outras." (Kukanda, 1992, pp. 58–59).

Melo (1981), embora não fale concretamente do caso de Angola, considera que as unidades lexicais de origem africana em uso no português têm sofrido alterações fonéticas para o devido ajustamento à língua de chegada e afirma que, do contacto do português com os idiomas africanos, decorreu um enriquecimento do vocabulário do português.

Para a realidade angolana, os ajustes a que se referiu Melo (1981) passaram, ao nível morfológico, pela adoção de desinências que marcam o género, número e o grau da língua recetora como são os casos das unidades: *zunga* (quimb) *zungueiro, zungueira, zungueiros* (as); osoma (umb.) *soba, sobas, sobetas* que ao se adaptarem ao sistema da língua de chegada tornam-se em palavras desta língua.

Resultantes desses contactos linguísticos identificamos marcas a nível morfológico, sintático, fonético-fonológico e lexical. Facilmente se pode depreender os níveis de enriquecimento do léxico nestes intercâmbios, por isso, na nossa abordagem, vai merecer especial atenção o nível lexical, razão pela qual colocamos questões que, ao longo do estudo, merecerão algumas considerações, nomeadamente:

(i) Quais são as marcas resultantes do contacto entre as línguas?

(ii) Há consciência do contacto linguístico?

(iii) Como são as regras para os resultados obtidos?

(iv) As línguas são marcadas de acordo as suas origens?

(v) Qual a língua, entre as angolanas que mais transformação sofreu?

1.5. Caraterísticas das línguas em contacto

Neste ponto faz-se a caraterização geral das línguas em contacto para saber em que medida determinada caraterística de uma se mantém na outra. Dada a natureza do trabalho, essa caracterização será feita tendo em conta o aspeto genealógico, designadamente: das línguas angolanas de origem bantu e da língua portuguesa, neolatina.

Apontamos as caraterísticas das línguas em contacto, porque se pretende fazer a descrição dos fenómenos linguístico e não apenas uma descrição do percurso histórico. Para isso, apresentamos os quadros dos prefixos substantivais das línguas umbundo, quicongo e quimbundo e, a partir dessa descrição, compreender os fenómenos que ocorrem. Assim, línguas angolanas estudadas (umbundo, quicongo e quimbundo) apresentam caraterísticas que podem ver-se refletidas na língua portuguesa:

1.5.1. A existência de prefixos substantivais que marcam a oposição entre o singular e o plural

As tabelas 1, 2 e 3 que se seguem são a ilustração do funcionamento desses prefixos. Sendo a classe 15 verbo-nominal e as classes 16, 17 e 18, classes locativas, com informações para superfície, direção e interior (Fernandes & Ntondo, 2002).

Como exemplo, apresentamos algumas unidades lexicais em uso no léxico da variedade angolana do português, com marcas da classe 15: cupapata (de origem umbundo: okupapata), apalpar; cunanga (de origem quimbundo kunanga), passar o dia sem nada fazer; desempregado.

As marcas dos locativos das classes 16, 17 e 18 são observáveis nas seguintes palavras:

- Museke (mu- /loc.cl18 + eseke (areia)– na areia, alusão aos bairros não asfaltados, periferia)

- Mulembeira (mu-/loc.cl18 +ulembo (sombra)

Como se pode ver na tabela, o prefixo substantival mu- é usado na classe 1 e traduz a ideia de pessoa. São os casos de: mukongo (mu-/cl.1 + Kongo (topónimo), natural do antigo reino do Kongo mundombe (mu-/cl.1 + Ndombe (topónimo), nome gentílico do Ndombe; Mwila (mu-/cl.1 + Wila (topónimo), nome gentílico da Huíla.

- Kubata (ku +bata (casa) - em casa, passando para português com o sinónimo de casa)

- Kimbo (ku-/loc.cl.17 + imbo (aldeia) – na aldeia ao ser transferido para o léxico do português.

Tabela 1 Prefixos substantivais da língua umbundo

Língua Umbundo				
Classe	Prefixo	Exemplo	Angolanismo	Língua Portuguesa
1	omu -, u-, o-			
2	oma -, ova, a-			
3	u -			
4	ovi -			
5	e -	ekwenje	ecuenje	rito de iniciação masculina
6	a, ova-	akwenje	————	————
7	oci-	ocisangwa,	quiçangua	bebida feita de fuba de

		ocitanda	quitanda	milho de bombo negócio
8	ovi-			
9	o, Ø-	ondalu		
10	olo-	olondalu	londalo	doença
11	olu-			
12	oke-	okangulu	cangulo	carro de mão
13	atu-			
14	u-	wela	wela	jogo
15	oku-	okupapata	cupapata	mototaxi
Classes locativas				
16	pa			
17	ku	Ko + imbo >kimbo	quimbo	aldeia
18	vu			

Fonte: Adaptado de Fernandes e Ntondo, 2002.

Tabela 2 Prefixos substantivais da língua quicongo

Língua Quicongo				
Classe	Prefixo	Exemplo	Angolanismo	Língua Portuguesa
1	mu -	mussorongo	mussorongo	língua ou pessoa desse grupo
2	a-			
3	mu -			
4	mi -			
5	di -	dyamba	diamba, liamba	cânave, canabis
6	ma-	mambu makaya	mambo macaia	problema, coisa, assunto folha de tabaco
7	ki-	kimbowa kikwanga	quimboa quicuanga	quimboa pasta de mandioca
8	i-			
9	n-	n'longo nsafu	milongo safu	medicamentos fruto comestível do safueiro
10	(zi) n-	ndundu	ndundo	albino
11	lu-			
12				
13	tu-			
14	u-			
15	ku-	kuvingila, kukina	vinguila, cuquina	prostituta, dança
Classes locativas				
16				
17				
18				
19				

Fonte: Adaptado de Fernandes e Ntondo, 2002.

Tabela 3 Prefixos substantivais da língua quimbundo

Língua Quimbundo				
Classe	Prefixo	Exemplo	Angolanismo	Língua Portuguesa
1	mu -	mwangola	muangolé	de Angola
2	a-	————	————	————
3	mu -	mufete	mufete	prato composto por peixe grelhado, batata doce (...)
		muzumbu	muzumbo	beiço
4	mi -	milongo	milongo	medicamento, feitiço
5	di -	dikulu	diculo	problema
6	ma-	makulu	maculo	oxiúro
7	ki-	kimone	quimone	vestimenta
		kibuto	quibuto	saco grande
		kizango	quizango	problema
		kimbondo	quimbondo	pessoa pouco asseada
		kitanda	quitanda	pequena loja, negócio
8	i-			
9	Ø-, i-			
10	ji-	jimbowa	jimboa	bredo
		jipalu	jipalo	doença
		jinguba	jinguba	amendoim
		jinginga	jinguinga	espécie de cabidela à base de tripas enrolada com nacos de carne
11	lu-			
12	ka-			
13	tu-			
14	u-			
15	ku-	kunanga	cunanga	desempregado
Classes locativas				
16	bhu			
17	ku	kubata		habitação (rústica)
18	mu	mu-eseke		na areia, alusão à periferia
		muringi		vasilha para conservar líquidos

Fonte: Adaptado de Fernandes e Ntondo, 2002.

A caraterização das línguas umbundo, quicongo e quimbundo vai permitir analisar os fenómenos das unidades lexicais das línguas angolanas no português, facilitando, deste modo, a compreensão das transformações que ocorreram nos angolanismos nos planos fonológico, lexical e morfológico.

Questões ligadas a identificação da classe de cada angolanismo, por exemplo, mu – eseke (cl.18); o problema das oscilações gráficas e as transformações fonéticas e fonológicas que ocorrem na língua de chegada, nomeadamente:

a) A utilização de tons;

b) O sistema vocálico é simétrico, isto é, comporta uma vogal central e um número idêntico de vogais anteriores e de vogais posteriores;

c) A existência de algumas consoantes pré-nasalizadas, geralmente precedidas de consoantes nasais;

Essas questões que são, via de regra caraterísticas das línguas bantu, em alguns casos, são transferidas para os angolanismos, daí a necessidade de seu estudo para melhor compreender o seu uso.

1.5.2. Outras caraterísticas gramaticais:

a) Os substantivos são classificados em função dos prefixos do singular e do plural;
b) A inexistência de artigos (Fernandes & Ntondo, 2002, pp. 68–69);
c) As palavras concordam entre si no interior da frase pelo prefixo.

As tabelas 4, 5, 6 e 7 demonstram, em linhas gerais, a produtividade lexical (Gonçalves, 2013) de unidades oriundas das línguas angolanas no português. Como foi possível observar, as unidades das línguas angolanas, ao se acomodarem no léxico do português, sofreram as seguintes transformações nos planos que adiante citamos:

- Plano gráfico: adota as caraterísticas da língua de chegada;
- Plano morfológico:

O processo de formação dos nomes segue, além do modelo proposto por Mendes (2010) (vd. Subcapítulo 3.2), no processo de lexicalização (Mingas, 2007), formas diferentes, nomeadamente:

a. Para os verbos, a lexicalização ocorreu, em alguns casos, sem o prefixo de classe /ku-/ e o acréscimo do sufixo /-r/ próprio do infinitivo da língua de chegada.

Tabela 4 Processo de lexicalização (formação de verbos)

Verbo	Acréscimo de -r	Significado
kukingila	quinguil**ar**	esperar por; cambista de rua
kukina	cuquin**ar**	dançar
kudibota	curibot**ar**	bisbilhotar
kunanga	cunang**ar**	estar no desemprego
kusabula	sabul**ar**	tagarelar

Fonte: elaboração própria.

b. Para os nomes, o processo de lexicalização pode ser, de acordo com Mingas (2007), dividido em três grupos, designadamente:

- Os nominais lexicalizados com o respetivo prefixo singular de classe;

Tabela 5 Processo de lexicalização (formação de nomes)

Nome	Forma lexicalizada	Significado
kangulu	cangulo	carro de mão
kapuca	capuca	bebida alcoólica
kibuto	quibuto	saco grande
kimbombo	quimbombo	espécie de cerveja africana obtida dos cereais
kisangwa	quiçangua	bebida feita a base de fuba de milho ou de bombo
kitanda	quitanda	negócio; espaço para realização do negócio
kizaka	quisaca	esparregado da mandioqueira; efuanga
kupapata	cupapata	mototaxi
mufete	mufete	prato composto por peixe grelhado, batata doce (...)

Fonte: elaboração própria.

- Os que entraram no léxico apenas com a estrutura da sua forma plural;

Tabela 6 Angolanismos com a estrutura do plural das línguas de partida

Nome	Forma lexicalizada	Significado
jipalo	jipalo	doença que as crianças apanham sempre que os progenitores tiverem uma relação extraconjugal, londalu
makaya	macaia	tabaco
mambu	mambo	problema, assunto, objeto
olohaku	loaco	espécie de calçados
olomundo	lomundo	piquenique
olondalu	londalu	o mesmo que jipalo
vimbamba	vimbamba	pertences, bagagens

Fonte: elaboração própria.

- Nominais lexicalizados sem a perda do respetivo prefixo

Tabela 7 Angolanismos lexicalizados com os prefixos substantivais das línguas de partida

Nome	Forma lexicalizada	Significado
dikulu	maculo	oxiúro
makulu	diculo	problema
dika	dica	informação, notícia
maka	maca	problema
mukongo	mucongo	pertencente a este grupo etnolinguístico
bakongo	bacongo	forma plural de mucongo

Fonte: elaboração própria.

- Plano semântico

O plano semântico foi analisado por Mingas (2007) e por Ribas (2014) que defendem, em muitos casos, a existência de uma referência às línguas de partida. A forma comer, por exemplo, pode ter a aceção de gastar (comer o dinheiro=gastar o dinheiro), extensão da ideia muito usual nas línguas angolanas.

1.6. Línguas em contacto e línguas em conflito

Angola é um país multilingue e o multilinguismo resulta da presença das línguas de origem bantu, não bantu e a neolatina que partilham o mesmo espaço e que estabelecem relações devido a fatores de ordem socio-histórica, política, religiosa e económica.

Nesta parte do trabalho, traçamos como objetivo a descrição dos fatores que determinaram os contactos linguísticos, os conflitos e, sobretudo, analisamos os resultados desses contactos entre as línguas angolanas e a língua portuguesa.

Esta abordagem centra-se nos casos das línguas em conflito como resultado das línguas em contacto linguístico. "Diz-se que duas ou mais línguas estão em contacto se forem alternadamente utilizadas pelas mesmas pessoas" (Garmadi, 1983, p. 97). Passaremos, em revista, alguns conceitos sobre conflito linguístico considerando a importância dos mesmos para a compreensão do presente tema. Assim, recolhemos os dados apresentados por Gurrera (1985, p. 223, nota 7) ao afirmar que

> El primer autor en el que aparecen casi todos los ingredientes para definir el conflicto lingüístico es WEINREICH en su obra *Languages in Contact*, sin embargo, no llegó a teorizar sobre el tema. Fue un sociolingüista catalán, LLUIS

> V. ARACIL, el primero en utilizar y definir el concepto: «El conflicto lingüístico es aquella conjetura en que surge el dilema entre dos opciones, normalización o extinción.» Para este autor, el factor político es decisivo en el desarrollo final del conflicto. «Un dilema valencia», en Identity Magazine, núm. 24, Valencia/Cambridge, 1966, pág. 17.

Outra referência sobre o assunto vem de Álvarez Cáccamo (1987, p. 375) que considera que este pode-se ver mais claramente quando se gera socialmente aquela

> situaçom de tensom social que damos em chamar *conflito lingüístico* em sociedades em transiçom. Quando a industrializaçom e urbanizaçom dumha sociedade tipicamente rural requer movimentos massivos de populaçom aos centros urbanos -ou imigraçom desde países menos desenvolvidos economicamente-, o acesso à língua dominante torna-se um requisito imprescindível, e a *assimilaçom* ou o *conflito lingüístico* apresentam-se como os únicos resultados possíveis do processo. O conflito lingüístico pode-se conceber, assi, como a tensom dialéctica entre umha força assimilatória e umha força de resistência a esta assimilaçom por parte das minorias.

Uma das causas apontadas como sendo motivadora dos conflitos entre grupos linguísticos, é de acordo com Inglehart e Woodward (1967), o bloqueio da mobilidade social, sobretudo em países de transição[6].

No caso em estudo, o contacto entre as línguas angolanas com a língua portuguesa resultou do processo de colonização o qual talvez não fosse tão efetivo e a língua portuguesa não tivesse sido imposta. Se o contacto entre as línguas resulta da partilha do mesmo espaço, o conflito resulta do estatuto e da difusão que a língua portuguesa tem em detrimento das outras línguas em uso. Um conflito que, segundo Inglehart e Woodward (1967), pode ser motivado pelo ego, apoiado num poderoso Estado-nação para afirmar a sua superioridade sobre outros povos. A análise dos dois documentos que se seguem permite identificar as razões desse conflito.

[6] We would argue that blockage of social mobility has been the chief motivating force behind language group conflicts, especially in transitional countries. It is of little use for predicting the limits of political community among non-mobilized populations, or in societies which are not oriented toward achievement of individual social mobility (Inglehart & Woodward, 1967, p. 45).

1.6.1. Decreto de Norton de Matos

Esse decreto, com vários artigos, visava definir balizas para o que deveria ser o comportamento linguístico dos povos colonizados, tendo sido o documento reitor para aquilo que foram as políticas linguísticas de então. O conjunto de artigos, trazia, entre outros, proibições e castigos severos para quem não cumprisse o estipulado.

Se por um lado, o decreto permitiu dar o maior prestígio à língua portuguesa, tornando-a a única língua oficial, de escolaridade, matéria e meio de ensino, língua de Estado, por outro, fez com que as línguas angolanas fossem relegadas para um segundo plano, como escreveu Pedro (2014, p. 78)

> A situação linguística de Angola é caraterizada pelo uso exclusivo da língua portuguesa como a única língua oficial e de escolaridade. Esta situação herdada do colonialismo proporcionou a existência de um desequilíbrio linguístico, com grandes vantagens e benefícios para a língua portuguesa em detrimento das línguas nacionais.

Um dos desequilíbrios que aponta Pedro (2014) reside, segundo Fernandes e Ntondo (2002), na indefinição dos estatutos das línguas bantu e não bantu as quais servem apenas de línguas de comunicação entre os membros do mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística.

Na mesma ordem de ideias e, como consequência dos problemas já identificados, fala-se da falta de difusão, divulgação e promoção das línguas angolanas como um dos maiores problemas que essas enfrentam para o seu desenvolvimento. E como diria Ntondo (2014, pp. 25–26)

> (...) as línguas nacionais sofrem com a concorrência da língua portuguesa que dada a sua posição de língua transétnica, sufoca as línguas nacionais, mesmo na sua própria área de difusão, desenvolvendo o auto-ódio linguístico, obrigando ao seu abandono e ao seu desconhecimento, sobretudo pela juventude.

A descrição feita por Ntondo (2014) reflete claramente o conflito que há na relação entre as línguas angolanas e a língua portuguesa, entretanto, mais do que palavras é preciso tomar medidas firmes para inversão do quadro, por isso é chamada a discussão a resolução n°3/87.

1.6.2. Resolução nº3/87 do Conselho de Ministros

Esta Resolução nº3/87 do Conselho de Ministros surge como mecanismo para dar resposta à situação das línguas angolanas, sendo desta forma que os estudiosos do Instituto Nacional de Línguas fizeram a descrição científica de algumas línguas bantu. A Resolução nº3/87 do Conselho de Ministros (Despacho nº 3/87 Conselho de ministros: resolução nº 3/87 de 23 de maio, 1987) é, na verdade, um documento que deu sinais do interesse que o Governo tinha pela sistematização, preservação e divulgação das línguas angolanas. A resolução aprovou, a título experimental, inicialmente, o alfabeto de seis línguas. O que faz com que até hoje haja uma discussão acesa em torno das línguas e notam-se alguns resultados.

Desde a data da sua publicação até aos dias de hoje, poucas alterações se tornaram efetivas, porém houve necessidades de trazê-lo à tona, porque este serviu de suporte para as discussões do passado e para discussões futuras. As preocupações apresentadas pelos autores já citados são a prova de que o documento continua atual e, desde 1987 até aos dias de hoje muitos estudos relativos às línguas angolanas foram feitos, embora, muitos deles, numa dimensão que não satisfazem as necessidades dos interessados.

O Decreto de Norton de Matos (Matos, 1953) e a Resolução n. °3/87 (Despacho nº 3/87 Conselho de ministros: resolução nº 3/87 de 23 de maio, 1987) foram escolhidos porque entendemos que os mesmos tiveram um grande impacto para o desenvolvimento das línguas angolanas de origem bantu, contribuindo como forças opostas que lutam entre si para o desenvolvimento de cada uma dessas línguas.

1.7. Causas do abandono das línguas angolanas

Até à independência, a sociedade angolana estava dividida em dois grupos principais: os portugueses e os angolanos. Os portugueses estavam subdivididos em colonialistas, ou agentes da metrópole colonizadora e colonos, ou instrumentos da colonização. Os angolanos, por sua vez, estavam divididos em assimilados e indígenas. Os indígenas podiam assumir ou adquirir o estatuto de assimilados, desde que demonstrassem falar corretamente a língua portuguesa e vivessem à moda dos hábitos e costumes portugueses. Dada a natureza do nosso trabalho,

focamo-nos na parte ligada aos angolanos e no impacto que esta estratificação teve na vida destes.

Os dados do Censo 2014 (INE, 2016) poderão dar uma visão geral sobre o estado das línguas em Angola, em que condições são usadas e as possibilidades de que se mantenha o seu uso. O número de usuários, associado ao espaço, e a frequência com que são faladas poderão, em certa medida ser determinantes.

Estes podem ser alguns fatores que podem concorrer para que, nesta situação de conflito linguístico, determinadas línguas em Angola deixem de ser usadas:

1. a guerra, consequente movimentação de pessoas;
2. a falta de preservação por via da escrita;
3. inserção nos principais meios de comunicação;
4. a exclusão como língua veicular na escola, na função pública, no comércio, etc.

No ensino, a língua portuguesa era a única que servia de meio para a transmissão dos conhecimentos, salvo na catequese onde a língua local era, em casos de necessidade, usada para facilitar a aprendizagem do português.

Numa situação de conflito linguístico, propicia-se a opção por uma língua que se entende ser a mais forte. Para a realidade angolana em concreto, há duas situações de uso linguístico a ter em conta. A primeira é a de quem tem as línguas angolanas como L1 e que, pelas razões acima invocadas, optaram pelo uso da língua portuguesa; a segunda é a daqueles que, tendo a língua portuguesa como L1, não se interessam pelas línguas angolanas, mesmo estando no espaço em que elas são usadas.

Há, nos casos em estudo, da parte de alguns, uma espécie de resistência motivada por razões históricas o que, em certa medida, não traduziria a posição avançada por Sim-Sim (2017) ao defender que, os seres humanos tornam-se falantes exímios da própria língua materna, um processo rápido, eficaz e universal e que não carece de lições formais, bastando para o efeito, que a criança seja exposta a sons da fala e a situações de interação em que esses sons ocorram na convivência quotidiana com falantes, nem tampouco o processo de aquisição bilíngue simultânea defendido por Almeida e Flores (2017) facilitaria o aprendizado das línguas mesmo estando presentes desde os primeiros momentos da vida da criança.

Não sendo a principal tarefa deste trabalho a discussão do conceito de Bilinguismo[7], importa admitir que o fenómeno do bilinguismo existe como resultado do contacto entre as línguas. Por exemplo, tomado de Manuel (2015), o contacto entre o português e o umbundo originou o atual estado de bilinguismo individual e social que carateriza muitos falantes de Benguela, assim como a própria região.

Se as circunstâncias históricas permitiram a existência do bilinguismo, as mesmas também contribuíram para que uma das línguas que entraram em contacto fosse relegada para um plano inferior. Daí os sinais de resistência no uso das línguas angolanas como resultado deste conflito, equacionada pela fórmula: menos interesse em aprender, maior desinteresse em falar.

Como faz notar Manuel (2015, p. 33), "na situação de bilinguismo social que se verifica em Benguela não se regista o fenómeno de *language shift*, porém observa-se uma tendência maior para se usar a língua portuguesa na interação verbal entre pessoas que a tenham como L1 ou como L2, o que é, até certo ponto, a manifestação de um abandono parcial da língua umbundo".

A manifestação de falta de interesse em falar a língua regista-se quando uma pessoa A se dirige à pessoa B. A pessoa A expressa-se na língua umbundo e a pessoa B responde em língua portuguesa. Tais manifestações poderão, com o passar do tempo, desencadear naquilo que Flores (2010) considera de erosão linguística (do inglês *language attrition),* que consiste na perda da competência linguística. Vários poderão ser os fatores que concorrem para que a erosão linguística se produza, desses destacamos os seguintes:

a) O prestígio que a língua portuguesa tem em relação às línguas angolanas (Clairis, 2008, p. 95);

b) O facto de as línguas angolanas funcionarem essencialmente a micro-nível (Fernandes & Ntondo, 2002);

c) O abandono das línguas como consequência do processo migratório e/ou guerras

[7] Almeida e Flores (2017) apresentam, citando Bloomfield as fases em o conceito do termo bilinguismo passou desde altura que era entendido como domínio perfeito de duas línguas até a altura que deixa de ter o cariz de perfeição tendo passado a significar a competência linguística em pelo menos duas línguas. Tais competências podem ser adquiridas de diversas formas, em diferentes idades e contextos e atingir níveis de proficiência variáveis até à consolidação do conhecimento linguístico.

1.8. Tipos de contacto

Na abordagem sobre línguas em contacto (vd.Subcapítulo 1.5.), várias foram as caraterísticas apresentadas das línguas angolanas e da língua portuguesa e, foi notório que o facto de terem genealogias diferentes fez com que houvesse diferenças assinaláveis, embora partilhem o mesmo espaço, já que estas coabitam. É importante referir que estas tiveram um percurso de formação diferente antes de entrarem em contacto no recuado ano de 1482.

1.8.1. Substrato

O processo de formação da língua portuguesa começa com a expansão do Império Romano, tendo como a principal componente a língua de Roma que, ao longo dos anos e os lugares em que ela foi chegando, ganhou várias configurações até ao que se chama hoje língua portuguesa.

Refira-se que este processo não é assim tão linear, pois, como escreve (Neto, 1992, p. 52):

> (...) a história de uma língua não é um esquema rigorosamente pré-estabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por sobre vários séculos de palpitante vida.

Uma posição também defendida por Lyons (1987) que fala da impossibilidade de datar o início de uma língua, salvo em caso de uma convenção arbitrária e muito aproximativa. E toma, para sustentar as suas afirmações, o seguinte argumento:

> não podemos afirmar, por exemplo, quando o latim falado se tornou francês antigo, ou italiano, ou espanhol. Nem tampouco podemos localizar o ponto em que uma de- terminada língua deixou de existir - a não ser nos casos de línguas que se extinguiram, mais ou menos repentinamente, quando morreram seus últimos falantes. As línguas, do ponto de vista diacrónico, não têm começo e fim determinados (p. 62).

Segundo Fonseca (1959, p. 36), "designa-se substrato ao conjunto das línguas que se falavam na Romania antes da romanização, as quais é incontestável terem influído grandemente nas línguas românicas que nesta se criaram".

Para Castro (1991) além do latim local, outros elementos, cuja influência não é fácil de avaliar, concorreram para o processo do nascimento de um novo código linguístico: línguas usadas antes da chegada dos romanos em vias de desaparecimento quase completo e as línguas faladas por povos entre a queda do Império Romano (séc. V) e o aparecimento dos estados cristãos (séc. X).

O surgimento de uma língua nova não se dá de forma consciente, precisa de vários anos e, muitas vezes, os principais atores nem sequer se dão conta que uma nova língua poderá surgir como resultado dos seus comportamentos ou da maneira como fazem a gestão desta. No caso do português, a romanização, ato de transferência, instalação dos hábitos e costumes da cultura romana aos não-romanos, até antes do processamento completo destes (implementação da língua) ou ainda como Castro (1991, p. 128) definiu a romanização

> como processo de instalação da civilização e da língua de Roma nos territórios conquistados e integrados no Império. A diversos factores desses tem sido atribuída a responsabilidade por características linguísticas regionais: a cronologia do processo de romanização, o tipo social e a proveniência dos agentes de romanização, os centros difusores de inovações.

As línguas encontradas, as línguas desaparecidas, contribuíram para o afastamento do latim falado em Roma das variantes vulgares faladas nos lugares para onde o primeiro se expandiu.

O português tem, como foi dito, as suas origens no latim, língua que chegou à Península Ibérica no século II a.C. por força das conquistas políticas do Império Romano. A evolução do latim não foi homogénea tendo este adquirido caraterísticas distintas por razões de ordem espácio-temporal no contacto com outras línguas, culturas e povos.

Fatores de ordem cronológica, o tipo de romanizador, o modo de romanização, o substrato e superstrato estiveram na base do surgimento da nova língua.

Ivo Castro (1991), ao fazer uma análise dos fatores de diferenciação do latim, estuda as principais caraterísticas do latim vulgar e aponta a continuidade que há entre este e as línguas românicas. Apresenta fatores históricos, subjacentes no conceito de romanização e linguísticos não-latinos, com fundamento nas línguas em contacto com o latim e nas marcas por estas deixadas após o seu desaparecimento, as quais contribuíram de forma significativa para as

mudanças que se registaram no latim vulgar usado na Península Ibérica e, por conseguinte, no surgimento de uma nova língua.

Entende-se por substrato "o processo em que uma comunidade linguística aprende outra língua e esta se modifica por influência da língua primeira, a nativa" (Castro, 1991, p. 133).

Seguindo Castro (1991, p. 133) apresentamos os tipos de fontes que permitem averiguar o grau de presença da língua latina no português:

- Inscrições epigráficas ou pictóricas
- Topónimos, antropónimos: com origem na língua latina
- Vestígios arqueológicos: vários monumentos e sítios com escrita latina
- Notícias históricas
- Línguas atuais: as caraterísticas latinas muito próximas senão mesmo semelhantes noutras línguas neolatinas.

Castro (1991), defende que há manifestações de substratos em vários planos do sistema linguístico, afirmando também que, o substrato é mais fácil de determinar e mais indiscutível no plano lexical que no fonológico ou morfossintático, sendo por isso que as polémicas em torno das influências do substrato nos domínios linguísticos centram-se, fundamentalmente nos planos fonológico ou morfossintático.

Os substratos são categorizados em função dos elementos que os constituem. São aqui apresentadas, de forma breve, as categorias de substratos propostas por Castro (1991) divididos em dois grandes grupos: os substratos pré-indo-europeus e os substratos indo-europeus, a que juntaremos, neste trabalho, a influência, no português falado em Angola, das línguas angolanas, que por não ter desaparecido (ainda) podemos considerar como sendo adstratos, isto é, línguas que por razões de contacto influenciam umas às outras sem chegar a desaparecer.

1.8.1.1. Substrato pré-indo-europeu

Dá-se com a instalação e o cruzamento entre o Mediterrâneo e o Atlântico, Europa e África, ao longo dos séculos, de vários povos que deixaram marcas linguísticas na Península antes da chegada dos romanos. Os substratos pré-indo-europeus subdividem-se em:

Substrato Proto-basco

São vestígios de uma língua desconhecida deixadas no basco. Há, de acordo com Castro (1991), duas posições quanto à origem e a expansão do basco. A primeira, como tendo origem caucasiana ou relação com as línguas aí faladas, atende às semelhanças gramaticais; a segunda aponta a proveniência africana pelo facto de haver coincidências lexicais entre esta e as línguas bereber, copta, cusita, e sudanesa com as quais o ibero costuma agrupar-se.

Ao proto basco é atribuído uma serie de fenómenos linguísticos que aparecem nas línguas românicas peninsulares e, entre os vários, selecionamos os seguintes:

a) A queda do -n- e do – l - intervocálicos

   Elemosina > elemosia> port. Esmola (Cfr. Castro, 1991, p. 137);

   Granu > b.garau, port.grão

   A evolução basca do /- l – / para /– r- / e dialetalmente para /- Ø -/, resultado da mesma tendência fonética que no galego-português levou ao total desaparecimento da consoante.

   Gula > b. gura;

   Aquila > port. águia

b) Betacismo. Consiste na substituição do b por v.

Teyssier (1994) defende que em galego-português /b/ e /v/ eram fonemas distintos, e continuam sendo no português comum de hoje. Toma como exemplos os pares bale/vale e cavo/cabo. Entretanto, o mesmo autor refere que numa larga zona do centro e do norte há hoje um fonema único, como em espanhol. Nessas zonas o [b] apresenta uma pronúncia muito próxima a [v] representada por [ɓ].

Bala > [b'alɐ]

Vala > [ɓ'alɐ]

1.8.1.2. Substrato indo-europeu

À semelhança de Castro (1991), Neto (1992), Vilela (1994, pp. 12–13) realça a marca romana no léxico português e defende que "o léxico do português atual é o resultado de um fio condutor essencial, o que provém do latim, e de vários elementos, onde há empréstimos múltiplos e variados condicionamentos socioculturais". Este continua o seu argumento afirmando que "o léxico do português é um corpo formado por elementos de diferentes idades e origens, em que o latim desempenha a função de estrato". (idem)

Há no léxico do português marcas que não são comuns às demais línguas românicas e tal facto acontece por causa do posicionamento geográfico, razão pela qual há uma forte presença de substrato céltico que pode ser encontrado nos topónimos como: Conímbriga em que –briga é um elemento que nomeia cidade castreja (Vilela, 1994).

Os substratos célticos não se encontram apenas no domínio da toponímia. Estão presentes no léxico comum, como nos casos de: camisa, carro, cerveja.

A localização de que se fez referência permitiu o contacto com os fenícios justificando-se, por isso, os termos: barca, mapa, saco, atum.

Os substratos de origem basca: esquerda, balsa, bezerro, cama, charco, garra, louça, sapo, sarna, nêspera;

Os substratos de origem germânica: guerra, guardar, trégua, roubar, espiar, fato, ataviar, estaca, espeto, ganso, marta, agasalhar, gana, branco, brotar, Fernando, Rodrigo, Álvaro, Gonçalo, Afonso;

Os substratos de origem árabe: arroz, azeite, azeitona, bolota, açucena, alface, alfarroba, javali, alfinete, alicate, albarda, alicerce, azulejo, almofada, alfaiate, arraiais, alcaide, almoxarife, alfândega, acepipe, açúcar, alferes, refém, aldeia.

1.8.2. Superstrato

Um olhar sobre a história linguística de Angola permite perceber que não se poderá falar de superstrato efetivo se não se tiver em linha de conta que a língua portuguesa, no período em que chega a esta região, já tinha as suas estruturas bem definidas além do facto de não haver registos de portugueses que adotaram a língua dos nativos. O estado atual das línguas

angolanas leva a essa conclusão e permite perceber, porque não há, até à data, além da língua portuguesa, outra com estatuto igual.

Cumpre, neste ponto, dizer que não é o superstrato angolano que se pretende abordar, mas o superstrato de uma forma geral. Estudar o superstrato vai permitir saber os meandros da língua que chegou ao território angolano e, por conseguinte, saber quais as transformações que esta sofreu até ganhar a configuração que apresenta hoje.

Assim, para poder compreender o fenómeno em estudo, deve-se ter presente o conceito de superstrato, a sua base e as influências que tiveram na língua.

Superstrato, segundo Neto (1992, p. 603), é um termo introduzido em 1932 por Wartburg e que "acontece nas circunstâncias em que um povo tenha penetrado num país e, na maior parte das vezes, como conquistador e adota, de forma paulatina, o idioma do povo dominado."

Os primeiros sinais de superstrato datam do século V, altura em que o latim da România sofre modificações depois de passar por uma fase de bilinguismo. A base do superstrato na România ocidental foi o germânico o qual teve forte influência no domínio da onomástica e na România oriental foi o eslavo que se impôs como língua principal, reduzindo o latim a substrato (Castro, 1991).

Os superstratos adotam a designação da língua de partida[8], assim há superstrato franco, com origem no franco, superstrato burgundo e os superstratos suevo e visigodo. Os conceitos de superstratos são assim apresentados:

Superstrato "designa el fenómeno, opuesto al sustrato, merced al cual un lenguaje importado de otra comunidad idiomática ha ejercido una influencia durante un periodo determinado, pero se desvanecido luego, aparte de algunos indicios persistentes". (Varó & Martínez, 1997, p. 543).

Na mesma senda e para dar maior consistência ao ponto que se pretende ver destacado, optou-se por buscar mais um conceito relativo ao assunto em estudo no qual o superstrato é apresentado como: "una lengua introducida desde fuera (emigrantes, invasores)

[8] Por *língua de partida* entenda-se a língua do invasor que deixa de existir, mas que conserva alguns traços caraterísticos. No caso em concreto a influência que deixaram na fonética e na gramática latina. Na Península Ibérica, os godos e os suevos apenas influenciaram o onomástico (Vilela, 1994).

en la lengua de los nativos (frente al adstrato como influencia de una lengua extranjera debida al parentesco linguistico (Lewandowski, 1986, p. 339).

Autores como Vilela (1994), Neto (1992), Castro (1991), Teyssier (1994) fizeram várias abordagens sobre as origens dos superstratos em funcionamento no português e, neste trabalho, achou-se necessário referir-se a isso dada a importância de que se revestem os superstratos no processo de formação lexical com a presença de unidades lexicais nos mais variados domínios e diversas origens, o que viria a contribuir para a consolidação da língua portuguesa.

O desenvolvimento da língua portuguesa passou também pelo contributo que as unidades lexicais de outras realidades deram ao português, daí a posição de Vilela (1994) ao destacar os superstratos, a par do adstrato e substratos, como elementos que participaram no desenvolvimento histórico da língua formal.

A riqueza destes elementos nota-se, porque estes se adaptaram, com o tempo, gráfica e fonicamente ao português. Assim, temos germinismos já enraizados em vários domínios, desde a toponímia até a antroponímia.

Portanto, o estudo dos superstratos permitiu compreender a origem e o processo por que a língua portuguesa passou e, sobretudo confirmar o facto de que as línguas são mais ricas quando partilham o mesmo espaço e intercambiam elementos para responder aos anseios que as novas realidades trazem. Com o estudo dos superstratos ficam abertas as portas para a compreensão do fenómeno angolanismo que contribuirá, não só para o desenvolvimento do léxico daquela realidade em particular, mas de toda a língua portuguesa em geral.

1.8.3. Adstrato

Iniciaremos a abordagem com uma passagem de Martinet (1992, p. 137) segundo a qual "todo o homem pertence a uma comunidade linguística e a uma só. Notamos de passagem que nem todos os membros da comunidade falam do mesmo modo e que as divergências podem estender-se a certos pontos da estrutura da língua." A posição do Martinet (1992) serviu para demonstrar o que acontece em relação a língua portuguesa e saber da influência das línguas angolanas na estrutura da língua oficial falada em Angola, uma vez que o português

falado em Angola, à semelhança do que defendem Lopes et alii (2013) para o caso de Moçambique, alimenta-se do substrato bantu.

O contexto histórico-cultural de Angola remete para três períodos de fundamental importância para a vida dos habitantes desse país. Estamos a falar dos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial.

Os períodos mencionados tiveram, no âmbito linguístico, uma grande influência nos mais variados domínios e, no caso em análise, o realce vai para a vertente lexicológica e lexicográfica, uma vez que constitui o enfoque do trabalho em estudo a análise no léxico do português fruto do encontro de há cinco séculos entre os dois povos – angolanos e portugueses.

No período pré-colonial os habitantes comunicavam-se cada um à sua maneira, e de acordo com as necessidades especiais do momento.

Na fase seguinte, que remonta desde 1482 até um pouco antes de 1975 foi um período um tanto ou quanto conturbado para a história linguística de Angola, porque foi nessa fase em que o colono, com a sua política linguística, obrigou todos os colonizados a usar a língua portuguesa para facilitar os seus objetivos, que era na altura o processo de colonização, na verdade este só seria efetivo se houvesse comunicação entre eles.

O período pós-colonial data de 1975 até aos nossos dias. Se no período anterior os angolanos foram forçados a falar a língua portuguesa, como "estratégia importante no processo de colonização e de aculturação dos indígenas" (Adriano, 2015, p. 40), mesmo sem ter sido ensinada em todo o espaço que compreendia, na época, o território angolano, o seu uso era obrigatório. No período após a independência, essa ação abriria espaços para a introdução de palavras das línguas angolanas, porque a necessidade de comunicação ultrapassa, muitas vezes, o espaço do ensino formal. E como referiu Mingas (2007, p. 33) "é interessante notar que ao mesmo tempo que os portugueses queriam forçar os angolanos a absorver a sua cultura, eles os reprimiam, não lhes permitindo um conhecimento profundo da cultura portuguesa." Tal atitude também permitiu que a língua não fosse aprendida com a profundeza e fazendo dela algo diferente, pois foi a partir deste e outros comportamentos que o português começou a apresentar facetas, dando-se assim, lugar a uma nova forma de falar a língua.

Para Quivuna (2014), a necessidade de recurso aos vocábulos das línguas angolanas, com as alterações nos planos gráficos e fonéticos tinha como finalidade facilitar a comunicação

entre as populações. O processo dos portuguesismos (Chicuna, 2015) e dos angolanismos deram outro corpo ao português falado em Angola.

Se é um facto a hegemonia do português entre as línguas angolanas (Adriano, 2015) dados também confirmados pelos resultados no censo (INE, 2016) é, também, fácil de perceber que o português em Angola apresenta algumas caraterísticas diferentes se comparado ao português de outros pontos do mundo.

A proibição do uso das línguas angolanas não impediu que vários elementos dessas línguas se incorporassem na estrutura do português, marcadas, no primeiro momento, segundo Inverno (2018), nas especificidades resultantes do contacto com as línguas bantu nos domínios lexical, fonético e morfossintático, marcando o português em Angola com aquilo a que Silva e Sakanene (2013) chamaram de bantufonia, enquanto estudo da variedade angolana do português que reflete, no plano fonológico, sobre a forma como as unidades lexicais vindas das línguas angolanas, são produzidas e a influência dessas na produção de outras.

O que acontece em relação ao português falado em Angola é que as palavras têm marcadamente uma tendência de se aproximar às línguas angolanas. As particularidades sonoras que esta variedade adquiriu têm a designação de bantufonia (Silva & Sakanene, 2013) e na perspetiva lexicológica e lexicográfica toma a designação de angolanismos.

A questão do adstrato está aqui a ser observada pelo facto de incidir, de modo especial, nos domínios lexical e no fonológico. Com os angolanismos, o processo poderá não ser muito diferente sendo que estes alteram, nos planos lexical e fonológico a forma de falar a língua portuguesa em Angola.

A língua é o meio através do qual as pessoas expressam os seus anseios. A preocupação com a expressão desses anseios associada ao lugar onde ela é falada faz com que nem sempre a língua disponha de elementos suficientes para dar respostas satisfatórias a todas estas necessidades. Como alternativa recorre-se a outras línguas para minimizar as carências de comunicação.

O recurso de que falamos toma, no primeiro momento, a designação de empréstimo. "Poderíamos dizer que o empréstimo é o domínio do adstrato, mas substratos e superstrato foram, a dado momento, empréstimos, pois participaram no desenvolvimento histórico da língua formal e conteudisticamente, não se distinguindo do tesouro comum da língua" (Vilela, 1994, p.

17). Para facilitar a compreensão partimos da definição de adstrato e o seu enquadramento ao contexto em análise.

Para Camara (1978, p. 42)

> Adstrato é quando uma língua vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos. Na história do português é particularmente importante o adstrato árabe, decorrente da ocupação moura da península ibérica, a partir do séc. VIII, ao lado do romanço dos moçárabes. É desse adstrato que provém a grande massa dos arabismos em português.

Considera-se também adstrato, de acordo com Neto (1992, p. 601), "o caso em que o povo conquistador procura aprender a língua dos vencidos, mas de nenhum modo levado pelo prestígio social ou superioridade cultural deste."

Definido o conceito de adstrato, considerando as visões de vários autores (Camara, 1978; Neto, 1992) uma pergunta se impõe: em relação às línguas faladas em Angola qual é o registo predominante entre substrato e adstrato?

Esta é uma questão que já foi analisada por Neto (1992) para o caso da realidade brasileira e que pensamos não ser diferente comparativamente à Angola, já que após a colonização portuguesa não houve, nesse país, registo de uma segunda experiência que se assemelhasse à anterior, daí a analogia, neste particular, com o caso do Brasil.

A base dessa analogia deve-se ao facto de as línguas angolanas, não obstante, terem sido proibidas à luz das restrições no uso dessas línguas impostas por Norton de Matos (Matos, 1953) terem continuado a coabitar com a língua portuguesa e por não terem desaparecido (ainda) podemos considerar como sendo como adstrato (incluindo a língua portuguesa), pelo facto de essas línguas, por razões de contacto, influenciarem-se sem chegar a desaparecer. Os decretos que deram corpos a essas restrições são a evidência de que as línguas angolanas podiam já ter desaparecido.

O uso das línguas angolanas só era permitido, a título excecional, em linguagem falada, na catequese, como auxiliar com o propósito de, por via da mensagem bíblica, passar hábitos e costumes de modo a impedir também que os colonizados se rebelassem contra algumas práticas menos boas dos colonizadores. Isso por si, prova a tentativa de pôr fim ao uso das línguas angolanas, o que resultaria no seu desaparecimento e como afirmou Adriano (2015, p.

40) “já em 1921, o general Norton de Matos, também como governador de Angola, determinou o apagamento das línguas regionais, defendendo a sua substituição pelo português, através do decreto n. °77 do mesmo ano”.

A permanência das línguas angolanas já foi também advogada por Mingas (2007, p. 52) ao considerar que “...apesar das intenções glotofágicas dos colonizadores, porquanto o quimbundo, língua primeira da maioria dos ambundo, não era utilizada nem na escola, nem nas atividades públicas, essa língua não desapareceu”. Embora a observação tenha sido feita olhando para o quimbundo, porque, nesta obra, a autora fala dessa língua, o mesmo se poderia dizer com as demais línguas angolanas.

O fenómeno adstrato foi abordado, para a realidade angolana, considerando dois polos: externo, aquele que é anterior à chegada da língua portuguesa ao território angolano e o polo interno da língua, virado para os movimentos interlinguísticos resultante da necessidade que os usuários têm na utilização dessa.

No polo externo consideramos os elementos que estiveram na base para o processo de formação da língua. Assim, ao nível do léxico, três são os elementos que contribuíram para a formação do português: latino, vernáculo e o estrangeiro. “A língua latina constitui o fundamento da portuguesa” (Fonseca, 1959, p. 105); no polo interno destacamos o movimento das línguas angolanas no português que se adaptaram fónica e morfologicamente à língua de chegada.

Neste trabalho, o realce foi para o polo interno o que permitiu a compreensão da influência e das marcas dos elementos das línguas bantu no português falado em Angola.

As marcas de adstratos são percetíveis nas línguas e podem ser identificadas nos seguintes campos:

- Fonético e fonológico
- Morfológico
- Sintático
- Semântico
- Lexical

É importante referir que as marcas de adstratos nos campos fonético e fonológico, morfológico, sintático e semântico não serão tratadas neste trabalho, porque centramos, por questões metodológicas, a nossa abordagem no estudo do lexicológico e lexicográfico.

Assim, no campo lexical destacamos a introdução de vários angolanismos para expressar elementos da realidade local, nomeadamente:

- Culinária – *funje, quicuanga, jinguba, lombi, quizaca, maini, fumbua, safú, lossua, lonamba, jimboa, lombua;*

- Transporte – *cupapata, cangulo*;

- Estilo musical e dança – *quizomba, semba, quilampa, sungura*;

- Saúde – *lomolo;*

- Doenças – *londalo, jipalo, maculo, tala, muqueque;*

- Calçados – *londindi;*

- Lugares – *musseque, quimbo, cubata;*

- Hierarquias – *seculo, cota, ndengue, monandengue;*

- Associações – *Anangola, anandengue.*

Os elementos apresentados resultam da coabitação entre as línguas angolanas e a língua portuguesa os quais fizeram com que o português desta região tivesse caraterísticas próprias tornando, o adstrato num elemento importante porque contribuiu para que esta língua estivesse mais próxima dos seus usuários.

O português falado em Angola apresenta unidades lexicais das línguas angolanas em vários níveis de descrição linguística como resultado do contacto de muitos anos. As influências do tipo fonéticas e fonológicas, descritas por (Galduroz, 2006; Marques, 1985; Silva & Sakanene, 2013) e as de tipo lexical apontadas por Ribas (2014), Mingas (2007) Costa (2015). Estas marcas terão maior desenvolvimento quando falarmos sobre o panorama linguístico de Angola (vd. infra capítulo 4).

Capítulo 2 BILINGUISMO, DIGLOSSIA E LÍNGUAS EM CONFLITO

2.1. Bilinguismo e multilinguismo

Uma pessoa pode, em função das circunstâncias, desenvolver habilidades para fazer uso, em vários contextos e com finalidades diferentes, de duas ou mais línguas. O bilinguismo é o resultado dessa competência linguística que pode ser vivenciada ou não em contexto de multilinguismo. Essa competência pode, de acordo com Almeida e Flores (2017), ser adquirida de diversas formas, em diferentes idades e contextos e atingir níveis de proficiência variáveis, desde que se privilegie o contacto regular com duas (ou mais) línguas por um certo período para que o conhecimento linguístico se construa.

Para abordar o bilinguismo e o multilinguismo em Angola, começaremos por descrever, à luz das abordagens teóricas existentes (Grin, 2005; Kamwangamalu, 2006; Matras, 2009; Pereira, 2011; Pinto, 2015; Wei, 2001), as noções gerais dos fenómenos em análise. A análise desses fenómenos terá como fim último, neste estudo, saber a influência que o bilinguismo e o multilinguismo têm no domínio do léxico do português falado em Angola.

O panorama linguístico angolano em que coabitam três famílias de natureza e de origem linguísticas diferentes, nomeadamente: as de origem não bantu, as de origem bantu e as de origem neolatina, a língua portuguesa (Fernandes & Ntondo, 2002), dá lugar a uma situação de plurilinguismo e, por conseguinte à existência de falantes bilingues ou multilingues. Importa referir que quando há coabitação linguística a capacidade de aquisição de mais uma língua é natural e essa capacidade é resultado do meio envolvente.

A abordagem sobre a noção de bilinguismo irá além da informação que a definição etimológica que o termo oriundo do latim encerra (bis+ língua, ae), baseada na quantidade de línguas que uma pessoa pode falar. Daremos maior atenção às novas aceções que o termo tem estado a tomar nos dias de hoje, mediante resultados dos estudos que têm sido feitos. Assim, os dados recolhidos em Pereira (2011, pp. 15–16) apresentam como definição de bilingues

> não apenas aqueles que desde a mais baixa infância adquirem e usam duas (ou mais) línguas de forma sustentada ou que são igualmente competentes nas duas línguas em todos os contextos e com todos os interlocutores, mas também os que estão a aprender uma segunda língua (bilingues emergentes) ou mesmo os que compreendem, mas não têm o hábito de falar as suas línguas, como acontece com muitos filhos de imigrantes de segunda geração.

As razões para o uso de duas (ou mais) línguas ou a necessidade para aprender uma segunda língua são várias. Wei (2001, p. 6) considera que "there are many reasons for speakers of different languages to come into contact. Some do so out of their own choosing, while others are forced by circumstances".

Ainda de acordo com Wei (2001), existem fatores externos que contribuem para o contacto linguístico. Fizemos o enquadramento desses fatores ao contexto angolano porque entendemos que cada um desses terá influenciado na promoção do bilinguismo. Os fatores externos são:

a) Políticos: atos políticos ou militares como a colonização, anexação, reinstalação e federação podem ter efeitos linguísticos imediatos. Com esses atos as pessoas podem tornar-se refugiadas num novo lugar ou na sua terra natal o que as obriga a aprender a língua do seu novo ambiente. O processo de colonização em Angola deu início aos contactos entre angolanos e portugueses. O estabelecimento de aliança entre o reino de Portugal e o reino do Congo fez com que além das línguas angolanas, a língua portuguesa começasse a ser usada em Angola;

b) Desastres naturais: fome, inundações e erupções vulcânicas podem ser a causa de movimentos de populações. A movimentação de pessoas propicia novas situações de contactos linguísticos à medida que elas são reinstaladas. O movimento migratório, a penetração e fixação bantu, o tipo de relações que estabeleciam entre os povos encontrados (Fernandes & Ntondo, 2002) motivado pela necessidade de conquista de novos territórios contribuíram para que houvesse a expansão bantu e o surgimento de outras línguas;

c) Religião: a opção de ir viver num país por causa da religião ou o abandono por opressão religiosa faz com que uma nova língua possa ter de ser aprendida;

d) Cultura: a identificação com um grupo étnico, cultural ou social pode levar a se aprender a língua desse grupo;

e) Economia: a procura de melhores oportunidades de trabalho obriga a aprendizagem de uma nova língua;

f) Educação: quando aprendizagem de outra língua é o meio para ter acesso ao conhecimento. No caso em análise, regista-se a particularidade de haver, como

defendeu Zau (2011), crianças de língua materna portuguesa e outras cuja língua materna é uma das variadíssimas línguas de origem africana. E o facto de o ensino formal ser quase exclusivamente[9] feito na língua portuguesa faz com que as crianças que tenham, por exemplo, uma das línguas africanas como materna aprendam a língua utilizada no sistema de ensino como condição para ter acesso aos conhecimentos e, nesses casos, as competências em português facilitam a aquisição de conhecimentos em matemática, história, ciências da natureza ou geografia (Pinto, 2015);

g) Tecnologia: a disponibilização das tecnologias de informação e comunicação numa única língua faz com que essa língua seja a mais utilizada e se expanda. Os dados do censo (INE, 2016), no tópico sobre uso das tecnologias de informação e comunicação, indicam que no universo da população com 5 ou mais anos de idade, o telemóvel é o mais usado pela população com 38%, a internet com 10% e o computador, com igual percentagem. Os dados do censo revelam-se importantes, porque permitem ter a ideia de quantas pessoas poderão adquirir a língua mais veiculada pelas tecnologias de informação e comunicação.

Os dados apresentados permitem-nos saber, de forma geral, os fatores que contribuem para a promoção do bilinguismo. Para Wei (2001, p. 3), "the usual consequence of language contact is bilingualism, or even multilingualism, which is most commonly found in an individual speaker." E no caso de Angola, a coabitação de três grandes famílias linguísticas deu lugar ao multilinguismo, um fenómeno que, de acordo com Zau (2011, p. 31), "ocorre em sociedades tipicamente pluralistas, em situações nas quais os locutores utilizam, concomitantemente, várias línguas".

No relatório sobre o ensino das línguas estrangeiras como política pública, Grin (2005, pp. 74–75 nota 53), sobre multilinguismo afirma que

> a literatura fala umas vezes de "plurilinguismo", outras vezes de "multilinguismo". A distinção entre os dois termos não é a mesma para todos os autores. Para uns, o "multilinguismo" retorna à noção geral de diversidade das línguas, sem identificação das línguas que constituem essa diversidade, enquanto o "plurilinguismo" supõe uma diversidade calculável, ou seja, que o número de línguas em presença esteja especificado. Para outros autores, o multilinguismo é uma competência individual, enquanto plurilinguismo designa a diversidade das línguas em presença no espaço social.

[9] Utilizamos a expressão quase exclusivamente, porque embora ainda muito circunscrito, em Angola, foi oficialmente implementado, em 2006, o ensino bilingue (língua portuguesa e numa língua bantu) (Pinto, 2015).

Em Angola, à semelhança de vários outros países da África Austral e não só, observa-se o multilinguismo. A abordagem sobre o multilinguismo vai na linha do que defende Zau (2011) a qual não deve apenas estar circunscrita ao inventário das línguas, mas questionar como diversas línguas de uma sociedade podem estar armazenadas nas memórias, se estarão dissociadas ou interpenetradas e o modo como o sujeito as mobiliza ao passar de uma para outra.

Várias são as definições de bi-/multilinguismo e a opção por uma delas poderá variar em função dos objetivos da investigação. Para Kamwangamalu (2006, p. 726), "bilingualism is used to encompass both the individuals who are fluent in two languages only and those whose linguistic repertoire consists of three or more languages."

O multilinguismo em Angola expressa uma realidade em que uma língua é a oficial e as outras não têm estatutos definidos. Para refletirmos sobre o multilinguismo em Angola serve de suporte a posição tomada pela UNESCO e reiterada pela UNICEF, na segunda metade do século XX, sobre o reconhecimento da importância do uso da língua de casa na escola (Pinto, 2015), decorrente da consciência da influência dessas línguas na estratégia de desenvolvimento humano, o que de certa forma tem contribuído, ainda que de forma muito tímida, para que as línguas angolanas comecem a ocupar os seus espaços.

O reconhecimento do multilinguismo, caraterística de países como Angola, é de facto razão pela qual as autoridades apelam a uma política linguística apropriada para o desenvolvimento económico e social. Foi a pensar no desenvolvimento dessas comunidades que surge o Plano de Ação da Língua para África, um instrumento útil, com força de lei que reconhece os problemas por que passam essas línguas e defende a substituição das antigas línguas coloniais pelas línguas indígenas como meio de instrução com vista a melhorar as politicas linguísticas desses países.

O Plano de Ação da Língua para África foi, segundo Kamwangamalu (2006), proposto pela então Organização de Unidade Africana (OUA), atualmente substituída pelo novo organismo, União Africana (UA). Dada a importância dos objetivos apresentados no Plano de Ação (OUA, 1987), destacamos os seguintes:

a) Assegurar que as línguas africanas, através de disposições legais adequadas e promoção prática, assumam o seu legítimo papel de meio de comunicação oficial nos assuntos públicos de cada Estado Membro, em substituição das línguas europeias, que até agora desempenharam esse papel;

b) Encorajar o uso crescente das línguas africanas como veículos de instrução em todos os níveis educacionais;

c) Garantir que todos os sectores dos sistemas políticos e socioeconómicos de cada Estado-Membro sejam mobilizados de forma a desempenharem o seu papel para assegurar que a (s) língua (s) africana (s) prescrita (s) como língua (s) oficial (is) assumem o papel pretendido no menor tempo possível;

d) Fomentar e promover a unidade linguística nacional, regional e continental em África, no contexto do multilinguismo que prevalece na maioria dos países africanos.

2.2. Bilinguismo, diglossia e línguas em conflito

Bilinguismo, diglossia e línguas em conflito são termos que apresentam uma relação de complementaridade e resultam, na situação em concreto aqui analisada, do contacto entre as línguas angolanas e a língua portuguesa.

Bilinguismos e diglossia, até a uma dada altura, foram entendidos como equivalentes, estabelecendo-se entre estes termos uma relação de sinonímia, como afirmou Dubois (1937) (citado por Garmadi, 1983), ao referir-se que o termo diglossia tem a sua história e que numa primeira fase foi entendido como simples sinónimo de bilinguismo e, pouco depois, como bilinguismo social.

A discussão continua e, desta vez, o termo diglossia é associado ao bilinguismo social, enquanto emprego de duas línguas concorrentes e que apresentam diferenças de estatuto social entre os locutores. No mesmo diapasão, alinha Lastra (2003, p. 217) que considera diglossia como "una situación especial de bilinguismo".

Para a definição de diglossia, tal como a entendemos neste trabalho, serão analisadas duas posições basilares: a de Ferguson (1959) e a de Fishman (1972).

Ferguson (1959), por ter sido o primeiro a usar o termo diglossia num artigo que é considerado uma referência clássica para os estudos em diglossia, ao passo que Fishman (1972) por ter introduzido modificações consideráveis no conceito de diglossia.

2.2.1. Diglossia segundo Ferguson (1959)

O termo diglossia é, de acordo com Ferguson (1959), modelado do francês diglossie e, por extensão semântica, entendido também como bilinguismo. Diglossia ocorre quando membros de uma mesma comunidade utilizam duas ou mais variedades de uma mesma língua em contextos comunicacionais diferentes. A forma como essa língua é usada, entre os membros de uma mesma família ou não, varia mediante o tipo de relação que se estabelece com o interlocutor, muitas vezes, influenciada pelo momento da comunicação. O falante ao adequar o seu discurso em função do contexto em que se encontra, seleciona o registo mais formal ou menos formal da mesma língua sempre que a situação o exigir.

Dada a relevância que a abordagem sobre diglossia tem para este trabalho apresentamos, em seguida, o conceito do termo proposto por Ferguson (1959, p. 336) segundo o qual:

> (...) is a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) super-posed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature, either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation.

Há, efetivamente, aspetos que devem ser tidos em conta para a análise de situações de diglossia. Para entender as circunstâncias em que ocorre a diglossia é necessário ter em conta a compilação de dados descritivos e históricos (Ferguson, 1959). A compilação desses dados vai permitir a seleção da comunidade de fala e das suas línguas, a descrição das caraterísticas que partilham e, por fim, a sua classificação. A compilação de dados foi a metodologia que Ferguson (1959) utilizou para classificar os códigos linguísticos em H (High) que usa a variedade formal e L (Low) para a variedade menos formal.

Diglossia ocorre em vários lugares e manifesta-se em diferentes situações linguísticas (Ferguson, 1959; Schiffman, 2017). Com efeito, descreveremos, a seguir, os aspetos que a permitem distinguir:

a) Função: marcado pela distinção dos papeis de H e de L. A variedade H é usada nos serviços públicos e religiosos, na escolarização e nos media e a variedade L reservada

para funções como a comunicação no lar ou para o lazer (Linhares & Nogueira de Alencar, 2016; Schiffman, 2017);

b) Prestígio: a função de cada um dos códigos linguísticos (H e L) faz com que a variedade H seja considerada superior por ser usada na literatura culta, por exemplo em detrimento da variedade L que é usada para funções mais baixas, servindo de código de comunicação em casa.

c) Património literário: grande parte da literatura é feita ou está feita com recurso ao código H. Os registos de L na literatura clássica servem apenas para representar determinados estratos sociais, já de per si marginalizados. Schiffman (2017) toma como exemplo peças de Shakespeare em que a variedade L, quando usada, seria para mostrar certas personagens como rústicas, cómicas);

d) Aquisição: a variedade L é a primeira a ser aprendida; é a língua materna, ao passo que a variedade H é adquirida mediante o processo de escolarização;

e) Normalização: a variedade H é a padronizada. Os dicionários e as gramáticas servem de suporte para esta padronização. A variedade L raramente é padronizada no sentido tradicional, ou se existem gramáticas, estas são escritas por pessoas de fora (Schiffman, 2017);

f) Estabilidade: a diglossia acontece por um período que pode durar séculos ou até milénios o que revela uma situação de estabilidade. Ocasionalmente, as variedades L ganham domínio e deslocam a variedade H, porém H só desloca L se H for uma língua materna de uma elite (Ferguson, 1959; Linhares & Nogueira de Alencar, 2016; Schiffman, 2017);

g) Gramática: a estrutura da gramática da variedade H é diferente da estrutura da variedade L. Na variedade H os sistemas de construções frásicas, a concordância e o sistema de género são complexos e diferentes comparativamente aos que ocorrem na variedade L (Ferguson, 1959);

h) Léxico: o léxico é partilhado, embora com variações na forma e com diferenças de utilização e significado. A variedade H inclui termos técnicos e expressões, muitas vezes, sem equivalentes em L regular (Ferguson, 1959; Schiffman, 2017);

i) Fonologia: as relações entre fonologia da variedade H e da variedade L estabelecem-se por dois tipos de sistemas, nomeadamente:

- Sistema em que as duas variedades partilham os mesmos elementos fonológicos;

- Sistema em que a variedade H apresenta contrastes que faltam em L, substituindo sistematicamente alguns outros.

Ferguson (1959) conclui que o estudo da diglossia permite a compreensão dos processos de mudança linguística e apresenta desafios interessantes para alguns pressupostos da linguística sincrónica e considera interessante para os cientistas sociais, sobretudo se por via dele for possível elaborar um quadro geral de referências para a análise do uso de uma ou mais variedades de linguagem dentro de uma comunidade de fala.

A situação de diglossia proposta por Ferguson (1959) dá-se, geralmente, quando há duas variedades de uma mesma língua em uso em situações comunicativas diferentes, sendo uma formal e outra menos formal. Transportando esta noção para a realidade angolana, entendemos que em Angola não se poderá falar de diglossia tal como propôs Ferguson (1959) se for considerado o facto de que a língua portuguesa falada em casa, não apresenta mais disparidades do que é usada nos meios de comunicação social, por exemplo, do que em Portugal ou no Brasil apresentam estes registos formal e informal.

Assim, a incipiência de dados sistematizados (dados descritivos e dados históricos) sobre a variedade linguística do português em Angola não permite concluir, de forma precisa, que haja diglossia na aceção defendida por Ferguson (1959), embora um estudo feito por Mingas (2007, p. 50) tivesse apontado que "a partir dos anos 25/30, os filhos dos assimilados começaram a ter o português como língua primeira". Não vemos, nos dados apresentados por Mingas (2007), números referentes à quantidade dos filhos dos assimilados com o português como língua materna. Os números seriam úteis para aferir a representatividade dos dados e por via dos números, saber se seria ou não possível classificar o português em Angola em variedade H e variedade L, facto que impossibilita chegar às conclusões que chegou Tapias (2018, p. 66) quando descrevia como sendo casos de diglossias os casos de

> (...) árabe clásico y árabe popular (egipcio, sirio, libanés, iraquí, etc.) griego clásico o cercano al clásico, Katharévusa, según la reconstrucción de principios

> del siglo XIX, y griego popular, dhimotikí o demótico; en otros [una variedad "estándar" y] una variedad regional, desarrollada tras un prolongado período de aislamiento: el alemán y el dialecto germano-suizo, el schwyzertütsch.

Os dados permitiriam aferir se o que é dito em contexto formal de comunicação é o mesmo que no contexto informal. Para Gaspar (2015), não obstante, serem poucos e incipientes os estudos sobre a variedade angolana do português, a padronização pode ser um caminho para evitar a continuidade de situação de diglossia.

2.2.3. Diglossia segundo Fishman (1967)

Ao longo da sua evolução, o termo diglossia passou por diversas etapas. A designação diglossia serviu para caraterizar aquelas sociedades que utilizam duas (ou mais) línguas para a comunicação interna. Joshua Fishman, em 1967, com o artigo *Bilinguism with and without diglossia; diglossia with and without bilinguism*, o termo diglossia ganha uma nova aceção.

Fishman (1967, p. 30) considera que "diglossia exists not only in multilingual societies which officially recognize several "languages" but also, in societies which are multilingual in the sense that they employ separate dialects, registers or functionally differentiated language varieties of whatever kind". Este posicionamento alarga a noção de diglossia para os casos de sociedades que utilizam duas línguas de origem e naturezas diferentes, mas com funções diferenciadas.

O autor que estamos a citar considera, para efeitos de simplicidade e para compreensão do fenómeno em análise, que existem quatro possibilidades de relações entre bilinguismo e diglossia, designadamente:

a) Bilinguismo com diglossia: nos casos em que ocorre tanto a diglossia como bilinguismo. Nesses casos, cada língua tem suas funções. Fishman (1967) toma como exemplo o caso do Paraguai onde quase toda a população fala espanhol e guarani. O espanhol é usado para falar e escrever sobre a educação, religião, governo, alta cultura e distância social, enquanto guarani serve para assuntos de intimidade e solidariedade grupal primária, mesmo no meio urbano espanhol;

b) Diglossia sem bilinguismo: duas ou mais comunidades de fala estão unidas religiosa, política ou economicamente numa única unidade funcional, não obstante

as clivagens socioculturais que as separam. Trata-se de duas ou mais comunidades em que cada uma fala a sua língua. Embora raros hoje em dia, o que aconteceu na Rússia antiga antes da Revolução onde a elite falava francês e o resto da população não sabia falar a língua francesa (Linhares & Nogueira de Alencar, 2016), por exemplo, refletem o padrão de diglossia sem bilinguismo;

c) Bilinguismo sem diglossia: dá-se o bilinguismo individual. Nesses casos as duas línguas têm as mesmas funções, embora nestas circunstâncias nenhuma delas esteja bem estabelecida e socialmente reconhecida, ou seja, a situação não pode ser estável (Lastra, 2003). O bilinguismo sem diglossia, de acordo com Fishman (1967), ocorre quando as necessidades bem como as consequências de uma industrialização e de urbanização rápida e maciça fazem com que os membros da comunidade de fala abandonem os seus padrões socioculturais tradicionais e aprendam (ou sejam ensinados) a língua dos meios de produção muito mais cedo do que a sua absorção nos padrões socioculturais e privilégios a que essa língua pertencia. Assim, o bilinguismo sem diglossia tende a ser transitório tanto em termos dos repertórios linguísticos das comunidades de fala como em termos das variedades de fala envolvidas per se;

d) Sem bilinguismo nem diglossia: ocorre em comunidades de fala muito pequenas, isoladas e indiferenciadas. Cuba é uma realidade em que não se regista nem bilinguismo nem diglossia.

A abordagem de Fishman (1967) permite identificar a situação de diglossia que acontece em Angola, um país que possui uma realidade linguística diversificada, línguas com estruturas diferentes, pertencentes à família africana de origem bantu e as línguas não bantu. "A estas línguas junta-se o português, a partir do século XVI, e que é atualmente a única língua oficial de Angola" (Mingas, 2007, p. 33).

É importante referir que a opção pela língua portuguesa se dá como consequência da imposição da língua do colonizador aos colonizados e, estes últimos, transmitiram às gerações seguintes essa língua como forma de ascensão social, transformando-a assim na mais falada dos principais centros urbanos, enquanto as línguas angolanas com funções baixas, ficariam reservadas maioritariamente para o uso doméstico.

Especialmente claro, e que se ajusta à realidade estudada, é o entendimento que Garmadi (1983, p. 129) tem de diglossia: "uma situação de bilinguismo generalizado a uma comunidade inteira e onde o uso de cada uma das línguas é limitado a uma dada circunstância especial".

Os fenómenos bilinguismo, diglossia e os conflitos linguísticos resultantes destes serão compreendidos observando, em primeira instância, o cenário linguístico angolano (Fernandes & Ntondo, 2002) (vd. infra subcapítulo 4.3.2.), saber quais são as línguas faladas, o seu espaço de uso e o lugar que merecem nesta sociedade.

Segundo Tapias (2018), o conceito de diglossia ganha outro contorno quando surge Fishman (1967) que expande, refina e alarga, o raio de ação para línguas de naturezas diferentes.

Os indicadores da existência de diglossia, segundo o que defende Fishman (1967), em Angola, são os seguintes:

- A opção pela língua portuguesa como oficial que a transforma em língua para funções altas, usada na Assembleia da República, por exemplo;

- O facto de haver para aquilo que seria o sistema de comunicação, línguas angolanas e a portuguesa (oficial) com natureza e origens diversas motivo, que impede estabelecer entre si uma relação de variação em línguas diferentes;

Como defende Romaine (1996), uma visão também partilhada por Inverno (2018) que aponta para a existência de uma situação de diglossia generalizada, principalmente nos centros urbanos em que a língua portuguesa é utilizada nos domínios oficiais e as línguas angolanas de origem africana essencialmente no domínio familiar. Os principais centros urbanos chegam a ser os difusores da língua portuguesa, porque a administração do Estado está presente nestes centros.

Trazemos para reflexão a abordagem proposta por Milando (2013), embora de cariz socio-histórico, mas que consideramos apresentar elementos úteis para o estudo da língua portuguesa em Angola. Para o autor em referência, "em Angola, a Administração do Central do Estado nunca se fez sentir em toda a extensão do território"(Milando, 2013, p. 35).

Esse facto terá condicionado que a língua portuguesa fosse utilizada e, principalmente aprendida de forma diferente nos lugares em que a Administração do Estado, por via do programa de ensino formal, chegou.

A ausência da Administração Central do Estado em algumas partes do território angolano permite perceber que a expressão República de Angola encerra várias realidades, nomeadamente: social, política e cultural e que por via do critério da gestão efetiva ou desta realidade pelo governo central e pelo tipo de lógicas e de mecanismos de produção e de reprodução sociais dominantes pode-se depreender diferentes "Angolas"[10]. Assim, haverá 'Angola Governamental', 'Angola Ad Hoc', 'Angola de Ninguém' e Angola Constitucional ou Angola-Projecto (Milando, 2013).

Efetivamente, as diferentes realidades apresentadas servem não apenas para compreender o contexto socio-histórico, mas também o impacto que essas realidades acarretam para a língua dando lugar à existência da diglossia não generalizada.

Angola, sendo um país plurilingue com línguas de genealogias e estruturas diferentes faz com que haja diglossia. Fatores como a indefinição dos estatutos, a tímida entrada nos media e no sistema de ensino, poderão, em certa medida, concorrer para o conflito entre estas, motivado pela falta de difusão, promoção e desenvolvimento.

Embora haja instituições como o ILN, o INIDE e a FLUAN e outras que se preocupam com o estudo sistemático das línguas, muito ainda terá de ser feito para que os discursos sejam concretizados na prática. Existem instituições, contudo será preciso que se criem condições para o funcionamento pleno dessas e, sobretudo fazer com que os utentes das línguas sejam capazes de as usar sem que para isso se sintam retraídos e isso passa, efetivamente, pela definição ou redefinição das políticas linguísticas.

---

[10] **Angola Governamental:** corresponde à parte de Angola onde se fez sentir a administração central do Estado, a gestão político-militar do Governo /MPLA. Constituída por Luanda, as capitais provinciais e pouco mais do que as áreas urbanas e periurbanas do país;

Angola Ad Hoc: compreende as áreas do país que de um modo prolongado, estiveram ocupadas pelas forças da UNITA ou onde se fez sentir a influência da sua política disjuntiva em relação ao Governo;

Angola de Ninguém: corresponde àquelas parcelas do país em que quase sempre estiveram ausentes as atividades políticas quer das Autoridades da 'Angola Governamental' quer das de 'Angola Ad Hoc';

Angola Constitucional ou **Angola-Projecto**: distinta das três "Angolas" cuja existência não tem sido substancial, mas sustentada pela constituição da República de Angola, pelo discurso oficial das autoridades de "Angola Governamental" e também pelo sistema das relações internacionais cujos mecanismos de legitimação dos Estados-Nação dissonam frequentemente, das realidades empíricas de referência (Cf. Milando, 2013, pp. 35–35).

A definição de políticas linguísticas não deverá passar única e exclusivamente pela divulgação de uma série de leis (Lei de bases do sistema de educação, 2001; Lei de bases do sistema de educação e ensino, 2016), porém de ações mais concretas. As leis são fundamentais, mas por si não são suficientes.

O que está plasmado na lei 17/16 que revoga a 13/01 é:

> Sem prejuízo do previsto no n.º 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regular em diploma próprio.

O argumento para justificar a nossa reserva em relação ao proposto no nº1 do artigo acima apresentado é o seguinte:

A lei foi aprovada em 2016, todavia as línguas angolanas continuam a ser consideradas como complemento de aprendizagem, uma espécie de extensão do artigo n.º 3, de 1921 de Matos (1953) que proibia a utilização das línguas indígenas no catecismo, exceção feita nos casos em que essas serviam como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa;

Entre aquilo que pode ser ensinado nas línguas angolanas e o que efetivamente se ensina, há uma distância considerável.

O exposto no art. nº 1 da LBSEE (Lei de bases do sistema de educação e ensino, 2016) pode dar lugar ao que Kamwangamalu (2006) chamou de hegemonia da língua inglesa sobre as línguas africanas, evidenciada nas políticas de língua na educação de todos os países da África Austral. Políticas assentes, em certa medida, na primazia dada às antigas linguas coloniais, no caso o inglês e o português, em detrimento das linguas africanas.

Não queremos com isso dizer que as leis sejam impraticáveis para o caso em concreto, nem tampouco entrar na discussão avançada por Calvet (2007) sobre as leis linguísticas. A nossa proposta é que todos os trabalhos com vista a recuperar aquilo que durante séculos ficou ofuscado pelas políticas assimilacionistas sejam acompanhados de ações mais concretas, com investimentos no pessoal técnico e nas infraestruturas. Isso passaria por:

- Tornar as línguas angolanas úteis, definindo claramente os seus estatutos, fazendo-as também línguas de trabalho;

- A utilização das línguas angolanas na administração pública, tendo em conta a realidade de cada província ou município.

Estas premissas poderão ajudar a concretizar os decretos aprovados evitando, à partida, os desequilíbrios linguísticos que se registam, permitindo desse modo a aproximação do princípio internacionalmente consagrado que defende a aprendizagem da leitura e da escrita na língua de casa, o que não só contribuiria para o desenvolvimento humano elevado (Pinto, 2015) como também seria um passo para minimizar os conflitos.

Assim, das quatro possibilidades apresentadas por Fishman (1967) a que melhor se enquadra na realidade angolana, tendo em conta o que foi descrito, é a da coexistência de diglossia e bilinguismo considerando os fatores que estão a ser analisados.

O facto de haver, como foi dito, uma língua oficial e outras línguas com estatutos não definidos faz com que haja a coexistência de diglossia e bilinguismo. Reconhecemos que há, da parte do Estado, interesses no sentido de fazer com que as línguas continuem a servir como veículo dos mais variados anseios da população nas diversas esferas sociais, como referem:

- A CRA (*Constituição da República de Angola*, 2010)

> Constituem tarefas fundamentais do Estado angolano, proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação (art. 21 al. n);

- A LBSEE (Lei de bases do sistema de educação e ensino, 2016 n.º2 do art. 16)

> O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva;

- Com a existência do Instituto de Línguas Nacionais, uma instituição vocacionada ao estudo sistemático das línguas de Angola;

- A existência de um jornalismo radiofónico e televisivo em línguas angolanas;

- A discussão, na Assembleia da República, para a aprovação de um estatuto para as línguas angolanas de origem africana.

Embora as línguas angolanas não tenham o mesmo estatuto que a língua portuguesa elas estão sempre presentes no dia-a-dia dos angolanos. As atividades de caráter religioso,

nomeadamente: cultos, as missas, algumas atividades de cariz político, mormente os comícios, são realizados, às vezes, em línguas angolanas.

A existência de um jornalismo em línguas nacionais é outro reflexo da presença destas. Com efeito, a realização de eventos usando as línguas angolanas demonstra bem a função social destas.

Portanto, dependendo das circunstâncias, as línguas angolanas terão um papel mobilizador, quando servem de veículo de transmissão no apelo ao registo eleitoral, quando usadas em palestras com vista a dar a conhecer à população os riscos das doenças sexualmente transmissíveis, a prevenção do cancro e da covid-19, por exemplo.

O recurso à língua angolana nos eventos mencionados revela a função que ela tem estado a ter o que pode, de alguma forma, ajudar à expansão das línguas e fazer com que as pessoas as aceitem mais, passando deste modo, as línguas angolanas a ter um papel social para várias esferas sociais e não servir apenas como meio de comunicação entre membros de uma mesma família.

Capítulo 3 EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO

3.1. O conceito de empréstimo

Mbangale (1998) e Chicuna (2015) apontam para os vários conceitos, muitos dos quais controversos, que o termo empréstimo encerra, porém são unânimes em afirmar que este resulta do contacto de línguas. Assim, para Marouzeau (1968, p. 85) empréstimo "désigne à la fois l'acte par lequel une langue accueille un élément d'une autre langue et l'élément emprunté lui-même". O mesmo autor refere também que "l'emprunt peut se faire par voie orale (emprunt auditif ou phonétique) ou par l'écriture (emprun visuel ou graphique).

Outro conceito é apresentado por Haugen (1950) que procurou definir a terminologia utilizada na análise linguística do empréstimo. Assim, de acordo com autor que estamos a citar, empréstimo é

> the process that takes place when bilinguals reproduce a pattern from one language in another. Two kinds of activity which enter into borrowing are distinguished, viz. substitution and importation, which are defined in terms of a comparison between the model and the reproduction (p. 230).

Um outro conceito de empréstimo, embora numa vertente mais direcionada à estilística, é proposto por Cressot (1974) que o apresenta como ato em que um indivíduo introduz na sua língua geral vocábulos desconhecidos ou expressão de falares particulares de que os livros ou a sua experiência pessoal lhe tenha dado conhecimento. Pode-se observar várias noções sobre empréstimos, porém importa, para a análise em causa, os empréstimos lexicais e que transformações ocorreram até acomodação na língua de chegada.

Carvalho (1989) considera o empréstimo como um processo pelo qual uma língua A cede um termo a uma língua B. A língua que cede o termo é considerada a língua fonte e a que o recebe, língua recetora. O traço cedido é o modelo de empréstimo que poderá ou não sofrer adaptações segundo os padrões da língua recetora. Carvalho (1989) alarga a sua abordagem e propõe as causas dos empréstimos e dividi-as em dois grupos, nomeadamente:

- Aquelas devidas ao contacto interpessoal, à convivência dos falantes. Neste ponto enquadra-se o caso dos angolanismos pelo facto de estes terem entrado no português por via da colonização e, nos dias de hoje, pelo convívio linguístico.

- Aquelas devidas aos contactos à distância, mediatizados por canais artificiais. Neste particular pode-se referir, por exemplo, elementos da língua inglesa no português, fruto da expansão da ciência e tecnologia.

Como já foi dito, os empréstimos surgem da satisfação de uma necessidade de comunicação. Mbangale (1998) partilha da mesma visão e acrescenta que em certos casos justificam-se o uso dos empréstimos e noutros, não. Razões de ordem linguística e extralinguística, como a necessidade lexical, o peso perifrástico, o paralelismo lexical e o prestígio da língua contribuem para o uso efetivo ou não dos empréstimos.

Adaptando o mesmo modelo ao estudo dos angolanismos pode-se avançar algumas causas do recurso aos empréstimos. Tais são:

a) A necessidade lexical – nenhuma língua é autossuficiente a ponto de ter no seu repertório lexical unidades que satisfaçam todas as necessidades de comunicação. O português falado em Angola não é diferente. Assim, podemos encontrar unidades lexicais que traduzem a realidade cultural do quotidiano a entrar na língua portuguesa, como por exemplo: *comba, londalo, jipalo*.

Nestas circunstâncias, "o empréstimo responde a uma necessidade linguística real, isto é, torna-se indispensável, necessário na comunicação relativa a um determinado domínio", defende Mbangale (1998, p. 115).

A necessidade lexical já foi abordada por Vilela (1994) quando falava sobre os empréstimos linguísticos necessários como sendo aqueles que configuram conceitos a que não correspondem qualquer palavra na língua existente ou que designam objetos desconhecidos na língua. O contrário, defende Vilela (1994), configura um luxo. Na mesma linha de pensamento está Ribas (2014, p. 7), ao afirmar que os "regionalismos se integram por carência de correspondente adequado (sic), outros, pelo contrário, precipitaram-se da fogosidade da improvisação."

b) O peso perifrástico – entendido como a dificuldade em traduzir realidades novas para evitar o peso das perífrases (Mbangale, 1998);

As unidades como *mufete, maini, quixiquila, cupapata* entram na língua portuguesa, porque a sua explicação na língua de chegada transformaria a definição muito complexa e, às

vezes, sem explicar de facto o que o nome designa, daí o recurso a termos simples da língua de partida.

c) Paralelismo lexical – se por um lado há necessidade de incluir angolanismos por necessidade de uso, por outro, existem casos em que a sua inclusão poderia não ser tão necessária por haver equivalentes na língua de chegada.

Na perspetiva de Ribas (2014), nos dias que correm, talvez por efeito de um capricho ou orgulho em patentear, ainda que imperfeitamente, as potencialidades de seu património cultural, empenha-se grande número de naturais em aportuguesar uma série de termos, a maioria dos quais possuindo equivalentes. As unidades como *quixiquila, sembele, maculo,* podem ser resultado disso.

Efetivamente, a inclusão de unidades oriundas das línguas angolanas tem feito com que o léxico português falado em Angola tenha um cariz diferente e próprio, passando, assim, a ser mais rico com elementos que expressem aspetos típicos da cultura.

A entrada de unidades lexicais no português de Angola resulta do contacto secular entre povos com realidades linguísticas diferentes. Vários fatores concorreram para que tal acontecesse. Entre os quais destacamos o aspeto histórico, o linguístico e a proximidade territorial.

O aspeto histórico está ligado ao processo que começa com a colonização em que a aprendizagem da língua portuguesa era, além de obrigatória, uma espécie de extensão da decisão tomada, em 1759, por Marquês de Pombal que consistia na alfabetização em português com compêndios de gramáticas, em vez do latim através do catecismo (Pinto, 2014). A aprendizagem da língua portuguesa era uma condição para ascensão social.

Esta aprendizagem teve alguns contornos inesperados, porque ao mesmo tempo que era obrigatório ter o domínio da língua portuguesa, obrigatoriedade imposta pelos Decretos de Norton de Matos (Chicuna, 2015), sendo a educação formal o meio através do qual se podia aprender a língua, havia, porém, escassez na cobertura escolar.

Na época em que se legislou a referida obrigatoriedade na aprendizagem do português, o acesso à escola não era para todos os cidadãos. Estando reservado a uma ínfima minoria, que

ostentava o estatuto de "pretos assimilados[11]" (Adriano, 2015; Mingas, 2007) e àqueles que, através das missões católicas e evangélicas, podiam fazê-lo (Viti, 2012).

A gritante escassez de cobertura escolar, associada a seleção e a separação, no sistema de educação, entre os africanos e os portugueses em que "para os primeiros, a instrução literária limitava-se somente a falar, ler e escrever o português, as quatro operações aritméticas e o conhecimento da moeda corrente de Angola (Ndombele, 2017), teve implicações na aprendizagem da língua portuguesa.

Estes fatores tiveram como consequência não apenas altos índices de analfabetismo – o que era previsível, tendo sido considerado, de acordo com Liberato (2014), como graves os resultados da política educativa seletiva, tendo Angola chegado à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85%, uma das mais elevadas do mundo – mas também um impacto direto na forma como a língua é hoje falada. O transporte para a língua portuguesa de estruturas das línguas bantu deveu-se, em certa medida, a isso.

O aspeto de ordem linguística, prende-se com o facto de nenhuma língua ser autossuficiente ao ponto de ter no seu repertório as unidades que traduzam toda as necessidades de comunicação, daí o recurso às outras línguas para dar melhor respostas aos anseios comunicacionais. Vilela (1994) já afirmava que o léxico do português era um corpo formado por elementos de diferentes idades e origens, e que "no próprio léxico latino recebido deve-se distinguir o léxico herdado e o léxico tomado como empréstimo" (Ibidem, p. 13). Nesta vertente, enquadram-se os empréstimos lexicais das línguas angolanas de origem africana em uso no léxico do português, que neste trabalho tomaram a designação de angolanismos.

O recurso que se faz às outras línguas tem a designação de empréstimos enquanto "una palabra tomada de otra lengua, pero, a diferencia del extranjerismo, hecha própria, y adaptada al sistema de la lengua receptora" (Abraham, 1974, p. 361).

[11] "Aqueles que foram educados debaixo dos preceitos e costumes europeus, entre os quais se sublinha a aprendizagem e a utilização da língua portuguesa" (Adriano, 2015, p. 41).

O conceito de preto assimilado decorre, de acordo com Mingas (2007), da divisão dos angolanos em dois subgrupos. O primeiro grupo era formado pelos assimilados, cujos filhos tinham direito de frequentar a escola conjuntamente com as crianças portuguesas, bem como à nacionalidade portuguesa. A mesma autora afirma que existiram dois grupos de assimilados: os passivos e os ativos. Os passivos eram os alienados, não assumiam a sua cultura, o seu povo, a sua história nem a sua condição de seres humanos. Eram o que os colonialistas designavam como "negros diferentes", "negros que não eram como os outros, porque tinham a pele negra, mas a sua alma era branca". Os ativos eram aqueles que se apropriaram de tudo o que lhes foi possível aprender, com o objetivo de libertar o seu povo e país da dominação colonial portuguesa, utilizando, para o efeito, a língua portuguesa através de jornais.

Cingindo-nos aos limites deste trabalho, entendemos os angolanismos como sendo os empréstimos lexicais transferidos das línguas africanas de Angola para o léxico do português, que reúnem entre vários, os seguintes requisitos:

a) aceitabilidade da parte dos falantes;

b) frequência de uso;

c) distribuídos por domínios: cultura, economia e finanças, medicina e saúde, transportes e da gastronomia.

O terceiro aspeto está ligado a proximidade territorial, um conceito extraído de Carvalho (1989) que aponta a proximidade como sendo um dos fatores para a interferência linguística. De salientar que Carvalho (1989) faz a colagem entre a proximidade territorial, contacto interpessoal e a convivência dos falantes, resultante da colonização.

O elemento língua angolana é intrínseco ao fator espaço, sendo que esta tem Angola como lugar de atuação. O trabalho que se apresenta descreve, entre outros aspetos, o impacto dos elementos das línguas angolanas (=angolanismos) no léxico do português. Não será observado, por questões metodológicas, o resultado do contacto das influências que línguas dos países vizinhos têm no português falado em Angola.

Os fatores apontados têm como um dos principais veículos a imprensa escrita e falada. Como forma de recolha dos angolanismos recorreu-se às publicações *online* para aferir se de facto eles existem e com que frequência são utilizados e, mais importante ainda, se são empréstimos momentâneos ou empréstimos estabelecidos (Correia & Lemos, 2009).

A terminologia e a tipologia de empréstimos utilizada por Haugen (1950), assente na ideia de que o empréstimo é um processo que envolve reprodução e que pode variar desde uma imitação satisfatória a um falante nativo até uma que o falante nativo não reconheceria. Assim, se o empréstimo for suficientemente semelhante ao modelo para que um falante nativo o aceite como seu, pode dizer-se que o falante importou o modelo para a sua língua, desde que se trate de uma inovação, o contrário, de uma substituição.

A aceitabilidade é um dos pressupostos também invocados por Lastra (2003) que encaixa perfeitamente no caso em estudo. Uma questão que deve merecer maior atenção é a de saber se os angolanismos fazem ou não parte do léxico do português. Para isso serviram de suporte os critérios propostos por Lastra (2003, p. 189) que apresenta o seguinte:

a) Frecuencia e uso: mientras más se emplee una palabra de otra lengua y mientras más personas la usen, será más razonable considerarla incorporada a la lengua receptora;

b) Desplazamiento del sinónimo equivalente en la lengua receptora;

c) Integración morfofonémica y sintáctica. Si el elemento en cuestión tiene la forma fonológica de la lengua receptora, se usa con los afijos apropiados y pertenece a una categoría sintáctica al funcionar en oraciones como palabra nativa, se puede considerar integrado;

d) Aceptabilidad. Si los hablantes nativos juzgan que una palabra de la lengua donadora es apropiada para designar algo y si no se dan cuenta de su origen, es señal de que ya forma parte del léxico.

Pelos pressupostos anunciados, concluímos que os angolanismos pertencem aos empréstimos estabelecidos. Basta que sejam observadas as caraterísticas das unidades lexicais *zungar, quiçângua, muata, musseque, gindungo, muamba, capanga*, apenas para citar alguns, facilmente se poderá identificar os critérios propostos.

A presença no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa,* bem como as respetivas marcas usadas <Angol>, <umb>, <kimb>, <kik>, identificando a origem de cada uma, poderão servir de barómetro de aceitabilidade das unidades referidas no português falado em Angola.

Os angolanismos surgem da necessidade que as populações têm de satisfazer os anseios de comunicação e, uma vez não encontrados na língua portuguesa os elementos que satisfaçam as necessidades pretendidas, recorre-se às outras línguas para a satisfação deste desiderato.

Uma proposta feita por Bloomfield (1973) distingue os empréstimos em íntimos, culturais e dialetais.

Os e*mpréstimos íntimos* são aqueles que decorrem da convivência de duas línguas no mesmo território. Tendo em conta a proximidade que há entre as línguas angolanas de origem bantu este fenómeno é frequente. Um caso que ressalta a vista é da variante kibala ou kibala-ngoya[12] (Angenot, Mfuwa, & Ribeiro, 2011; Jordan & Manuel, 2016) que resulta do empréstimo entre as línguas umbundo e quimbundo e forma a variante de uma língua e/ou uma nova língua.

[12] Há uma acesa discussão sobre o uso da denominação kibala ou kibala-ngoya. Para Fernandes e Ntondo (2002) é considerada como uma variante do quimbundo ao passo que para Jordan e Manuel (2016) o kibala-ngoya

De acordo com Bloomfield (1973, p. 461), quando se fala de empréstimos íntimos está presente a ideia de língua do dominador "spoken by the dominant and privileged group" e da língua do dominado, os detentores da "lower language". Nesses casos, os empréstimos são geralmente unilaterais por haver a tendência de os dominados acharem a linguagem do grupo dominante a mais sofisticada.

O empréstimo *cultural* resulta de contatos políticos, sociais, comerciais e até militares. Segundo Carvalho (1989) é dos tipos de empréstimos que mais se encontram.

A língua portuguesa incorpora vários elementos da cultura. Um levantamento feito nos dicionários contemporâneos portugueses indicou que os domínios que mais se destacam são os da linguística, botânica, etnolinguística, culinária, zoologia e religião. A predominância destes indicadores tem reflexo no número de angolanismos nestes domínios.

Os e*mpréstimos dialetais* são apresentados como os que se realizam entre falares da mesma língua, ou seja, entre variantes regionais, social e aqui, recorrendo às palavras de Ranchhod e Mota (1999, p. 222), podemos dizer que os empréstimos dialetais ocorrem quando se dá a passagem "de termos técnicos para os que não têm essa especificidade." Este tipo de empréstimo fica fora dos limites do nosso trabalho, porque não será feita uma comparação entre as variedades de uma mesma língua, mas, sim a análise de elementos lexicais das línguas angolanas de origem bantu no léxico do português.

É importante referir que esta classificação surge apenas como proposta indicativa, porque, e como afirmou Bloomfield (1973) a distinção entre as fronteiras e os tipos de empréstimos nem sempre pode ser feita, uma vez que não há distinção absoluta a ser feita entre os limites do dialeto e os limites da língua.

Assim, os angolanismos (umbundismos, quiconguismos e quimbundismos) enquanto contribuição direta ou indireta das línguas bantu, ou ainda, como forma corrompida de falar o português de mistura com termos africanos resultante de quase cinco séculos de história (Tinhorão, 2019) ao português europeu, registam-se, com maior incidência, no vocabulário,

---

é diferente do quimbundo padrão por ser um idioma separado havendo diferenças substanciais no falar de um e de outro.

Outro problema prende-se com o facto de a designação ngoya apresentar uma conotação pejorativa por significar indivíduos sem educação, sem maneiras, sem asseio, ou seja, uma expressão que carateriza o indivíduo fora do padrão de convivência comunitária razão pela qual há uma certa resistência em aceitar como nome de um grupo etnolinguístico. A designação menos problemática e chancelada pelo ILN é, segundo Angenot, Mfuwa e Ribeiro, (2011) o kibala.

mercê da presença dos negros escravos em Portugal (Melo, 1981) são, deste ponto de vista, bons exemplos de empréstimos.

O fenómeno empréstimo está intimamente ligado a necessidade que os seres humanos têm para a satisfação de um dos seus anseios, assentes na questão das relações língua e cultura. A existência, por exemplo, de um certo número de palavras numa cultura e a inexistência na outra faz com que os utentes, para a comunicação, recorram às outras línguas para suprir esta necessidade.

O processo migratório que se traduzia, essencialmente, na procura de melhores condições de vida fez com que vários povos estabelecessem relações com outros o que viria resultar no contacto linguístico. "O empréstimo tem sua origem no momento em que objetos, conceitos e situações nomeadas em língua estrangeiras transferem-se para outra cultura" (Carvalho, 1989, p. 42). Nesta parte pretendemos abordar o conceito de empréstimo com particular realce para os empréstimos lexicais derivado do contacto entre povos.

O empréstimo como tal não é recente. Acontece, segundo Mbangale (1998), em todos os tempos e em todas as épocas. Para a realidade angolana não é diferente, por isso serão objeto de análise as unidades lexicais das línguas umbundo, quicongo e quimbundo presentes no português.

Com efeito, o empréstimo é o último estágio da interferência tal como advoga Garmadi (1983, p. 143) afirmando que "a interferência entre reservas lexicais pode ir até ao empréstimo". Transportando o fenómeno para a realidade angolana pode-se falar do caso das unidades lexicais das línguas angolanas presentes no português.

Efetivamente, a situação do plurilinguismo reinante em Angola fez com que o português falado nesta região recorresse a unidades lexicais provenientes das línguas para designar realidades típicas da cultura do povo e vice-versa.

Portanto, unidade como okupapata da língua umbundo (apalpar com o sentido de andar de um lado ao outro, à procura de coisas que garantam o sustento) entrou na língua portuguesa como "cupapata" com dois valores semânticos: pessoa que conduz o motociclo para o transporte pago de passageiros e o segundo, como meio de transporte.

cupapata

cu.pa.pa.ta

kupɐˈpatɐ

nome feminino

Angola motocicleta usada para o transporte pago de passageiros ou mercadorias; mototáxi

nome de 2 géneros

Angola pessoa que conduz uma motocicleta, assegurando um serviço pago de transporte de passageiros o u mercadorias; mototaxista

Do umbundo kupapata," apalpar"

Fonte: *Dicionário* infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-10-30 19:16:13]. Disponível na Internet: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-Portuguesa/cupapata

Como *cupapata*, traduzem aspetos da realidade local as seguintes unidades: *cubata, quissangua, quimbombo, musseque, quizaca, mufete, comba, safu* em uso no português e muitos dos quais registados nos dicionários contemporâneos da língua portuguesa.

3.2. Formas de empréstimos

Se as línguas não são autossuficientes, estando desprovidas, no seu sistema de unidades lexicais suficientes para satisfazer todas as necessidades dos utentes, os elementos de outras fontes podem admitir várias formas que representam modelos e que se consagram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico.

Os empréstimos são introduzidos na língua de várias maneiras e ganham a configuração de acordo a forma como se adaptam à língua recetora.

Uma palavra estrangeira da língua A passa a ser usada na língua B. A saída da língua A para a língua B ocorrem vários fenómenos designados por estrangeirismos, adaptação da unidade na língua B;

Com o xenismo dá-se a ausência de adaptação na língua B. "Designam-se xenismos as palavras que permanecem na forma original, apesar da grande frequência de uso" (Carvalho, 1989, p. 44).

Entre os casos de estrangeirismos e de xenismos há um percurso com duas fases, a primeira que pode ser considerada intermediária, a chamada fase do peregrinismo que é a fase de instalação do termo numa língua e corresponde à forma mínima de empréstimo; a segunda fase, do empréstimo integrado que consiste na etapa de adoção verdadeira dum termo

estrangeiro, isto é, da sua integração definitiva numa língua (Mbangale, 1998). É nesta última fase em que os angolanismos já dicionarizados estão enquadrados.

Portanto, ao ser considerado angolanismo, a unidade lexical já passou por vários processos e está completamente adaptado à língua recetora, seguindo as caraterísticas desta língua.

O processo de integração dos empréstimos deu lugar a um fenómeno conhecido como hibridismos. Para Chicuna (2015), entende-se por unidades híbridas aquelas que são compostas por elementos provenientes de línguas diferentes e no caso vertente os que apresentam elementos das línguas europeias e das línguas bantu.

O surgimento de unidades híbridas acontece, para dar resposta a uma necessidade especial de comunicação e servem para designar atividades económicas, realidades que o país vai conhecendo em função do contexto social (Mendes, 2010; Sacanene, 2016). Casos como o da unidade zungueiro (aquele que faz venda ambulante); mayuyeiro (aquele que fabrica coisas de pouca duração).

De acordo com o modelo de Mendes (2010) apresentamos as unidades híbridas presentes no português falado em Angola que dada sua importância para a compreensão da abordagem pretendida passamos a descrever:

a) Uma base lexical de línguas angolanas, na qual se anexam morfemas portugueses, com maior predominância para os sufixos, seguindo o processo de derivação de unidades lexicais da língua portuguesa. Pertencendo de uma forma geral à classe dos nomes e dos verbos;

   Bungula-ção > bungulação

   Bungul-ar > bungular

   Cacuss – ada > cacussada

   Kandong – eiro > candongueiro

   Kukin – ar > cuquinar

   Mayuy-ar > maiuiar

   Mujimb – ar > mujimbar

   Seng –ar > sengar

b) Morfema prefixal de uma língua angolana, associado à base das línguas angolanas e um sufixo português;

Bi- cataca-eiro > bicatacaieiro

Ca-lonjan-da > calonjanda (Ribas, 2014, p. 81)

Ka –puk – eiro > capuqueiro

Mu- ulemb- eira > mulembeira

c) Morfema prefixal da língua portuguesa, associado a base das línguas angolanas e um sufixo português;

a- lemba-mento > alembamento

a-jindung -ado > ajindungado

a-jindunga-mento > ajindungamento

a-quicong-ar > aquicongar

d) Morfema prefixal de uma língua angolana associado a base portuguesa;

Ka- bocado > cabocado

Ka-patróleo > capatróleo

Ki-pão > quipão

As unidades híbridas no processo de formação de palavras novas socorrem-se da derivação por via da prefixação, sufixação e da composição.

e) No que tange a composição há que destacar as palavras constituídas por unidades das línguas angolanas e portuguesa e/ou vice-versa em uso frequente no léxico do português e que adquiriram as caraterísticas da língua recetora. São os casos de:

Calulu de carne seca

Celebrações da dipanda

Dia da dipanda

Farinha musseque

Feijão macunde

Festa da dipanda

Festival da dipanda

Fuba de bombo

Funge de bombo

Gala da dipanda

Jindungo caombo

Muamba de carne

Muamba de dendém

Muamba de galinha

Sumo de mucua

Gelado de mucua

3.3. Conceito de *Code-Switching*

A necessidade de estudar o *code-switching* num trabalho desta natureza tem como base facilitar a compreensão da forma como determinadas unidades lexicais das línguas angolanas entraram no léxico do português.

O uso do termo *code-switching* surge, pela primeira vez, no ano de 1954, num artigo publicado por Hans Vogt para quem "code-switching in itself is perhaps not a linguistic phenomenon, but rather a psychogical one, and its causes are obviously extra-linguistic". (Alvarez-Cáccamo, 1998, p. 32). Não é sobre os primórdios do termo que pretendemos dar maior atenção, mas sim, sobre a definição do termo para compreender o fenómeno em análise.

Começaremos por apresentar a definição de *code-switching*. Para isso recorremos ao conceito proposto por Haugen (1956, p. 40) o qual refere que "*code-switching* occurs when a bilingual introduces a completely unassimilated word from another language into his speech". Por seu turno, Meisel e Koppe (1999, p. 277) afirmam que "the term ´*code-switching*`, more *specifically, is used in the almost commonly accepted sense to describe a certain skill of the bilingual speaker that requires pragmatic and grammatical competence in both languages.*

A coabitação linguística em Angola, resultante do encontro de vários povos, tem feito com que nos atos comunicativos entre duas pessoas bilíngues haja a introdução de elementos estranhos ao português, como serão os casos das unidades identificadas no corpus em análise.

O recurso ao *code-switching* ocorre, segundo Grosjean (2010), por várias razões. A primeira é que certas noções ou conceitos são melhores expressos em outra língua; a segunda para cobrir as insuficiências de palavras ou expressões de uma língua.

No caso em estudo, há realidades típicas da cultura do povo que não tem equivalentes nas línguas de chegada ou ainda, porque um dos interlocutores entende que é a melhor forma para traduzir o que lhe vai na alma naquele momento. E, como afirmava Grosjean (2010, p. 51), "the bilingual speaker can bring in other language if need arises and if she feels comfortable doing so with her interlocutor" e daí a necessidade de recorrer a uma outra língua para preencher esse vazio.

O objetivo deste estudo é o de analisar em que medida as unidades lexicais das línguas angolanas em textos escritos em português podem influenciar ou não na alternância de códigos.

A definição proposta por Meisel e Koppe (1999) leva-nos a pensar no problema originado por aquilo que a competência gramatical[13] , tratando-se de duas línguas de natureza e origens diferentes, poderia exigir. Tomemos como exemplo o caso do processo de formação do plural nas línguas angolanas, que é diferente do da língua portuguesa.

Nas línguas angolanas "os nomes são caraterizados por prefixos que indicam o singular e o plural" (Fernandes & Ntondo, 2002, p. 68). Os autores em referência falam do sistema de classes, o que permite aos substantivos participar de forma evidente na expressão da distinção singular/plural. Ao passo que na língua portuguesa "o plural dispõe de um sufixo próprio é o -s" (Mateus, 2003, p. 927).

Apresentamos, a seguir, a tabela 8 adaptada do modelo de Fernandes e Ntondo (2002), em que fazemos uma comparação entre o processo de emparelhamento da língua umbundo e a formação do plural na língua portuguesa.

[13] Concerning gramatical competence, adequate code-switching requires that switches within one sentence observe specific gramatical constraints (Meisel & Koppe, 1999, p. 277).

Tabela 8 Processo de emparelhamento da língua umbundo

	Língua Umbundo		Língua Portuguesa	
	Cl.1 u- Sing.	Cl.2 a- Pl	Sing.	Pl.
	*u*lume	*a*lume	homem	homens
	Cl. 5 e-	Cl. 6 a-		
Zona R	*e*kamba	*a*kamba	amigo	amigos
	Cl. 5 e-	Cl.4 *ovi*-		
	*e*linga	*ovi*linga	ação	ações
	Cl. 9 o Ø-	Cl. 10 olo		
	*o*njo	*olo*njo	casa	casas

Fonte: baseado no trabalho de Fernandes e Ntondo (2002).

O nosso principal objetivo é apontar o processo de formação do número das línguas angolanas e a portuguesa. A tabela 8 mostra, na primeira coluna, o elemento da classe 1 que indica o singular e na segunda coluna o elemento de classe 2 que marca o plural. Assim, ***u****lume* faz o plural regular em ***a****lume*. Os nomes das línguas bantu processam a oposição singular/plural recorrendo ao emparelhamento de classes o qual pode ser regular ou irregular tendo em conta a classe a que o nome pertence (Cf. Fernandes & Ntondo, 2002).

A unidade lexical *camba* ('amigo') por exemplo, é de uso frequente no português falado em Angola e ao passar para o que estamos a chamar de angolanismos adota as caraterísticas da língua de chegada formando o plural com o emprego do sufixo -s. À semelhança de *camba* há várias outras unidades que assumem o mesmo comportamento.

O corpus que escolhemos para servir de referência apresenta dados a comprovar que, embora sejam línguas diferentes há uma maior tendência de adequação da unidade transferida à língua de chegada. Isso ocorre, segundo Flores (2005, p. 4), quando fazia uma comparação entre as línguas alemã e a língua portuguesa, porque "só o bilíngue que conhece e domina bem os dois sistemas gramaticais das línguas que manipula é capaz de os encaixar num enunciado, mantendo a sua gramaticalidade". No caso em concreto, a probabilidade de os escritores dominarem os dois sistemas é maior por isso é que as unidades selecionadas tomaram a forma (estrutura do plural) da língua portuguesa. Neste contexto encaixa-se a proposta definitória feita por Poplack e Meechan (1999, p. 200) que apresentam *"code-switching as the justaposition of sentences or sentence fragments, each of which is internally consistente with the morphological and syntactic (and optionally, phonological) rules of its lexifier language".*

Se houve necessidades de apresentar a definição do conceito de code-switching é importante explicar os passos que foram dados para aferir o efeito prático da existência dessa mudança em casos com angolanismos.

3.3.1. *Code-Switching:* Metodologia de recolha de dados

Uma das insuficiências apontadas quando se abordam a alternância de códigos prende-se com a igualdade de tratamento que é feita às línguas de natureza e estruturas diferentes. Na sua análise, Poplack e Meechan (1999) fazem uma comparação entre a língua francesa e duas línguas de origem africana. Neste trabalho são analisadas a combinação entre a língua portuguesa e três línguas de origem bantu.

Para a análise do processo de *code-switching*, utilizamos um conjunto de textos coligidos num corpus que serviu como referência. A constituição do corpus teve em conta a identificação e a presença de elementos passíveis de provocar mudança, por isso os textos foram agrupados de acordo com a origem dos elementos que indiciam o *code-switching* a serem estudados, nomeadamente: de David (2014) onde se verificam angolanismos de origem umbundo; Fonseca (1985) para os de origem quicongo e o de Vieira (2005) para a língua quimbundo.

As razões por trás do estudo do *code-switching* são: a influência dos elementos das línguas angolanas de origem bantu no léxico do português; até que ponto a presença dessas unidades poderão constituir barreiras para a comunicação entre pessoas que adotaram a língua portuguesa como elemento comum; a compreensão dos fenómenos linguísticos que ocorrem em Angola resultante do contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas.

O corpus de referência foi extraído de três obras literárias.[14] Escolhido o tipo de corpus foi feita, de forma manual, a recolha e a seleção dos trechos, tendo sido observadas as seguintes fases:

a) a primeira foi a da seleção de textos escritos sobre a realidade angolana;

[14] Reconhecemos alguns problemas que o estudo sobre o Code-Switching feito exclusivamente com base no *corpus* escrito pode acarretar, mas ainda assim optamos por escolher essa via, porque tivemos que fazer referência a essa abordagem, demonstrando com alguns exemplos a ocorrência desse fenómeno linguístico. Todavia, não pretendemos, por razões de ordem metodológicas, dar maior profundidade ao assunto.

Cumpre, neste ponto, destacar que as obras primárias são as de David (2014) que corresponde ao texto 1; Fonseca (1985) relativo ao texto 2 e o 3 de Vieira (2005). A escolha destas não impossibilitou que mais obras fossem referidas para permitir vários exemplos.

b) a segunda, a extração dos trechos nas obras referenciadas.

Este procedimento consistiu em recolher e verificar em que medida as unidades lexicais de outras línguas são passíveis de produzir mudanças, considerando o dado segundo o qual as mudanças linguísticas devem-se à natureza da própria língua e que os fenómenos dos empréstimos são parte dessa mudança (Carvalho, 1989).

c) a análise dos trechos e a identificação dos tipos de *code-switching*.

A partir dos trechos fez-se o levantamento das unidades lexicais. Importa referir que os textos foram selecionados tendo como base a linha orientadora do trabalho que é a de analisar o funcionamento dos angolanismos no português e, neste particular, saber se os angolanismos podem ou não provocar alteração de código. Nos três textos é fácil perceber que os locutores são bilíngues. Assim, no primeiro, há um falante bilíngue em português/umbundo; no segundo, um bilingue em português/ quicongo e, por fim, no terceiro, um bilingue português/ quimbundo.

Tomando como referência os estudos feitos por Poplack e Meechan (1999) quanto às alternâncias observadas, temos os seguintes resultados:

inter-sentencial: Caluquembe, dar-lhe kula, Kuriakita, Moni a Mambu, ongundi, Saparalo,

intra-sentential: Benguela; caxipembe; Cubal; dar nkasilua; Karitoko; mukanda; quimbar; quimbo; tirar o mbenda da kilamba; tomar banho com kula; a gente se banzava nos movimentos do cassula; quimbandeira nas regiões altas; nas trevas do poente, xingou; os brancos jindeles silenciosos.

tag-switching: ho

intra-sentential switching, que distingue tag-switching, inter-sentential e intra-sentential Switching.

É importante referir que dada a natureza do trabalho não vamos nos ater em quantificar, nas sequências discursivas, as ocorrências das unidades das línguas angolanas por se tratar de pequenas partes de textos. Deixamos esta tarefa para os estudos posteriores, limitando-nos a

apenas a indicar o tipo de ocorrências e a consequente classificação de cada uma das ocorrências.

À partida, o que se pode ler nos textos 1, 2 e 3 é a inclusão de unidades da língua umbundo, quicongo e quimbundo, respetivamente. A inclusão dessas unidades acontece como consequência da necessidade de utilizar determinadas realidades que não encontram equivalentes na língua de chegada.

Consideramos, para o efeito, três textos para demonstrar a forma como se operacionaliza o processo de inclusão de unidades oriundas das línguas angolanas nos textos em português. A inclusão desse processo na literatura tinha, de acordo com Venâncio (1993b), a preocupação de registar o português quotiadiano dos musseques, com interferências sobretudo das línguas angolanas e que adaptava as formas orais de narrar com vista à viabilização da angolanidade.

Texto1 *Code-switching* com angolanismos da língua umbundo

> Aos nove anos, sabia ordenar ao lado do tio, com presteza. Aos doze não havia segredo para ele no fabrico da manteiga de cabaça, denominada ongundi. Aos catorze anos, sendo esperto o moço, era mensageiro de recados para toda a parte, por incumbência do tio, para anunciar festas, nascimentos, doença ou morte. (David, 2014, p. 15)

> ... os nativos considerados importantes, vindos dos quimbos limítrofes, dão largas à sua riqueza, levando presentes de vulto aos donos da festa. Os de posses modestas trazem dádivas relativas aos seus haveres. Os moços e moças acorrem a ela com a sua juventude para folguedo e com a sua presença alegram o ambiente (Ibidem, p.16).

> Chegados ao Cubal, compraram as passagens, dirigiram-se à loja mais próxima para adquirir pão com torresmos e aguardaram, sossegados, o comboio do nano para o embarque. Ibidem, p.18

> Saparalo falava pelos cotovelos, animados pelos goles de cachipembe que ia sorvendo, aos poucos, de uma cabaça que levava escondida no capote, para não ser topado pelo condutor ou guarda-freios.

> Kuriaquita ia apuando os ouvidos para lhe apanhar as conversas todas e acabou por notar que Saparalo era da sua região. embora tivesse sotaque quimbar não podia negar ser de Caluquembe. Ibidem, p.19

> No quimbo, a família apenas recebia, raramente, notícias por boca de conterrâneo a respeito de Manuel Karitoko, em Benguela, e Kuriaquita, na terra, sobrinho do seculo Kuriaquita, abastado lavrador de trigo e proprietário respeitável de centenas de cabeças de gado bovino.

> Manuel Karitoko nunca se dera ao trabalho de riscar uma mukanda a saber de seus familiares (David, 2014, p. 15).

Texto 2 *Code-switching* com unidades da língua quicongo

> Moni a Mambu, quando chegou a idade, recebeu da mão de seu pai uma catana e cordas de palmeira bordão. Depois de ter recebido esse material foi à mata armar ratoeiras, e no dia seguinte encontrou um Mbenda. Regressou ao povo e preparou-o muito bem, pondo-o num espeto a defumar. Quando o mbenda ficou pronto, meteu-o na sua kilamba e pôs-se a caminho, encontrando algumas mulheres a dar nkasilua às crianças e que lhe disseram:
>
> - Se na verdade és Moni a Mambu, dá-nos carne.
>
> Então ele tirou o mbenda da kilamba e deu-se. Depois continuou o seu caminho. No regresso, foi ter com as mulheres e disse-lhes:
>
> - Sou eu, Moni a Mambu. O meu pai deu-se a catana com que armei a ratoeira que apanhou o mbenda, por isso o esforço é meu, paguem-me.
>
> As mulheres deram-lhe kula e prosseguiu o seu caminho. Mais à frente, encontrou outras mulheres a tomar banho e que se esfregavam com areia, então disse:
>
> - Ho! Nos tempos dos nossos avós as mulheres tomavam banho com kula. Vocês tomam com areia do rio? (Fonseca, 1985, p. 103)

A inclusão dessas unidades lexicais faz com que haja variação no português falado, fundamentalmente no domínio do léxico, porque a inclusão convoca para a língua de chegada elementos que outrora eram desconhecidos.

Face ao exposto, pode-se dizer que esta inclusão pode ocasionar variação, mas não necessariamente mudanças. O conceito de variação, no caso vertente, baseia-se na visão apresentada por Xavier e Mateus (1990, p. 760) que definem como "fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa época, num outro e num lugar e num grupo social." Ao conceito de variação selecionado associamos a afirmação de Tarallo (1990, p. 63) que diz "nem tudo o que varia sofre mudança, no entanto, toda a mudança linguística pressupõe variação. Variação não implica mudança, mudança, sim, implica sempre variação." Os exemplos que se seguem, tomados do corpus de referência, elucidam o que acabamos de apresentar.

> Saparalo falava pelos cotovelos, animado pelos goles de cachipembe ('certo tipo de aguardente') que ia sorvendo, aos poucos, de uma cabaça que levava escondida. (David, 2014).

> Quando o mbenda (‘rato’) ficou pronto, meteu-o na sua kilamba (‘pasta’) e pôs-se a caminho ... (Fonseca, 1985).

> ... ciência de vavó dele, nga Fuxi (‘senhora Fuxi’), quimbandeira (‘médica’) nas regiões altas (Vieira, 2005).

Nos exemplos em referência, as unidades *cachipembe, mbenda, kilamba, quimbandeira* e *xingou* foram adaptadas ao sistema da língua portuguesa. A escolha de unidades como cachipembe ao invés de aguardente, provoca variação, mas não faz com que este exemplo seja da língua umbundo.

Assim, no texto 3 há, além da inserção de unidades da língua quimbundo, o caso de uma frase completa (Kuata, kuata!) em que o código é completamente diferente, ou seja, 100% de elementos da língua de partida aloja-se na de chegada. Romaine (1996, pp. 77–78), em relação ao assunto, diz que as mudanças de códigos centram a sua atenção em dois aspetos: os constrangimentos gramaticais ocasionados por essas mudanças e outro aspeto está ligado aos motivos que levam os falantes a mudarem de códigos".

Texto 3 *Code-switching* com unidades da língua quimbundo

> E a funda intelegencia dele cacimbou sorrisos nossos – Zemaria é quem era mais preciso na viagem nova, doutoro de todos os capins e barros, ciência de vavó dele, nga Fuxi, quimbandeira nas regiões altas do Tanguedágua, além-Kinaxixi. Mas no Kalubém, mulato gordo, foi o Turito quem afilhou:
>
> - Vem!
>
> E sempre a gente se banzava nos movimentos do cassula, que ele era de ainda nem escola lhe aceitar. Porque alcunha dele, risos logo-logo, mostrava funda sabedoria nos depois: rapidez de chegar antes de chamarem, num corpo gordo, como era então? Quem na alma é que era o relâmpago, ensinava nossa vida pequenina: ver, ouvir, atacar ou fugir, sempre o primeiro, corpo só dava conta já no depois, desbaforidas banhas.
>
> - Para onde que vamos viver? – na zona dele, se antecipava.
>
> - Viver não conta, é só pó de estrelas, Kalubém amigo! – o Turito.
>
> E o Bora, eco simples de seu dono:
>
> - O mais importante é saber para onde que se morre, não é, menim Turito?...
>
> Connosco ele não falava, escravo matacânhico, gozo de todos. E Kalubém, rebelde mesmo na luz chegando nas trevas do poente, xingou:
>
> - Póp'las! Escravo fiel, que você és sempre!...
>
> Para o Turito vir com suas belas águas apagar:

- Dorenavã és «Cravo-Fiel»!

E o Bora, maltrapito criado, curvou as cabeças, o balão em seus dedos ronronando as alhetas coloridas, rolantins do vento.

- Porque nós vamos viajar para lá!

Apontou, branca pomba voando para o todo azulídeo ar, alaranjando, a mão dele. E vimos as sete partidas do céu, girarem olhos nossos, misturar belezas.

Que era tudo o macio fogo sem chama em pós azulados do vento, cadavez polvilho de luz filtrada depois da meia tarde e as todas passaradas avoenjantes, regresso no lar – os brancos jindeles silenciosos nas rotas dos coqueiros do sul... (Vieira, 2005, pp. 28–29).

(...)

E eu mesmo me virei no espelho de fogo dos olhos do Turito, dei encontro as lentes grossas. E vi as estrelas nos olhos do filho do sapateiro: Zeca chorava sua raiva.

- Kuata, kuata!

O moço vira, cachorro perseguido nas pedras e no Zemaria. Fugia, fugava, abandonava – a moça que sentiu tantas vergonhas vendo os ecos dos fugitivos... (Ibidem, p. 52).

As duas primeiras fases permitiram, mediante trechos selecionados, recolher os angolanismos nas três línguas, nomeadamente: umbundo, quicongo e quimbundo.

A ocorrência das unidades lexicais nos trechos vai permitir identificar os tipos de alternâncias comuns no português falado em Angola.

Poplack e Sankoff (1984) são muito cuidadosos na maneira como fazem a distinção entre interferências, alternâncias de códigos, integração do material de outra língua que é objeto de estudo e convergência.

A opção pelo corpus escrito, embora possa trazer à baila a velha questão que a linguística do corpus enfrenta, uma questão apontada também por Gonçalves (2010), relacionada a dificuldades de as amostras recolhidas de produções escritas não serem suficientes e, sobretudo, porque, o corpus escolhido como referência não estar anotado com a informaçõoes necessárias para outros tipos de pesquisa como são os casos, por exemplo, da flexão ou da categoria sintática das unidades lexicais oriundas das línguas angolanas.

Para o caso em concreto tivemos em conta as produções escritas sem as devidas anotações, porque o nosso propósito, por agora, é apenas o de recolher as unidades e analisar o seu posicionamento quando utilizado nos textos escritos em português.

Olhamos também para o trabalho de Flores (2005) que recorre a entrevistas e a conversas informais a partir das quais constitui a sua base de análise para aferir o grau de

alternância de código em cinco falantes bilingues luso-alemães de idades compreendidas entre os vinte e três e os trinta anos, de sexo feminino[15].

Não obstante a escolha do corpus escrito apresentar os problemas já apontados por Gonçalves (2010), consideramos que para a realidade angolana a opção pela recolha da produção escrita seria um dos primeiros passos para começar a tratar de assuntos relacionados com a construção de grandes *corpora*. E como defende Cambuta (2018), a falta de bases de dados textuais, *corpora* de referência, dicionários produzidos a nível local, instâncias de validação de novas unidades lexicais, o (s) observatório (s) linguístico (s), programas que sustentem e estimulem estes estudos a nível interno são exíguo nesta região, o que não impede que os trabalhos tenham um ponto de partida e pensamos que um corpus escrito anotado ou por anotar seria um bom começo.

Venâncio (1993b), em "A etnicidade e angolanidade: para uma estética da angolanidade", procura saber se a literatura angolana é de expressão portuguesa ou escrita em língua portuguesa.

Sem preocupação com a resposta, porque a abordagem que o autor faz tem uma vertente diferente da que é feita neste trabalho, importa, ressaltar que esta preocupação decorre do facto de haver nos textos produzidos por escritores angolanos vários elementos que se distanciam do português europeu, no caso em concreto podemos mencionar a presença de unidades lexicais das línguas angolanas.

A presença de unidades oriundas das línguas angolanas em textos escritos em português fez-nos pensar se há ou não alternância de códigos.

Portanto, as alternâncias que ocorrem no léxico do português, provenientes das línguas angolanas constituem a base de estudo. O estudo apresentado permite afirmar, ainda que de forma não conclusiva, que há alternância de idioma nos trechos expostos. E de acordo com Chicuna (2015), num estudo da mesma natureza, que é possível notar que a alternância acontece das línguas angolanas para a portuguesa e vice-versa.

[15] Trata-se "de filhas de emigrantes portugueses provenientes do Norte da Alemanha. Uma pessoa nasceu na Alemanha, as restantes quatro emigrou com os pais durante a infância (tinham entre três e seis anos) e passaram toda a sua infância e adolescência no país de acolhimento" (Flores, 2005, p. 2).

Capítulo 4 PANORAMA LINGUÍSTICO DE ANGOLA

Para falar das variedades africanas do português, como para qualquer outra variedade linguística, é preciso ter em conta os condicionamentos socio-históricos (Gonçalves, 2013).

Os países africanos de expressão portuguesa são Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Fatores de ordem histórica fizeram com que a língua portuguesa fosse soberanamente adotada nesses países em uso materno ou oficial, nos diversos usos da comunicação, no ensino, da religião, da ciência (Cristóvão, 2008). Além da colonização, outra razão apontada é que ela serve como elemento de união como referiu Severo (2014, p. 18) "a língua portuguesa nas ex-colónias africanas foi tomada como símbolo de unidade nacional na construção dos Estados Nacionais africanos a partir dos anos 70".

O foco, nesta parte do trabalho, será o de apresentar algumas propriedades linguísticas do português de Angola. O português falado em África tem-se distanciado do europeu, sendo uma das razões apontadas para esse distanciamento o resultado do contacto com as línguas africanas. Como defende Duarte (2000, p. 21) "a mera observação do que se passa à nossa volta permite-nos concluir que a língua portuguesa não é homogénea, isto é, apresenta áreas mais ou menos extensas de variações imputáveis a fatores de diferente natureza".

Os estudos sobre as variedades africanas são recentes. Razões de ordem linguísticas e/ou políticas são apontadas como as causas. Gonçalves (2010), falando da realidade moçambicana, aborda a inexistência de uma comunidade de falantes de português plenamente estabelecida afirmando que não se pode falar de uma variedade nativizada desta língua. Outra razão, indicada por Mingas (2007), para a falta de trabalhos de descrição linguística do português falado em Africa, é que o estudo descritivo das línguas angolanas representava, no contexto angolano, uma ameaça para o governo colonialista português, por um lado, ao mesmo tempo que não era permitido um conhecimento profundo da cultura portuguesa.

A independência desses países foi também um fator determinante. A inexistência de uma comunidade de falantes estabelecida, as proibições do uso das línguas locais e a falta de conhecimento profundo são apontados como razões que fizeram com que os estudos sobre as variedades africanas do português começassem a emergir apenas nos anos 80 e 90.

Embora sejam muito recentes os estudos sobre as variedades africanas do português, deve-se realçar que estes têm estado a aumentar em quantidade e qualidade, graças aos

esforços de investigadores que se socorrendo do desenvolvimento que a teoria linguística tem alcançado nos últimos anos têm apresentado vários estudos sobre as realidades linguísticas africanas. Vejam-se os exemplos de Angola e de Moçambique.

4.1. O português em Angola. Condicionamentos socio-históricos

Começa a emergir, em Angola, uma forma diferente de falar a língua portuguesa afastada da realidade normativa de Portugal. Reflexões sobre a nova forma de falar, resultante de alguma consistência nas particularidades dessa forma e de "uma certa consciência da existência dos fenómenos de mudança linguística, ao nível dos sons, das construções frásicas e do léxico" (Undolo, 2016, p. 99), têm sido feitas. Hoje, já se notam alguns trabalhos, com sistematicidade sobre os fenómenos que marcam esse afastamento em relação à norma europeia nos mais variados domínios de descrição linguística.

O contacto com as línguas bantu e a guerra civil, que provocou uma espécie êxodo para as principais províncias angolanas, aumentando o número de falantes da língua portuguesa foram, entre outros, os fatores que contribuíram para que o português falado em Angola apresentasse caraterísticas diferentes. E como defendeu Mia Couto (1989, p. 244) "esta popularização e generalização do uso do português vai recriando a língua. Sobre as normas da língua segunda se vêm sobrepor outras normas, outras colorações".

Com efeito, no quadro da nossa investigação, no que concerne ao português de Angola, tomamos como referência a variedade de Luanda como padrão, porque ao considerarmos os estudos sobre as variedades africanas tivemos em conta os dados, segundo os quais "o português de Angola (só o de Luanda) e o de Moçambique são as duas variedades africanas de língua portuguesa que têm sido alvo de descrição e, portanto, as únicas sobre as quais se podem fazer afirmações (Ministério da Educação [Portugal], 2007).

A nossa posição encontra justificação numa das conclusões a que chegou Undolo (2016, pp. 98–99) que afirmava "uma boa parte dos estudos aos quais tivemos acesso circunscrevem-se ao português popular em Angola, próprio do contexto informal de comunicação". E, mais adiante, indica os pontos comuns desses estudos em que destacamos o seguinte: "de entre eles, nenhum apresenta uma amostra mais abrangente em termos de representação geográfica no país."

É um facto a existência de um distanciamento entre a forma de falar o português em Angola comparada norma padrão em Portugal[16] (Fernandes & Ntondo, 2002; Gonçalves, 2013; Miguel, 2014; Undolo, 2016). Os fatores tempo e espaço são fulcrais para que isto aconteça (Duarte, 2000). Neste tema vai merecer maior atenção a descrição de alguns fenómenos linguísticos registados no português falado em Angola. Consideramos os condicionamentos socio-históricos que permitiram, à luz dos processos históricos, explicar por que razão o português falado em Angola se distancia do europeu.

São analisados os fatores extralinguísticos que contribuíram para a formação da variedade angolana do português. Para o efeito, recorremos à descrição dos dados da história de Angola que serão analisados tendo em conta os seguintes momentos: colonização e pós-colonização para nos debruçarmos depois sobre caraterísticas da variedade angolana do português.

4.1.1. Período colonial

O período colonial é marcado pela presença e exploração da costa africana por navegadores portugueses. De acordo com os dados apresentados por Radulet (1988), a primeira viagem de exploração de Diogo Cão teria começado em 1482 e as etapas mais significativas desta viagem seriam o descobrimento do Rio do Padrão-Congo, o assentamento do primeiro padrão de pedra na foz deste rio, o envio de uma embaixada portuguesa ao rei do Congo, a exploração da costa até ao Cabo do Lobo (Cabo de Santa Maria) e o assentamento aí de um outro padrão chamado Santo Agostinho. Outro facto marcante é, de acordo com a fonte que estamos a citar, que "dum ponto da costa situado pouco mais para o sul, Diogo Cão teria voltado ao Rio Congo onde, não encontrando os emissários portugueses, teria capturado alguns indígenas empenhando-se em os reconduzir à pátria dentro de um prazo de 15 luas" (Radulet, 1988, p. 6).

Foi a partir desta data que começariam os primeiros contactos entre angolanos e portugueses. Os motivos desta exploração foram variados, mas acabavam por assentar no

[16] "A língua padrão em Portugal, aquela que a escola, a televisão, a rádio e os jornais difundem, é a variedade de Lisboa. Há algumas décadas, conservado ainda o prestígio ancestral da Universidade de Coimbra, considerava-se que a língua padrão era a variedade de um eixo imaginário Lisboa-Coimbra" (Ministério da Educação [Portugal], 2007).

desejo de aquisição de vantagens políticas e económicas. Missionários e homens de igreja falavam da obrigação da Europa de, em suas palavras, civilizar o Continente Negro. Como escrevera o poeta Umar de Kete Krache (1900, citado por Davidson, 1981, pp. 204–205)

> Ao princípio eles vieram/Pacificamente/ Com falas suaves e doces. /Viemos comerciar, diziam eles, /Reformar as crenças do povo/Pôr cobro à opressão e ao roubo/Limpar e vencer a corrupção. / Nem todos vimos o que eles pretendiam: /Agora somos seus inferiores. / Eles enganaram-nos com presentinhos / e deram-nos isco saboroso.../Mas no fim mudaram de música...

As palavras do poeta são o reflexo do sentimento de uma parte considerável dos africanos, que num primeiro momento ficaram encantados com este grupo de gente sempre disposto a presentear e, pouco tempo depois, partiu para a procura desenfreada das riquezas, depauperando, em certa medida, o continente. Para a exploração recorreram à religião, artificio que serviu para justificar algumas das suas práticas.

De 1579 até a década de 1920-1930 foram anos de intensas campanhas contra os africanos em Angola. Antes da segunda metade do século XIX, a maior parte dos combates entre os povos girava em torno do tráfico de escravos, mas a seguir a Conferência de Berlim, em 1885, os ataques portugueses eram sobretudo motivados por desejos de conquista territorial e de subjugação dos povos africanos.

Se o ano de 1482 é o marco dos contactos entre portugueses e africanos, apenas no ano de 1575 estes contactos acontecem efetivamente, a 11 de fevereiro, quando Paulo Dias de Novais, neto do também navegador português Bartolomeu Dias (1450- 1500), chegava a Ilha de Luanda. Pouco tempo depois assentou a primeira povoação no forte de S. Miguel, atualmente Museu das Forças Armadas, a que se deu o nome de S. Paulo de Loanda.

Para efetivação dos seus anseios, os portugueses começaram por construir portos e fortalezas na costa marítima para posteriormente penetrar no interior de Angola, tendo sido bem-sucedidos.

Com efeito, ao chegar a África, nem tudo corria às mil maravilhas, porque para além das outras potências que tiveram que enfrentar aquando das ocupações, havia outro elemento ‘adverso – o clima –. Por isso, até 1581, não lhes foi possível materializar a intenção de instalar cerca de cem (100) famílias Portuguesas. Contudo, só a partir de 1575 é que um grande

número de colonos portugueses começa a se instalar em Luanda, Benguela (1617) e Namibe (1785), respetivamente (Fernandes & Ntondo, 2002).

Para uma colonização efetiva utilizaram a língua portuguesa, impondo, deste feito, o monolinguismo oficial. O processo de imposição da língua portuguesa, assente na política

> represiva en relación con las lenguas autóctonas en cuanto vehículo y soporte de las culturas de las poblaciones, de origen bantu en su mayoría, prohibió la utilización, la enseñanza y la divulgación de éstas, procurando substituirlas por la LP, como estrategia para enraizar más y mejor la ideología colonialista (Galduroz, 2006, p. 399),

associada à incapacidade, quer humanas quer material, de expandir, por via do ensino formal, fez com que a língua não fosse aprendida com a profundidade pretendida.

A imposição, a incapacidade de expansão e o uso obrigatório da língua portuguesa contribuiu significativamente para que esta começasse a distanciar-se do PE. Uma das razões foi apontada por Galduroz (2006, p. 400) ao afirmar que *"la LP no consiguió fijarse en todo territorio, debido a las resistencia que ofrecían las poblaciones así como a su escasa utilización por esa mismas poblaciones, principalmente en las zonas rurales*". Este facto permitiu que a língua não fosse aprendida com profundeza, fazendo dela algo diferente. Assim, estavam lançados os pressupostos que, de forma permanente, vão transformando a língua utilizada neste espaço nos mais variados domínios.

A denominação portuguesa deu origem ao grupo dos descendentes dos europeus e aos descendentes do cruzamento entre europeus e negros bantu:

> No quadro antropo-linguístico a dominação portuguesa deu origem a um grupo designado por descendentes – entenda-se por esta designação ao grupo formado por descendentes dos europeus, fundamentalmente portugueses e por descendentes do cruzamento entre europeus e negros bantu – (Fernandes & Ntondo, 2002, p. 101).

Como é natural, cada um destes grupos terá a sua língua materna: os descendentes dos europeus terão o português como língua materna e os descendentes do cruzamento entre europeus e negros bantu estão divididos entre o português e uma das línguas de origem bantu.

Os dados do 3º Recenseamento Geral da População, em 1960, da Direção dos Serviços de Economia e Estatística Geral, citado por Medina (2005, p. 17), apresentam a seguinte

classificação etnolinguística: “38,1% são os de língua umbundu, 23,1% de língua kimbundu, o que representavam em conjunto perto de 61% da população angolana “indígena”, somados os Bakongo com 13,6% eram perto de 75%”. Pode-se dizer que os restantes números estavam distribuídos entre os outros grupos etnolinguísticos mais os portugueses.

Como é evidente, os dados apresentados jogaram um papel muito importante no contacto entre as línguas angolanas e portuguesa, embora a realidade hoje seja outra, em que se assiste a um número maior de falantes da língua portuguesa comparados aos das línguas angolanas (INE, 2016). O fundamento último deste estudo é analisar o impacto dos dados da distribuição etnolinguística e a sua influência em cada uma das línguas (angolanas e portuguesa).

O sistema colonial foi com frequência uma prisão para os africanos, mas às vezes também podia ser um meio de conhecer outras formas de viver. Pelo menos naquelas colónias onde havia poucos ou nenhuns colonos brancos existiu um constante esforço para introduzir os fundamentos de um moderno sistema educativo. Isto foi acolhido com entusiasmo pelos africanos, especialmente por aqueles que viviam nas vilas e cidades. Esta educação era apenas de nível primário, refletia as atitudes das classes dominantes da Europa em relação às classes trabalhadoras europeias e era ministrada geralmente por igrejas, financiada pelos governos coloniais com os impostos pagos pelos africanos o que fez com que apenas um número reduzido conseguisse obter educação mais elevada (Davidson, 1981).

Os dados apresentados em 1973 davam conta de que em 1958 Angola tinha 96,97% de analfabetos. Quanto ao ensino básico, em 1959 havia 17167 alunos no ensino primário oficial, 10324 no ensino primário das Missões católicas e 65652 alunos no ensino de adaptação dessas missões (Medina, 2005).

Medina (2005) vai mais longe afirmando que desde os anos vinte o regime colonial separara a instrução dos indígenas da dos civilizados. Em 1950 a instrução rudimentar dos indígenas passou a ensino de adaptação após 1956, o que levava os interessados a fazer três anos de ensino de adaptação antes de entrarem no ensino primário propriamente dito. Os três anos de adaptação tornava longo o processo de ensino o que, de certa forma, fazia com que alguns dos interessados perdessem a motivação. Nessa época, a instrução dos indígenas competia às missões católicas, conforme o Estatuto Missionário decorrente da Concordata entre

Portugal e o Vaticano (1940), enquanto as missões protestantes ensinavam como instituição particular (Neves, 2007; Schubert, 1999).

Em Angola, o conjunto do ensino secundário na colónia, em 1959, não ultrapassava 3 523 alunos e até ao ano de 1963 não se podia falar em ensino superior.

Os números apontam que no ano letivo de 1960-61 eram 119 234 (2,4% da população) os inscritos em todo ensino em Angola, incluindo o de adaptação, o primário, o secundário e médio e o da formação de professores e enfermeiros, números que foram crescendo, ainda que de forma lenta, em 1972-73 para perto de 600 000 (o que perfazia 10% da população). A explosão escolar após a Independência elevou para dois milhões, em 1983-84, o número de angolanos a estudar (Medina, 2005).

Para Reto et al. (2020, p. 29) "a criação de escolas locais e a difusão da fé católica constituíram outros meios de propagação da língua portuguesa nos novos continentes". É necessário referir que a colonização teve grande importância no que ao processo de adoção da língua portuguesa diz respeito, porém o reduzido número de assimilados deveu-se ao facto de poucos angolanos terem acesso às instituições que lhes poderiam transmitir a civilização portuguesa (Bender, 1980). Dentre os vários aspetos da civilização destaca-se a língua, que não se expandiu em toda a dimensão do território, o que contribuiu significativamente para que esta chegasse tarde e em determinadas zonas.

O povo angolano cedo se deu conta das intenções dos colonos e por isso procurou formas para sair da situação em que se encontrava. Foi assim que começou, em Angola, no ano de 1961, a Luta Nacional contra o colonialismo português.

4.1.2. Período pós-colonial

O período pós-colonial é marcado por vários factos:

a) A Proclamação da Independência

Proclamada a independência registou-se, em Angola, um problema que se prendeu com a coexistência de vários sistemas linguísticos, nomeadamente, as línguas angolanas de origem bantu, línguas de origem não bantu e a língua Portuguesa. Esta última, não obstante, ter sido imposta por altura da colonização ganhou o seu espaço e serve como elemento que une os

povos de Cabinda ao Cunene e do Lobito ao Luau, desempenhando, assim, a função veicular e a função social de língua oficial (Cfr. art. 19 da *Constituição da República de Angola*, 2010).

Entretanto, a escolha da língua portuguesa como forma para fomentar a intercompreensão e comunicação não impediu que fossem estudadas as línguas angolanas de origem bantu.

Com a independência, as línguas passaram a ser vistas de uma forma diferente, tendo o Governo angolano optado por criar condições objetivas para que as línguas angolanas tivessem o mesmo estatuto que a língua portuguesa como forma de recuperar o que durante muito tempo ficou ofuscado com as políticas assimilacionistas coloniais (Mingas, 2007).

Esta medida visou recuperar a identidade nacional com a valorização das línguas, de modo a que estas se tornassem em instrumentos de comunicação válidos a todos os níveis, conforme uma das decisões tomadas na Conferência de Cairo, em que 44 países afro-asiáticos se reuniram com vista a debater problemas ligados ao estudo e desenvolvimento das línguas (Mendes, 1985). Segundo Andrade (1980), o estudo moderno e tecnicizado das línguas nacionais e o seu imediato reflexo na redescoberta da identidade nacional constituiria um poderoso fator para a elevação qualitativa e também quantitativa da base económica.

Mendes (1985) aponta os pontos positivos e os menos positivos daquilo que podem ser as escolhas de uma língua em detrimento de outra. Para a autora, a utilização de uma ou várias línguas indígenas tem a vantagem de preservar as culturas locais, facilitar o ensino primário e evitar uma separação entre diferentes grupos sociais, mas ao privilegiar um grupo pode ocasionar reações, que poderão ser violentas por parte de outros.

Há também, de acordo com a mesma autora, o inconveniente de levantar problemas no ensino superior e no desenvolvimento económico e, sobretudo, de poder provocar o isolamento político e cultural no cenário internacional.

A utilização de uma língua internacional não dá resposta total à situação sociolinguística e aos problemas de unificação por não ser falada por toda a população. A posição de Mendes (1985) tinha sua razão de ser na altura. Hoje a realidade é diferente e dos dados do INE (2016) apontam a língua portuguesa como a mais falada em Angola e com caraterísticas diferentes das variedades faladas noutros espaços.

A proclamação da independência em 11 de novembro de 1975 marcaria o fim da dominação colonial. Para Gonçalves (2013) há, neste período, do ponto de vista linguístico, o início do processo de difusão e valorização do português em Angola. A rede escolar aumentou significativamente e a transmissão dos conhecimentos era feita na língua portuguesa o que permitiu o aumento do número de falantes. A educação foi declarada formalmente um direito (Paxe, 2014) o que permitiu maior abertura e, consequentemente, maior número de pessoas na escola formal o que viria a ter impacto ao nível linguístico.

Outros aspetos a considerar no período pós-colonial e que tiveram repercussão no domínio linguístico foram, como bem enumerou Mendes (1985, pp. 42–43), os seguintes:

b) O fator urbano

A adoção do português como língua oficial fez com que os centros urbanos fossem grandes difusores da mesma, através da administração pública, dos canais televisivos e do ensino.

c) A expansão da escolarização

O governo, que garantia o compromisso de oferecer educação aos angolanos, antes condicionada pelos governos coloniais, concebeu um sistema de educação fundado, dentre outros princípios, na gratuidade, na obrigatoriedade e na laicidade, bem como na democraticidade para que a educação abrangesse o cidadão independentemente da sua condição socioeconómica (Paxe, 2014). Esta medida fez desenvolver a escola.

O princípio da democraticidade na escola permitiu não apenas difundir os sistemas fonéticos, morfológicos e sintáticos do português-padrão como afirmou Mendes (1985), mas também fazer com que elementos das línguas locais presentes no português começassem a ser estudados (Chicuna, 2015; Marques, 1985).

Passados alguns anos o português falado em África, e em Angola de modo concreto, ganhou uma caraterística diferente da do padrão europeu tendo este, como disse Mia Couto (19 89, p. 244) “se deslocado do espartilho da oficialidade para as zonas mais íntimas”. Para Mia Couto (1989), o argumento que justifica a sua posição reside no facto de existir, em Moçambique, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné-Bissau, uma relação descomplexada com a língua portuguesa. Os povos das ex-colónias portuguesas assumiram o português, fizeram do idioma estrangeiro algo cada vez mais da sua propriedade. Esta assunção foi possível graças,

em parte, à escolarização e, à medida que o tempo passa, os seus atores vão sistematizando as singularidades desta língua, mediante estudos, ainda que exíguos, vão sendo cada vez mais visíveis.

O aumento da produção literária de expressão portuguesa em contexto africano, além de ser resultado da escolarização é também indicação clara da forma como a língua é trabalhada, muitas vezes, refletindo no quotidiano desses povos. E por isso, Mata (1998, p. 263) defende que:

> A criatividade e inventividade linguísticas são características de literaturas que se querem afirmar diferentes da do colonizador, que se inscrevem na mesma língua, de certa maneira corporizando as aspirações colectivas e estilizando uma tendência natural do dinamismo de uma língua quando é transportada para outros espaços, falada por gentes, para expressar realidade outras.

d) A guerra

O fim do domínio português não significou o fim da guerra. O cenário da guerra civil começou a desenhar-se pouco antes da proclamação da Independência de Angola em que se chegou a anunciar duas repúblicas: uma em Luanda, a República Popular de Angola e outra no Huambo, a República Democrática de Angola, tendo prevalecido o reconhecimento daquela que foi proclamada em Luanda (Savimbi, 1979).[17] Este foi um sinal claro de incompreensão resultante do fracasso dos Acordos de Alvor, no Algarve, de 10 a 15 de janeiro de 1975, entre o governo português e os movimentos de libertação de Angola, encontro que visou discutir e afirmar o acesso de Angola à Independência. E mais tarde, este fracasso viria a dar lugar a longos anos de guerra que culminou, em 2002, com a morte, em combate, de Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Para Harari (2018, p. 83) "a guerra difunde ideias, tecnologias e pessoas muito mais rápido que o comércio" o que acaba por ter, de forma direta, impacto nas línguas. No caso vertente, a guerra que assolou Angola durante décadas fez com que populações de vários pontos saíssem das suas zonas de origem.

[17] Savimbi (1979, p. 63) que dizia, não acreditando na viabilidade do referido governo, não tendo feito o menor esforço para que ele fosse reconhecido, não pediu a nenhum país independente africano amigo que o fizesse. Portanto, o colapso do governo da República Democrática de Angola, que esteve sediado no Huambo, não pesa na consciência e na história da UNITA, porque nunca acreditou nele, o que no seu entender era como se aquele governo não tivesse existido.

A saída desta gente de diversos pontos sociogeográficos deu lugar ao fenómeno social que ficou conhecido por *deslocados de guerra*[18] que no plano linguístico viria a ser, como afirma Undolo (2016), um condicionamento determinante na difusão da LP em todo o território nacional, bem como na aceleração para o surgimento da variedade angolana do português.

A guerra foi um condicionamento, porque, como defendia Garmadi (1983), sendo a língua o reflexo do povo, a memória coletiva em que se deposita a experiência a transmitir às gerações futuras, as pessoas, ao abandonarem as suas línguas e ao adotarem a língua Portuguesa, que é a língua oficial, por necessidade de sobrevivência, vão introduzindo as experiências trazidas da língua materna o que irá dando lugar a uma variedade diferente da LP. Assim, encontraremos, no português falado em Angola, elementos das línguas locais, também como resultado do contacto entre os povos por força também da guerra.

4.2.Caraterísticas da variedade angolana do português

Os estudos sobre a variedade angolana do português são relativamente recentes. Estes começam a dar os seus primeiros sinais de consistência a partir dos anos 80 do século passado. A variedade do português falado em Angola apresenta caraterísticas que se distanciam de outras usadas noutros espaços como são os casos do europeu e brasileiro, por exemplo.

Entre os elementos que as diferenciam destacamos, como disse Gonçalves (2013), o facto de se tratar de variedades não nativas, tipicamente adquiridas como L2 num contexto em que quase não há exposição à norma-padrão desencadeando um conjunto de efeitos de relevo no processo de variação e mudança.

O processo de variação e mudança, neste particular, é resultado do plurilinguismo reinante em Angola, em que as línguas bantu constituíam, segundo Marques (1985, p. 206), "as línguas maternas de grande parte da população" e a língua portuguesa constituía L1 de uma minoria e L2 de uma maioria. Dados recentes apresentam estatísticas diferentes, em que a língua portuguesa aparece como a língua mais falada, com cerca de 70% de falantes (L1 e L2) (INE, 2016).

[18] Os deslocados de guerra eram cidadãos nacionais que, no período da guerra civil, abandonavam as suas terras de origem para se fixarem naquelas que lhes oferecessem maior segurança e hipóteses de sobrevivência. O destino dos deslocados eram alguns dos principais centros urbanos, nomeadamente, Huíla, Benguela, Lobito e Luanda (Undolo, 2016).

Embora os dados tenham alterado em relação ao índice de angolanos que apresentam a língua portuguesa como L2, os desvios linguísticos resultantes do facto de haver maior número de falantes das línguas bantu, em relação à língua portuguesa não alterou aquilo que Mendes (1985, p. 187) considerou de "deturpação da língua portuguesa decorrente do problema da expansão da língua por simples contacto e ter atingido de parte a parte indivíduos de baixo nível social e cultural", tendo havido em certos casos regressão cultural do falante português.

Citamos, por exemplo, os casos de comerciantes no interior, que aprendiam a língua local para poder contactar com o africano a fim de lhe conquistar a confiança indispensável para as relações comerciais e, com o passar do tempo, a língua do comerciante português ganhava as caraterísticas da variedade angolana.

A situação do comerciante, descrita por Mendes (1985), encontra resposta análoga nos pressupostos apresentados por Cummins (1979), sobre a existência de um fator de proficiência global na língua, que distinguiu entre competências comunicativas interpessoais básicas e proficiência linguística cognitiva-académica. A proficiência cognitiva-académica da linguagem é responsável pela maior parte da variação de medidas de aprendizagem de línguas. No caso dos comerciantes, cuja proficiência está melhor desenvolvida, tanto em L1 como em L2, adquirirão competências em L2 mais rapidamente.

Duarte e Roth (2010), em "Estrutura linguística e desempenho escolar na aquisição de uma segunda língua", afirmam que a fluência conversacional habitualmente atinge um nível funcional no espaço de cerca de dois anos de exposição inicial à segunda língua, ao passo que geralmente são necessários pelo menos cincos anos para igualar os falantes nativos.

Os comerciantes expostos à situação descrita não perderam a sua língua, mas são fortemente influenciados pela L2 o que pode ser transitório se deixarem de ter contacto com a L2. O inverso também acontece se os tempos de exposição à segunda língua for igual ou superior a cinco anos.

Outro aspeto descrito por Marques (1985), ao analisar a realidade linguística angolana, é o caso de crianças que, ao iniciarem a escolaridade numa segunda língua, vêem-se perante dois universos diferentes, o do núcleo familiar – em que se usa uma das línguas de origem bantu, e o da Escola – onde o ensino é feito em língua portuguesa. Este facto pode representar para a criança, segundo a autora em referência, uma violência, na medida em que todo o seu universo

psíquico, afetivo e racional deverá ser elaborado, expresso e comunicado através de um outro código.

Sem entrar para a questão da violência simbólica (Bourdieu & Passeron, 1970) a que a criança fica submetida, importa dizer que uma das consequências do maior tempo de exposição numa língua e de escolaridade, noutra, é o insucesso escolar. Um problema visto por Diarra (2003, p. 186) que considera

> no in-depth study is required to see that the indifferent results generally obtained in the teaching of Portuguese are due in very large measure either to an inadequate command of the language on the part of both teachers and pupils or to confusion between it and the national languages, from the phonetic level to that of syntax and semantics.

No plano linguístico, isto fez com que a língua apresentasse alguns desvios porque a condição para ter sucesso na escola era dominar a língua portuguesa, mas a exposição à mesma era apenas de quatro horas para crianças que frequentavam o primeiro ano de formação, ficando mais tempo expostas às línguas bantu no seio da família, começando assim situações de desvio linguístico que resultam nas diferenças existentes entre os dois sistemas linguísticos.

Para Miguel (2014), a insistência em debelar certos empregos da língua resulta, por vezes, num efeito efémero, porque, passado o tempo, volta o erro. E isso resulta da maior e mais frequente exposição do aluno a usos linguísticos mais generalizados. A forma linguística adquirida na escola, onde o tempo de prática da língua se restringe a pouco mais ou menos cinco horas semanais, perde-se.

À semelhança do que aconteceu com a língua portuguesa, que incorporou unidades lexicais de línguas anteriores ao latim, ou diferentes do latim, com particular realce para os casos do superstrato germânico e do adstrato árabe, o português falado em Angola também se serve de unidades oriundas das línguas bantu.

Estas unidades são, do ponto de vista cultural, de extrema importância, porque são a expressão de alguns hábitos e costumes desses povos. O fornecimento de unidades lexicais acontece nos dois sentidos, sendo que "em contacto com os povos de África, a língua portuguesa forneceu muitas unidades lexicais às línguas autóctones" (Chicuna, 2015, p. 80), ou

como considerou Miguel (2014, p. 29), "a contaminação de dois sistemas linguísticos em contacto é recíproca".

Uma das marcas da variedade angolana do português é a presença de unidades lexicais provenientes das línguas bantu no léxico, a qual resultou, de acordo com os estudos feitos por Mingas (2007), do facto de o conhecimento da língua portuguesa ser obrigatório e condição necessária para ascensão social, o que forçou os angolanos a aprenderem a língua. A vontade de aprender a língua colidia com o analfabetismo quase generalizado que imperava na altura, o que aumentou a tendência de adaptar as estruturas das línguas bantu ao português tendo, como referiu Galduroz (2006, p. 402) havido:

> una evolución del P en Angola forjada en el marco de hablantes autóctonos, es decir con trazos, interferencias de su(s) lengua(s) materna(s) siendo de este modo adaptado a las necesidades y formas de expresión cotidianas de los hablantes en un proceso especifico de apropiación

e à medida que o tempo passa, estas expressões vão ganhando corpo e solidificam-se.

Para Gonçalves (2013, p. 161), a variabilidade evidencia-se de duas formas: a primeira está ligada à forma pouco regular e sistemática com que os traços se manifestam na produção linguística dos falantes angolanos e moçambicanos e, por outra, à falta de coerência entre as produções dos falantes, orais ou escritas.

A forma pouco regular e a incoerência nas produções dos falantes, neste caso em concreto, dos falantes angolanos, são justificadas pelo passado histórico que Angola viveu o qual teve uma influência notável na forma como o português é hoje falado. Como afirmou Undolo (2016, p. 70)

> Os efeitos do percurso socio-histórico de Angola reflectidos na LP são, grandemente, responsáveis pela ocorrência de determinados sinais de mudança linguística, sobretudo, ao nível dos sons e do léxico, que nitidamente não podem já ser considerados variantes, havendo determinadas realizações do sistema que afectam as condições funcionais relativamente ao PE.

O conjunto destas unidades lexicais ocasionou mudanças na língua portuguesa e os fatores que concorreram para que tal acontecesse são de ordem política e histórica, dentre os que selecionamos os seguintes:

- a colonização, que deu lugar ao contacto linguístico;

- o fracasso de algumas políticas no momento da imposição da língua (como o caso das políticas de acesso à escola);
- o problema da planificação linguística e a opção pela língua portuguesa;
- a guerra civil.

A primeira razão do fracasso assenta na não distinção das escolas em elementares e principais e a consequente diferenciação dos programas. A escola elementar, também conhecida por escola rural indígena, tinha como tarefa ensinar a ler, escrever e ensinar a doutrina cristã e rudimentos da História de Portugal. Esta escola teve aceitação junto das populações (Martinho, 1995). Nas escolas principais ensinava-se gramática do português, noções de morfologia, atividades de redação mais exigentes e atividades de leitura. Importa realçar que as escolas principais funcionavam apenas nas capitais (talvez seja esta uma das razões para o seu fracasso).

A outra razão, residia no facto de, em 1873, haver em Angola apenas 2 professores de instrução secundária e 25 de instrução primária e a escola principal era frequentada por 15 alunos e as escolas primárias gerais por 456 do sexo masculino e 33 do feminino (Martinho, 1995).

A opção pela LP em si não é razão suficiente para o fracasso da planificação linguística. O problema começa quando não se tem em conta o uso das línguas africanas ou até quando estas são hostilizadas nas escolas. Uma das formas de evitar o fracasso é adotar medidas que respeitem a realidade multilingue, uma vez que, como disse Martinho (1995, p. 18), "o Mundo é também multicultural e o futuro dos povos terá de passar pela vivência dessa dimensão". Dito de outro modo, a escolha da LP como língua oficial não deveria implicar a glotofagia das línguas angolanas.

O sucesso do ensino da língua portuguesa em Angola passará por considerar aspetos das línguas angolanas. É aqui que se enquadra a nossa proposta de criação de *corpora* das línguas angolanas para poder descrever os angolanismos utilizados na língua portuguesa e contribuir para a elaboração de dicionários do português falado em Angola.

Não obstante serem recentes os estudos sobre a formação desta variedade, e ao contrário do que disseram, na época, Mateus, Brito, Duarte e Faria (1983), hoje já se pode

determinar que há, na variedade do português falado em Angola, alguns aspetos comuns em toda a extensão do território, embora incipientes.

Há estudos sobre a variedade angolana do português dos quais mereceram destaque, nesta análise, os feitos por Marques (1985), Mendes (1985), Fernandes e Ntondo (2002), Chavagne (2005), Mingas (2007), Manuel (2015), Costa (2013), Viti (2012), Miguel (2014), Undolo (2016), Adriano (2015) Chicuna (2015), Gerards (2018), Cambuta (2018) e por Miguel (2019), que abordam esta questão da variedade angolana do português nos mais diversos domínios linguísticos.

Para a descrição da temática em curso fizemos uma análise nas obras acima referenciadas com o objetivo de saber o que serviu de base empírica nos estudos sobre a variedade do português falado em Angola.

De uma forma geral, tem servido de base empírica as citações de textos literários angolanos[19], os inquéritos de questionários, os testes de produção e as fichas de leitura[20] o que tem permitido a construção de *corpora*[21] para os estudos sobre essa variedade da língua em Angola.

Gonçalves (2013) chama a atenção para o facto de não haver, até a data, estudos profundos sobre a gramática do PA, dado o número reduzido de caraterizações da variedade angolana do português. Ela sustenta os seus argumentos tendo como pano de fundo aquilo que tem sido a base para os estudos dessa variedade que são, em seu entender, insuficientes por assentar a sua fundamentação em resultados apresentados em listas de alguns traços mais salientes da sua gramática. Veja-se o caso de Marques (1985) e os estudos de uma subvariedade particular feitos por Mingas (2007) e por Miguel (2014). Outra razão prende-se com o facto de os textos literários, usados por Mendes (1985), que constituem a base empírica deste estudo, dificilmente poderem ser considerados representativos da gramática da língua oral.

Pensamos que com os métodos de inquérito de questionários e os testes de produção, a observação áudio e a consequente constituição do corpus usados por Nzau, Venâncio e Sardinha (2013), por Undolo (2016) e a descrição feita por Gerards (2018) começa-se a desenhar um

[19] Veja-se Mendes (1985).

[20] Veja-se Undolo (2016).

[21] As informações sobre a existência de um *corpus*, ou pelo menos a constituição deste, são referidas por Mingas (2007), Undolo (2016), Chicuna (2015).

estudo mais profundo da variedade do português, sendo certo que em Angola, à semelhança de Moçambique, a pesquisa está numa fase embrionária pelo que não estão disponíveis descrições de muitas das propriedades e regras gramaticais, nem estão claramente identificadas as variáveis linguísticas ou extralinguísticas relevantes para uma investigação quantitativa (Gonçalves, 2010).

Reconhecemos que muito ainda terá de ser feito e que os *corpora* já disponíveis ou a constituição de *corpora* escritos e orais contenham todas as anotações necessárias o que permitirá o avanço dos estudos da variedade angolana do português.

Assim, considerando os trabalhos já desenvolvidos e em desenvolvimento feitos por alguns estudiosos, apresentamos, em seguida, alguns aspetos caraterísticos e comuns do português que se fala em Angola.

4.2.1. Aspetos fónicos

Para compreender a natureza da linguagem é necessário não só conhecer a natureza dos sons da fala humana, mas também perceber o modo como esses sons são produzidos (Moutinho, 2000). Na variedade do português falado em Angola há uma forte presença das línguas africanas de origem bantu e não bantu resultado do contacto entre os povos.

A presença e o contacto entre as línguas africanas com a língua portuguesa deixaram traços caraterísticos no domínio da produção oral dos falantes dessa variedade, o que tem permitido perceber o distanciamento que há quando comparadas com o PE, por exemplo.

Não sendo o principal objetivo deste estudo a descrição dos aspetos fonéticos, estes serão utilizados, na caraterização da variedade angolana, os trabalhos já bastante avançados de autores que abordam, de modo mais sistemático, aspetos do domínio fonético e fonológico.

Assim, o marco de referências data desde os anos 80 com os estudos feitos por Marques (1985) e Mendes (1985) até aos mais recentes com Chavagne (2005), Galduroz (2006), Nzau, Venâncio e Sardinha (2013), Undolo (2014), Gerards (2018), Massiala (2019) e Miguel (2019).

A insuficiência do estudo da variedade angolana do português não reside exclusivamente na metodologia de recolha de dados nem na forma como estes são, por vezes, tratados, mas na observância de três questões que Gonçalves (2010, p. 89) considerou, para o caso de

Moçambique, fundamentais, as quais se prendem "com o atual estágio com conhecimento da variedade não nativa do português, a variabilidades das produções dos falantes e a qualidade e quantidade dos dados empíricos disponíveis".

É um facto, como defendeu Gonçalves (2010), que a pesquisa para estas variedades do português, e a angolana de modo particular, estão ainda numa fase inicial, pelo que nem sempre estão disponíveis descrições de muitas das suas propriedades e regras gramaticais, nem estão claramente identificadas as variáveis linguísticas ou extralinguísticas relevantes para uma investigação quantitativa.

Assim, para a descrição dos dados fónicos seria necessário além dos dados apresentados por Galduroz (2006), Marques (1985) e por Chavagne (2005) elementos consideráveis de modo que quando [nũ] (=não), por exemplo, tomado como mera forma fónica dessa variedade, for apresentado como marca da realidade linguística angolana seja, porque resultou de uma descrição sistemática e mais abrangente.

Portanto, mister se faz salientar que a necessidade de mais dados não tira o mérito nem a qualidade de pesquisas tão valiosas sobre os aspetos fónicos da variedade angolana do português.

Inverno (2018) considera que, não obstante se terem multiplicado estudos descritivos do português vernáculo de Angola, ainda é notória, ao nível de detalhe da descrição e análise dos dados, a disparidade acentuada desta descrição, a qual continua a ser maioritariamente retirada de fontes escritas, deixando de parte, às vezes, a distinção entre as construções transitórias daquelas passíveis de serem encontradas na produção de falantes adultos cultos.

Importa referir que informações sobre os traços caraterísticos não resultam, da nossa parte, de um teste de perceção (Mateus, 2002) para determinar o grau de diferenciação entre as duas variedades (PE e PA), porque não é este o principal objetivo deste estudo. Para a análise dos dados que apresentamos serviram de nossas referências os trabalhos de Marques (1985), Galduroz (2006) e de Chavagne (2005), que no domínio fonético desta variedade destacam dois pontos que passamos a citar:

No que concerne aos aspetos fonéticos, destacamos as seguintes caraterísticas do PA:

4.2.1.1. A redução de alguns ditongos

Galduroz (2006) recolhe como traços distintivos, na vertente fonética e fonológica do PA, a redução de alguns ditongos, como:

Não [nũ]

Meu [mɔ]

Meus [mɔʃ]

Ainda [ˈĩda]

Segundo Galduroz (2006, p. 403) tais omissões ocorrem, porque "el sistema fonológico kimbundu tiene cinco vocales orales, no tiene vocales nasales" e a anulação do di/tritongo justifica-se por estes não existirem na língua quimbundo a qual terá um forte peso na forma como os sons produzidos em português serão emitidos, como reforça Gonçalves (2010, p. 42): "alguns traços fónicos são produzidos por influência de traços de uma língua bantu específica."

Recolhemos alguns exemplos tomados por Mendes (1985), Chavagne (2005) e por Miguel (2019) que analisam as unidades lexicais: dinheiro, cadeira, depois, feiticeira, ontem, peixe e homem. Pela análise concluem que, na variedade angolana, essas unidades tendencialmente são pronunciadas da seguinte forma:

Cadeira [kɐdˈɛɾa]

Depois [dˈepoʃ]

Dinheiro [dɨnˈɛɾu]

Feiticeira [fɛtisˈɛɾa]

Homem [ˈɔmɨ]

Ontem [ˈõtɨ]

Peixe [pɛʃe]

Miguel (2019, p. 166), à semelhança da observação já feita por Mingas (2007), refere que no português oral de Luanda "o ditongo médio [aj] do PE grafado <ei>, realiza-se como [ej] ou é reduzido à vogal [ɛ], com a supressão do glide [j]."

[eʃt'ejɾa] ou [eʃt'ɛɾa] esteira

[kaz'ejɾa] ou [kaz'ɛɾa] caseira

[fil'ejɾa] ou [fil'ɛɾa] fileira

4.2.1.2. A neutralização da oposição fonológica /a/-/ɐ/

Undolo (2014), ao analisar a caraterização do sistema vocálico do português culto falado em Angola, aponta traços que distinguem os sistemas vocálicos do PA e do PE, como a não realização da vogal oral central semifechada [ɐ] existente no sistema vocálico tónico do PE mantendo-se a vogal aberta [a]: [tˈasa] taça; [kˈaza] casa. Uma posição também defendia por Miguel (2019) que afirma que a vogal [ɐ] do PE, em posição átona, é pronunciada, na variedade angolana como [a].

Nas tabelas 9 e 10 apresentamos os sistemas vocálicos do PE e do PA para ilustrar algumas das diferenças existentes entre esses dois sistemas. Com efeito, recolhemos alguns exemplos correspondentes a cada unidade fonética pelo chamado modo de articulação e ponto de articulação (Martins, 1998), o que vai facilitar a compreensão do funcionamento de cada unidade fonética nos sistemas vocálicos em estudo.

Tabela 9 sistema vocálico do PE

Altura	Ponto de articulação					
	Anterior ou Palatal	Exemplo	Central	Exemplo	Posterior ou Velar	Exemplo
Altas	[i ĩ]	<l**i**ma>, <f**i**ntar>	[ɨ]	<pont**e>**	[u, ũ]	<t**o**car>,<**un**tar>, <at**um>**
Medias	[e, ẽ]	<t**e**ma>, <s**en**tir>	[ɐ, ɐ̃]	<m**a**rcar>, <s**an**to>	[o, õ]	<p**o**lvo>, <**on**dular>
Baixas	[ɛ]	<c**é**u>	[a]	<**á**gua>	[ɔ]	<t**ó**pico>
		Não arredondadas				Arredondadas

Fonte: adaptada de Cunha e Cintra (2013)

Tabela 10 sistema vocálico do PA

Altura	Ponto de articulação					
	Anterior ou Palatal	Exemplo	Central	Exemplo	Posterior ou Velar	Exemplo
Altas	[i ĩ]	<n**i**nho> <p**i**nto>	[ɨ]	<m**e**>	[u, ũ]	<c**u**me>, <z**um**bir>
Médias	[e, ẽ]	<m**e**do>,<p**en**te>	[a, ã]	<m**a**la> <c**an**to>	[o, ɔ̃]	<f**o**rca>, <c**on**to>
Baixas	[ɛ]	<p**é**>, <d**e**>	[a]	<m**a**ssa>	[ɔ]	<p**ó** >
		Não arredondadas				Arredondadas

Fonte: adaptada de Massiala (2019).

4.2.1.3. A realização da vogal central nasal como aberta [ã] e não como semifechada [ɐ̃], como no sistema vocálico do PE

Ocorre, de acordo com Miguel (2019, pp. 165–166), apenas a realização de [ã], nos casos em que

> as vogais médias [e, ɐ, o], atestadas em PE em posição tónica, são pronunciadas como [ɛ, a, ɔ], o que demonstra ausência de contraste entre esses dois grupos de sons. Uma particularidade extensiva às vogais homologas nasais [ẽ, ɐ̃, õ] pronunciadas como [ɛ̃, ã, ɔ̃]

Os exemplos ilustram a única realização [ã] em PA nos casos em que o PE realiza [ɐ̃]

[ˈãsia] # [ˈɐ̃siɐ] ânsia

[eʃpˈãtu] # [ʃpˈɐ̃tu]

4.2.1.4. A tendência para o abaixamento da vogal em posição tónica

No sistema vocálico do PA regista-se uma tendência de abaixamento da vogal em posição tónica. De acordo com Nzau et al (2013), as vogais /e/ e /o/, por exemplo, tendem a realizar-se de forma aberta [ɛ] na posição inicial ou intermédia, com algumas variações que se verificam ao nível prosódico.

[d'ɛdu] dedo

[v'ɛʃtidu] vestido

[nɛsɛdade] necessidade

[b'ɔlu] bolo

[l'ɔkal] local

[b'ɔnitu] bonito

4.2.1.5. Não sofre elevação e centralização em posição átona

Uma observação feita por Gonçalves (2013) indica que há uma tendência de as vogais que são átonas em PE serem pronunciadas como vogais abertas ou semiabertas em PA. São os casos de [ɐ] e [u] do PE (esta última apenas em sílabas pretónicas) pronunciadas em PA como [a] e [o]. Exemplos:

[bok'adu] bocado

[al'unu] aluno

[kol'ɛga] colega

A não elevação e centralização das vogais [ɐ] e [u] em posição átona é um dos aspetos assinalados. Esse facto faz com que a produção e a perceção dos sons produzidos em PA se distanciem dos sons produzidos pelos falantes do PE.

4.2.1.6. O [ɨ] realiza-se unicamente em posição átona final.

A realização da vogal [ɨ], ao contrário do que acontece em PE, no PA restringe-se à posição átona final

['disɨ] no PE; e, igualmente, ['disɨ] no PA;

prɨzi'dẽtɨ] no PE e [prezi'dẽtɨ] no PA. (Cfr. Undolo, 2014, p. 183).

No aspeto fónico a variedade do português em Angola apresenta, segundo estudos feitos por Silva e Sakanene (2013), Undolo (2016) e Gonçalves (2013) mais estas caraterísticas:

4.2.1.7. A tendência de estabelecer a sequência silábica consoante-vogal como estrutura típica da sílaba

Esta tendência acontece segundo explica Mingas (2007, p. 59) porque

> sendo a quase totalidade dos angolanos analfabeta verificou-se uma tendência grande para adaptar as estruturas das línguas bantu ao português, criando uma

> convergência linguística nas interações idiomáticas que constitui a base do fenómeno de interferência.

Uma visão também defendida por Gonçalves (2013, p. 163) que afirma que

> todas as línguas bantas de Angola e Moçambique fixam como padrão silábico a sequência consoante-vogal, podendo admitir-se que esta propriedade deixa marcas na produção linguística dos falantes do PM e do PA.

Na tabela 11 apresentamos a estrutura silábica das línguas angolanas. Para a análise da mesma recorremos à EasyPronunciation.com, uma ferramenta de transcrição fonética AFI[22], selecionando como variedade de referência o português europeu. Obtivemos os resultados apresentados que se seguem.

Tabela 11 Estrutura silábica das línguas angolanas

Palavras	Estrutura silábica destacada	Modo de articulação	
		PE	PA
Ada**ptar**	c+c+v+c	[ɐdapt'aɾ]	[adapɨ t'aɾ(ɨ/ ɛ)]
Amor	c+v+c	[ɐm'oɾ]	[am'oɾ(ɨ/ɛ)]
Cal	c+v+c	[kˈaɬ]	[kˈaɬ (ɨ)]
CAN (Campeonato Africanos das Nações)	c+v+c	['kɐ̃w]	['kãw(ɨ)]
Can**tar**	c+v+c	[cɐ̃t'aɾ]	[cãt'aɾ(ɨ/ɛ)]
Dor**mir**	c+v+c	[doɾm' iɾ]	[doɾm' iɾ(ɨ/ɛ)]
PAM (Programa Alimentar Mundial)	c+v+c	[pˈɐ̃w̃]	[p'ãw̃ (ɨ/ɛ)]
Sal	c+v+c	[sˈaɬ]	[sˈaɬ (ɨ/ɛ)]
Sol	c+v+c	[sˈɔɬ]	[sˈɔɬ (ɨ/ɛ)]

Fonte: tabela adaptada de Silva e Sakanene (2013).

Na tabela 11 pode-se observar os seguintes fenómenos: na palavra adaptar e outras que apresentem a estrutura silábica semelhante nota-se a inserção de uma vogal no grupo consonântico <pt>. Constatação feita por Silva e Sakanene (2013) que apontam como uma das caraterísticas do PA a eliminação de certos grupos consonantais, que são eliminados pelo aparecimento de uma vogal epentética ou paragógica [ɨ] (Miguel, 2019). Esses fenómenos ocorrem pelo facto de nas línguas angolanas a estrutura silábica generalizada ser consoante-vogal. É por força da interferência dessas línguas que acontece o fenómeno de acréscimo.

[22] Usamos para o efeito a Versão Beta (2020_03_19). Disponível em https://easypronunciation.com/pt/

Nas demais registam-se a inserção no fim da sílaba de [ɨ] ou [ɛ] conforme o contexto silábico.

4.2.1.8. A não distinção entre as pretónicas abertas e as fechadas

É um facto que as línguas bantu exercem, no português falado em Angola, influências em vários domínios de descrição linguística. A realização das vogais e das consoantes, quer em termos físico-articulatórios quer em termos funcionais, são os pontos mais visíveis, marcados pela maior abertura do timbre das vogais e com o funcionamento das consoantes (Miguel, 2019).

No plano fónico, essa influência é apontada por Gonçalves (2013, p. 163) ao considerar que "o uso das [e] e [i] em lugar de [ɨ] parece assim constituir uma estratégia que permite assegurar a conservação do padrão consoante-vogal, seja em silabas iniciais ou finais de palavras." Assim, a vogal [ɨ] do PE realiza-se em [e] ou [i]. Os exemplos selecionados são ilustrativos:

pesado [p'ezadu];
querido [keɾ'ídu]

Para Nzau, Venâncio e Sardinha (2013, p. 165), "na variante angolana do português, as vogais /e/ e /o/ tendem a realizar-se de forma aberta [ɛ] na posição inicial ou intermédia, com algumas variações que se verificam a nível prosódico.

dedo [d'ɛdu]
vestido [vɛʃt'idu]
necessidade [nɛsɛs'idade]

4.2.1.9. A dificuldade em pronunciar a consoante [r] / [R]

Ao falarmos sobre a dificuldade em pronunciar a consoante [r] no português falado em Angola tivemos em consideração o posicionamento apresentado por Vegini (2007, p. 10), que afirma o seguinte:

> pesquisas na área da sociolingüística e/ou da variabilidade da fala e de análises fonológicas requerem cuidados especiais no que concerne à coleta de dados uma vez que podem, dependendo da situação, apresentar informações não confiáveis do ponto de vista científico.

No caso da investigação em curso, para apontar a dificuldade em pronunciar essas consoantes que constitui uma marca do português em Angola tomamos como referência trabalhos já avançados. Analisaremos a dificuldade em pronunciar [r] / [R], apontada como uma das caraterísticas da emergente variedade do português angolano, quando ocorrem em enunciados como: caro, carro, amarrável, arável e farsa.

Assim, para dar suporte ao estudo, tomamos como referência o trabalho feito por Nzau, Venâncio e Sardinha (2013, p. 167) que sobre a matéria defendem:

> Não é frequente a realização do [r] nem [R]. Deste modo, para suprir a carência, os locutores de língua materna africana, sobretudo os menos escolarizados, recorrem com frequência ao lateral [l]. Em outras ocasiões, há alternância do [l] com o [r]. Julgamos que o esforço de adaptar o [r] na VAP tem provocado um emprego deficiente deste, trocando-o por vezes por [R].

A dificuldade em pronunciar [r] ou [R] ou a substituição de [r] por [l] poderá estar ligada ao facto de as línguas angolanas apresentarem as seguintes particularidades:

- não existem, em umbundo, as consoantes r, x e z (Le Guennec & Valente, 2010, p. XVII);

- não existem, em quicongo, as consoantes c, h, j, q, r, x, (j= z, x= s). O [r] é substituído por [l] (Kilisitu)[23] (Cobe, 2010);

- em quimbundo, as consoantes l, r, d, t, p, b, k, j, z e x são trocadas umas pelas outras com muita facilidade (Maia, 2010), por exemplo:

Kitadi ou kitari (dinheiro)

Ditadi ou ritari (pedra)

Kudia ou kuria (comida)

[23] Cobe (2010, p. 11), no seu "Novo Dicionário Português – Kikongo I", defende que na adaptação de palavras estrangeiras deve tomar-se em conta que, o quicongo não tem consoantes seguidas (cr, pl, pr, etc). Por conseguinte, intercala-se uma vogal entre as consoantes (Cristo – Kilisitu, cruz – kulusu, presidente - pelezidente, litro – litulu).

Jika ou zika (enterrar)

Mpaxi ou mpasi (sofrimento).

Efetivamente, essas particularidades são, muitas vezes, por efeito da influência ambiental (Ribas, 2014), transferidas para o português.

A tabela 12 analisa a pronúncia de [r] na variedade angolana do português e na variedade portuguesa. As unidades selecionadas para o efeito são: falta**r**, mo**rr**er, ca**r**o, Te**r**esa e mutu**r**i (viúva). Os resultados apresentados permitem perceber algumas diferenças no funcionamento dos róticos nas duas variedades, havendo no caso de Angola uma oscilação na realização de /r/.

Tabela 12 Realização da consoante /r/

Variante Angolana do Português (VAP)	Variante Portuguesa do Português (PE)
[fartar] ou [faRtar]	[faltar]
[morew] ou [mɔRɛw] ou [molew]	[muRew]
[karu] ou [kalu]	[kaRu]
[teRɛza] ou [tɛRɛza] ou [tɛlɛza]	[tðrezɑ]
[mutúri] ou mutudi [mutúdi]	[mutúri]

Fonte: extraido de Nzau, Venâncio e Sardinha (2013, p. 167).

A variação alofónica entre as vibrantes ([ɾ, r, R]), quer em posição intervocálica quer em posição inicial absoluta da palavra é apontada por Miguel (2019) como sendo uma das caraterísticas do português oral de Luanda. Essa variação regista-se com maior incidência em algumas regiões razão que levou Massiala (2019, p. 111), para o caso de Cabinda, a concluir que:

> Há, por vezes, neutralização de uma hipotética oposição fonológica entre /ɾ/ e /ʀ/: em posições de ataque ramificado ou coda silábica podem ser utilizadas as formas do /r/ forte, mas do mesmo modo a forma fraca pode ocorrer em posição inicial de palavra e em contexto medial como o de "carro".

4.2.1.10. A monotongação

Apontada por vários estudos de sociolinguística, a monotongação é descrita como um dos fenómenos de variação fonológica. Esse fenómeno tem merecido destaque quando se aborda os aspetos distintivos do português falado em Angola. Assim, de acordo como Quinta

(2016, p. 33), "monotongação consiste na transformação ou diminuição de um ditongo em uma vogal".

Couve por cove - passagem do ditongo /ou/ para vogal /o/
Beijo por bejo – passagem do ditongo /ei/ para vogal /e/

Para justificar a ocorrência da monotongação no português falado em Angola, estudo feito por Mingas (2007, p. 65) refere que "a inexistência de ditongos bem como de silabas fechadas em kimbundu leva os locutores da variante a substituírem os ditongos portugueses por vogais simples e a incluírem vogais epentéticas e/ou paragógicas nos itens portugueses".

Recolhemos alguns exemplos usados por Mingas (2007) para demonstrar, no plano fonológico, as marcas da ocorrência da monotongação no português em Angola:

beira por bera - passagem do ditongo /ei/para vogal /e/ [bɛra]
peixe por pexe - passagem do ditongo /ei/ para vogal /e/ [pɛʃe]
seis por ses - passagem do ditongo /ei/ para vogal /e/ [sɛʒe]

À semelhança de Mingas (2007), Undolo (2016) considera a monotongação, alteração que se regista no plano fónico, articulada por naturais e habitantes de Angola, como tendo influência das línguas bantu nativas.

4.2.2. Aspetos lexicais

No aspeto lexical, o encontro entre o povo português e o angolano deu lugar ao contacto linguístico traduzido, de acordo como as propostas de Mendes (1985), de Gonçalves (2013) e de Undolo (2016), nos seguintes fenómenos:

a) empréstimo integrado

A entrada de unidades das línguas africanas no português data de alguns séculos. Os registos presentes na obra de Saraiva (1837) demonstram isso. O longo período de tempo em que estas unidades coexistem no português faz com que algumas delas sejam integradas por completo no português. Este fenómeno, que Mbangale (1998, p. 118) chamou de empréstimo integrado consiste "na etapa de adoção verdadeira dum termo estrangeiro, isto é, a da sua integração numa língua". Nestas circunstâncias, afirma o autor que "o empréstimo é

naturalizado e incorporado no uso da língua de acolhimento, adaptando-se aos seus hábitos articulatórios e gráficos" (idem).

Há muitos angolanismos que já se encontram no estágio de empréstimos integrados tal é assim que muitos destes já estão nos dicionários de referência da língua portuguesa como em Casteleiro (2001) e Houaiss e Villar (2011), apenas para citar alguns.

b) transposição de monemas isolados das línguas bantu para a portuguesa;

Este processo consiste no acréscimo de um morfema prefixal de uma língua angolana associado à base portuguesa (Sacanene, 2016). A tabela 13 recolhe alguns exemplos.

Tabela 13 Prefixos de uma língua angolana a uma base portuguesa

ka- pato > capato	ka-mu-ndombe > camundombe
ka-ponte > caponte	ka-mu-ndongo > camundongo
ka-lo-manga > calomanga	ka-putu > caputo
ka-lo-botão > calombutão	ka-mulato > camulato
ka-tu-remate > caturremate	ka-morteiro > camorteiro
ka-pracinha > capracinha	ki-bundaria > quimbundaria
ka-pequeno > capequeno	ki-pacaça > quipacaça
ka-tuga > catuga	ki-Maria > Ki-Maria
ka-professor > caprofessor	ki- pão > quipão

Fonte: elaboração própria.

c) aportuguesamento das palavras com raiz nas línguas bantu.

O fenómeno de aportuguesamento foi descrito por Chicuna (2015, p. 112) como "o processo que consiste em adaptar as unidades lexicais estrangeiras à forma portuguesa". O processo de adaptação que ocorre em dois sistemas linguísticos diferentes foi definido por Teixeira (2012, p. 200) como aquele em que "os falantes de uma língua utilizam, a seu modo, uma palavra "importada" de uma outra língua". No caso em referência trata-se de unidades lexicais das línguas bantu que foram adaptadas à forma portuguesa de modo a facilitar a sua integração no léxico português.

As unidades lexicais das línguas bantu, ao passarem para o português, perdem algumas das suas caraterísticas articulatórias de origem e, à medida que são utilizadas, perdem a articulação fonológica original e começam a adaptar-se à da língua de receção (Teixeira, 2012).

O fenómeno de aportuguesamento, de acordo com Chicuna (2015), ocorre em vários domínios sendo mais frequentes no da antroponímia, toponímia, gastronomia, medicina e no da saúde.

Na tabela 14 apresentamos alguns exemplos de aportuguesamento de antropónimos que ocorrem com mais frequência.

Tabela 14 Antropónimos aportuguesados

Nome na língua bantu	Origem	Forma aportuguesada
Lumingu	umbundo	*Domingos*
Madiya/madya	quicongo/ quimbundo	*Maria*
Manjolo (Cf. Yambo, 2003)	umbundo	*Major*
Matesu	umbundo/ quicongo/ quimbundo	*Mateus*
Mbambi	umbundo/ quicongo/ quimbundo	*Bambi*
Mbaxi	quicongo/ quimbundo	*Sebastião*
Mbele	quicongo	*Abel*
Mbuta	quicongo	*Buta*
Ndjepele/ njepele	umbundo	*Isabel*
Ngimbi	quicongo	*Gimbi/Guimbe*
Ngola	quimbundo	*Angola/ Gola*
Njamba	umbundo	*Jamba*
Sapalo	umbundo	*Sábado*

Fonte: elaboração própria.

A nível dos topónimos acontece um fenómeno semelhante, tal como se pode ver na tabela 15, que se segue.

Tabela 15 Topónimos aportuguesados

Nome na língua bantu	Origem	Forma aportuguesada
kaxitu	quimbundo	*Caxito*
kulã ñgo	umbundo	*Culango*
lopitu	umbundo	*Lobito*
masa ngana	quimbundo	*Massangano*
mbuku nzawu	quicongo	*Bbuco Zau*
viyé	umbundo	*Bié*
wizi	quicongo	*Uíge*

Fonte: elaboração própria.

Na tabela 16 apresentamos alguns exemplos de aportuguesamento de termos da gastronomia.

Tabela 16 Nomes da gastronomia aportuguesados

Nome na língua bantu	Origem	Forma aportuguesada
funji		*funge*
kaxinde		*caxinde (chá)*
kikwanga	quicongo/quimbundo	*chicuanga*
kitaba		*quitaba*
kizaka		*quizaca*
lohengo		*loengo*
mbombo		*bombo*
mbundi	umbundo	*bundi*
muzonge		*muzongue*
mwamba	quicongo/ quimbundo	*moamba/muamba*
nsafú	quicongo	*safu*
ocimbombo	umbundo	*quimbombo*
ocisangwa	umbundo	*quiçângua*
olokango	umbundo	*lucango*
olosaka	umbundo	*lossaca*
pfumbu	quicongo	*fumbua*

Fonte: elaboração própria.

Na tabela 17 apresentamos alguns exemplos de aportuguesamento de termos da medicina.

Tabela 17 Nomes da área da medicina aportuguesados

Nome na língua bantu	Origem	Forma aportuguesada
kalundu		calundu
kikonha		quiconha
jiba		jiba
olondalu	umbundo	londalu
jipalu	quimbundo	jipalo
makulo	umbundo	maculo
olomolõ	umbundo	lomolo
mbumbi	umbundo	bumbe

Fonte: elaboração própria.

d) atribuição de novos valores semânticos a palavras já pertencentes ao léxico do PE.

Nos pontos anteriores foram abordadas questões relacionadas às unidades lexicais provenientes das línguas bantu que se adaptaram ao PA tendo passado pelo processo de adaptação. Neste ponto serão analisados fenómenos de inovação lexical (Correia & Lemos, 2009; Teixeira, 2012) em que unidades lexicais já existentes em português ganham outro valor semântico.

Para Mendes (1985), em Angola, a língua portuguesa teve três fases de desenvolvimento propícias à inovação, nomeadamente: com o início da colonização, o período colonial e a fase atual da pós-independência.

Na fase do início da colonização dá-se o contacto entre as línguas. Na fase da colonização, a emigração, a imigração e a guerrilha permitiram que houvesse contactos entre pessoas de vários pontos de Angola e também estrangeiros, abrindo-se espaços para a inovação. Na fase do pós-independência assiste-se a uma maior liberdade, apressando, com efeito, o desenvolvimento da língua portuguesa.

Têm sido veículos do desenvolvimento da língua portuguesa os escritores que usando a sua criatividade vocabular e fraseológica manifestam-se na identificação de objetos próprios da realidade local. Estas e outras manifestações permitem que os neologismos se fixem e se solidifiquem na língua corrente.

Neste trabalho, a recolha dos neologismos no PA foi feita mediante publicações *online* usando para o efeito a pesquisa avançada de Google e nele a seleção da língua (portuguesa) e do país (Angola). Servimo-nos também das obras, em formato de papel, de Vieira (1989) e de Selopes (2010), das quais extraímos os neologismos da língua corrente.

Para certificação dos neologismos usamos como método de exclusão os dicionários[24], designadamente o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa *online* (https://dicionario.priberam.org/,2019), o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (Almeida & Sampaio, 2003) e o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (Casteleiro, 2001).

Na tabela 18 apresentamos alguns exemplos de atribuição de novas aceções não recolhidas nos dicionários referidos.

[24] Optamos por usar os dicionários como fonte de exclusão por serem, até o momento, a única forma pela qual se pode saber se uma palavra está ou não dicionarizada e, por conseguinte, saber se é ou não um neologismo.

Além da consulta destes dicionários pensamos que era preciso introduzir as entradas do que se considerou como sendo neologismo para certificar se os sinónimos apresentados na Priberam, por exemplo, se coadunam com aqueles que aparecem nos vários contextos. Quanto a isso, a resposta é óbvia, porque as entradas propostas pelos dicionários Priberam e Porto Editora aparecem com um valor diferente, eis a razão da necessidade de uma nova entrada e por conseguinte, um neologismo.

Tabela 18 Neologismos semânticos

Neologismo	Sinómino
Cabritismo	Corrupção, usurpação de um bem público ou privado.
Cartada	Transportada.
Casa de processo	Lugar onde os vendedores ambulantes ou não guardam os negócios no fim da jornada e pagam por esses serviços.
Dar bandeira	Não guardar um segredo que nos foi confiado.
Estar a bater	Estar em voga, na moda.
Gastoso	Homem que esbanja dinheiro com mulheres.
Catorzinha	Menina de menor idade que namora com homens adultos.
Sentada familiar	Reunião familiar que termina em convívio.
Trinta	Estéril.
Virar	Transformar-se.

Fonte: elaboração própria.

4.2.3. Aspetos morfossintáticos

Nesta parte do trabalho, traçamos como objetivo a descrição dos aspetos morfossintáticos da variedade do português em Angola. O estudo da morfossintaxe vai permitir compreender os mais variados fenómenos que ocorrem no PA. Como não podemos, por questões metodológicas, descrever todos os domínios linguísticos desta variedade com a mesma profundidade, optamos por apresentar, nesta secção, estudos feitos por outros autores, angolanos e não só, que se preocuparam em analisar as principais transformações que ocorrem no domínio da morfossintaxe.

A necessidade de conhecer as grandes divergências, mediante análises feitas por autores anteriormente referidos, configura-se como uma estratégia essencial para ter uma visão das mudanças que a variedade do português em Angola tem sofrido o que permitirá, não apenas conhecer as mudanças já mencionadas, mas também compreender melhor como se processa estas transformações e quais são as suas razões de base.

Análises feitas por outros autores (Galduroz, 2006; Hagemeijer, 2016; Marques, 1985; Mendes, 1985; Mingas, 2007) demonstram o distanciamento do plano morfossintático da realidade angolana do português.

Importa frisar que a falta de corroboração através de estudos quantitativos (Hagemeijer, 2016) constitui, até à data, um dos grandes problemas com que se deparam as análises dessa natureza.

No aspeto morfossintático ocorrem alguns fenómenos descritos pelos autores acima referenciados que mereceram a nossa atenção, dentre os que destacamos:

- A concordância de número

Entre os elementos que mais sobressaem quando se pretende abordar as diferenças que existem entre as variedades africanas e europeia do português, destacamos a questão da concordância de número. Refletida na questão do cancelamento da marca do número, isto é, tipicamente o apagamento do -(e)s do plural (Hagemeijer, 2016). Segundo Marques (1985), este fenómeno ocorre porque as categorias morfológicas das línguas bantu não correspondem às da língua portuguesa.

A preocupação com os aspetos estritamente sintáticos do PA começa com os estudos feitos por Marques (1985) ao apontar algumas caraterísticas das línguas bantu que em seu entender têm interferência direta na forma como os aspetos sintáticos do PA são construídos.

Outra referência vem dos estudos feitos por Mendes (1985) que enumera alguns possíveis casos de interferências morfossintáticas das línguas angolanas no português, tendo notado que o português sofre mais a interferência sintática que as línguas angolanas.

Seguem-se os trabalhos de Miguel (2014) que faz uma descrição sobre o funcionamento dos pronomes no português falado em Luanda, de Adriano (2015) que baseado num estudo sobre a cliticização e regência verbal, aborda a crise normativa do português em Angola, observando as atitudes normativas dos professores de língua portuguesa e o de Undolo (2016) que no plano sintático analisa o comportamento dos pronomes clíticos e destaca a despalatalização de 'lhe', fenómeno frequente e comum que se dá como consequência das línguas bantu cujo sistema pronominal é sintético e simples quanto aos tipos, funções e padrão de colocação, o que influencia o sistema pronominal do PA. No que tange aos processos de concordância o mesmo autor registou alguma insegurança em relação aos padrões de marcação de número entre o núcleo do SN e os seus determinantes e entre o verbo e os seus complementos.

Gerards (2018), em "The Harbinger of a New Standard? The placement of clitic object pronouns in colloquial angolan portuguese" recolhe, a partir de perfis livres do *Facebook* de falantes angolanos, 500 ocorrências de clíticos e conclui que na variedade em referência a próclise está cada vez mais generalizada como a direção da cliticização em (quase) todos os contextos sintáticos. Mutali (2019), foi outra referência que toma como pressupostos o contacto

entre as línguas bantu e o facto de a língua portuguesa não ser L1 da maioria dos falantes tendo sido estes os pilares para a transformação dessa língua em Angola. Essa transformação é analisada na vertente da colocação dos pronomes clíticos no português angolano escrito com vista a verificar em que medida a variação presente na língua falada se reflete na escrita. Para o efeito, seleciona um conjunto de publicações (obras literárias e jornais) que servem de corpus linguístico e que constituem base empírica do trabalho e justifica a opção pelo corpus escrito por causa da instabilidade do corpus oral e da fiabilidade dos dados escritos.

Estas interferências de acordo com Marques (1985) e Mendes (1985) dão-se numa altura em que a língua portuguesa é a língua segunda de um número considerável de angolanos, o que vai fazer com que os falantes projetem as caraterísticas da língua primeira na segunda.

Nestes casos, os falantes agem comparativamente, preenchendo, por analogia, as lacunas com que se deparam, como se ambas as línguas fossem detentoras da mesma estrutura (Miguel, 2014). São estes alguns dos elementos que fazem com que PA apresentem, hoje, no aspeto sintático, caraterísticas que se distanciam do PE, por exemplo.

Temos consciência da carência e das dificuldades que a falta de *corpora* linguísticos sobre as realidades africanas acarreta para o seu desenvolvimento das variedades do português em África. Nestas descrições, recolhemos alguns exemplos tomados do Corpus África (oral e escrito) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Bacelar do Nascimento, Pereira, Estrela, & Gonçalves, 2008), algumas obras literárias de escritores angolanos (Agualusa, 2012; Vieira, 1978, 2003, 2005) e, também exemplos apresentados por autores (ex.: Inverno, 2008; Nzau et al., 2013) que se debruçaram sobre a realidade em análise.

Nesta parte do trabalho mais do que nos debruçar-nos sobre aquilo que pode ser as causas do afastamento do PA em relação ao PE, apresentaremos sucintamente descrições de estudos já feitos sobre o desenvolvimento do PA. Assim, no aspeto sintático, o PA apresenta as seguintes marcas:

e) O emprego de *em* com verbos de movimento (Cuesta & Luz, 1971; Marques, 1985);

Gonçalves (2013), defende que no PA, a preposição *em* é usada com argumentos direcionais que em PE exigem as preposições direcionais *a*. Dados apresentados por Adriano (2015) concluíram que em alguns casos ocorre a troca de preposições, isto é, de grupo preposicional encabeçado pela preposição *a* e *de* por grupo preposicional encabeçado pela preposição *em.* Os exemplos que a seguir apresentamos são elucidativos.

(1) Quero *ir no* vermelho (Vieira, 2005);

(2) Tu tens de *ir no* banco, neutro! (Vieira, 2005);

(3) Aiuê!... Não te disse para *ir no* sô Souto? (Vieira, 1978);

(4) Você pode *ir na* tua lavra e buscar as tuas frutas (Bacelar do Nascimento et al., 2008);

(5) Se tem dinheiro para *ir na* praça comprar e cozinhar (Bacelar do Nascimento et al., 2008).

O processo de troca está tão generalizado para o contexto angolano que os usuários, muitas vezes, não os reconhecem como desvios. O não reconhecimento deste fenómeno como desvio está relacionado, de acordo com Inverno (2008), aos fatores históricos, sociais e linguístico que têm contribuído para a emergência de algumas especificidades no PA.

f) O emprego do plural vazio (Undolo, 2016) também descrito por Lima e Gomes (2019) como categoria vazia[25];

Começaremos por desenvolver este tópico tendo como ponto de partida o posicionamento de Hagemeijer (2016, p. 51), segundo o qual "o cancelamento da marca de número é, por vezes, relacionado com a situação de contacto entre o português e outras línguas, onde se encontram, na realidade, estratégias de pluralização bastante diversas".

Inverno (2008), no estudo sobre "a transição de Angola para o português: uma história sociolinguística", indica algumas das especificidades linguísticas do português vernáculo de Angola. Entre as especificidades apontadas destaca-se o elevado nível de variação da concordância de número e género entre os elementos do sintagma nominal. A autora em referência toma os seguintes exemplos:

(6) Estas duas mulher _;

[25] O estudo apresentado por Lima e Gomes (2019), não obstante, ser sobre a realidade brasileira, mais concretamente sobre o falar fortalezense, mereceu a nossa atenção pela forma como os dados são descritos. Com foco na literatura variacionista este trouxe como base um *corpus* oral e visou estudar a atuação de fatores linguísticos e extralinguísticos atuantes na realização do Objeto Direto Anafórico de 3ª pessoa na variedade local. E de acordo com os autores as razões desse estudo deveu-se à:

- Melhor compreensão do uso das variantes no PB;
- Contribuir com resultados para o conhecimento da diversidade linguística;
- Melhor interpretação das frequentes situações de heterogeneidade linguística.

Esta abordagem foi considerada como uma prática que pode, perfeitamente se ajustar para os estudos, da mesma natureza, sobre a realidade angolana.

(7) No mesmo barriga (sic)

O plural vazio ocorre, de acordo com Undolo (2016), da tendência da não observância do parâmetro da concordância nominal, aparentemente da interferência da gramática das línguas bantu. Mingas (2007), sobre o mesmo assunto, defende que a ausência do acordo de número entre os determinantes e os nomes ocorre, porque em quimbundo a pluralização do nome opera-se através da mudança do nominante prefixado à base do nominal e não sufixado, como em português e há uma tendência de transferências do processo de pluralização das línguas bantu para o português, um fenómeno que, de acordo com Nzau, Venâncio e Sardinha (2013, p. 171), acontece, porque "sendo as principais línguas com função identificadora, é natural que, ao usarem o português, façam a transferência das estruturas e dos esquemas da sua gramática intuitiva das línguas africanas para a gramática da língua portuguesa".

Razão pela qual no discurso oral aparecem casos como:

(8) As nossas vida [ø] depende de ti;

(9) As criança [ø] são a nossa alegria.

g) O emprego invariável da forma 'lhe' quer como complemento direto quer como complemento indireto;

De acordo com Miguel (2014, p. 94), "os pronomes Cd de 3.ª pessoa (o, a, os, as) estão praticamente banidos da linguagem popular. Em seu lugar usa-se o "lhes/s" (mais frequente), ou outras formas como o "le/s" ou "ele/a/s"". Os exemplos que se seguem reforçam a ideia acima exposta.

(10) "Lhe rodeamos de longe, bafo dele era o das muitas corridas nas campinas de capim" (Vieira, 2005, p. 18);

(11) "...o Turito era só o xaxualho de vento em bocas largas, admirações caladas: lhe levaram lá, para cuspir todo o sangue dele, e voltava redivivo?". (Ibidem, p. 20)

Os dados analisados por Undolo (2016, p. 111) indicam que "há uma tendência para a aceitação do clítico não-reflexivo dativo da 3.ª pessoa em detrimento do clítico não-reflexivo acusativo da mesma pessoa." A mesma visão é partilhada por Adriano (2015, p. 156) ao defender que a constância e o predomínio do uso do dativo *lhe* sobre o acusativo *o* (o, a, os, as) no português em Angola, não é exclusivo ao registo popular. E conclui: "este fenómeno, tido por muitos puristas como um vicio de linguagem designado *lheismo (ou leísmo),* pode mesmo ser considerado uma marca do português de Angola".

g) A tendência de exclusão das formas 'o/a, os, as'

(12) Não *deixa ele* ir embora! (Vieira, 1978);

(13) Ou então *manda ele* no meu quarto, que eu devolvo direitinho parece é pau de vassoura!... (Vieira, 2003).

Nos exemplos selecionados registam-se a substituição dos pronomes pessoais átonos pelos correspondentes tónicos (Inverno, 2008). Tomando como base os dados apresentados por Miguel (2014), podemos dizer que os contextos frásicos selecionados dão indicações claras que o pronome *ele* com a função de sujeito (com as variantes de género e de número), para além da função de complemento indireto que a norma europeia aceita quando preposicionado, é usado, nos casos vertentes, como complemento direto.

h) A tendência de neutralização do reflexivo e recíproco 'se' para todas as pessoas gramaticais;

Uma observação feita por Miguel (2014) aponta para a tendência de o uso dos pronomes reflexos e recíprocos aparecerem neutralizados na forma de terceira pessoa *se*, para todas as pessoas e, segundo a mesma autora, a interferência do substrato linguístico do quimbundo estará na base dessa tendência.

(14) Estou pensando em casar com você, sabia? (Agualusa, 2012);

(15) Senta aqui na beira dos meus olhos d'ouro .(Vieira, 2005).

Inverno (2008), fala da generalização do *se* como único pronome reflexo ou do apagamento do mesmo. E toma os seguintes exemplos:

(16) Nós conseguimos se entender;

(17) Ele chama_MS.

É um facto a tendência da supressão dos pronomes reflexos, sobretudo quando estes são clíticos inerentes, o que se apresenta como uma das marcas caraterísticas das variedades africanas do português, porém defende Hagemeijer (2016), associar o caso da generalização do pronome reflexo *se* como sendo exclusivamente do contacto com as línguas bantu é uma hipótese que deve ser equacionada, uma vez que há tendências semelhantes num subgrupo de dialetos do português europeu.

i) A colocação do pronome na frase é quase sempre proclítica ao radical verbal;

O aspeto relativo à colocação do pronome na frase e o distanciamento que apresenta em relação à norma europeia do português tem sido apontado como uma das particularidades do PA. Para isso, selecionamos alguns estudos que confirmam e sintetizam a ocorrência quase generalizada da próclise no português em contexto angolano. Assim, os dados apresentados por Adriano (2015) e por Nzau, Venâncio e Sardinha (2013) apontam claramente para a tendência da próclise pronominal na realidade angolana. Outra referência é do estudo feito por Gerards (2018, p. 26) que considera "despite some problems due to the partial unassessability of clitic climbing, proclisis was shown to be the unmarked direction of cliticization in all contexts, except for obligatory EP-enclitics in imperative one-verb main clauses".

Recolhemos alguns exemplos extraídos de obras literárias para ilustrar as tendências da próclise.

(18) Se calou, profético. Dei mão a Zemaria, Kalubém se pôs em nossa sombra (Vieira, 2005, p. 50);

(19) Caiu a pedra. Porquê eu corri e lhe apanhei outra vez, escondi no bolso em baixo da bata (Ibidem, p. 65);

(20) Um passarinho me disse que uma famosa artista plástica passara a frequentar o Morro da Barriga (Agualusa, 2012);

(21) Você mesmo me disse que o governo está a perder a paciência (Agualusa, 2012);

Os dados apresentados nos exemplos apontam para consistência da próclise no contexto angolano e, por essa razão, concordamos com a posição de Mutali (2019, pp. 119–120) que defende

> numa perspectiva de mudança linguística, se admitirmos que o PA está a desenvolver-se a partir do PE tal como o conhecemos hoje (e não de um seu estádio diacronicamente mais recuado), podemos dizer que, de acordo com os dados do corpus, há uma mudança no sentido da expansão da próclise para os contextos sintácticos que no PE são enclíticos (ou admitem a variação ênclise/próclise).

4.3. O umbundo, o quimbundo e o quicongo

Nesta parte falaremos sobre as línguas que serviram de base para o desenvolvimento do trabalho, nomeadamente: o umbundo, quimbundo e o quicongo. As três línguas são de origem bantu (Guthrie, 1948) e, de acordo com os dados do censo de 2014 (INE, 2016), das mais representativas que compõem o mosaico linguístico angolano.

Com efeito, começaremos por descrever o processo migratório das línguas bantu do qual resultou o plurilinguismo que se regista hoje em Angola. Também falaremos sobre as relações de parentesco que essas línguas estabelecem uma com as outras e sobre os seus espaços de atuação. No tópico sobre o espaço de atuação dessas línguas faremos uma brevíssima abordagem sobre as controvérsias em torno da designação da(s) língua(s) faladas em Cabinda. Para isso, contaremos com as informações presentes no INE (2016) sobre a designação dessa(s) língua(s), os posicionamentos de Fernandes e Ntondo (2002), de Chicuna (2015) e de Milando (2013) sobre o assunto.

4.3.1. Das migrações bantu ao plurilinguismo angolano

O termo língua, enquanto elemento de comunicação e como tal identificador de um povo, está intimamente ligado ao processo de formação das sociedades. Sabe-se que o homem teve sempre a tendência de satisfazer os seus anseios, fazendo esta necessidade com que se

movimentasse em busca de melhores condições, ocupando as áreas onde as terras fossem mais férteis, com chuvas regulares e, sobretudo, aquelas que estivessem próximas dos rios. Foi deste modo que vários grupos afluíram ao território angolano trazendo cada um, a sua própria língua.

O movimento migratório estendeu-se entre o século XIII e o século XIX. No século XIII, parte do Baixo Kongo um grupo que se fixou na margem esquerda do rio com o mesmo nome, trata-se dos bacongo.

Entre os séculos XV e XVI, o atual território angolano conheceu a penetração dos Ovanyaneka, que entraram pelo Sul de Angola, atravessando o rio Cunene para se fixar no planalto da Huíla.

Da região dos Grandes Lagos, Centro de África, no século XVI, outro grupo vem parar a terras angolanas, entrando pelo Leste, passa pelo planalto Viye e instala-se no litoral sul. São os ovahelelo.

Neste mesmo século, os Bayaka, vindos da região Nordeste, pisaram o solo angolano e pouco depois, não resistindo aos confrontos, ficaram na região de Kasanji, enquanto outros foram para o Sul.

No século XVII, os Vangangela, a partir da região Sudeste, atravessam o rio Zambeze (região do alto Zambeze) e fixam-se entre os rios Zambeze e Cunene.

No século XVIII, o grupo Ovambo entra em Angola e fixa-se entre o Alto Kabangu e o rio Cunene.

Também no século XVIII, os Tucokwe deixam Katanga, passam o rio Kassai e implantaram-se na Lunda. Por desentendimentos com o povo Lunda, os tucokwe voltaram a sair desta vez para o Sul.

No século XIX, surgiu o último povo a instalar-se em Angola, os Ovakwangali, provenientes da região do rio Orange (África do Sul) e fixaram-se em Angola entre o rio o Kubangu e Kwandu.

Com o movimento migratório o território angolano conheceu várias línguas tornando-se um país com o plurilinguismo reinante:

> Angola vive uma situação de plurilinguismo onde coabitam três famílias linguísticas genética e estruturalmente diferentes, nomeadamente: das línguas

> africanas de origem não Bantu; das línguas africanas de origem Bantu; da língua portuguesa de origem Neolatina (Fernandes & Ntondo, 2002).

O contacto destas três famílias, fundamentalmente, entre as línguas africanas de origem bantu e a língua Portuguesa, tem contribuído para a variação linguística aqui falada.

4.3.2. Línguas bantu angolanas

Para compreender as línguas angolanas é necessário saber quais são as línguas faladas nesta circunscrição, principalmente as que mais destaque têm merecido, aquelas cujo alfabeto já foi criado (Cfr. INL, 1980) de modo a identificar a razão de se destacar uma e menoscabar outras. De salientar que Angola, tal como outros países de África, possui uma realidade linguística diversificada, uma vez que se encontram *in loco* inúmeras línguas com estruturas diferentes.

De facto, existem, no país, línguas pertencentes à família linguística africana de origem bantu, como o cokwe, quimbundo, quicongo, nganguela, nhaneca, helelo, cuanhama, ndonga e umbundo; e as línguas não bantu, nomeadamente o khoisan e o vatwa. "A estas línguas junta-se o português, a partir do século XVI, e que é atualmente a única língua oficial de Angola." (Mingas, 2007, p. 33)

Existem em Angola vários grupos linguísticos, dentre os quais se destacamos dez línguas faladas em dezoito províncias:

- Cokwe, falada nas províncias das Lundas Norte e Sul, Moxico e Cuando Cubango;

- Quimbundo, falada no Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul (norte da província), Malanje e Luanda;

- Quicongo, nas províncias Uíje, Zaire, Bengo (parte norte);

- Nganguela, no Cuando Cubango, Moxico, Bié (leste da província da Huíla);

- Nhaneca, no Cunene com uma influência nas províncias de Benguela e Namibe;

- Helelo, no Namibe;

- Cuanhama, no Cunene;

- Oshingonda, no Sudeste da província do Cuando Cubango;

- Umbundo, língua falada na província do Huambo, Bié e Benguela e tem alguma influência nas províncias do Namibe, Cuando Cubango e na Huíla;

- Fiote (=Ibinda ou Quicongo?), língua(s) falada(s) em Cabinda.[26]

Na figura 2 apresentamos um mapa tomado de INE (2016) com as principais línguas e etnias de Angola. A distribuição apresentada no mapa fornece um panorama das línguas e dos lugares onde elas são faladas o que permite ter a noção de cada uma delas, sua dimensão e a sua representatividade no contexto em referência.

[26] Há uma controvérsia sobre a designação da(s) língua (s) falada (s) em Cabinda. Para Fernandes e Ntondo (2002), o grupo etnolinguistico Bakongo ocupa o território de Cabinda e o quicongo a língua falada na provincia, sendo o kilinji, kikoci, kisundi, kivili, kiwoyo e o kiyombe variantes dessa língua. Os dados do censo (INE, 2016), no tópico sobre as línguas habitualmente faladas em casa, apresentam a designação fiote para identificar a língua falada em Cabinda.

Os posicionamentos de Fernandes e Ntondo (2002) são contrariados por Chicuna (2015, p. 36) que defende o seguinte:

> linguisticamente, Cabinda é um territorio caracterizado pela presença do Português, a única língua que cobre todo o território, e de sete línguas nativas, nomeadamente o Kiyombe, o Kisundi, o Kivili, o Kilinji, o Kikoci, o Kikwakongo, e o Iyowo. No entanto, cada uma destas línguas nativas tem uma localização bem determinada no território.

Quanto à designação fiote, recolhida dos dados do censo (INE, 2016) e usual em programas televisivos de Angola e na Rádio Ngola Yetu, é também contrariada por Chicuna (2015) e por Milando (2013), porque para esses autores, em Cabinda, não existe uma etnia que se designe Bafiote e que, em consequência, se expresse em fiote, portanto, o fiote, como língua de Cabinda, não existe.

A designação Ibinda, enquanto língua falada pelos nativos de Cabinda, a qual traz o Kiyombe, o Kisundi, o Kivili, o Kilinji, o Kikoci, o Kikwakongo e o Iyowo como variantes, chega, em alguns momentos, a ser também controversa. Sobre a designação Ibinda, Milando (2013, p. 30) afirma que

> o termo começou a ser usado para designar a língua em que se exprimem os cabindeses, em finais dos anos 60, no seio dos primeiros intelectuais nativos locais, formados na/pela Igreja Católica. Trata-se de um termo que, entretanto, não está livre de controvérsias. Estas decorrem essencialmente de problemas de representatividade das diferentes identidades dialectais e regionais locais.

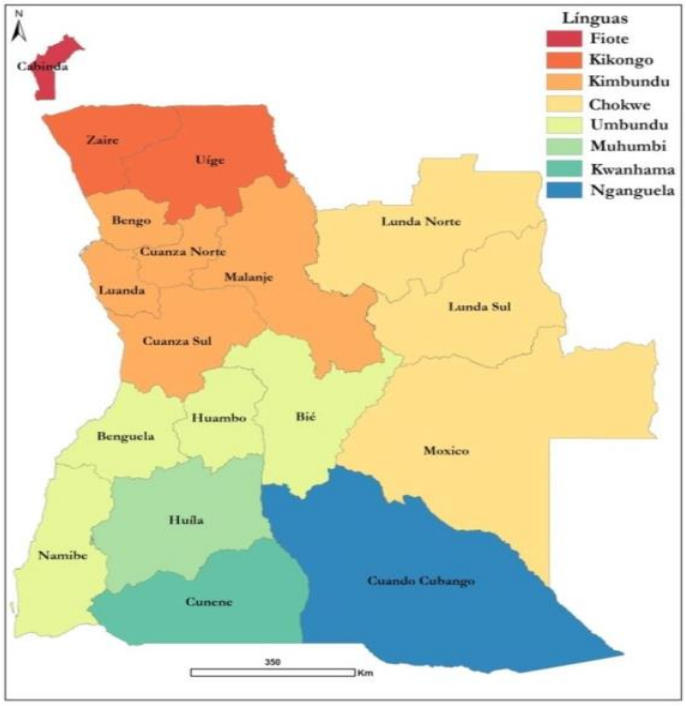


Figura 2 Mapa das línguas de Angola

Fonte: (INE, 2016)

Entre as línguas ora elencadas, as que maior número de falantes tem são: umbundo, quicongo e quimbundo (INE, 2016), respetivamente, sendo estas as que mais influenciam o português falado em Angola.

Os números recolhidos na tabela 19 indicam a percentagem de uma cada das línguas que compõem a realidade linguística angolana. Em relação às línguas mais faladas em casa, os dados demonstram que a língua portuguesa aparece em primeiro lugar e é seguida pelo umbundo, quicongo e quimbundo, respetivamente.

Tabela 19 Dados das línguas faladas em Angola

Designação da língua	Percentagem
portuguesa	71,15
umbundo	22,96
quicongo	8,24
quimbundo	7,82
cokwe	6,54
nhaneca	3,42
nganguela	3,11
fiote	2,39
cuanhama	2,26
luvale	1,04
muhumbi	2,12
outras línguas	3,6

Fonte: extraída do INE (2016).

Com efeito, a oficialização do português como língua de Angola no tempo colonial fez com que as línguas nacionais fossem relegadas para segundo plano, se não mesmo forçadas a serem esquecidas como elucidam os artigos subsequentes dos Decretos de Norton de Matos (Matos, 1953):

> Art. 1. Ponto: É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa.
>
> Art. 2. Ponto: Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas.
>
> Art. 3. Ponto: O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar no período do ensino elementar da língua portuguesa

A introdução de palavras vindas das línguas angolanas é decorrente dessas proibições, porque se por um lado era proibido o uso das línguas nacionais, por outro lado, nem todos tinham acesso à escola e aqueles que tinham eram uma clara minoria. Assim, "na verdade, a língua portuguesa, apesar de cinco séculos de colonização com uma deliberada política de assimilação, não conseguiu penetrar as largas massas populares" (Muária, 1989, p. 325).

Atualmente, o cenário linguístico angolano vem conhecendo uma realidade diferente, porquanto livre do jugo colonial. Linguistas de várias partes de Angola assumiram o estudo das línguas faladas no País e não só têm envidado esforços para recuperar as línguas angolanas que durante séculos ficaram ofuscadas, mas também para sistematizar a forma que a língua portuguesa tem vindo a tomar em Angola ou em África.

Assim, várias obras têm sido publicadas retratando esta questão. Para além disso, em 1979 criou-se o Instituto de Línguas Nacionais (daqui para a frente ILN) e, posteriormente em 2003, a extinta Faculdade de Letras e Ciências Sociais, hoje Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (FLUAN), instituições encarregues pelo estudo dessas línguas e, consequentemente a sua manutenção. Sublinhe-se que além destas instituições, há pessoas singulares preocupadas com as línguas faladas em Angola e tudo fazem em prol do seu desenvolvimento.

À semelhança do que acontece com a língua portuguesa e com seus estatutos, as línguas angolanas também estão em vias de verem os seus salvaguardados na Constituição da República de Angola e na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Eis o item que poderá dar lugar aos estatutos das línguas angolanas: "É tarefa fundamental do Estado proteger,

valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como línguas de identidade nacional e de comunicação." (*Constituição da República de Angola*, 2010 art.21 alínea n).

A criação do INL e da FLUAN, instituições vocacionadas para a investigação científica sobre as línguas de Angola, a aprovação das respetivas regras de transcrição através da Resolução n.º3/87 de 23 de Maio de 1987 do Conselho de Ministros da República de Angola para as línguas quicongo, quimbundo, cokwe, umbundo, mbunda e oxicuanhama, a existência de um jornalismo imprenso, radiofónico e televisivo em línguas nacionais, entre outros, são verdadeiros marcos no caminho da defesa dos direitos linguísticos das pessoas e das comunidades angolanas.

Os pontos ora mencionados vão dar lugar a posterior elaboração dos estatutos das línguas angolanas, matéria que já tem sido alvo de alguma discussão a nível dos vários estratos da sociedade.

A promoção e a criação de condições científicas e técnicas para as línguas angolanas não só contribuirá para outorgar um estatuto legal às línguas angolanas, mas também ajudará na expansão das mesmas. Entretanto, e devido à inexistência de um estatuto legal das mesmas, os cidadãos recorrem à hibridização, enquanto se aguarda pelo referido estatuto, que poderá ser a co-oficialização das línguas angolanas, atendendo à especificidade de cada região, embora saibamos que isso não irá impossibilitar o intercâmbio entre as Línguas Nacionais (LN) e a Língua Portuguesa (LP).

4.3.2.1. A língua umbundo

A língua umbundo é uma das línguas centrais de Angola, falada no planalto central. A sua área de difusão engloba três províncias: Bié, Huambo e Benguela. Atendendo à configuração do país, a língua umbundo tem a sua influência notável nas províncias vizinhas como é o caso da província do Namibe, a parte noroeste da província do Cuando Cubango e uma parte da província da Huíla.

As línguas vizinhas do umbundo são: quimbundo, a norte, cokwe, nganguela, a oeste, olunyaneka e oshihelelo, a sul.

As variedades da língua umbundo são: ambwi, kacinji, kakonda, mbalundu, mwana, nganda, ndombe, sambu, sele, sumbi, cikuma, wambu. (Cfr. Fernandes & Ntondo, 2002).

As línguas bantu apresentam a mesma origem, daí a existência de caraterísticas aplicáveis para todas elas, com uma ou outra diferença. Atendendo à sua origem, as línguas bantu apresentam estas caraterísticas gerais (idem):

- A presença dos prefixos nos nomes que marcam a oposição entre singular e plural;

ulima/**a**lima (ano/anos)

etali/**a**tali (dia/dias)

o**ci**sungo/o**vi**sungo (canção/canções)

- A presença de classes nominais;

ofeka (país)

ocisinda (gripe)

epandi (paciência)

- A presença de tons na maior parte delas;

onjila (pássaro)

onjila (caminho)

uveli (primogénito

uveli (doença)

- A presença de consoantes pré-nasais, em alguns casos;

ombuto (semente)

ongeva (saudade)

onhanha (repugnância)

- A inexistência de artigos (idem).

okutunga onjo (construir a casa)

utwe umbala (a cabeça doi-me)

A língua umbundo, assim como as outras da zona R (Guthrie, 1948), tem como caraterísticas, segundo Fernandes & Ntondo, (2002, p. 107), "a presença de uma vogal chamada aumento que precede o prefixo nominal em todas as classes exceto a classe 5 em que

a vogal (e) desempenha as funções de aumento e prefixo nominal simultaneamente." Outra particularidade desta língua é a de "possuir, além das 5 vogais orais como das línguas das três zonas, 5 vogais nasais com carácter distintivo ou posicional em número idêntico às orais".

O conhecimento das caraterísticas do umbundo vai permitir compreender os angolanismos provenientes desta língua e, num estudo posterior, avaliar o seu funcionamento na língua de chegada, pois é sabido que não basta a transferência das unidades no léxico, sendo preciso adequá-las à realidade encontrada e essa adequação só será efetiva se antes forem conhecidos os passos que cada unidade percorreu para chegar ao léxico do português.

4.3.2.2. A língua quimbundo

Não se poderá compreender as caraterísticas do quimbundo se não se fizer menção à situação geográfica desta língua e quais as suas influências. Assim sendo, há necessidade de frisar que esta língua parte do interior para o litoral e circunscreve-se nas regiões do Bengo, Cuanza Norte, Norte da província do Cuanza Sul, Malanje e Luanda. As línguas vizinhas são: quicongo, a norte, cokwe, a este e umbundo, a sul.

Tendo em conta o acima exposto, deve-se assinalar a vizinhança entre quimbundo, quicongo e umbundo.

As principais caraterísticas da língua quimbundo (língua que irá ter uma grande influência nos angolanismos), que gostaríamos de destacar, são:

- A presença de vogais longas e breves as quais sustentam a significação entre duas palavras formalmente idênticas;

njila (pássaro)
njila (caminho)

- A presença de prefixos das classes 5 (di) e 7 (ki) na maior parte das variantes.

di*bhitu* (porto)
di*honjo* (banana)
ki*tatelu* (acusação)
ki*tumu* (artigo)

4.3.2.3. A língua quicongo

A língua quicongo é, à semelhança de outras, também de grande influência no país, pois grande parte dos angolanismos é proveniente desta língua.

O quicongo circunscreve-se à parte nordeste de Angola e estende-se para além das fronteiras nacionais, nomeadamente na República Democrática do Congo, ao Sul da República do Congo Brazzaville e à República do Gabão. Para a realidade em análise ela abrange as províncias do Uíge, Zaire e a parte norte do Bengo.

O quicongo encontra-se, a sul e sudoeste com o quimbundo, a este com o cokwe:

A língua quicongo apresenta as seguintes caraterísticas:

- É uma língua transnacional, pelo seu carácter de ultrapassar as fronteiras de Angola;

- A presença de vogais longas e vogais breves com pertinência fonológica;

dila ['dila] - chorar
dila [di'ila] - aproveitar
koko [k'ula] – mão
koko [ku'ula] - braço (Massiala, 2019)

- O tom abrange não só a vogal como também a consoante nasal que, no quadro do exercício de segmentação silábica, tem o estatuto de sílaba e é chamada nasal silábica;

longa (prato)
longa (ensino)
nzala (fome)
nzala (unha)

- As classes 5 e 7 são representadas por *di* e *ki* o que confere a estas uma função distintiva em relação às doutras zonas e marca a sua identidade (Cfr. Fernandes & Ntondo, 2002).

A apresentação genérica das principais caraterísticas do umbundo, do quimbundo e do quicongo visa ajudar no enquadramento do léxico das línguas angolanas no português pois será mais fácil perceber a integração destes angolanismos no português se antes forem conhecidas as caraterísticas das línguas de partida.

4.4. Política linguística em Angola

Para falarmos da política linguística em Angola precisamos ter em conta dois períodos de capital importância na história deste país: o período colonial e o período pós-colonial.

O período colonial, marcado pelo ano 1912, é a fase em que o governo português, com a sua política assimilacionista, faz proibições do uso público das línguas africanas, com os Decretos de Norton de Matos (Matos, 1953).

O período pós-colonial, marcado pela criação, em 1979, do Estado Angolano, do atual Instituto de Línguas Nacionais e pela aprovação de um conjunto de instrumentos legais, nomeadamente:

- A elaboração de uma brochura intitulada Esboço fonológico, aprovada através da Resolução nº3/87 de 23 de Maio de 1987;

- A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, nº3 do art.9º;

- A inserção do artigo 19 com a epígrafe línguas e alínea n e do 21 na CRA, com vista a promover e valorizar as línguas faladas em Angola.

Em ambos os períodos há dois conceitos que são fulcrais para a realização efetiva destas políticas, designadamente o conceito de política linguística e o de planeamento linguístico.

A política linguística assenta, segundo Severo (2013), numa prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo).

Pinto (2010) entende política de língua como o conjunto de tentativas explícitas e implícitas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade radicada em iniciativas do Estado a nível macro, com grupos ou organizações, nível meso ou de um indivíduo, e nível micro. Já a noção de planeamento linguístico tem a sua base de análise, de acordo com Severo (2013, p. 451), "na implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas), como as políticas educacionais, com vista a influenciar o comportamento dos sujeitos em relação à aquisição e uso dos códigos linguísticos".

Política linguística e planificação linguística materializam-se mediante diplomas legais de caráter incitativo ou imperativo, em diferentes níveis, a saber:

c) geográfico – internacional, nacional e regional;

d) jurídico – lei constitucional, lei, decreto, decreto-lei e despachos normativos.

Por outro lado, tratando-se de um processo de planificação, a política linguística explícita deve realizar-se em etapas (Pinto, 2010).

Feita a resenha sobre aspetos conceituais da política de língua passemos, de forma breve, à descrição de algumas informações sobre políticas linguísticas em Angola no período colonial.

4.5. Política linguística colonial em Angola

A colonização não seria efetiva se não houvesse comunicação entre o colonizador e o colonizado. Quando começou a colonização em Angola, não se produziu uma língua nova, nem se generalizou nenhumas das existentes, mas impôs-se a língua do colonizador (Mendes, 1985). Com esse pressuposto estava lançada a base para o sucesso do processo e para o efeito foi adotada como medida "a neutralização das línguas africanas" (Chicuna, 2015, p. 41).

A materialização deste objetivo passou por várias etapas, entre as que se destacam:

a) A imposição da língua portuguesa, com a publicação do Decreto nº.77 de 9 de dezembro de 1912 (Matos, 1953) que proibia o uso das línguas locais e a integração de angolanos na cultura europeia (Miguel, 2014).

Como forma de acelerar os processos de aprendizagem da língua criaram-se os estatutos que dividiam a sociedade colonial em dois grupos principais: os portugueses e os angolanos.

O grupo dos portugueses estava subdividido em duas categorias, a saber os colonialistas ou agentes da metrópole colonizadora e os colonos ou instrumentos da colonização. O grupo dos angolanos subdividia-se em assimilados e indígenas (Mingas, 2007). Esta categorização tinha como propósito motivar os angolanos a deixarem os seus hábitos e costumes e optar por hábitos e costumes portugueses.

Passar a assimilado implicava um esforço no sentido de adquirir a cultura e a língua do colonizador, enquanto meios válidos para a aceder a um posto administrativo com a correspondente ascensão na escala social que isso implicava. Para isso eram submetidos a testes em que os candidatos deviam provar possuir as seguintes habilidades: saber ler, escrever e falar fluentemente português, professar o mesmo credo dos portugueses e dar garantias de que iria manter costumes semelhantes aos dos europeus.

b) O encerramento de cerca de duzentas instituições de ensino das missões protestantes que recorriam às línguas locais para o ensino.

O ensino em português era uma forma de impor a língua do colonizador. Nos primeiros anos de escolaridade, a única língua ensinada era a portuguesa, exceção feita a algumas escolas dirigidas por missionários que usavam as línguas angolanas como meio para facilitar a aprendizagem do português.

Quanto ao ensino secundário, a língua portuguesa era ensinada durante cinco anos para os que escolhiam o grupo das ciências e por um período de sete anos para os que escolhessem o grupo das letras (Mingas, 2007). A autora que temos vindo a citar afirma que no período de colonização a única língua que os angolanos deviam e podiam aprender e dominar ao nível das escolas estatais era a portuguesa.

As medidas tomadas pelo antigo colonizador tiveram incidências fortes tanto nas línguas bantu, como na língua portuguesa. Relativamente às línguas bantu, esta política teve consequências a nível, por exemplo, da ortografia, porque, segundo Chicuna (2015), em todos os trabalhos feitos sobre as línguas africanas o autor podia adotar o seu sistema ortográfico, resultante dos vários modelos de representações gráficas, para a escrita dessas línguas. Relativamente à língua portuguesa, se por um lado havia uma grande exigência para o uso desta, por outro, a escola não era um espaço acessível a todos. A falta de acesso ao ensino formal foi um elemento que tem sido apontado como facilitador da entrada de várias unidades lexicais das línguas bantu no português. Salienta-se também o facto de a língua portuguesa ter sido ensinada durante muitos anos sem se ter em conta a mundividência do aluno (Marques, 1985; Miguel, 2014; Mingas, 2007).

4.6. Política linguística pós-colonial em Angola

Em Angola, à semelhança de muitos outros países da África e não só, as comunidades vivem imersas num plurilinguismo reinante que muito frequentemente é ignorado, onde, além das línguas angolanas de origem bantu, está também a língua portuguesa que é usada na administração pública, tendo, por isso, o estatuto de língua oficial.

De acordo com Pedro (2014), a multiplicidade de línguas que carateriza a maioria das sociedades africanas não constitui barreira na elaboração de uma política linguística. Para isso será preciso ter presente as zonas em que cada uma das línguas que constituem este leque linguístico é utilizada e tentar aglutinar aquelas que apresentem traços comuns.

Passada a fase da colonização é preciso traçar medidas, não apenas para ficar no papel, mas que sejam realizáveis e promovam, de alguma forma, as línguas faladas no país. Para isso socorremo-nos de um dos temas abordados por Reis (2013), que aponta a vontade política como forma necessária para desenvolver, com continuidade, uma política de língua consequente. Para este autor, a adoção de prioridades estratégicas, sejam quais forem, não é viável se a vontade política se não traduzir em atos concretos: medidas legislativas, configurações instrumentais, afetação de recursos financeiros, diligências diplomáticas ou meros (mas marcantes) atos simbólicos.

A política linguística angolana conheceu momentos diferentes desde a altura que foi proclamada a Independência. A planificação linguística tem sido feita estando voltada para a realidade local e sem descurar, naturalmente, as estratégias internacionalmente aceites para a promoção e valorização das línguas.

Por uma questão metodológica, vamos, neste trabalho, tratar da política linguística separando as línguas, observando, para isso, o critério da genealogia e o critério espaço. A razão desta separação deve-se, como referiu, pela primeira vez, em 1959, Einar Haugen (1959, citado por Pinto, 2010, p. 10) ao facto de "a planificação linguística ser a atividade de elaboração de uma norma ortográfica, de descrições gramaticais e de dicionários de uma língua, que orientem quem fala e escreve essa língua em comunidades linguisticamente diversificadas".

É, efetivamente, nosso entendimento que as políticas já traçadas apenas consideraram o critério espaço. Para realidades como a de Angola, a observância e separação destes critérios

podem ser fundamentais para garantir maior equilíbrio entre elas considerando que há, em Angola, línguas que, coabitando no mesmo espaço, entretanto têm genealogias diferentes.

Assim, teremos em conta as medidas tomadas para as línguas angolanas de origem bantu e não bantu, bem como as tomadas para a língua portuguesa. É ponto assente que a língua portuguesa em Angola começa a dar sinais de distanciamento em relação àquela que é falada noutros espaços, pelo menos na vertente prática, concernente ao seu estatuto (de língua oficial). Esta vai dando passos largos no sentido da sua nacionalização, por isso se impõe o estudo para descrever as caraterísticas da mesma e regular a sua utilização.

Com efeito, cai, desde logo, por terra a ideia de que a constelação linguística dos portugueses, nas últimas décadas dos século XX, constituída por alguns planetas com vida civilizada, as línguas, em torno das quais gravitavam as não-línguas (onde se incluem os crioulos e as línguas africanas de origem bantu) como disse Pinto (2010), porque começam a nascer investigações sistematizadas sobre as chamadas não-línguas noutrora.

Nesta ordem, enumeramos as medidas já traçadas pelo Estado angolano como forma de preservar as línguas faladas de uma forma geral e apresentaremos também algumas propostas para o português falado em Angola.

1. A publicação, em 1980, do Histórico Sobre a Criação dos Alfabetos em línguas nacionais. Com esta obra foi possível esboçar os sistemas fonológicos e projetos de alfabetos das línguas quicongo, quimbundo, cokwe, umbundo, mbunda e oxicuanhama com o propósito de conferir maior sistematicidade, começando-se assim o seu estudo científico através da revisão, em 1985, dos sistemas fonológicos da qual se elaborou uma brochura com o título Esboço Fonológico, não sendo publicada até à presente data.

2. A aprovação, a título experimental, pelo então Conselho de Ministros da República de Angola, através da Resolução n°.3/87 de 23 de maio de 1987, os alfabetos das línguas nacionais quicongo, quimbundo, cokwe, umbundo, mbunda e oxicuanhama e as suas respetivas regras de transcrição (Serra, 2014).

Com esta aprovação estavam assim lançadas as bases para o desenvolvimento das línguas angolanas de origem bantu e não bantu e delineadas estratégias para a manutenção destas línguas, tarefa que o colono português relegou para lá das suas preocupações.

3. O discurso de Agostinho Neto (1975)[27] na tomada de posse do corpo diretivo da U.E.A., que dizia, entre outras coisas que a língua portuguesa por si só não serviria para a resolução dos mais variados problemas que os angolanos viviam, e que o recurso às línguas angolanas seria uma mais-valia, porquanto, a cultura, seria difundida nas línguas locais. Isto, à partida, contribuiria para a expansão das línguas e, consequentemente, o desenvolvimento do país, pois os hábitos e costumes seriam expressos em línguas nativas. Para tal é preciso que haja da parte de quem dirige políticas de incentivo para que estas tenham espaço merecido.

4. A já referida criação do INL;

5. A já referida criação FLUAN, na qual são ministrados cursos de Línguas e Literaturas em Línguas africanas, Línguas e Literatura em Língua Portuguesa, Línguas e Literaturas em Língua Inglesa, Línguas e Literaturas em Língua Francesa e Filosofia aos níveis de graduação e de pós-graduação.

A criação destas instituições revela, de certa forma, a necessidade que se tem em preservar e, sobretudo, dotar as línguas de elementos científicos, por serem instituições vocacionadas para o estudo, normalização e o controlo de dados linguísticos bem como para a sua difusão (Miguel, 2014).

A criação das instituições mencionadas cuja importância é, a todos os títulos, inquestionável, devem ser acompanhadas, como disse Pedro (2014), de elementos que:

- Combatam os discursos que procuram colocar a diversidade das línguas nacionais como ameaça à unidade nacional, pois é possível a unidade na diversidade;

- Desenvolvam as línguas nacionais com vista à sua utilização nos vários domínios da vida;

- Integrem as línguas nacionais nos planos de desenvolvimento nacional.

- Combatam os discursos que advogam que as línguas angolanas de origem bantu e não bantu não servem para expressão da tecnologia e da cultura;

[27] A proclamação, em 10 de dezembro de 1975, da União dos Escritores Angolanos, apenas um mês após a independência e num clima civil e militar ainda instável, é testemunho vivo do papel que o escritor e a literatura desempenharia na nova sociedade em formação e da importância que o presidente da então República dava às questões relacionadas ao estudo das línguas e da cultura nacional de uma forma geral. As tarefas dos escritores foram delineadas nos discursos de dezembro de 1977, novembro de 1977 e janeiro de 1979. (Hamilton, 1975; Muária, 1989).

- Incutam na população que nenhuma língua se basta a si própria a ponto de trazer no seu repertório todos os elementos para expressão de tudo;

- Incutam na população que o desenvolvimento de um país passa também pela sistematização das línguas, enquanto meio de expressão dos anseios de cada membro inserido nesta comunidade.

O modelo Haugen (1966) foi adaptado à realidade angolana para a compreensão daquilo que tem sido o planeamento linguístico. Para a autor citado, no planeamento linguístico, é preciso ter em conta os seguintes níveis:

a) Seleção da norma;

b) Codificação;

c) Padronização da norma;

d) Implementação/aceitação;

e) Elaboração/modernização da língua pela disseminação de novos termos.

A observação dos parâmetros estabelecidos por Haugen (1966) poderá permitir que vários aspetos da política linguística angolana ganhem maior consistência. No caso do português, por exemplo, com estes parâmetros, considerando as particularidades que essa língua apresenta, poderá ser mais prática a seleção da norma e com ela o estabelecimento de balizas para com rigor, sistematizar e solidificar algumas das singularidades dessa nova forma de falar a língua portuguesa.

Acresce-se aos parâmetros estabelecidos por Haugen (1966), alguns dos objetivos da politica linguística em Angola traçados por Zau (2011, p. 121) que visam:

- Fortalecer, ao lado do português, a projecção nacional e internacional das línguas angolanas de origem africana, pelo menos as mais divulgadas;

- Assegurar a função do português como directório da comunicação nacional angolana;

- Reforçar o entendimento da cooperação como um espaço que favoreça a inter-relação afectiva, social, cultural e económica, isto é, um espaço multicultural e multilingue;

Assim, será possível dar-se os passos para materializar as ações presentes Carta de Maputo que, entre várias, recomenda:

> o tratamento das línguas do espaço da CPLP como línguas de conhecimento e não apenas como objeto de programas de bilinguismo transitório, cuja perspetiva foca as demais línguas como uma passagem para o português, ou como fase inicial de alfabetização e não como língua de produção permanente de conhecimento (IILP, 2011).

Todos esses fatores conjugados vão permitir que haja uma política capaz de dar resposta aos principais problemas do panorama linguístico angolano, dotando cada uma dessas línguas de cariz científico e que sobre elas possam ser feitos vários outros estudos.

4.7. Estatuto da língua portuguesa em Angola

Durante a colonização, o colonizador tudo fez para que a cultura portuguesa entrasse no sulco da alma do povo angolano. Esse propósito foi implementado com a publicação do decreto de Norton de Matos, então Governador-geral de Angola, o qual trazia uma série de proibições, como já foi referido. Matos (1953) defendia que ao espalhar o português falado, seguir-se-ia ensinar a ler e a escrever esta língua, e as línguas nacionais iriam desaparecer rapidamente das províncias Portuguesas de África.

Naquela altura, o grito do Governador ecoou por toda a província ultramarina e no mesmo diapasão passam a alinhar outras figuras, dentre elas, o Pe Domingos Vieira Baião, que, segundo Muária (1989, p. 325), afirma que "após a conquista pelas armas é a assimilação dum povo pela língua e pela mentalidade religiosa a garantia mais segura da posse do Império Ultramarino". Estavam assim lançadas as políticas para fazer desaparecer as línguas africanas.

A língua portuguesa tem um estatuto histórico antigo que a coloca, a partir de 1575, na condição de língua veicular (a par das línguas quimbundo e umbundo) isto é, como uma das línguas utilizadas nas trocas comerciais do interior. Aliás, a língua portuguesa foi adotada como língua da administração de alguns outros reinos proto-angolanos, quer antes, quer depois da fundação da colónia de Angola, em 1575 (Gaspar, 2015).

Como dissemos, foram quinhentos anos e não é fácil apagar as consequências nefastas de todo esse tempo da história de um povo. Por isso, apesar das peripécias por que os nossos ancestrais passaram, com a independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, as línguas angolanas, consideradas dialetos, no sentido mais pejorativo do termo, na época colonial, adquirem o estatuto de línguas, sendo dimanadas orientações políticas no sentido da sua

valorização e utilização, bem como o seu estudo científico e a sua utilização no ensino juntamente com o português (Marques, 1985).

Na sequência da proclamação da independência, a língua portuguesa foi adotada como aquela que deve servir de meio de comunicação entre o povo angolano, de Cabinda ao Cunene e o do mar ao Leste. "A língua portuguesa é o elemento estruturante da nacionalidade angolana, porque passou de língua veicular à língua da angolanidade, de língua de Estado à língua da sociedade, isto é, de língua estrangeira à língua nacional." (ibidem, 10). Desta feita, a língua portuguesa passou a ter os seguintes estatutos:

- Língua oficial, por ser a única língua utilizada em toda a administração pública, plasmada no art.19 (*Constituição da República de Angola*, 2010);

- Língua de escolaridade, porque é usada desde a iniciação até ao ensino superior, sendo meio e matéria de ensino;

- Língua materna de mais de um terço da população (Pedro, 2014, p. 80), sobretudo aqueles que nasceram nos principais centros urbanos;

- Língua segunda para a maioria da população angolana;

- Língua veicular, porque serve de meio de comunicação entre todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene e do mar ao Leste.

Salienta-se que este estatuto faz dela língua de Angola. Por conseguinte, esforços são necessários para estudá-la e ver quais os caminhos a seguir para enriquecê-la.

4.8. Relação das línguas angolanas com as igrejas e o poder

> O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (Bourdieu, 2011, p. 4)

O estudo sobre a relação que as línguas angolanas estabelecem com as igrejas e com o poder surgiu da necessidade de explicar alguns problemas identificados nos dicionários contemporâneos portugueses relativos aos angolanismos.

A supremacia de um determinado grupo etnolinguístico sobre outros e as ligações destes grupos com a religião e o poder levou-nos a refletir sobre a influência que estas duas estruturas podem ter na maneira como são representados os angolanismos nas obras lexicográficas.

Nas estruturas da Igreja e do poder estão fortemente presentes o aspeto da cultura, nas suas mais variadas dimensões. Foi tendo em conta esta perspetiva que trazemos para a discussão a posição de Bourdieu (2011) que aponta a tradição marxista como aquela que privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnosiológica e com todos os contornos da expressão sistemática e do estruturo-funcionalismo.

O que importaria aqui realçar é a visão, segundo a qual a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante sendo que esta une (intermediário de comunicação) mas também é a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções, compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. A proposta de Bourdieu (2011) ajudou-nos a perceber as influências dessas estruturas na maneira de tratar e descrever os angolanismos.

A abordagem deste assunto foi feita considerando três pilares:

- A sociolinguística, enquanto área que se ocupa da relação língua e sociedade (Garmadi, 1983; Lastra, 2003);

- As relações entre línguas, discursos, tensões políticas e questões identitárias (Conley & O´Barr, 1998; Fairclough, 2001; Fonseca, 2012; Savimbi, 1979; Severo, 2017);

- Questões lexicográficas e metalexicográficas, assente no levantamento e na disposição das unidades provenientes das línguas angolanas nos dicionários portugueses (Cambuta, 2018; Chicuna, 2015; Costa, 2015; Mingas, 2007; Tinhorão, 2019).

Estes pilares serviram de fio condutor, primeiro, porque estão intimamente ligados e, segundo, porque a ligação que as línguas têm com o poder constituiu-se num fator determinante não apenas para o desenvolvimento da língua em si, mas porque, neste trabalho, vai ajudar na compreensão e na explicação dos vários fenómenos que ocorrem nos cenários linguísticos em Angola.

4.8.1. Relação das línguas angolanas com as igrejas

Os pressupostos para a análise sobre a relação entre as línguas angolanas e as igrejas trazem como base teórica de reflexão os estudos feitos por Neves (2007), Schubert (1999) e Severo (2017). Partimos da proposta de Neves (2007), que faz uma abordagem sobre as igrejas e o nacionalismo angolano e aponta tópicos que exerceram maior influência no processo que viria a contribuir para o desenvolvimento das línguas angolanas.

Neste processo destaca-se a Conferência de Berlim (1884-1885), o impacto que teve ao definir regras no âmbito da religião, que, entre outras, permitiram, nas colónias africanas, a entrada de missionários de qualquer confissão religiosa, abrindo-se, assim, portas para a maior abertura no que a tolerância religiosa dissesse respeito.

Com a Conferência de Berlim, de acordo com Schubert (citado por Neves, 2007), Portugal assina o documento final comprometendo-se a proteger e promover todas as missões, independentemente da sua procedência nacional ou confessional, tornando-as iguais perante a lei e o direito. Porém, não passou desapercebida alguma reserva em relação aos protestantes, pelo facto de estes terem como uma das tarefas a promoção das línguas e das culturas locais, em detrimento da portuguesa, um exercício adverso aos postulados no processo de colonizar.

Com vista a dar resposta às adversidades provocadas pela prática dos protestantes, fez-se sair o Decreto n.º 77 que visava regular a liberdade religiosa, garantir a melhoria das condições de vida do povo, limitando o espaço de atuação das línguas locais para fins catequéticos e em alguns escritos religiosos onde eram permitidas edições bilingues. A finalidade do Decreto n.º 77 de 1921 era clara: o 'aportuguesamento' dos valores e das normas da cultura portuguesa (Neves, 2007).

Schubert (1999) aborda a questão falando sobre os protestantes na guerra angolana depois da independência. Este estudo foi referenciado, porque, para além de levantar um conjunto de questões relativas à influência do protestantismo no processo político em Angola, traz um aspeto que permite perceber a perspetiva da relação entre língua e poder.

De acordo com Schubert (1999), a ação missionária protestante foi um dos fatores determinantes que criaram as correspondências salientes que, no início dos anos setenta, existiam não apenas entre o mapa etnolinguístico e o que mostrava as zonas de influência dos

movimentos nacionalistas, mas também entre estes e o mapa denominacional que visava atribuir a cada missão o seu campo de ação de modo a evitar a conotação de religião tribal.

Para as comunidades protestantes colocava-se a pergunta se o seu lugar era dentro ou fora do sistema colonial português. Aquelas que foram obrigadas ou que optaram por sair do sistema podiam decidir se deviam ou não colaborar ativamente com os movimentos nacionalistas. Mas uma vez tomada a decisão de se enquadrar num movimento, a escolha colocava problemas. A nível individual, opções divergentes eram possíveis, mas havia relações preferenciais entre os batistas do Norte e a FNLA, os metodistas do espaço quimbundo e o MPLA e entre os congregacionalistas do Centro-Sul e a UNITA.

A autoidentificação das Igrejas com movimentos políticos nem sempre teve os efeitos desejados e um dos problemas foi o da limitação étnico-regional do protestantismo no conflito de descolonização (Schubert, 1999).

Antes da Independência, as igrejas protestantes eram consideradas como um fator perturbador por promoverem estudos para o desenvolvimento das línguas locais. No pós-independência, a guerra deixou de ser contra o colono e passou a ser luta por um poder.

Portanto, na luta pelo poder, os movimentos de libertação estariam confinados a espaços étnico-regionais o que acabaria tendo alguma influência ao nível do desenvolvimento e na promoção das línguas. Embora língua e discurso não sejam realidades autónomas e independentes, afetam-se mutuamente ao serem saturadas política e ideologicamente. Quando o poder opera estratificando línguas e discursos, produz, entre outros efeitos, a hierarquização das línguas e, eventualmente a coexistência conflituosa de línguas e de vozes sociais (Severo, 2017).

4.8.2. Relação língua e poder

Analisadas as unidades lexicais de origem angolana nos dicionários selecionados, questões como os fatores que estão na base do maior índice de atribuição de angolanismos de origem quimbundo e a relação que o quimbundo terá com o poder orientaram a presente reflexão.

A base de reflexão, nesta parte do trabalho, assenta na premissa segundo a qual não há uma única maneira de relacionar a língua com o poder (Lastra, 2003).

Para melhor perceção do tópico sobre a relação com o poder recorreu-se aos dados apresentados na tabela 22. O resultado da pesquisa dos angolanismos nos dicionários portugueses é bastante elucidativo no que à supremacia da língua quimbundo diz respeito. Com os números expostos na tabela e, parafraseando as palavras de William (2008), depreendemos que por trás da supremacia da língua quimbundo subjazem relações de poder e os dicionários e seus autores são parte do processo.

Várias foram as razões que propiciaram a inclusão dos angolanismos nos dicionários portugueses. Destas destaca-se o fator de ordem social, que consistiu no contacto entre os povos e permitiu a entrada de várias unidades lexicais de línguas angolanas no léxico do português. Importa, entretanto, referir que o interesse pelo estudo destas unidades começa no ano de 1624, como referiu Tinhorão (2019) e continua com os trabalhos de Mingas (2007), Chicuna (2015), Costa (2013) e de Mbangale (1998), que são, deste ponto de vista, importantes exemplos a considerar.

Razões de ordem histórica, obviamente, se enquadram no processo, como afirmou Melo (1981), ao considerar que o quimbundo era língua mais importante e tinha maior número de falantes. Alinhado com Melo (1981) está Oliveira (1990, p. 76) que considera

> o Quimbundo, língua da região de mais dinâmica interação luso-africana nos quase quatro séculos de estabelecimento dos portugueses em Angola, tornou-se língua prestigiada, sendo esse prestígio porventura aumentado por nela se terem realizados trabalhos não apenas de inventariação linguística, mas de intenção literária com alguma difusão.

Embora Melo (1981) se tivesse referido ao caso do Brasil, a sua posição ecoou por todas as partes onde o léxico de origem africana, em particular angolana, foi estudado, podendo a informação constante nos dicionários contemporâneos ter resultado daí.

Os posicionamentos dos autores citados encaixam-se num outro que podemos considerar de ordem histórico-linguística, baseada no questionamento feito por Angenot, Kempf e Kukanda (2011, pp. 231–232) que dirão o seguinte:

> uma língua "étnica" que seria o kimbundu? Uma koiné desenvolvida em Salvador, como está dito na contracapa do fac-similar de 2006, que teria por origem uma "mistura" entre línguas litorâneas das zonas H (kikongo e kimbundu) e R (umbundu) em contato com o português do século XVII?

Por essa ordem de coisas poderá justificar-se que um conjunto de três línguas tenha sido entendido como uma só.

Outra razão é de ordem política, considerando o percurso e a história dos movimentos de libertação em Angola, em particular a relação estabelecida entre os movimentos de libertação nacional e os grupos etnolinguísticos, principalmente a associação da UNITA ao grupo Ovimbundo e da FNLA ao Bacongo.[28]

Deste facto, pode-se depreender que esta associação se realizou em dois sentidos: político e linguístico, sendo que o discurso político se sobrepôs ao linguístico, porque o discurso é um lugar de poder (Conley & O´Barr, 1998). A referida associação teve algum impacto na atribuição desacertada de certas unidades lexicais a determinadas línguas e, em alguns casos, na autorrejeição dos hábitos e costumes, porque, pelo que é dado a perceber, pertencer aos grupos Ovimbundo ou Bacongo poderia significar ter ligações a estes movimentos.

A aproximação dos grupos etnolinguísticos aos partidos fez com que a língua do movimento político vencedor tivesse supremacia. Esta supremacia mais do que assente na língua, encontra grande espaço no grupo, tendo-se constado que a maioria dos líderes independentistas angolanos do MPLA dominava apenas o Quimbundo e o Português (Fonseca, 2012).

Dadas as relações de poder existentes em cada grupo, encontram-se casos de indivíduos que optam por apresentar os seus trabalhos na língua do poder como uma questão de interesse próprio, uma vez que esta dá acesso aos membros do poder e, possivelmente ao poder (William, 2008) o que permite manter a hegemonia de um grupo sobre os outros.

Por conseguinte, a presença de maior número de angolanismos atribuídos a uma determinada língua ou, ainda, o protagonismo de uma certa língua, deve-se a circunstâncias históricas e a fatores de ordem política, assentes sobretudo nas relações outrora estabelecidas entre os movimentos de libertação nacional e os grupos etnolinguísticos. Pertencer a um determinado grupo etnolinguístico seria um meio de ascensão ao poder.

[28] Posição rejeitada por Savimbi (1979), embora afirmasse que os movimentos teriam de ser fundados nalguma parte e por alguém.

4.8.3. Línguas angolanas e a diplomacia

É frequente em estudos sobre a relação entre língua e diplomacia ser apontada a dimensão internacional de uma língua e o uso que é feito desta nos areópagos mundiais (Beckhauser, 2018; Cristovão, 2008; Torres, 2014). Para refletir sobre questões relacionadas às línguas angolanas e a diplomacia trazemos, no primeiro momento, a perspetiva de Beckhauser (2018, p. 783), voltada para "o papel das relações internacionais e da política linguística como forma de compreender a importância da língua portuguesa para a diplomacia cultural e as vantagens para a política externa e a consequente promoção do país".

Esta visão permitirá compreender não apenas o posicionamento das línguas angolanas, mas tambem as suas condições e o tipo de relações que estabelecem ou estabeleceriam com outras, quer entre os grupos da região, assim como outros grupos, nomeadamente "na relação com outros países não africanos da comunidade de Língua Portuguesa, como também encontrar formas para que estas relações sejam eficazes"(E. F. Torres, 2014, p. 162), evitando-se assim, o chamado problema de comunicação intercultural provocado pelo desajustamento entre os pressupostos ideológicos dos operadores destas iniciativas e as lógicas cognitivas e praxeológicas das sociedades alvo como fatores explicativos destes problemas (Milando, 2013) por via do conhecimento das políticas internas e as aspirações desse povo em relação à forma de pensar a língua.

Entretanto, é preciso ter presente que sobre as línguas angolanas apresentam algumas fases com influências na história das relações entre os angolanos com as outras comunidades. Tais são:

a) O período da colonização do qual resultou, no quadro da política linguística adotada, considerando a realidade sociolinguística, no reconhecimento da língua Portuguesa como oficial;

b) O período do nascimento dos movimentos de libertação de Angola, hoje partidos políticos FNLA, MPLA e UNITA. O impacto simbólico e a representatividade que a língua do movimento vencedor teve para o desenvolvimento da democracia e, consequentemente a manuntenção da concórdia;

c) O interesse que organizações como a UNESCO têm para com as línguas negro-africanas.

O propósito da referência aos movimentos de libertação e às línguas, assenta na associação que se fez desses aos grupos etnolínguisticos (Fonseca, 2012; Savimbi, 1979; Schubert, 1999). As implicações desta relação da língua com o poder instituído, questões ligadas ao tipo de promoção que se pode fazer da língua do poder em razão de ser do poder e não por ser a mais representativa, os privilégios de se pertencer a um determinado grupo etnolinguístico, as estratégias e os mecanismos para minimizar que a colação de uma língua ao poder possa criar problemas como o tribalismo e outros tipos de divisionismos resultantes destas.

Do ponto de vista do número, a língua mais repesentativa no DLPC resulta dos privilégios que o grupo etnolinguístico ambundo teve, aliado à tendência de a transformar numa língua de elite. Este grupo era representado pelo MPLA, em Luanda, e estava implatado nas cidades antigas e litorais e contavam também com uma parte das elites e classes médias mestiças, os "filhos da terra" desapossados do poder pelos quadros metropolitanos a partir de 1940 (Pinto, 2016).

Relativamente ao interesse que organizações como a UNESCO têm para com as línguas negro-africanas, de acordo com Pedro (2014) o mesmo decorre da manifesta necessidade de um grande número de africanos em integrar as suas línguas no processo de desenvolviemento dos seus países.

Portanto, as linhas indicadas ajudam a perceber a influência que os fundamentos acima mencionados têm para a compreensão daquilo que são as formas de como lidar com as línguas quando estiverem em causa as parcerias.

Com elas será possível refletir no tipo de políticas linguísticas que devem ser tomadas em conta para que as relações com as outras nações sejam eficazes.

No momento seguinte, a visão de Torres (2014), que considera que o mundo lusófono carece de uma política cultural articulada e coesa e de uma prática diplomático-cultural conjunta, propondo medidas estratégias e políticas possíveis para a efetivação dessa articulação e coesão. Seguindo Torres (2014) chamamos para a discussão organizações como o Instituto Internacional

de Língua Portuguesa (IILP) a Comunidades de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o instrumento Acordo Ortográfico[29]

[29] A questão do Acordo Ortográfico (AO), enquanto instrumento de promoção da língua seria ideal se observasse as particularidades linguísticas das comunidades envolvidas. Os operadores do AO precisam, como defende Beckhauser (2018), tomar certos cuidados para não impor a sua vontade às demais nações, evitando provocar a sua rejeição o que seria contraproducente se a ideia for promover a língua.

A não ratificação do AO da parte de Angola está intimamente ligada à não observância das seguintes particularidades:

a) A importância das línguas angolanas de origem bantu como fator de identidade nacional;

b) A escrita de vocábulos, cujo étimos provenham de línguas bantu e que não estão em conformidade com as normas da ortografia das línguas, mesmo quando o texto está escrito em português;

c) A questão da escrita da toponímia angolana, reassumindo os 'k', 'y' e 'w' na grafia da Língua Portuguesa. (https://africa21digital.com/2018/10/10/academia-angolana-de-letras-contra-ratificacao-do-acordo-ortografico-da-lingua-Portuguesa/ acesso em 2020_02_11.).

Mais do que não ratificar o AO é preciso que se façam trabalhos com vista a transformar as línguas angolanas em mais fortes e, sobretudo que se possam ajustar nas mais variadas ferramentas existentes para o estudo dessas. Para isso será preciso refletir no papel das línguas angolanas no espaço público, nomeadamente na Assembleia da República, nas Universidades e na Administração. Só assim será possível pôr em prática as ideias do desenvolvimento da língua.

Deste modo, a harmonização gráfica dos angolanismos seria o primeiro passo para evitar perturbações, facilitando a procura nos dicionários e, consequentemente a aprendizagem com a criação de recursos informáticos e não só, que visem sistematizar os trabalhos já existentes.

PARTE 2 OS ANGOLANISMOS NO LÉXICO DO PORTUGUÊS

Capítulo 5 O TERMO E O CONCEITO DE ANGOLANISMO

A noção de angolanismo está intimamente ligada ao desenvolvimento histórico de Angola, enquanto tendência que pugna pela preservação dos aspetos caraterísticos dessa realidade, assente na interpretação que alguns intelectuais, políticos e escritores fazem da sociedade angolana (Venâncio, 1993b).

Como já foi referido (vd. supra subcapítulos 4.5 e 4.6) duas podem ser as etapas que marcaram o desenvolvimento de Angola e que tiveram alguma influência ao nível do léxico, designadamente: período colonial e o período pós-colonial.

Na primeira etapa, destacou-se o momento das imposições linguísticas estampados nos Decretos de Norton de Matos (Matos, 1953) e na segunda, um período de recuperação de quase tudo aquilo que durante muito tempo ficou ofuscado pelas políticas assimilacionistas do período anterior. Este período apresenta a particularidade de ser mais liberal, porque os angolanos já podiam, entre outras coisas, usar as suas línguas, sem receios de serem tidos como atrasados ou ainda de serem castigados.

Pode-se, entretanto, dizer que o intervalo entre as imposições e as buscas deu lugar a uma nova forma de construir a língua portuguesa falada em Angola.

A ideia de angolanismo, no contexto linguístico, fundamenta-se na busca do valor estratégico das línguas bantu assente nos seguintes traços caraterísticos:

a) a necessidade de recuperar elementos da cultura deste povo que durante muito tempo ficou ofuscado pela política assimilacionista colonial;

b) a inclusão de elementos das línguas angolanas no léxico do português falado nesse país;

c) a valorização das línguas angolanas;

d) o fortalecimento, mediante estudos sistemáticos, das línguas angolanas de modo a torná-las capazes de darem respostas aos desafios atuais;

e) A adequação de ferramentas de Processamento da Linguagem Natural (adiante designado por PLN) às línguas angolanas. Estes recursos seriam uma das vias para fortalecer a descrição e o uso das línguas angolanas e de ver o problema minimizado.

Angolanidade é um termo que surge como consequência das grandes transformações que marcaram as diversas etapas da história angolana após a libertação dos povos. A libertação dos povos oprimidos surge, como afirmava Andrade (1980), da luta global das mesmas ideias propulsoras do progresso da ciência, da emancipação do ser humano e da sua projeção como centro inteligente do universo.

A literatura foi um dos meios utilizados para a expressão da angolanidade e serviu para reivindicar o reconhecimento da existência de valores angolanos o que contribuiu, em certa medida, para o alcance da independência.

Com o grito "vamos descobrir Angola" manifestou-se o desejo de os angolanos e as angolanas se reencontrarem consigo mesmos, altura em que este povo ao "raspar com vigor o verniz duma lusitanidade assimilada para a sua subjacência "descobrir" a angolanidade alienada e fazê-la emergir libertada" (Trigo, 1977, p. 31).

São provas dessas práticas, no âmbito da lexicologia, a inclusão de várias unidades lexicais das línguas angolanas nos textos escritos em português que, com o tempo, têm vindo a ser objeto de estudo nos grandes dicionários portugueses. (Trigo, 1977, pp. 31–32)

Petter (2003) defende para o contexto brasileiro que o registo em obras lexicográficas de palavras do PB provenientes das línguas africanas deu-se desde o final do século XIX até meados do século XX e esteve associado à reivindicação da identidade da língua nacional que, não obstante serem tidas como unidades estrangeiras, do ponto de vista da realidade europeia, ainda assim, constituíam um dos elementos distintivos do PB comparativamente ao PE.

O conceito de angolanidade apresenta dois sentidos: o subjetivo e o extensivo (Venâncio, 1993a). O sentido subjetivo está assente na interpretação que alguns intelectuais, políticos e escritores fazem da sociedade crioula angolana ao passo que o conceito extensivo compreende a massificação, a coletivização das interpretações que alguns fizeram da sociedade crioula, do seu futuro e do futuro do espaço político-económico herdado do colonialismo.

Ainda de acordo com Venâncio (1993a), a ideia de angolanidade apresenta várias facetas. Uma delas é o seu caráter operativo, um conceito cunhado, nos anos 60 do século XX, por Costa Andrade, cujo propósito era o de acentuar a especificidade da realidade angolana, a singularidade da cultura angolana, em relação à então apregoada portugalidade.

Pensamos que foi por essa via que vários elementos lexicais que correspondiam às línguas angolanas começaram a fazer parte dos fenómenos literários que estes autores descreviam, ancorados no pensamento do então presidente da República Popular de Angola, António Agostinho Neto, quando apelava que a língua portuguesa por si só não resolveria o problema e que seria preciso recorrer às línguas locais.

Com os pronunciamentos de Neto estavam como que legitimadas e lançadas as bases para a introdução de elementos típicos das línguas angolanas no português e, com essas, várias outras tendências surgiram.

Embora o conceito de angolanidade encontre a sua expressão máxima na literatura, não deve, o seu uso, estar circunscrito exclusivamente a esse domínio do saber e da criação (Venâncio, 1993a). Tal é assim que optamos por transferir o conceito de angolanidade à lexicologia e lexicografia, para descrever unidades lexicais das línguas angolanas em uso no português. Segundo Costa, (2013, p. 40), estes "angolanismos/empréstimos lexicais provenientes das LN no PA são variados e provêm de diversas línguas faladas em Angola, com predominância do quimbundo e "afectam" os mais variados níveis sociais".

O conceito de angolanismo conheceu, ao longo do seu processo de formação e de consolidação, várias designações, nomeadamente: regionalismos (Ribas, 2014) e africanismos (Hamilton, 1975) e começa como movimento de reivindicação fruto da perseguição sistemática aos artistas nacionalistas que clamavam pela liberdade e pela independência do povo angolano.

Essa reivindicação manifesta-se, essencialmente na poesia angolana (Andrade, 1980) veiculada em português, com caraterísticas típicas da realidade local, o que deu lugar a uma nova linguagem.

Angolanidade, noção introduzida, segundo Venâncio (1993a), por Costa Andrade, foi um conceito usado, inicialmente pelos poetas Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz. No mesmo diapasão está Muária (1989, pp. 331–332) ao asseverar que "a angolanidade passa pela (se não sobretudo) legitimação das línguas africanas, as línguas nacionais."

Costa Andrade (citado por Venâncio 1993a, p. 21), define o conceito de angolanidade apoiando-se na necessidade de:

- acentuar a especificidade da realidade angolana;

A acentuação da especificidade da realidade angolana passaria, entre vários outros caminhos, por criar um equilíbrio ou em reduzir o grau de dependência linguística na expressão das suas culturas nacionais encontrando-se, assim, fórmulas para recuperar aquilo que, durante muito tempo, a política assimilacionista do colonialismo português perturbou e definhou. (Muária, 1989)

- estudar a singularidade da cultura angolana em relação à então apregoada portugalidade;
- defender a formação da nação e consolidação da sociedade civil;

Hamilton (1975) traz para a discussão um conceito novo, mas aqui considerado sinónimo de angolanidade, por encerrar elementos que remetem para a noção de angolanismo, segundo a perceção de trabalhos apresentados por Ribas (2014) e por Costa (2013), a reafricanização, que, segundo Hamilton (1975), consiste no processo de conversão de expressões europeias numa linguagem com sabor africano e na inclusão de unidades lexicais das línguas angolanas para fins abertamente pitorescos.

Ribas (2014) define como angolanismos a modificação que sofre em Angola a língua portuguesa. Tais modificações acontecem:

a) No plano da prosódia, em que há uma tendência do uso do tom fechado não havendo, deste modo, vogais surdas, mesmo em final de palavras.

b) No plano da extensão de sentido, em que algumas unidades lexicais da língua portuguesa ganham a informação dos equivalentes nas línguas angolanas;

c) Na incorporação de unidades lexicais das línguas angolanas no português.

Portanto, o termo angolanismo está associado à lexicologia, enquanto unidade que, do ponto de vista da origem, pode ser oriunda de uma das línguas angolanas, dicionarizada ou não, e em uso no português falado em Angola ou, ainda, palavras da língua portuguesa que tendo em conta o contexto em que estão inseridas acarretam conceções de uma das línguas angolanas.

Para considerarmos uma unidade lexical como sendo um angolanismo, terá que

- Ser oriunda das línguas angolanas;

- Ser originariamente portuguesa, assumir algum valor caraterístico em uso numa língua angolana;

- Ter uso consolidado no português.

5.1. Precursores dos angolanismos

Quanto ao início da angolanização da língua portuguesa, entendendo aqui a ideia de angolanização na perspetiva proposta por Quinta, Brás e Gonçalves (2017), enquanto processo de interlocução do português com as línguas nativas angolanas, podemos considerar que começa com as viagens dos navegantes, marcadas, precisamente, com a chegada dos portugueses a Angola no ano de 1482, tendo, na altura, essa língua adquirido, segundo Augusto (2015, p. 60), as seguintes funções: "língua de amizade, língua de exploração, língua de dominação, língua de escravização, língua de colonização e, mais tarde, como língua de experiência comum entre todos os angolanos."

O processo de interlocução foi, em parte, resultado da política assimilacionista assumida pelos dirigentes coloniais que consistia na proibição do uso das línguas angolanas e apenas quando estritamente necessárias, reservadas para fins catequéticos, enquanto se difundia a língua portuguesa num programa de dilatação que visava a mudança de nomes de pessoas e de locais africanos para português como símbolo da destruição das culturas locais e recriação das terras em moldes do império português (Augusto, 2015).

A proibição do uso das línguas angolanas e a difusão da língua portuguesa não foram suficientes para dar cobertura à falta de referentes para designar realidades típicas do povo. Recorre-se, com efeito, à interlocução do português com as línguas angolanas para suprir as carências.

Importa, contudo, frisar que se uma das condições para passagem de indígena a cidadão era falar corretamente o português (Trigo, 1977), por um lado, havia o problema da cobertura escolar em toda a extensão do território, o que impossibilitava a efetiva aprendizagem da língua mas, por outro, por força da repressão, os cidadãos (indígenas da altura) eram obrigados a aprender a língua.

As primeiras manifestações de angolanismos, enquanto marcas presentes nos textos de escritores angolanos, aparecem sob o lema "Vamos descobrir Angola" que posteriormente passou a movimento que tinha por missão "opor-se ao respeito exagerado dos valores culturais do ocidente" (Trigo, 1977, p. 17). Nessa altura, os textos que emergiram desse movimento caraterizavam-se por basear-se em falas populares, com o propósito de facilitar a sua circulação. Hoje, algumas dessas marcas tornaram-se sólidas e, muitas delas, precisam de ser

sistematizadas para responder, de forma satisfatória, às necessidades de comunicação e da ciência.

Outro marco importante relativamente à entrada dos angolanismos na língua portuguesa remonta a segunda metade do século XIX e mais tarde, em 10 de dezembro de 1975, foi criada e proclamada a União dos Escritores Angolanos (U.E.A.). Nessa altura, de acordo com Hamilton (1975, p. 29),

> Angola encontra-se no limiar de inovações literárias provocadas por diversos factores sociais e culturais. Potencialmente, as novas expressões nacionais transformarão e enriquecerão a linguagem, na medida em que a literatura se torna acessível a uma audiência mais vasta, tanto dentro como fora das fronteiras do seu país de origem.

Período em que, segundo Ervedosa (2015, p. 15)

> Literatura vasada [sic] na língua portuguesa, que transplantada para novas terras sofreu influências do meio angolano, tomando um ritmo e formas próprias do falar das gentes de Angola, mormente nos centros populacionais mais antigos onde se processou um mais íntimo contacto de culturas, como Luanda e Benguela e suas zonas de influência.

Foi desta forma que surgiram os primeiros escritos, cujo objetivo não era escrever pura e simplesmente, mas fazer uma literatura que incorporasse aspetos da realidade angolana.

A ação de incorporar elementos da cultura local foi facilitada, porque entendemos, considerando a perspetiva de Ervedosa (2015), que os membros dos dois primeiros grupos literários angolanos, surgidos no século passado, tinham a particularidade de se expressarem tanto em línguas angolanas como no português, permitindo assim, retratar experiências, introduzindo, muitas vezes, palavras dessas línguas. No entanto, é necessário notar que a divulgação e expansão do retrato dessas experiências se devem, em grande medida, à U.E.A., com a publicação de várias obras sob sua chancela.

Assim, surgem como resultados três tendências no processo de angolanização, nomeadamente: a crioulização, a justaposição e a mediatização. Para Muária (1989, p. 335), "a crioulização reside no facto da manifesta subversão inteligente (inteligível) das estruturas morfossemânticas dos lexemas do português e dos das línguas africanas numa fusão fonético-fonológica." É uma técnica que segundo Hamilton (1975, p. 143) visa "simular a oralidade de maneira que o leitor tenha a impressão de que está a ouvindo uma história baseada em factos

geralmente conhecidos por todos, e, assim, dependentes, no seu efeito dramático, das capacidades de improvisação do narrador".

Essa tendência crioulizante é representada por Luandino Vieira tal como se vê no trecho a seguir:

> Peço, rogo; não quero nada, juro! Minha mulumba, fiz ginástica, me bateram só, mas quero ser direita, Sant`Ana! Porquê eu não sou como as outras, sou diferente, todos estão me ver, xingam, todos lamentam? Sant`Ana Madia, mon´a mundele, ouve o meu coração...
>
> Ubeka uami aiuê... uma mona só e ninguém lhe quer!... (Vieira, 1989, pp. 168–169)

A segunda tendência na angolanização é a justaposição, que consiste em entremear o texto português com uma língua africana, bem como estratificar o texto em termos de níveis de línguas e linguagem numa atitude intencional de demarcação sociolinguística dos personagens (Muária, 1989). Esta tendência tem como representante central Uanhenga Xitu. O exemplo, evidencia a tendência exposta:

> ... Filito, para casa, estudar! Ndoko!...
>
> Era a mãe, com um chicote na mão que há muito me esperava para preparar a lição. Corri para trás do tio. Mas a mãe, num tom exaltado, disse para o tio Chico:
>
> - Ngana Chico, ambul o mona!...
>
> - Bater não! A cunhada veja bem – é! É falta de respeito na minha pessoa bater o garoto na minha presência. É um abuso!..." (Xitu, 1988, pp. 27–29)

A última tendência no processo de angolanização é a mediatização,

> a qual postula a coexistência harmoniosa e rejeita os artificialismos e etiquetas efémeras projectando como realidade certa num futuro ainda incerto da titubeante literatura em línguas angolanas a coexistir harmoniosamente com formas, géneros e estilos próprios com a literatura angolana de expressão portuguesa (Muária, 1989, p. 336).

Uma das razões que propicia o aparecimento dessas tendências prende-se com a necessidade de sobrevivência, também descrita por Vilela (1994) ao defender que a urgência em satisfazer as necessidades de comunicação e de expressão dão lugar ao surgimento de novos vocábulos, porque no caso vertente, nas primeiras décadas do período pós-colonial, a

maioria do povo angolano tinha as línguas angolanas como L1 e ao refugiar-se para as cidades, por causa da guerra, que durante muitos anos assolou esse país, houve uma necessidade premente de se comunicar em português. E por causa da dificuldade, porque não dominavam a língua portuguesa, foram entremeando esta com as línguas angolanas. Outra razão está ligada à falta de referentes equivalentes de determinadas realidades o que incentivou a inserção de unidades lexicais que faziam referência a essas realidades no léxico do português.

Nas três tendências é possível fazer o seguinte levantamento de vários aspetos, que passaremos, de forma muito breve, a descrever considerando que o nosso principal objetivo se centra nos domínios da lexicologia e da lexicografia:

- A presença de unidades lexicais das línguas angolanas num texto escrito em português, aqui designados por angolanismos (ex. *mulumba, xingam, mona);*
- As palavras da língua portuguesa que assumem caraterísticas diferentes, sofrendo transformações fonetico-fonológicas; (ex. presência (=presença));
- Palavras originariamente portuguesas que assumem aceções caraterísticas de unidades lexicais de uma língua angolana;
- Registo de desvios em relação aos aspetos morfossintáticos do PE (ex. bater o garoto; ninguém lhe quer)
- O recurso às formas de tratamento das línguas angolanas *(ngana Chico);*

Essas tendências têm vindo a cristalizar-se e tal facto fez com que muitas palavras das línguas angolanas entrassem nos hábitos linguísticos do português falado em Angola, tendo sido falada por muitos, o que contribuiu, de uma maneira geral, para o afastamento desta em relação ao português falado em Portugal e no Brasil dando, deste modo, lugar ao surgimento da variedade da língua.

5.2. Traços de angolanismos em textos de escritores nacionais

A análise das unidades lexicais provenientes das línguas angolanas é o tema principal sobre o qual estamos a desenvolver o presente estudo. Essas unidades estão presentes nos mais variados domínios do saber com realce para a culinária, medicina, música e a religião

resultando, principalmente do contacto entre angolanos e portugueses (Chicuna, 2015; Costa, 2015; Mingas, 2007; Quinta et al., 2017; Silva, 2015).

A presença dessas unidades ancora-se na literatura (Venâncio, 1993a) sendo o meio através do qual os escritores, por via dos seus textos, trazem à nação a experiência coletiva do povo, afirmando deste modo uma identidade nacional própria.

Para refletir sobre os traços dos angolanismos, optamos, à semelhança do que fizera Andrade (1980), por elencar alguns escritores que com os seus escritos têm contribuído para a integração cultural e linguística com o uso simultâneo de formas das línguas angolanas no discurso em língua veicular e novos vocábulos surgidos da dinâmica da guerra. Referimo-nos aos casos dos escritores Luandino Vieira, Boaventura Cardoso, Arnaldo Santos, António Jacinto, Jorge Macedo Uanhenga Xitu, Manuel Rui Monteiro, Raul David e António Fonseca.

Neste estudo, serão analisados os angolanismos presentes em alguns excertos selecionados, tendo como critérios para a seleção do excerto o seguinte:

- A data da publicação. A data da publicação vai permitir fazer uma primeira proposta (que será necessariamente provisória) do período aproximado em que essas unidades entram no léxico;

- Conceitos das áreas do saber da culinária, medicina, música e religião (*vd.infra* subcapítulo 7. 2.2.);

- A presença e a frequência de uso de cada uma dessas unidades em jornais *online* ou na Wikipédia.

Como afirmam Soares et al.(2014, p. 111), "a frequência lexical é uma medida objectiva que contabiliza o número de ocorrências das palavras numa língua, sendo tradicionalmente obtida através da compilação de grandes quantidades de texto, isto é, da constituição de *corpora*" e os jornais *online* e a Wikipédia constituem, por sua vez, uma fonte importante para medir a frequência dos angolanismos.

Um dos elementos que carateriza o português falado em Angola é a presença de unidades das línguas angolanas no léxico, uma prática que decorre há algum tempo (Marques, 1985; Mendes, 1985).

A singularidade dessa língua carateriza-se não apenas pelo uso do léxico das línguas angolanas, mas também pelo facto de esta ter sido apropriada pelos angolanos e um bom

número destes, principalmente os citadinos, a terem como língua materna o que fez com que Fernandes e Ntondo (2002) defendessem a existência, em Angola, de um português com caraterísticas próprias. A mesma visão é partilhada por Inverno (2008) que aponta para a generalização dessas singularidades, resultando na variedade vernácula do português de Angola.

A inclusão dessas unidades é uma prática que ganhou espaço com a necessidade de afirmação (Andrade, 1980; Muária, 1989; Trigo, 1977) em que os escritores ao produzirem os seus textos recorrem, sempre que necessário, ao uso de unidades lexicais ou multilexicais das línguas angolanas. O recurso ao uso dessas unidades dá corpo a construções frásicas o que de certa forma contribui, no plano cultural, para a afirmação deste povo e no plano linguístico, para o enriquecimento do léxico com a integração de unidades próprias do contexto angolano.

Com a integração e a expansão dessas unidades nas obras literárias, o português falado em Angola começa a dar passos firmes para se distanciar da norma padrão da variedade europeia.

Um gesto que na visão defendida por Passos (2011) se apresenta com conotações políticas e ideológicas, porque com esta prática (inclusão de elementos das línguas angolanas no português) a língua portuguesa, conotada como a língua do poder, perde o estatuto normativo que lhe era atribuído no contexto colonial. Esta perda manifesta-se na escrita com marcas de bilinguismos (=angolanismos) cujo propósito visa divulgar e afirmar as línguas angolanas outrora marginalizadas pelas políticas assimilacionistas.

O trecho selecionado que se segue, apresenta em contexto alguns angolanismos, ilustrando o seu funcionamento:

> Até hoje.
>
> Só *vavô Kizuza* não aparecem nunca mais desde essa hora que *saiu na quitanda*. Parece, mas é, *xalado* e *cafofo*, se meteu no fato da noite, andou, andou, andou, - nunca mais *ninguém que lhe viu*...
>
> E foi última vez que passaram casos de *quinzar no Makulusu*, naquele tempo nosso *musseque* e hoje bairro-de-branco." (Veira,1989: 209)

> - Tunda, Quer –Vir! Não faça chiqueiro aqui. *Tundaco!*
>
> Quer – Vir estava contente e parece que queria arreliar o *vovô*. Veio dar voltas no terreiro, rebolou-se no chão e quando ficou toda molhada e toda cheia de terra, foi sacudir tudo em cima do vovô, que ficou raivoso.
>
> - Estupor do cão! *Tunda, ché, tunda!* que te racho!

> Ficou escuro cedo. O pessoal estava satisfeito, mesmo nunca na minha vida ficara tão contente. Se vendia milho ia *amigar* com a filha do *velho Gonga*. Eu não sei o que tinha na *muxima,* mas há um ano que só pensava na filha do *velho Gonga."* (Jacinto, 1989, p. 20)

Ao ler este trecho poder-se-á compreender o motivo pelo qual se fala de angolanismos no português, porque esta forma peculiar de organizar palavras só é vista em textos de escritores angolanos e, inicialmente naqueles que lutavam contra o colonialismo português.

Neste trecho, as palavras típicas da realidade angolana aparecem em itálico não com o propósito de caça aos erros, mas para demonstrar, por exemplo, como estão a ser empregues os pronomes na estrutura frásica, indiciando, por conseguinte, uma nova forma de falar (Miguel, 2014).

Nas obras de escritores angolanos, encontramos muitas vezes personagens populares, patenteando um baixo nível de escolaridade. Recuando um pouco na história de Angola pode-se compreender o baixo nível de escolaridade (Liberato, 2014) que se consubstancia no conflito vivido durante longos anos. Durante esse período, as populações rurais deixarem as suas áreas de origem para se deslocarem aos centros urbanos, contribuindo sobremaneira para a forma como o português é hoje falado, porque estas, não dominando a língua portuguesa, ao irem para a cidade, eram forçadas a falar entremeando o português com as LN e cada dia que passa essa realidade vem ganhando espaço.

5.3. Angolanismos necessários e angolanismos desnecessários

A designação angolanismos necessários e angolanismos desnecessários resulta da adaptação "empréstimos necessários e empréstimos de luxo" de Vilela (1994), associada à proposta de Torres (2004), que considera a língua, em termos hegelianos, como universal concreto em simultaneidade de enfoque: *ser em devir*, que é e não é, ou melhor que é essencialmente sem embargo de estar sempre a deixar de ser no plano do acessório, numa caminhada contínua e de reintegração no todo nuclear constante.

A proposta de Torres (2004) foi aqui invocada para dar corpo à questão do caráter dinâmico do léxico. É sabido que o uso de angolanismos resulta, essencialmente, da necessidade de comunicação e, parafraseando Torres (2004), diremos que a negação do uso de

angolanismos cerceada na pretensa autossuficiência do uso do léxico exclusivamente português, ou pelo menos dos derivados da longa tradição greco-latina, descambaria para uma espécie de limitação na liberdade de expressão e de pensamento, conducente ao empobrecimento do léxico.

O recurso ao uso dos angolanismos, necessários ou não, é uma forma de expressão dos elementos que identificam o povo. Sendo certo que

> uma língua só desempenha cabalmente as suas funções enquanto existir como representação mental, discursiva e global do mundo real e dos mundos possíveis, da cultura, da civilização, do progresso, da vida, salvando-se e revigorando-se numa permanência que muda, numa estabilidade que evolui (Torres, 2004, p. 641).

Quando se pensa nos angolanismos, sobressaem as ideias das singularidades (Petter, 2008) dessas unidades lexicais em contraste com o léxico do português europeu, singularidades também referidas por Costa (2013:53) ao definir os angolanismos como "o conjunto de vocábulos e expressões angolanas provenientes de algumas LN e que enriquecem, de alguma forma, o PA". São também designados angolanismos toda e qualquer palavra oriunda das línguas angolanas em uso no português.

A discussão em torno da necessidade de uso dos angolanismos anda à volta de aspetos ligados à frequência de uso por parte dos escritores; ao uso que fazem dessas unidades lexicais na comunicação oral ou escrita e as realidades que designam próprias do país (Casteleiro, 2001; Houaiss & Villar, 2011).

Os angolanismos, muitas vezes, são comparados às palavras estrangeiras, que, mesmo sendo oriundas das línguas angolanas, são de uso frequente, facto que faz com que sejam aceites no léxico do português. As unidades oriundas das línguas bantu em uso no léxico do PA são parte da realidade angolana sendo por isso a sua utilização uma forma de expressar noções, muitas vezes, estranhas às realidades europeia ou brasileira, dando caraterísticas particulares à língua falada no País.

Segundo Petter (2008, p. 62) "o processo de apropriação de vocábulos africanos no português europeu (PE) já podia ser observado em obras escritas sobre Angola no século XVII", porém somente no século XIX, como nos confirma Tinhorão (2019, p. 419), "sobreveio a

preocupação de procurar, dentro da língua portuguesa, que possíveis palavras teriam advindo do seu contacto específico com as falas dos negros africanos".

Como resultado, muitos dos angolanismos aparecem registados nos dicionários de referência (Aulete, 1987; Casteleiro, 2001; Houaiss & Villar, 2011; Weiszflog, 1998) sofreram, como defendeu Vilela (1994) para o caso dos superstratos, adstratos e empréstimos do português, o acomodamento completo até ao bloqueamento total no aspeto formal. Tomem-se como exemplo disto as palavras *caconda, dombe, ovimbundo, cafeco, quimbombo, xinguilar, caçula* e *camba* presentes no DLPC[30].

Como referiu Petter (2008), no século XVII já se registava alguma diferença no falar angolano, principalmente ao nível da fonética, do léxico e da morfologia. Atualmente, as diferenças no falar angolano não se registam exclusivamente nos níveis mencionados, muitas vezes, tomados como aqueles que não provocam alterações profundas na estrutura da língua, ocorre também, entre outros, ao nível da sintaxe (Adriano, 2015; Gerards, 2018; Miguel, 2014; Mutali, 2019).

A ocorrência de diferenças nos mais variados níveis de descrição faz com que a língua apresente particularidades, resultantes do contacto linguístico e produto das necessidades especificas que os falantes apresentam. As especificidades são fatores relevantes que atuam na configuração das estruturas léxico-concetual, morfológicas e sintáticas, o que faz dos angolanismos unidades individuais e que, portanto, devem ser estudadas.

A necessidade de uso e de inclusão dos angolanismos não resultam apenas da carência de correspondentes adequados no léxico do português (Ribas, 2014; Tinhorão, 2019), uma prática a que Vilela (1994, p. 17) chamaria de empréstimos necessários, a qual "configura conceitos a que não corresponde qualquer palavra existente na língua", como, por exemplo, os títulos de nobreza *(soba, muene)* e de alguns hábitos e costumes *(jipalo, comba, alambamento),* mas também da necessidade mais premente do povo angolano se reencontrar consigo mesmo, fora dos marcos impostos pela lusitanidade assimilada, para, na sua subjacência, descobrir a angolanidade alienada e fazê-la emergir libertada, sendo este, um dos pilares que, segundo Trigo (1977), nortearam os princípios que contribuíram para o início da valorização de aspetos da cultura angolana.

[30] Sobre os angolanismos no DLPC, *vd. infra* subcapítulo 7.1.2.

O uso de uma certa unidade lexical para responder a uma necessidade de comunicação não depende do lexicógrafo, aliás não é essa a sua tarefa.

Cada um dos angolanismos funciona diferente de acordo com a necessidade de uso. Assim, há, dentro dos angolanismos, os que são de uso obrigatório, por não haver na língua de chegada elementos que os substituam, ou equivalentes – os chamados angolanismos necessários.

Exemplos de angolanismos necessários são vocábulos como *lombi, kizaka, maini, mufete*, etc.

Os angolanismos necessários têm a particularidade de a sua tradução ou a busca de elementos equivalentes não apresentarem na íntegra a sua essência, ou ainda dada a dificuldade da incompreensão que a perífrase pode acarretar. Veja-se o exemplo do angolanismo *maini* em que as traduções oscilam entre leite azedo e iogurte.

As duas tentativas de tradução não se ajustam à realidade: no primeiro caso pode transmitir a ideia de algo deteriorado, portanto, impróprio para o consumo humano e, no segundo, a forma como o *maini* é feito está longe de ser um iogurte. Maini é o leite extraído do animal, geralmente da vaca, conservado em cabaça e usado como conduto para o *funge*.

O mesmo acontece com os angolanismos *kizaka*[31] *e lombi* (Ribas, 2014), em que a tradução para folha da mandioca e folha de abóbora ou de feijão tornaria a definição pouco clara.

As unidades lexicais em análise são provenientes de folhas da mandioqueira e da aboboreira, respetivamente e passam por um processo de confeção que as transforma em tipo de alimento feito à base de folhas da mandioqueira ou da aboboreira. *Lombi*, além de ser um tipo de esparregado é, na sua essência, tudo aquilo que pode acompanhar o *funge*.

O mesmo se pode dizer da definição de *mufete* que não é apenas peixe grelhado, mas um prato acompanhado por um conjunto de outras iguarias, nomeadamente: peixe assado na brasa com limão e *jindungo* ou peixe grelhado acompanhado por mandioca, banana-pão, batata-doce, sal, azeite, cebola, *farinha musseque* e feijão que fazem com que tome esse nome.

[31] Cfr. "Quizaka" in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. https://dicionario.priberam.org/quizaca acesso em 2020_08_06.

Já os angolanismos desnecessários são aqueles que recobrem conteúdos para os quais a língua importadora possui termos. Na tabela 20 apresentamos alguns exemplos do que consideramos como sendo angolanismos desnecessários.

Tabela 20 Angolanismos desnecessários

Angolanismos desnecessários	
Angolanismos	**Significados**
Kamba	Amigo/a
Kandongueiro/a;	Negociante
Bi/vi- kwata	Haveres, pertences
Kacimanda	Gamela
Mbwa	Cão
Cinganji	Palhaço
Nyañga	Farrapo
Nguimbo	Nuca
Nguimbola	Nuca grande
Makumba	Feitiço
Muzumbu	Beiços
Zungueiro	Vendendor ambulante
Kaboko	Alicerce
Kamuringe	Pequena bilha de água

Fonte: elaboração própria.

Para a realidade em análise, a presença destes angolanismos entende-se na medida em que, como já foi referido, durante muito tempo, as línguas angolanas foram relegadas para um segundo plano ao mesmo tempo que o português também não era ensinado em toda a dimensão do território nacional. Estes angolanismos são produtos das proibições, do tempo da colonização, porque se, por um lado, era proibido o uso das línguas angolanas, por outro lado, nem todos tinham acesso a escolas e aqueles que tinham era uma minoria considerável.

Depois da independência começou-se a usar as palavras das línguas angolanas como uma tentativa de resgate do que se perdeu, porque "Na verdade, a língua portuguesa, apesar de cinco séculos de colonização com uma deliberada política de assimilação, não conseguiu penetrar as largas massas populares"(Muária, 1989, p. 325).

Capítulo 6 AS LÍNGUAS ANGOLANAS NA LEXICOGRAFIA DA ERA DIGITAL

6.1. Angolanismos nos Dicionários Contemporâneos Portugueses

Seria muito arriscado indicar uma data precisa que marcasse a entrada dos angolanismos nos dicionários portugueses, contudo, o facto é que a inclusão de unidades lexicais provenientes das línguas angolanas resultou do contacto entre povos num período compreendido entre os séculos XIV e XV.

Chicuna (2015) afirma que a língua portuguesa entrou em contacto com outras línguas não-novilatinas e desse contacto registaram-se vários fenómenos, nomeadamente: a introdução de unidades lexicais das línguas angolanas e de outras línguas bem como a formação de novas línguas, os crioulos. Para Marquilhas (2013, p. 24) "o empréstimo linguístico é uma fonte importante de substituição lexical e por contacto com outros povos e com outras culturas, muitas palavras novas podem ser incorporadas nos vocabulários". Com efeito, foi por força desse contacto que algumas unidades lexicais das línguas angolanas, aqui consideradas angolanismos, foram sendo dicionarizadas. Apresentamos, em seguida, alguns exemplos de angolanismos nos dicionários portugueses.

É importante salientar que a nossa busca de angolanismos nos dicionários foi feita nas versões digitais ou na base de dados dos dicionários, porque condicionou a metodologia utilizada e até os dicionários analisados: o Aulete Digital, o DLPC, o Houaiss e o Michaelis[32]. Os aspetos considerados foram: o número de entradas, a origem atribuída a cada uma das unidades, a forma como foram definidos, a(s) língua(s) mais representativa(s), e o tipo de polaridade associada em cada uma das aceções marcadas como angolanismo.

De acordo com Casteleiro (2001, p. XV), "os angolanismos no DLPC fazem parte do conjunto de entradas lexicais nele registadas e enquadram-se nos africanismos, vocábulos regionais que ocorrem na comunicação oral ou escrita em português nos países africanos lusófonos." O mesmo acontece no Houaiss, em que as indicações das unidades lexicais referentes aos angolanismos, estão marcadas com a etiqueta <ango> com vista a dar a informação do limite geográfico de utilização da unidade lexical.

[32] Não foi possível incluir na nossa análise o Dicionário Aurélio, inicialmente contemplado, devido às dificuldades na instalação da versão digital, em CD-ROM.

No Michaelis, os angolanismos, à semelhança de outras unidades, são identificados mediante a indicação, em itálico, da etimologia que informa sobre a língua de origem, o étimo e os elementos de composição, quando puderem ser determinados. No Aulete Digital,

> os regionalismos, tanto vocabulares como semânticos, foram inicialmente referidos ao uso lusitano ou brasileiro em face do dicionário geral, e secundariamente subordinados ao emprego mais ou menos restrito em tal ou qual zona, área ou unidade do território europeu, americano, insular, africano e asiático abrangido por todo o vernáculo. (1987, p. XII).

6.2. A metalexicografia com os angolanismos

Interessa-nos estudar os angolanismos enquadrados no marco da teoria lexicográfica ou metalexicografia, enquanto parte da ciência que se ocupa não apenas dos princípios teóricos e dos métodos que regem a elaboração dos dicionários, mas também das caraterísticas que regulam a estrutura e o comportamento linguístico, suas formas, usos, crítica, história, papel social e dos fundamentos teóricos da sua prática (Correia, 2009; Iriarte, 2001).

A entrada de angolanismos nos dicionários portugueses resulta do contacto entre povos. Petter (2003), ao debruçar-se sobre as palavras de origem africana nos dicionários Houaiss e no Novo Aurélio do século XXI, procura compreender a extensão do conceito de africanismo e discute o conhecimento disponível sobre a presença das línguas africanas no léxico do português do Brasil, defendendo que os africanismos tinham, nos dias de hoje, um percurso diferente e passaram, fruto das independências alcançadas, a elementos da identidade do português tanto para o Brasil como para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A exemplo de Petter (2003), é também nossa convicção que a inclusão de unidades das línguas africanas nos dicionários portugueses é um ponto assente, não obstante, se registarem ainda alguns problemas. Os angolanismos *quizomba* e *senzala,* por exemplo, no AURÉLIO e no HOUAISS apresentam oscilações de sentido na perceção que se tem hoje das unidades lexicais de origem africana em virtude das repetições de informações de autores do passado.

Por outro lado, Schmitz (2007), ao apresentar a resenha sobre o DLPC, questiona o critério usado para determinar que uma unidade é frequente na comunicação oral ou escrita e qual a percentagem de africanismos e de asiaticismos em comparação com os brasileirismos. Dos questionamentos feitos, ressalta-nos à vista a informação relacionada com o tratamento dado aos angolismos (=angolanismos) nessa obra e citamos:

> Quanto aos africanismos, informa-se que são dicionarizados os mais usuais em escritores africanos de expressão Portuguesa? (p. xv). No glossário (pgs. 379-383) do romance Jaime Bunda, Agente Secreto de autoria de Pepetela = Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, (Rio de Janeiro: Record, 2003) registram-se os angolismos (cubar= dormir, p. 380, micates=bolo de farinha frita, p. 382, ruca = automóvel, p. 383) que não constam do DLPC (p. 142).

Como dissemos, esta parte do trabalho terá como suporte os fundamentos da metalexicografia, disciplina que rege os princípios teórico-metodológicos, sistematizados da elaboração dos dicionários (Iriarte, 2001). É o suporte que serviu de marco teórico de referência para orientar o trabalho sobre o funcionamento dos angolanismos no léxico do português. Ela vai dar luzes aos principais conceitos que permitirão perceber, num primeiro momento, questões ligadas a lexicologia e lexicografia de uma forma geral, começando por analisar os principais conceitos, a área de estudo e, mais adiante, as teorias que sustentam as informações à volta da explicação dos angolanismos nos dicionários.

Não é nossa pretensão questionar os critérios (Schmitz, 2007) que estiveram na base para a entrada de algumas e não de outras unidades nos dicionários portugueses. O que se pretende é, analisar a forma como os angolanismos já dicionarizados foram tratados nessas obras. Contudo, esta opção não vai impedir, sempre que possível, que se proponha a inclusão de uma entrada ou de uma aceção de acordo com a realidade em causa.

A análise metalexicográfica dos angolanismos nos dicionários portugueses estará assente nos seguintes pilares:

- Levantamento dos angolanismos nos seguintes dicionários portugueses: no DLPC, no Houaiss, no Aulete Digital e no Michaelis;

- Análise dos verbetes que compõem cada entrada correspondente aos angolanismos nos dicionários portugueses (Costa, 2013; Petter, 2003; Schmitz, 2007);

- Comparação das definições apresentadas nos dicionários portugueses com as definições dos dicionários das línguas de partida (Cobe, 2010; Daniel, 2010; Kamuxitu, 2008; Le Guennec & Valente, 2010);

- Reflexão sobre os usos dos angolanismos e os tipos de polaridade (conotações positivas ou negativas) a estes associados, como veremos no capítulo 8 (Cabeza Pereiro & Rodríguez Barcia, 2013; Correia, 2006, 2009; Freitas, 2013; Nascimento, 2014)

6.3. As línguas angolanas na era digital: *calela ca sava*[33]

Um dos entraves para o estudo mais exaustivo do léxico do português falado em Angola, que permita a utilização de ferramentas informáticas e de métodos quantitativos, a nosso ver, reside, precisamente na falta de adequação das línguas angolanas ao novo contexto das tecnologias digitais.

A falta de *corpora* anotados das línguas africanas de Angola, impede, por exemplo, uma análise mais eficaz sobre a questão da polaridade de unidades lexicais em uso do português, como veremos, impossibilitando que as línguas angolanas sejam descritas e estudadas utilizando recursos e ferramentas comuns noutras línguas (como LinguaKit ou IRaMuTeQ), de modo a captar maiores resultados.

Além do problema apontado por Ntondo (2014, pp. 25–26), de o facto de as línguas angolanas sofrerem com a concorrência da língua portuguesa, atendendo a sua posição de língua transétnica, sufocando-as, na sua área de difusão, o que faz com que se desenvolva o auto ódio linguístico e o consequente abandono e desconhecimento, principalmente pelos grupos mais jovens, este problema, é hoje agravado com a falta de incorporação às análises das línguas bantu de ferramentas que facilitem a análise lexical quantitativa nos estudos linguísticos.

A influência e a caraterização das línguas de Angola bem como a sua utilização com vista ao desenvolvimento socioeconómico e cultural do país são questões que, nos dias de hoje, têm sido muito discutidas (Cambuta, 2018; Chicuna, 2015; Fernandes & Ntondo, 2002; Mingas, 2007).

Para refletir sobre as línguas angolanas na era digital tomou-se como ponto de partida o trabalho de Branco et al (2012) ao defenderem que, num mundo digital em que um único idioma viesse a assumir uma posição dominante e substituísse todos os outros, isso implicaria perder essa imensa riqueza imaterial que faz do mundo um espaço único de encontro de culturas e diferenças. A tecnologia da linguagem e a investigação científica sobre as línguas naturais podem, continuam os estudiosos já referidos, dar um contributo decisivo para se ultrapassarem as barreiras linguísticas.

[33] Expressão umbundo que significa "o que passa a noite azeda" [usada para reforçar a ideia de que as coisas devem ser feitas no tempo certo].

O estudo que nos propusemos a fazer traz à luz as vertentes da cultura, a língua vista na perspetiva da transmissão dos hábitos e dos costumes, na vertente da diplomacia (E. F. Torres, 2014) e na vertente tecnológica e do ensino. Entretanto, dentro da vertente tecnológica, queremos contribuir para tornar possível traduzir páginas web com um serviço *online*, verificar a ortografia e gramática com um processador de texto (Branco et al., 2012).

Para refletir sobre a vertente cultural das línguas seguimos Kramsch (2014), que estuda a relação língua e cultura, examina métodos e abordagens de pesquisa usados na linguística aplicada, nomeadamente na psico e sociolinguística, linguística educacional e na antropologia linguística e apresenta cinco pontos fundamentados na questão de como a pesquisa sobre a linguagem e cultura é afetada pelas tecnologias da linguagem. Estuda também como a cultura virtual da comunicação mediada por computador tem sido vista como o ambiente de instrução ideal no ensino da língua e educação linguística, bem como o impacto da cultura impressa do livro, a cultura virtual na internet, a cultura *online* das trocas eletrónicas e ligação dessas com questões de poder e de controlo.

Para Conceição (2016, p. 1) "o ensino da língua não deverá estar separado do ensino da cultura, sendo que ao aprender uma e outra o indivíduo ficará com uma mente mais aberta e menos preconceituosa, já que toma consciência da existência do outro que é diferente"

Com efeito, na vertente da diplomacia seguimos Torres (2014) que problematiza questões relacionadas com as políticas diplomáticas e a língua como elemento comum. A proposta apresentada permite perceber o impacto que o não uso ou mau uso das línguas angolanas poderá ter na política interna e/ou externa, por isso defende que:

> (...) o conhecimento do Outro é básico para uma política eficaz, e isto, estendido a todos os países, torna em mútuo o conhecimento, sobretudo se esse Outro oferece concomitâncias e proximidades de potencial concorrência; mas, igualmente, se o tal Outro possui também elementos que possam ser aproveitados em potenciais alianças que reforcem ofertas (p. 167).

O uso das línguas angolanas não deve ser apenas uma questão de afirmação da identidade. É imperioso que o problema da afirmação seja acompanhado de estudos profundos, difusão, divulgação e, principalmente com o desenvolvimento, dificuldades que, acordo com Ntondo (2014), enfermam essas línguas. Para isso urge a necessidade de saber o lugar das línguas angolanas nas Universidades, na Assembleia da República, na União Africana, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (em inglês, *Southern African Development*

Community, SADC) e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) não com o propósito de olhar exclusivamente para a legislação nem tampouco para elevar certos grupos etnolinguístico, por ocuparem certos lugares no aparelho do Estado, mas traçar estratégias eficazes para tornar as línguas angolanas em instrumentos e meios de trabalhos.

Um estudo aturado sobre as línguas angolanas consolidaria os dicionários, que deveriam incorporar o léxico que descrevem unidades oriundas das línguas angolanas ajudando a resolver problemas de definições, duplicidade gráficas das unidades de uma mesma língua ou ainda problemas de conotações não marcadas.

Para a análise da vertente do ensino, o trabalho de Coqueiro (2015) que considera o uso das TIC, na escola, como um imperativo categórico, serviu de referência. Não obstante trazer como ponto forte da sua análise a relação entre o ensinar e o aprender na disciplina Língua Portuguesa usando as TIC como interface do processo. Esta abordagem, vai ajudar a perceber a forma como se poderá ensinar as línguas angolanas, recorrendo às TIC.

As línguas angolanas encontram-se de forma tímida nos principais palcos da comunicação digital e na internet. Pouco ou nada há sobre estudos que visem automatizar e facilitar o processamento da linguagem natural com vista a potenciar que estas expressem conceitos do contexto digital por via do qual realizar certas tarefas como a de edição de textos *(desktop publishing software)*, motores de busca permitem aceder a informação com base em palavras-chave, por exemplo, (Branco et al., 2012) usando essas línguas.

Com o surgimento das novas tecnologias as sociedades encontram-se mais ligadas. Para isso é preciso que cada sociedade esteja à altura dos novos desafios de modo a dar uma resposta satisfatória às etapas do porvir.

Conceição (2016) defende que numa era em que o mundo está cada vez mais acessível a todos e em que os avanços tecnológicos são imensos e muitos rápidos, aprender uma língua passa a ser mais do que uma necessidade, uma obrigatoriedade. No caso em análise a inserção destas para que possam estar disponíveis às novas realidades tecnológicas é um dos maiores desafios, permitindo que pessoas de outros pontos saibam da sua existência e, quem sabe, se interessem em as aprender. Para isso é preciso trabalho e ferramentas como analisadores morfológicos (Simões et al., 2020) para a construção de tradutores automáticos o que seria, à partida, um bom começo.

A resposta aos novos desafios passa pela conjugação de esforços entre o trabalho técnico que vai permitir a inserção das línguas para expressar conceitos da era digital e, posteriormente a sua divulgação, mediante o ensino. Deste modo, será possível adequar a realidade linguística angolana aos novos contextos.

6.4. As línguas angolanas e os *corpora*

A proposta que apresentamos visa contribuir para a construção de um corpus das línguas angolanas, mais concretamente, as línguas angolanas de origem bantu. Um corpus que vai servir de subsídio para a descrição e consolidação do léxico do português em Angola. Partiremos da hipótese de que o português falado em Angola apresenta caraterísticas diferentes quando comparado ao português falado em Portugal, por exemplo (Inverno, 2018; Miguel, 2014; Ribas, 2014).

A presença de elementos típicos da realidade angolana no léxico e, não só, fez pensar na criação deste *corpus*. As razões prendem-se com o facto de ser mais fácil perceber determinados fenómenos observando aspetos da língua de partida. Note-se, por exemplo, as propriedades semânticas (Bacelar do Nascimento, 2013) do verbo comer no contexto do português falado em Angola em que ocorre a ampliação do sentido de aceções subjacentes nas línguas de partida (Ribas, 2014).

Elegemos, o verbo comer, como caso paradigmático nas línguas umbundo e quimbundo em que esse aparece com propriedade semântica diferente e com valor equivalente ao de "gastar".

A construção da frase "comi o dinheiro"[=que se pode fazer com o que se compra], e a inserção de unidades lexicais das línguas angolanas, atestadas nos dicionários contemporâneos portugueses, ocorrem de forma efetiva e consentida, muitas vezes, em sua pureza e são transferidos para o português falado em Angola.

As línguas angolanas de origem bantu terão de estar alinhadas ao desenvolvimento da ciência e da técnica para que possam, como defendem Timbane e Quiraque (2019), servir de instrumento atualizado de interação social. Isso será possível se ao estudar o desenvolvimento do português em Angola forem tidas em conta as particularidades das realidades que o constitui, sendo que o uso das línguas angolanas, enquanto línguas maternas de um número considerável

de cidadãos, estará condicionado à aprendizagem da língua portuguesa (Quinta, Brás, & Gonçalves, 2017).

O Cor_LA (Corpus das línguas angolanas – corpus de referência do natura.di.uminho) vai ser composto, num primeiro momento, por *subcorpora* das línguas umbundo, quicongo e quimbundo com possibilidades de alargamento. Para a constituição de cada *subcorpus* selecionamos todos os textos disponíveis em páginas web. Os *subcorpora* serão paralelos tendo a seguinte configuração umbundo > português; quimbundo > português; quicongo > português. A razão da escolha dos *subcorpora* paralelos é para permitir criar ferramentas como corretores ortográficos e tradutores automáticos, além de servir para identificar se problemas como os dos preconceitos nas definições existem no uso do léxico ou apenas nas definições dos dicionários. Um estudo dessa natureza serviria para resolver e explicar problemas de polaridades nas aceções de *kota* e *quimbondo* como se apresenta na tabela 21 que se segue:

Tabela 21 Comparação das aceções de unidades lexicais nas variedades angolana e portuguesa

Unidades	Língua(s)	Significados	
		Variedade angolana	Variedade europeia
kota	umb. /quimb.	digno de respeito, adulto (Fonseca, 2016).	pessoa que se encontra na meia idade, adulto (Casteleiro, 2001).
quimbondo	umb.	pessoa pouca asseada.	bebida fermentada, de alto teor alcoólico, feita de milho e fuba de bombó (Casteleiro, 2001).

Fonte: elaboração própria.

Importa referir que existem trabalhos sobre as variedades africanas do português cuja envergadura e importância são inquestionáveis. Destacamos aqui, o *corpus* África (CA), um corpus comparável das 5 variedades africanas do português, anotado com categorias morfossintáticas (POS), com a funcionalidade "restricted query" que permite restringir a pesquisa por país, disponível na plataforma CQPweb (http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/ca/) o qual tem como um dos objetivos fornecer recursos linguísticos que possibilitem a descrição das variedades já anteriormente referidas.

O CA permite comparar 5 variedades do português, porém não permite ou pelo menos não nos foi dado a saber, na descrição apresentada, a comparação com as línguas angolanas sendo que, a nível do léxico, há um número considerável de unidades provenientes dessas línguas e que, umas vezes, entram para o léxico em sua plenitude e outras sofrem algumas alterações semânticas. Por esta razão pensamos ser útil a construção de um *corpus* das línguas

angolanas, que permitirá fazer comparações, em casos de dúvidas, em relação à definição ou mesmo na atribuição das origens.

Construído um *corpus* com as caraterísticas que anunciamos evitar-se-ia o que acontece, por exemplo, com a entrada *quimbondo* no DLPC (vd. Tabela 21) em que a definição apresentada não corresponde ao que é usual em Angola.

Um *corpus* paralelo das línguas angolanas permitiria conferir estes usos, para além de, como já foi referido, resolver problemas ligados aos preconceitos associados a essas unidades, a atribuição de uma única origem e outros.

Efetivamente, a construção dos *corpora* é de grande utilidade para o estudo das línguas faladas no país. A sua importância reside, por um lado, no facto de poder incorporar elementos típicos da realidade dos povos, tanto no que se refere às línguas angolanas de origem africana como ao português falado nesta região (Chicuna, 2015; Costa, 2015; Gonçalves, 2013; Quinta et al., 2017) para além de que um estudo desta natureza permitiria consolidar dicionários de qualidade.

6.5. Ferramentas de PLN para as línguas bantu

As línguas angolanas são parte do património histórico e cultural da sociedade. Vários trabalhos têm sido feitos no sentido de valorizar cada uma delas. Nos últimos tempos, questões relacionadas à problemática da escassez das fontes escritas, uniformização gráfica (Jimbi, 2018) ou a falta de *corpora* têm sido apontados como um dos pontos fracos para o seu estudo, o seu desenvolvimento e a sua preservação.

Como já foi referido, em Angola há um plurilinguismo onde coabitam três famílias linguísticas de natureza e estrutura diferentes: as línguas africanas de origem não bantu, as línguas africanas de origem bantu e a língua portuguesa de origem latina (Fernandes & Ntondo, 2002). Para o caso em estudo, essa realidade é uma dificuldade na hora de testar ferramentas informáticas como o LinguaKit ou o IRaMuTeQ[34] para a análise e descrição de línguas africanas de origem bantu como o umbundo, quicongo e quimbundo.

[34] IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), criado por Pierre Ratinaud e mantido até 2009 na língua francesa, mas que atualmente conta com dicionários completos em várias línguas (Camargo & Justo, 2013).

O LinguaKit é, segundo Gamallo e Garcia (2017, p. 19) "um pacote de ferramentas multilingues para o PLN, que contém módulos de análise, extração, anotação e correção linguística." A análise feita pelo LinguaKit funciona em português, galego, espanhol e inglês. Embora na variedade portuguesa esteja assente nas ortografias da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboas e destas academias resultaram dois grandes dicionários, nomeadamente o DLPC e o Houaiss nos quais estão registadas um número considerável de angolanismos, ainda assim, pensamos que não são suficientes, na medida em que haverá aspetos das línguas angolanas que poderão não funcionar.

A construção de *corpora* das línguas angolanas seria um bom começo para daí se elaborar uma lista de angolanismos que, uma vez anotados, ajudariam nos primeiros passos para o PLN, fazendo-o funcionar recorrendo ao LinguaKit, e tirar os melhores proveitos desta ferramenta e poder estudar as línguas angolanas.

A dimensão das línguas angolanas e a sua integração em ferramentas informáticas de análise e descrição linguística assenta numa visão apresentada por Ançã et al. (2014, p. 129) que consideram que "num mundo globalizado e competitivo, as línguas como outros produtos, são objeto de avaliação. Os seus valores, porém, não são estáveis e vão oscilando em função de determinações económicas e políticas, e não tanto pelas suas dimensões sociais e culturais." A preservação das línguas angolanas passa por transformá-las em línguas competitivas nos vários domínios, incorporando as ferramentas de análise existentes e trabalhar para que estas sejam moduladas de modo a responder às suas necessidades.

Um exemplo disto está no facto de as línguas angolanas serem caraterizadas por prefixos que marcam o singular e o plural (Fernandes & Ntondo, 2002; Guthrie, 1948) facto que não se regista na língua portuguesa, por exemplo. A construção de regras para a análise lexical dos angolanismos recorrendo, sempre que houvesse necessidades, à observância desta caraterística, seria um dos passos para o tratamento automático dessas línguas (Camargo & Justo, 2013; Simões et al., 2020).

O surgimento das tecnologias de informação deu lugar à existência de recursos para análise de grandes quantidades de dados, razão que justifica, nos dias de hoje, o uso de *softwares* das mais variadas naturezas para diversas finalidades. O uso de *softwares* específicos para análise de dados textuais tem sido cada vez mais presente na área das Ciências Humanas e Socais (Camargo & Justo, 2013). Poucos são os dados, para a realidade angolana, que

indicam o recurso ao uso destas ferramentas para análises de textos e associado a isso está o facto de não termos encontrado *corpora* sobre as línguas angolanas que tornaria fácil a criação de recursos para que sejam feitos trabalhos de PLN com as línguas angolanas.

6.6. A consolidação dos dicionários

A construção de *corpora* das linguas angolanas, contribuiria de forma efetiva para a consolidação dos angolanismos nos dicionários portugueses e para a utilização de ferramentas de PLN, como recolhe Correia (2009, p. 130) que considera dicionário "qualquer descrição de um acervo significativo de unidades lexicais, para ser usado por humanos ou como base para o funcionamento de programa de processamento de linguagem natural."

A descrição de um acervo significativo faz do dicionário um objeto cultural importante para o público em geral (Lino, 2017). Sendo os dicionários portugueses obras que descrevem as unidades em uso nessas línguas, deveriam observar, além dos contextos em que as unidades aparecem, alguns aspetos da estrutura interna das línguas que vão compondo o conjunto de unidades que são descritas.

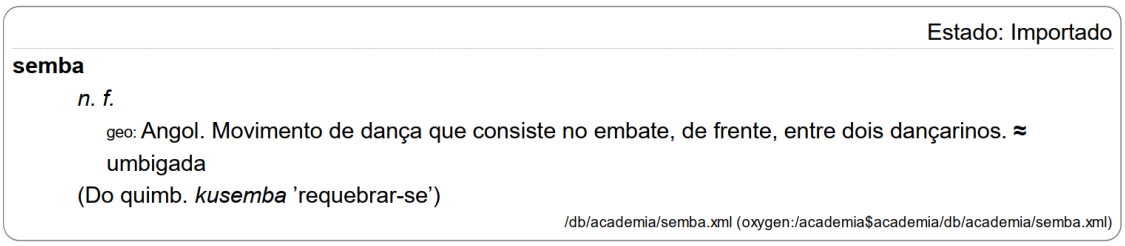
Os angolanismos, nos dicionários contemporâneos portugueses, não estão grafados de forma clara, uniforme e coerente, havendo variações que deixariam o consulente sem saber qual a verdadeira forma de representar graficamente essas unidades.

À semelhança do que defendeu Silvestre (2008, p. 275) em relação ao dicionário da Académie (1694) "não é propriamente uma obra modelar em termos de regularidades ortográficas, mas, em grande medida devido aos princípios que os académicos enunciaram no prólogo, ganhou a reputação de instrumento normativo..." O tratamento dos angolanismos nos dicionários é um problema que poderá ser minimizado se forem observadas as estruturas das línguas que descrevem, permitindo deste modo, maior rigor na recolha do conjunto de informações linguísticas e enciclopédicas contidas num artigo lexicográfico (informação gramatical, enciclopédica, terminológica, pragmático-contextual).

A informação gramatical, por exemplo, compreende questões ligadas à categoria, informações de caráter ortográfico, morfológico, sintático, semântico ou lexical. É importante ter presente, por exemplo, que a noção do género nas línguas angolanas (Fernandes & Ntondo,

2002; Mingas, 2007) tem um caráter diferente sendo por isso um dos aspetos a observar no ato da descrição deste.

Um dos aspetos que precisa ser visto na atribuição do género é perceber a influência que as línguas de partida terão quando ocorre a transposição de uma língua para outra. A explicação de Casteleiro (2001) relativa ao desdobramento de entradas é satisfatória para os casos apresentados, porém não prevê o tratamento que deve ser dado a casos como o de *semba* na figura 3.


Estado: Importado

semba

n. f.

geo: Angol. Movimento de dança que consiste no embate, de frente, entre dois dançarinos. ≈ umbigada

(Do quimb. ***kusemba*** 'requebrar-se')

/db/academia/semba.xml (oxygen:/academia$academia/db/academia/semba.xml)

Figura 3 O género dos angolanismos.

Fonte: DLPC.

Semba é simultaneamente um estilo musical e uma dança apresentado por isso com sendo masculino e feminino como mostra o dicionário Priberam da Língua Portuguesa[35]:

> **semba** (quimbundo *semba*) *substantivo masculino ou feminino* Música e dança de par tradicionais de Angola.

Portanto, são casos como estes que devem merecer atenção, porque para falar do género destas unidades lexicais precisamos antes de nos reportar às caraterísticas gramaticais destas unidades lexicais nas línguas originais. Os dois géneros para unidade *semba* é o mais comum.

[35] *Semba, n.* (2008-2013) *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha].* Consultado em 09 de outubro de 2019 em https://dicionario.priberam.org/semba.

Capítulo 7 ANÁLISE DOS ANGOLANISMOS NOS DICIONÁRIOS CONTEMPORÂNEOS PORTUGUESES

É um facto a presença registada de angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses. Analisaremos, neste capítulo 7, as definições dessas unidades lexicais nos dicionários selecionados.

Para a compreensão e análise da forma como os angolanismos foram definidos nos dicionários, tomaremos como referência a proposta apresentada por Jackson (2002, p. 109) que diz:

> all dictionaries have a set of labels to mark words or senses of words that are restricted in some way in the contexts in which they may occur. The contextual restrictions may be geographical (i.e. dialectal), historical (e.g. archaic), stylistic (e.g. informal), according to topic (e.g. Botany), and so on.

São muitos os aspetos que poderiam ser assinalados quando se pretende estudar os angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses. Assim, o primeiro aspeto a assinalar é o facto de os angolanismos nos dicionários estarem identificados como sendo dialetais, marca usada para referir a indicação da origem geográfica (Jackson, 2002, p. 110). Contudo, percebeu-se que, não obstante os angolanismos terem sido identificados, nos dicionários, como tendo origem nas línguas angolanas, nem sempre foram marcados como sendo usuais em Angola. Veja-se, por exemplo *camundongo* no DPLC.

Sobre os usos, neste estudo vamos dar maior atenção, do ponto de vista da definição, às questões relacionadas com os efeitos de sentido (Jackson, 2002) dos angolanismos nos dicionários. Os dicionários não podem deixar de recolher as unidades lexicais, independentemente do tipo de informação que estas possam acarretar, baseando-se em critérios extralinguísticos, razão pela qual recorrem às marcas de uso. Estas marcas são recursos lexicográficos para registar as informações concretas sobre os mais variados tipos de particularidades que restringem ou condicionam o uso em determinados contextos de unidades lexicais (Porto Dapena, 2002; Vilarinho, 2017) e permitem determinar a relativa distância entre o que é descrito nos dicionários e o uso efetivo destas unidades.

As marcas de uso, nos dicionários, servem para relatar o efeito de sentido pretendido pela palavra produzida tanto pelo falante ou escritor como no ouvinte ou no leitor (Jackson, 2002) e são representadas, segundo Porto Dapena (2002, pp. 150–151), por uma

> série de expressões utilizadas ao longo das obras constituídas quase sempre por frases estereotipadas, abreviaturas, sinais especiais ou certos recursos gráficos cuja missão é marcar ou destacar uma palavra ou aceção frente a outra por não apresentar nenhuma caraterística especial.

Assim, e de acordo com Jackson (2002), os dicionários recorrem geralmente às seguintes marcas de usos:

- Depreciativo (DEPR.) [que indica desrespeito]

- Pejorativo (PEJ) [para demonstrar desprezo]

- Apreciativo (APREC) [para mostrar uma atitude positiva]

- Humor ou jocoso (Humor ou joc.) [indica de ânimo leve, para brincadeira]

- Ofensivo (OFENS.) [indica que o seu uso pode ser ofensivo]

O estudo dos efeitos de sentido nas definições será determinante, como veremos, para aferir a polaridade presente nas aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses.

7.1. Levantamento dos angolanismos: a pesquisa reversa

Os dicionários passaram por várias etapas no que ao suporte de formato diz respeito, desde os manuscritos aos impressos e dos impressos aos eletrónicos (Almeida, 2003). Para o levantamento dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses recorremos à pesquisa reversa, enquanto técnica que permite encontrar nos dicionários eletrónicos não apenas as palavras que correspondem a uma ideia como também que palavra pode ser combinada com outra para exprimir uma ideia (Iriarte, 2019).

O levantamento dos angolanismos foi feito no DLPC, no Houaiss, no Aulete Digital e no Michaelis. Antes de apresentarmos aquilo que entendemos como sendo os principais problemas surgidos na nossa pesquisa para a recolha e o tratamento dos angolanismos nas bases de

dados ou nos dicionários faremos, em primeiro lugar, uma brevíssima resenha daquilo que estes quatro dicionários apresentam.

Em síntese, podemos afirmar que, dos dicionários selecionados, nem todos estão equipados com a funcionalidade 'pesquisa reversa.' A pesquisa reversa apenas foi possível na base de dados do DPLC e no Houaiss. No Aulete Digital e no Michaelis recorremos à pesquisa simples, a partir de listas extraídas do DLPC e do Houaiss.

Na Tabela 22 recolhemos a totalidade dos angolanismos encontrados nos quatro dicionários analisados. Embora estes resultados possam apresentar alguns problemas (como acontece com os dados relativos ao Houaiss, em que a pesquisa reversa apresenta 199 resultados e a manual 414), ainda assim conseguimos obter dados úteis que serviram de suporte para a investigação.

Tabela 22 Resultados da pesquisa reversa dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses

Dicionários	N.º de Angolanismos	Umbundo	Quicongo	Quimbundo	Angola
DLPC	709	27	12	199	374
AULETE DIGITAL	185	2	0	54	23
MICHAELIS	118	0	8	59	1
HOUAISS	414	20	48	134	125
AURÉLIO	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria.

Portanto, uma vez afinada a pesquisa reversa, pelo menos nas obras em que é possível fazer, seria um ótimo recurso para o estudo dos angolanismos servindo de auxílio para elaboração de gramáticas (Iriarte, 2019) e de outros meios para desenvolvimento do léxico do português em Angola e, por que não, numa fonte para o processamento natural das línguas angolanas.

7.1.1. No Aulete Digital

O **Dicionário Aulete Digital** foi desenvolvido pela Lexikon que traz à testa a versão do Caldas Aulete impressa (Aulete, 1987), editado no fim do século XIX, num outro formato que o transformou em multifuncional. É um projeto que fez das novas tecnologia o seu grande aliado o

qual teve o seu início no ano 2004 com o lançamento da versão mini deste dicionário e passou por várias outras, nomeadamente: a sua disponibilização à rede mundial de computadores, em 2006, tendo em 2007 chegado à internet. Em 2008 foi criada a versão web do Aulete, o idicionário Aulete, chegando em 2010 aos smartphones e em 2014 estende a sua referência digital integrando componentes como dicionário léxico, dicionário analógico ou Thesaurus e a gramática da língua portuguesa (Aulete Digital).

São realmente muitas as funcionalidades que o Aulete Digital disponibiliza para o público, o que o torna numa obra não apenas de referência, porque isso já o é, desde a sua criação no fim do século XIX, mas que se socorre das novas tecnologias para colocar ao dispor do público o melhor que a ciência lexicográfica apresenta.

Contudo, dos muitos benefícios que se podem aproveitar no Aulete Digital, houve um que lamentavelmente não foi implementado nesta versão eletrónica do dicionário: a *pesquisa reversa.*

A pesquisa reversa teria sido muito útil, porque iria permitir uma recolha de um número substancial, possivelmente quase a totalidade, de angolanismos, o que tornaria o processo de busca eficiente e rápido e os dados mais fiáveis.

Utilizando apenas a pesquisa simples, e cientes de que essa não é a melhor metodologia, tivemos que fazer manualmente a recolha dos angolanismos um por um, usando, para o efeito, dos resultados extraídos da base de dados do DLPC, podendo existir angolanismos não recolhidos no DLPC, uma vez que é possível a dupla ou tripla grafia (*biene, vie, kuanza, kwanza, muçorongo, mussorongo*), inflacionando, às vezes, o número de entradas e outras vezes levando-nos a assinalar como não havendo correspondente quando está escrito de outra forma.

São estas razões que nos fazem ter alguma reserva em relação aos dados dos angolanismos no Aulete Digital, por não sabermos, ao certo, quantas unidades lexicais mais poderiam ser elencadas se o dicionário permitisse a pesquisa reversa. Foi com os dados disponíveis que fizemos a nossa análise. Na Tabela 23 recolhemos os angolanismos encontrados no Aulete Digital.

Tabela 23 Angolanismos no Aulete Digital

Origem (marca lexicográfica	N.º de aceções	Angolanismos recolhidos
ANGOLA	23	*Alambamento, alembamento, Angola, anhara, arimo, bombó, Cabinda, cacimba, caconda, capanga, cochilar,*

		cubata, damba, dembo, dibo, dinhângua, diuso, dizumbe, dombe, dombo, dombolo, Luanda, quicongo.
QUIMBUNDO	54	*Aka, bamba, banda, bangue. banzar, berimbau, bumbar, bunda, bundo, cachimbo, caçula, cafuné, fazer cafuné, calema, calundu, canjica, caolho, caporroto, carimbo, cota, dendê, dendém, ganja, jiló, liamba, maconha, macumba, mamona, marimba, marimbondo, maxixe, molambo, miçanga, moleque, moleca, moqueca, muamba, mucama, muxiba, muxoxo, quenga, quibebe, quilombo, quimbundo, quitanda, quitute, sanga, sanzala, soba, tanga, umbanda, xingar, zumbi*
QUICONGO	0	
UMBUNDO	2	*Camundongo, quiçangua*

Fonte: dados extraidos do Aulete Digital.

7.1.2. No DLPC

Quanto ao **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea** impressa (Casteleiro, 2001), embora não esteja disponível, até a data, uma versão *online,* trabalhamos com a base de dados sobre a qual se vai construir a versão digital tendo sido, por isso possível, mediante a pesquisa reversa, fazer a recolha de todas as unidades marcadas com as etiquetas <umb>, <kimb>, <kik> ou <ango>/ <Angola> . A pesquisa na base de dados permitiu-nos também conhecer: a totalidade dos angolanismos registados no DLPC, informação sobre as categorias gramaticais predominantes para as unidades provenientes das línguas angolanas e informação de tipo enciclopédico.

Na Tabela 24 recolhemos os angolanismos encontrados na base de dados do DLPC

Tabela 24 Angolanismos no DLPC

Origem (marca lexicográfica)	N.º de aceções	Angolanismos recolhidos
ANGOLA	374	*abelhu, aiué, aiuê, ajindungar, ajindungar o casamento, aka, alambamento, amiguinho, Angola, anhara, arimo, armar-se em carapau de corrida, avilo,a, azeite-de-dendê, azimute, azimute magnético, azulinho, a, baga, bai, baicar, bala, balado, baleizão, banda, bandido, a, banga, bangão, banquinha, barão, barona, bassula, batida, batuque, bazar, beçá, binda, birra, biscato, bisnar, bissapa, bitacaia, biznar, bizne, bizno, boatar, bobo, bobó, boca, boca azul, boêlo, bofa, bombó, bombô, buala, buê, bué, bula, bulumbumba, bumbar, cacimbo, cacongo, caculo, caçumbula, cafeco, cafufuco, calulu, camba, cambala, cambiriquito, cambo-sonhi, camburilar, cambuta, cacimbo, caméia, camueca, camuelo,*

camumbundo, candengue, cadinga, candongo, cangamba, cangundo, canjica, andar com as canjicas de fora, pôr fogo canjica, ferver a canjica, caporroto, capota, carapau, carapau azul, caricobo, caringo, carvalho, carvalho trufeiro, catete, catoma, catuca, catucazi, catuga, caxipembe, cazucuta, cazumbi, chana, chuvisco, coio, colocar, colocar-se mal, combaditoqua, confiado, a, congatulo-preto, copla, cumungunar, cungungutar, cuozar, cuxingar, cuzecumunar, dala, damba, damo, a, dembado, dembo, dibo, dicoca, dinhângua, dinhungo, diquende, disombe, ditanga, diuso, dizumbe, dombo, dombolo, dongo, donguena, efuanga, eme, espalhar, espalhar a mercadoria, espancar, estar magro como um carapau, estar magro que nem um carapau, estar/meter-se em maus lençóis, estreito, eué, fenelá, fijá, financeiro, fogo na canjica, fuba, fulabomba, funante, fundação, funje, fúnji, galangue, gindungo, gongoenha, haco, homba, ifata, ife, imbamba, imbuí, imbunde, indaca, infelicidade, infunde, infunje, ingombota, jamba, jiguba, jihassa, jinguba, jinguindo, jinguinga, jinjiquita, jinongonongo, jula, jungo, kanvuanza, kassumbular, kwamato, kwanyama, lavra, lembamento, lençol, liamba, libata, libolo, licanha, logístico, lolana, lombi, luanda, luando, maamba, mabalanganga, mabanga, mabela, mabu, mábu, mabuba, mabululu, mabuta, maca, maça, macala, macambira, macemba, machacha, maconde, macopo, macozo, macua, macuta, maiaca, maiombe, mais-velho, malabo, malafo, malamba, malavo, malolo, malufo, maluvo, mamaenar, mangonha, mano, mapira, marufo, masa, masasi, mata-bicho, matanga, matar, matar-se a estudar, matar-se a trabalhar, matar-se para arranjar emprego, matete, matodi, matona, maxana, maxanana, maxaxa, maxibua, maxixi, maxim, maxíxia, mepinda, mibanga, missosso, moloje, mona, moqueca, morrer, moúo, muamba, muata, mucaje, mucanda, musseque, múcua, muçuíca, mucunga, mucunza, mucunzá, muene, mufete, muimbo, muinha, muissanga , mulabá, mulola, mundongo, musseque, mussoco, mussuco , mutala, muteta, mutopa, muxicongo, muxima, muxinda, muxito, muzongue, muzuco, nebonzo, negiló, neguila, nema, nganda, ngola, niabele, nungo, ocutava, ompeque, ondala, onganda, oxinganji, palmito, panda, papa, papa negro, patela, patudo, pau-azeite, pau-azeitona, pé-de-moleque, pirão, puíta, queleto, quende, quenga, quiangala, quibaca, quibala, quibeba, quibenza, quicola, quicongo, quicuanga, quicuerra, quicuio, quifaça, quifuco, quifula, quifumbe, quilolo, quilundo, quilunje, quimbo, quimbombo, quimbondo, quimone, quindumba, quingombo, quingufo, quipico, quissângua , quiçângua, quitaba, quitacamba, quitare, quitoto, quituio, quitundulo, quituza, quiúza, quivória, quixiba, quixiluanda, quizaca, quizoco, quizúbi, receber, rinaua, ritoaia, romper, romper

		uma parede, romperam a porta para entrar, sabo, sabotar, sabulante, salalé, sandu, sanga, semba, sempre, soma, sonegar, sorteado, suanga, tâmbi, tenda, ter infelicidade, tola, tomar o azimute, tonga, topocotó, xê, xiça, xinguilar, xoxombo, xucoxuco, zagaiar, zuanguinza.
QUIMBUNDO	199	*moleca, arimo, quizília, aiuê, Angola, arimo, baia, bamba, bambá, bâmbi, banguê, banza, banzar, banzé, banzo, bassula, batuque, bazar, berimbau, binda, bobó, bombo, bombô, bunda, bundo, cabaça, cabaço, cachimbo, cacimba, cacuço, caçula, caculo, cafufuco, cafuné, calema, calombo, calundu, camba, cambo-sonhi, camburilar, cambuta, camuelo, camundongo, candengue, candomblé, candonga, cangamba, cangundo, canjica, canvuanza, caolho, capanga, caricobo, carimbo, caringo, catete, catuca, catucazi, cazucuta, cazumbi, cochilar, combaditoqua, cota, cubata, cumungunar, cungungutar, cuozar, curinga, cuxingar, cuzecumunar, dala, dembo, dendê, dembo, dendém, dinhângua, dinhungo, diquende, disombe, diuso, dixiça, dondo, dongo, embondeiro, encafifar, eué, fubá, fuba, funje, fúnji, gando, ganguela, ganja, ganzá, gongoenha, haco, homba, humbe, ifata, imbuí, imbunde, imbundeiro, infunde, infunje, ingombota, jiguba, jihassa, jiló, jinguba, jinguindo, jinguinga, jinjiquita, jula, lembamento, liamba, licanha, licanha, licondo, luando, mabuba, mabululu, maca, macemba, maconha, macumba, macuta, malamba, mamona, mangonha, marimba, marimbondo, masa, matete, matete, matona, maxana, maxanana, maxibua, maxixe, maxixi, maxíxia, missanga, molambo, moleque, moleca, moqueca, muamba, muata, mucama, mucanda, muceque, múcua, mucunza, mufete, muimbo, muimbo, mungunzá, musseque, mussoco, mutala, muteta, mututu, muxiba, muxima, muxinda, muxoxo, muzongue, muzuco, ondala, pacaça, quenga, quezília, quiabo, quiangala, quibaca, quibala, quibeba, quibebe, quicola, quicuanga, quicuerra, quidingo, quifaça, quifula, quifumbe, quilombo, quimbo, quimbundo, quindumba, quingombo, quipico, quitaba, quitanda, quitoto, quitute, quituza, quivória, quixiba, quixiluanda, quizaca, quizúbi, sabo, sabulante, samba, sanga, sanzala, semba, senzala, soba, tâmbi, tonga, tanga, topocotó, uala, umbanda, xingar, zumbi.*
QUICONGO	12	*cabinda, damba, mabu, mábu, maiaca, maiombe, muçorongo, mussorongo, muzombo, quicongo, salalé, sosso*
UMBUNDO	27	*Amboim, anhara, bangala, biene, bitacaia, caconda, cafeco, camba, cambiriquito, damba, dombe, efuanga, galangue, huambe, lombi, mutopa, nganda, ovimbundo, quiçangua, quimbombo, quingufo, quissângua, seles, soma, umbundo.*

Fonte: dados extraídos do DLPC.

7.1.3. No Houaiss

O **Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa,** versão 1.0 de dezembro de 2001, produzido e distribuído pela Editora Objetiva Ldta. A versão eletrónica apresenta o conteúdo integral do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa da versão impressa (Houaiss & Villar, 2011).

Dentre as funcionalidades que esta versão apresenta há, na barra de ferramentas, o ícone de pesquisas, onde podemos selecionar: "*pesquisa simples*", "*pesquisa combinada*" e "*pesquisa reversa*". Foi a pesquisa reversa implementada neste dicionário eletrónico que facilitou, em grande medida, a procura dos angolanismos. Contudo, foram detetados alguns problemas:

1. A pesquisa reversa não cobre todos os resultados relacionados com os angolanismos, pois o resultado da pesquisa reversa apresenta como resultado 199 angolanismos, um número diferente dos dados da pesquisa manual em que os resultados rondam 414.

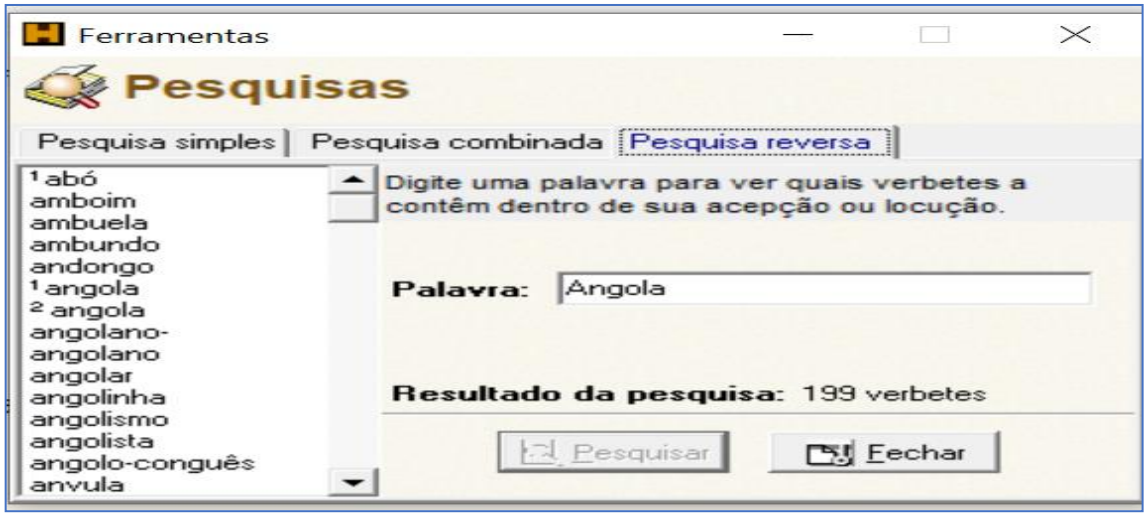


Figura 4 Resultados da pesquisa reversa no Houaiss
Fonte: Houaiss

2. Nem sempre a informação etimológica é clara, havendo casos de unidades que, mesmo estando marcadas como usuais em Angola, não aparece sequer a marca lexicográfica correspondente. Outras vezes foi preciso ir até a abonação para identificar a origem;

3. Pensamos haver um erro no uso da etiqueta <orig. obsc.> para o caso do lema muxima que aparece assim etiquetada, por exemplo.

Para proceder a busca dos angolanismos, selecionamos o item pesquisa reversa e no campo <palavra> escrevemos <Angola> para sabermos quantas unidades estão etiquetadas com a marca Angola, quimbundo para as unidades de origem dessa origem, quicongo e as marcadas com etiqueta umbundo.

Tabela 25 Angolanismos no Houaiss

Origem (marca lexicográfica)	N.º de aceções	Angolanismos recolhidos
ANGOLA	414	*abó, amboim, ambuela, ambundo, andongo, angola, angolano, angolano- , angolar, angolense, angolinha, angolismo, angolista, angolo-conguês, anvula, ave-de-crocodilo,azeda-brava, azuela, azê, bailundo, balanta, balundo, bangala, banguê, bengo, benguela, benguê, biango, bibangu, biene, bimba, bitacaia, bondo, borotuto, boximane, boximano, boxímane, boxímano, buase, bumba, bunda, bunda-suja, bundada, bundana, bundaça, bundo, bundo , bundona, bundá, bundão, cabinda, cabungo, cachimb-, cachimbada, cachimbador, cachimbar, cachimbeiro, cachimbo, cachipembe, cacimba, cacimbado, cacimbar, cacimbo, cacimbão, caconda, cacongo, cacuema, cacutu, cadingapuna, cafanga, cafangada, cafangar, cafangoso, cafata, cafatar, cafeco, cafima, cafiote, cafubira, cafucufuco, cafungar, cafuné, calulu, calundu, calunga, calungagem, camba, cambuta, camueca,camuelo, camuengo, camumbembe, Camundongo, camundongo-do-mato, camunhengue, candango, candengue, candimba, candimbá, candombe, candonga, candongagem, candongar, candongueiro, candonguice, candua, candumba, canga, cangamba, cangongo, cangulo, cangundo, canhengue, canjica, canjicada, canjira, canjirão, canuque, canvuanza, canzuim, canzumbi, canzuá, canzá, capote, catende, caxixi, cazuza, caçamba, caçambada, caçambar, caçanje, caçubeçá, caçula, caçumbula, chimbear, cinco, cocar,congada, congo, conquém, cuamato, cuanhama, cuvu, cuxingar, cuzecumunar, damba, dembado, dembo, dibala, dijina, dila-dia-sanji, dimba, dizembula, dombondola, dondo, donguena, edu, estaladeira, estou-fraca, evale, fiote, fraquejar, fumbalelê, galangômbia, galinha-da-guiné, galinha-da-numídia, galinha-da-índia, galinha-do-mato, galinhola, ganga, ganguela, gongeiro, gonzemo, guimbombo, guiné, guçuso, hala, handa, hereró, holo, humbe, incoce, inquice, interior, jaga, jagunceiro, jaguncismo, jagunçada, jagunçaria, jagunço, jamba, jango, jembê, jinga, jinguba, jinguindo, jinguinga, jinjiquita, jinongonongo, jinzumbi, jipepe, jisabu, kanvuanza, kaparroto, khoisan, kuanza, kuaozar,kufitucar, kungungutar, kusekumunar, kuvala, kwamato,kwanza, kwisi jibolo, linha, lolana, luanda, lucanga, lucumbe, luena, lunda-quioco, lundês, lunyaneka,*

		lutyazi, macaia, macemba, macopo, macuca, macumba, maiaca, maiombe, mameta-de-inquice, mangue-do-mato, mebota, minungo, missongo, mpenza, mpossa, muaco, muanza, muata, mubanda, mubuaza-buaza, mucumbi, muene-feca, muene-massa, muinga, mulondo, mundele, mundongo, mungai, munganga, munguela, munjaque, munjinje, munono, muolo, mupanda, mupapala, mupepe, mupongo, mupulucua, musamba, musanda-kanda, musanhi, musaça, mussende, musseque, mussorongo, mussuco, musumba, mutalamenha, mutalamenha-cafele, mutamba, mutanje, muteta, mutete, mutopa, mutundo, muvilu, muvuca, muxicongo, muxima. muxinda, muxoxar, muxoxear, muxoxo, muxoxo-vermelho, muxurundar, muzenza, muzombo, muzongue, muzumba, muzumbo, muzundu, mwila, múzua, ndomba, negro, ngalangi, ngambwe, ngola, nhaneca nkumbi, numidídeo, ocaviiúla, omolocô,onganda, ovampo, ovimbundo, oxinganji, pau-tacula, picota, pintada, português, puíta, quaitsi, quamátui, quiabeiro-de-angola, quiabo-de-angola, quianda-muxito, quibaca, quibala, quibeba, quibemuxi, quibondo, quibondo-de-água, quibondo-ia-menha, quibuco, quibungo, quicongo, quicuanga quicuerra, quidingo, quidingo-cambonje, quifaça, quifuco, quifuje, quifula, quifumbe, quifuxo, quilendo, quilombo, quilulo, quilundu, quilunje, quimbo, quimboa, quimbombo, quimbundo, quinda, quindumba, quindunde, quingueleje, quingufo, quinguvo, quinjengue, quinsonje, quioco, quioio, quioza, quipololo, quisafu, quissama, quissanje, quissoco, quitaba, quitacamba, quitanda, quitandar, quitande, quitandeira, quitandeiro, quiteta, quitiva, quitoco, quitoto, quitudo, quituio, quitundo, quitungo, quitute, quituteiro, quituza, quiumba, quivala, quixiluanda, quixucululu, quizaca, quizomba, quizumba, quizúbi, quiçama, quiçamba, quiçanje, quiçângua,quiúza, roximucumbi, rundungue, ruquibo, sabo, sabulante, sacuê, safu, salalé, sambo, sele, semba, sengar, senzala, senzaleiro,soba, sumbo, tacula, tacula-falsa, tempo, tyavikwa, tyiherero, tyilengue-humbi, tyilengue-muso, tyinganguela, tyipingo, uei,Umbanda, umbundo, use, vie, wambu, weliwítschia, xikwanyama, ximba, xindonga, xinje
QUIMBUNDO	15	*Ambundo, bangala, bassongo, bongo, holo, jinga, libolo, minungo, mocamb-, muaco, mussende, ngola, quiçama, sele, xinje.*
QUICONGO	7	*Maiombe, mussorongo, mussuco muxicongo, muzombo, quicongo, susso*
UMBUNDO	9	*Amboim, bailundo, biene, ngalangi, nganda, ovimbundo, sambo, vie, wambo.*

Fonte: dados extraídos do Houaiss

7.1.4. No Michaelis

O Michaelis, nome que utilizamos aqui para nos referir ao Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, impressa (Weiszflog, 1998) versão digital do Michaelis Moderno, surge em 2015 com perto de 167 mil verbetes, 350 mil aceções, 27 mil expressões e 47 mil exemplos e abonações (https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/ acesso em 2020_02_05).

O Michaelis não permite a pesquisa reversa. Descobrir como fazer uma pesquisa simples neste dicionário também não foi fácil. A resposta foi encontrada em <como consultar> + <como utilizar o Michaelis On-line> escrevendo no campo <busca> /a palavra desejada/ + [Enter]. Os resultados apresentados foram encontrados a partir de duas listas extraídas do DLPC e do Houaiss.

Na Tabela 26 recolhemos os angolanismos encontrados na base de dados do Michaelis

Tabela 26 Angolanismos no Michaelis

Origem (marca lexicográfica)	Nº de aceções	Angolanismos recolhidos
Angola	1	*Angola*
Quimbundo	59	*Baia, bamba, bâmbi, banza, berimbau, bunda, bundaça, bundada, bundo, cabaço, cachimbo, cacimba, caçula, caculo, calundu, camba, cambuta, camundongo, candonga, caolho, capanga, carimbo, cochilar, cubata, curinga, dendê, fuba, funje, ganja, ganzá, jiló, maconha, macumba, macuta, malamba, marimba, marimbondo, matete, molambo, moleque, moqueca, mucama, mungunzá, muxiba, muxoxo, quiabo, quibaca, quenga, quibebe, puíta, quilombo, quintande, quizomba, sanzala, senzala, soba, umbanda, xingar, zumbi.*
Quicongo	8	*Banga, liamba, quenga, quizila, quimboa, quimbombô, quitute, samba*
Umbundo	0	

Fonte: dados extraídos do Michaelis

7.2. A etimologia dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses: problemas

Para abordar a questão relativa ao tratamento etimológico dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses, é, antes de mais, importante apontar a dificuldade existente em torno da classificação das obras lexicográficas, um problema que segundo Haensch (1982, p. 95) "constituye una tarea muy ardua y plantea no pocos problemas, tanto teórico-linguístico como prácticos". Embora o que preocupa, no caso com os angolanismos, seja a forma como estas unidades são, nessas obras, tratadas.

Dos critérios apresentados por Haensch (1982), selecionamos os seguintes:

a) formato e extensão da obra lexicográfica;

b) caráter linguístico, enciclopédico ou misto;

c) o sistema linguístico em que se baseia.

A nossa reflexão centrar-se-á sobre o critério que assenta no caráter linguístico, enciclopédico ou misto dos dicionários, o que vai permitir analisar, numa primeira instância, a disposição dos angolanismos nos dicionários gerais da língua portuguesa contemporânea.

Muito se tem falado sobre o interesse que os lexicógrafos, em matéria do tratamento enciclopédico, devem ou deveriam dar aos dados por eles tratados. Não pretendemos entrar na discussão sobre a diferença entre lexicografia linguística e lexicografia enciclopédica ou ainda o que deve tratar uma ou outra (Haensch, 1982; Iriarte, 2001; Silvestre, 2008), sendo que parece haver algum consenso entre os citados em que uma abordagem complementa outra e que as práticas metodológicas da linguística lexicográfica apontam para uma direção do tipo enciclopédico. No caso dos angolanismos a discussão, este seria o tratamento a que determinadas unidades lexicográficas são sujeitas.

Aqui, alinhando com Silvestre (2008, p. 327) ao defender que "o principal núcleo de informação de tipo enciclopédico encontra-se sob a forma de dados suplementares, aparentemente externos à definição, que na prática a completam (...)" há, nos dados relativos aos angolanismos, alguns aspetos que deveriam merecer mais atenção ou ainda que devem ser ponto de reflexão neste estudo, como, por exemplo, o facto de atribuir estas unidades lexicais a uma única língua:

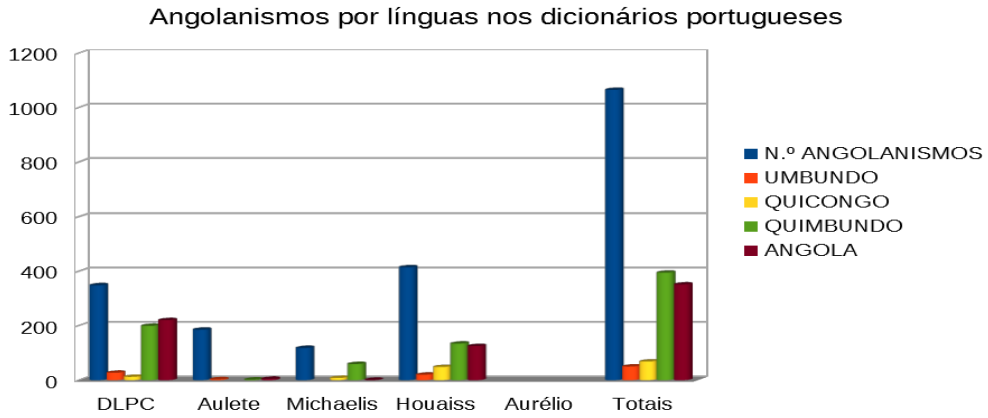


Figura 5 Angolanismos por línguas nos dicionários contemporâneos portugueses

Fonte: elaboração própria.

Os dados apresentados na figura 5 revelam que há mais angolanismos de origem quimbundo do que das outras duas línguas. No Michaelis e no Houaiss o número de

quimbundismos supera o das unidades registadas nestes dicionários que são etiquetadas como <angol> (conjunto de formas em uso em Angola).

Importa, entretanto, lembrar que não basta, se se pretender fazer um trabalho mais exaustivo sobre as unidades provenientes das línguas bantu, catalogá-las como sendo originárias de Angola, uma vez que a realidade linguística deste país é caraterizada como plurilingue. Outro aspeto a ter em conta é a atenção que se deve dar às marcas de uso (Berdet, 1996; Iriarte, 2001).

Assim, é de salientar, na nossa análise dos angolanismos registados nos dicionários estudados, a frequente inexistência de marcas lexicográficas com informação pragmático-contextual ou retórica, como nos casos em que as definições podem acarretar conotações negativas. Os dados que aparecem na figura 6 são ilustrativos:



Figura 6 Angolanismos e as marcas lexicográficas

Fonte: Aulete Digital e Houaiss

As marcas de uso enriqueceriam não apenas as informações presentes nos dicionários como também poderiam tornar o trabalho lexicográfico mais inclusivo, permitindo, deste modo, um certo distanciamento entre o lexicógrafo e a obra.

Embora haja na lexicografia linguística e na lexicografia etimológica aspetos de complementaridade, exigir que um dicionário geral apresente as mesmas caraterísticas que um dicionário etimológico seria como que uma tentativa de fazer as duas sejam fundirem-se.

Correia (2009, p. 25) apresenta alguns aspetos que permitem distinguir as duas obras:

> (...) tendo o dicionário de língua como principal caraterística a presença de palavras pertencentes a um sistema linguístico com informações referentes ao funcionamento e às relações que estabelecem com as restantes unidades no mesmo sistema ao passo que o dicionário etimológico fornece explicações sobre entidades da realidade extralinguística (conceitos, objetos, factos históricos, etc.) por meio de textos informativos acompanhados ou não de ilustrações.

Não é sobre os tipos de dicionários que se se centra a nossa análise, mas sobre a forma como os angolanismos foram tratados nos dicionários portugueses em estudo (Aulete, 1987; Casteleiro, 2001; Ferreira, 1986; Houaiss & Villar, 2011; Weiszflog, 1998). As razões da escolha dessas obras serão apresentadas mais adiante, porém importa refletir no tratamento dado a essas unidades.

Tivemos a necessidade de falar sobre a importância da etimologia nos artigos de um dicionário de língua, no caso com angolanismos, para permitir defini-los mediante a sua raiz, minimizando, deste modo, erros na atribuição de significados. A informação enciclopédico-cognitiva, assente no sistema concetual, é, como defende Iriarte (2001), marco de referências úteis para o utilizador estrangeiro.

É verdade que o processo que culminou com a entrada dos angolanismos nos dicionários resultou do contacto entre os povos portugueses e angolanos. E sendo uma das razões do nascimento da lexicografia, houve a necessidade de explicar o significado das palavras (Haensch, 1982), dada a frequência de uso de unidades lexicais oriundas das línguas angolanas no português quotidiano, a necessidade da sua introdução nos dicionários e o competente tratamento lexicográfico.

Uma das causas para a entrada de unidades lexicais das línguas bantu no português foi o contacto entre os povos resultante do processo de tráfico de escravos. O facto de o tráfico ter ocorrido primeiramente no litoral de Angola, por exemplo, não seria razão suficiente para transformar toda a região do litoral como pertencente a um único grupo etnolinguístico.

Uma observação feita por Bonvini (2002) alerta para o facto de existir uma cronologia e uma geografia para os empréstimos na língua portuguesa e continua os seus argumentos dizendo que o levamento dos empréstimos efetuados nos primeiros períodos não foi estabelecido de uma maneira sistemática.

Foi dessa tendência que se pensa terem resultado os problemas de oscilações na atribuição da origem etimológica havendo casos de discrepância na informação etimológica de uns dicionários para outros.

A seguir, faremos o levantamento nos dicionários contemporâneos portugueses em estudo das unidades lexicográficas que, a nosso ver, apresentam problemas quanto à atribuição da origem do termo.

A importância e a envergadura destas obras lexicografias foram os critérios usados para escolha destas obras, trata-se de cinco dos maiores dicionários gerais da língua portuguesa.

Para a execução do estudo, serão seguidas as seguintes etapas metodológicas:

a) levantamento dos angolanismos nos dicionários selecionados com o propósito de ver a etimologia atribuída a casa uma das unidades selecionada;

b) distribuição dos angolanismos por classes gramaticais o que vai permitir aferir a classe predominante e saber as razões que estão na base desse predomínio;

c) agrupamento e/ou classificação dos angolanismos por domínios para fazer a destrinça entre as unidades lexicais da língua geral e as que eventualmente são unidades terminológicas e, por conseguinte, analisar como os domínios estão distribuídos nos dicionários.

7.2.1. Quadro comparativo sobre a origem dos angolanismos

O problema da atribuição quase que exclusiva dos angolanismos a uma única língua fez-nos pensar sobre a dificuldade de atribuir uma correta origem aos angolanismos nos dicionários portugueses. Assim, selecionamos as unidades lexicais *banga, camundongo, canjica, liamba, quenga, quitutes e quizila* e comparamos a informação etimológica apresentada nos dicionários para cada uma dessas unidades. Os resultados são os que aparecem na tabela 27, que se segue:

Tabela 27 Comparativos da etimologia dos angolanismos nos dicionários

	Dicionários				
	DLPC	AULETE DIGITAL	AURÉLIO	HOUAISS	MICHAELIS
	Origem				
Banga	–	–	–	quic.	quic.
Camundongo	quimb.	quimb	–	umb./ quimb	quimb.
Canjica	quimb.	quimb	–	quimb./quic.	pt.
Kizila	–	quimb	–	quimb.	quic.
Liamba	–	quimb	–	quic.	quic.
Quenga	Ang.	quimb	–	quimb	quic.
Quitutes	quimb.	quimb	–	quimb./ quic.	quic.

Fonte: elaboração própria.

A tabela 27 permite perceber uma certa variação na atribuição da informação etimológica, além de confirmar a nossa hipótese da supremacia do quimbundo em relação às outras línguas (quicongo e umbundo).

Uma das razões para explicar essa oscilação seria o facto de estas línguas terem origem comum no Proto Bantu e, portanto, marcá-las como originárias de Angola ou numa das línguas específicas pouco ou nada alteraria a essência da unidade lexicográfica.

O problema residirá precisamente neste ponto, como disse Ribas (2014, p. 10) "em virtude do desconhecimento da etimologia respetiva, são muitos os vocábulos grafados erroneamente." A oscilação na marcação da informação etimológica, pode ser apontado como uma das consequências de problemas como a atribuição exclusiva a uma única língua. Marcar estas unidades lexicográficas com dupla e/ou tripla origem seria uma forma de minimizar situações como a que a tabela apresenta.

7.2.2. Marcas de uso referentes aos domínios dos angolanismos nos dicionários portugueses

Jost Trier (citado por Vilela, 1979, p. 43) defende que "as palavras duma língua constituem uma globalidade articulada, uma estrutura composta de domínios parciais que se subordinam ao todo", matéria sobre a qual nos propusemos analisar.

Nos dicionários contemporâneos em análise, os angolanismos estão representados nos seguintes domínios: botânica, culinária, dança, economia, etnografia, etnolinguística, futebol, história, linguística, música, náutica, ocultismo, pesca, religião, tipografia e zoologia.

Para a reflexão sobre as marcas de uso referentes aos domínios dos angolanismos consideramos apenas as unidades lexicais que são provenientes das línguas bantu, distanciando-se, deste modo, das propostas de Ribas (2014) e de Undolo (2016) que incluíram em suas análises sobre os angolanismos, unidades oriundas de outras línguas adaptadas no domínio semântico e/ou fonológico à realidade local.

A disposição dos angolanismos nos dicionários, enquanto obras que "tratan de describir formas lingüísticas existentes, o de prescribir nuevas formas lingüísticas" (Wüster, 1998, p. 161), segue, de um modo geral, o padrão de tratamento de unidades lexicais da língua portuguesa e, neste trabalho, pretendemos refletir sobre os domínios científico e técnico

referentes a vocabulários especializados ou em vias de especialização dos angolanismos nesses dicionários.

Não se trata, propriamente, de uma proposta de análise terminológica, mas de reafirmar que as informações do tipo enciclopédico-cognitivo (Iriarte, 2001) são muito úteis, porque permitem que o utilizador tenha informações relativas aos marcos de referência de cada unidade lexical e, neste caso em concreto, saber se o número de angolanismos referente às áreas de especialidade é significativo, uma posição também defendida por Silvestre (2008, p. 327) ao afirmar que "para além da informação linguística, um desejável alargamento a dados de tipo enciclopédico refletem conhecimentos sobre factos e coisas, e não apenas sobre as palavras que os designam." As posições de Iriarte (2001) e de Silvestre (2008) são indicadoras da importância que é ter informações do tipo enciclopédico no dicionário. E neste particular saber em que medida os angolanismos exprimem conceitos ligados à ciência e à técnica (no sentido mais lato).

Foi a considerar estes indicadores que trazemos à testa a reflexão sobre a forma como as informações enciclopédicas relativas aos angolanismos são tratadas nos dicionários portugueses.

A análise sobre os domínios dos angolanismos nestes dicionários apoia-se também nas reflexões feitas por Correia (2009) que aponta como uma das boas práticas de elaboração dos dicionários a indicação, nas entradas e nas aceções, dos registos especializados que constituem termos científicos e técnicos de um domínio e na de Iriarte (2011) que inclui na sua abordagem sobre informação enciclopédica e de especialidade, aspetos das marcas relativas às áreas de conhecimento, matéria ou especialidade e sugere que muitas destas marcas baseiam-se mais na intuição do lexicográfico do que numa sistematização rigorosa, facto que pode acarretar consequências tanto a nível semântico como a nível da combinatória lexical, porque as diferentes aceções da palavra selecionarão lexemas diferentes nas suas combinações lexicais.

Produto do levantamento feito, apresentamos como resultado um total de 1065 unidades e seus respetivos domínios. Estas unidades foram agrupadas atendendo ao domínio a que estão inseridos, o que é positivo por permitir associar as línguas angolanas à ciência, às artes e à técnica. Os resultados são apresentados na figura 7 que se segue.

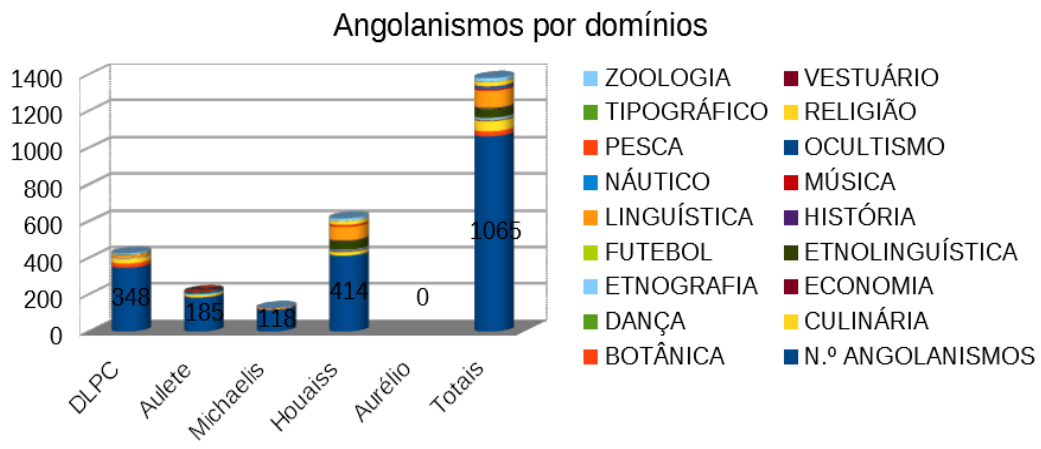


Figura 7 Angolanismos por domínios

Fonte: elaboração própria.

Foram identificados dezassete domínios, distribuídos conforme ilustra o gráfico acima (Figura 7). Dos domínios apresentados destacam-se o da linguística, culinária, etnolinguística, botânica, zoologia e religião. Dos seis domínios, com os valores relativamente expressivos, apenas três (linguística, etnolinguística e culinária) atingem pontos na ordem superior a 50, deixando os outros três (botânica, zoologia e religião) numa modesta posição no gráfico, sendo os onze restantes pouco expressivos.

O gráfico permite perceber que os domínios referentes às realidades angolanas se encontram ao nível dos aspetos ligados aos hábitos e costumes. Assim, o domínio da etnolinguística "termo que representa duas noções: etnia e língua" (Chicuna, 2015, p. 32) sendo a primeira, do grego, ligada ao povo e a segunda "um código, criação de correspondência entre imagens auditivas e conceitos" (Ducrot & Todorov, 2007) é o que mais se destaca.

As razões de haver mais palavras nos domínios da botânica e da linguística nos dicionários em detrimento de outros podem ser atribuídas a razões de ordem histórica, sociológica e económica, essa última mais ligada àquilo que é a essência da palavra economia "lei da casa", circunscrita, no caso vertente, na necessidade de busca de alimentos para a satisfação de uma necessidade biológica (a fome), razão pela qual atividades como a caça e a agricultura e as designações derivadas dessas práticas serem as mais frequentes.

As unidades entraram na língua portuguesa por via do contacto entre os povos, porém estas unidades resultam, essencialmente, daquilo que eram os hábitos e os costumes deste

povo: “os bantu são caçadores, agricultores e detentores da arte de trabalhar o ferro, organizados em tribos” (Fernandes & Ntondo, 2002, p. 35).

O gráfico sobre as classificações dos domínios (Figura 7) espelha exatamente essa realidade se considerarmos que os domínios que mais se destacam são os da botânica, refletida em atividades como a agricultura, nos usos de plantas com fins medicinais e, muitas vezes, gastronómicos que se estende até à culinária e o domínio da zoologia, com a caça e a pastorícia. As principais atividades exercidas por esse povo tiveram, como era esperado, maior influência no léxico.

Um outro fator que provavelmente estará na base do baixo índice de domínios ligados às áreas das ciências, por exemplo, seria de caráter socio-lexicográfico que consiste nas escolhas que os lexicógrafos fariam ao descreverem as unidades que entram nas suas obras. Aqui entrariam dois elementos que seriam muito discutíveis: o papel normalizador do dicionário enquanto “produtos dignos de profundo respeito” (Correia, 2009, p. 91) e a repercussão que teria a presença de uma palavra que aparentemente poderá dar certo protagonismo a uma língua.

Para o caso seria tomado o exemplo do termo *nzinga*. A história de Nzinga, designação usada na terminologia da arte marcial capoeira em que *nzinga* passou a significar movimentos furtivos reminiscentes do treino que os soldados de Nzinga recebiam em preparação para a batalha. O termo evoluiu nos centros afro-brasileiros empobrecidos, sendo que os repórteres e as autoridades policiais passaram a estigmatizar as ações físicas associadas a esses movimentos como sendo perigosos ou criminosos. (Heywood, 2018)

À semelhança do que aconteceu com o nome *nzinga*, pode ter acontecido, por exemplo, com outros nomes e, por isso preteridos dos dicionários para não os legitimar, entendendo que “a legitimidade é concedida a determinadas maneiras de falar e de escrever, na medida em que são escolhidas por outros produtos, pelas classes dominantes e pelo grande público” (William, 2008, pp. 50–51). Isso ocorre, não porque o lexicógrafo não quisesse descrever essas unidades, mas porque, a descrição dessas unidades poderia implicar reconhecimento o que não convinha, sendo certo que na época, o uso das línguas angolanas era proibido.

7.2.3. Angolanismos com outras origens

É Melo (1981) quem descreve a influência africana no léxico do português. Para o estudioso, dos trabalhos publicados merece especial atenção o de Raimundo (1933) por fazer um esboço de uma gramática da cassanjaria no século XVI, extraindo elementos das obras de Gil Vicente e por fazer um ensaio de sistematização dos factos que constituiriam a linguagem dos escravos no Brasil. É notória a contribuição de elementos das línguas africanas no léxico do português, resultante da presença de escravos em Portugal e do contacto do português com idiomas africanos (Bonvini, 2002; Melo, 1981; Petter, 2003).

O processo de tráfico de escravos que ocorreu entre os séculos XV e meados do século XIX, em Angola, contribuiu para que elementos das línguas angolanas tomassem contacto com elementos da língua portuguesa. Nesta parte do trabalho, estamos a refletir sobre os resultados das incidências desse processo ao nível do léxico. Em Angola, o português falado ganha caraterísticas próprias nos mais variados níveis de descrição linguística (Adriano, 2015; Cambuta, 2018; Chicuna, 2015; Costa, 2013; Costa, 2015; Mendes, 1985; Miguel, 2014; Mingas, 2007; Ribas, 2014).

Incluímos, na classificação de angolanismos, elementos lexicais que, não tendo origem nas línguas angolanas, funcionam no léxico do português em uso nessa região, adaptando-se, com o tempo, gráfica e fonicamente, à língua importadora (Vilela, 1994). Os angolanismos não se restringem a unidades lexicais oriundas das línguas bantu (Costa, 2013), mas também àquelas unidades que apresentam a particularidade de se terem adaptado ao sistema do português falado em Angola, apresentando um significado próprio e típico da realidade que definem (Ribas, 2014; Undolo, 2014).

Para o levantamento de angolanismos com outras origens, optamos por trabalhar exclusivamente com os dados do DLPC, porque foi o único em que a pesquisa reversa permitia o acesso ao texto integral de informações relativas a Angola, facilitando, em grande medida, a fiabilidade dos resultados.

Com feito, para demonstrar que o intercâmbio linguístico ocorreu de duas formas, nomeadamente através da incorporação de unidades das línguas angolanas no léxico do português e da transformação de unidades lexicais do português e de outras línguas para

exprimir novas realidades enquadradas no processo conhecido por neologia denominativa. (Correia & Lemos, 2009), identificamos, por exemplo:

balado
batida
birra
biscato
biznar
bizne
bizno
boatar
bofa
bula
capote
confiado
copla
damo, a
lavra
lençol
mais-velho
mano
mata-bicho
palmito
pau-azeite
pau-azeitona
pé-de-moleque
tenda

Apresenta-se, em seguida, alguns exemplos do funcionamento das aceções recolhidas da lista e os seus respetivos significados:

a) Ele é um homem *balado* [=endinheirado];
b) Os amigos da *batida* [=da gandaia];
c) Os médicos dizem que no estoque existente, através de um bizno [=negócio] que custa 15 mil kwanzas, podemos obter um balão de sangue;

d) Em Angola, tal como em todo o Mundo, a cannabis (vulgo liamba, diamba, maconha, *bula* [=fumei uma *bula* para diminuir a ansiedade] ou cangonha) continua a ser a droga mais consumida;

e) Mínima conversa, corre logo boatar [=fazer fofocas] ao chefe os temas ou boatos publicados e ganhar dinheiro;

f) Sentimos a bofa na cara da senhora administradora e um olhar muito ameaçador ao guarda que a tentava socorrer;

g) O damo [=namorado] dela é futebolista;

h) Na minha lavra [=horta; propriedade] de diamantes posso cavar a todo o momento;

i) O *mais-velho* [= O pai] está em casa por isso hoje não poderei sair de casa;

j) A jogar com a segunda equipa, mas estão a *dar capote* [= ganhar].

k) O Pedro é o meu amigo *confiado* [...= de confiança/em quem posso confiar];

l) Pôr do sol, na esplanada da Ilha varri já as minhas *birras* [= cervejas] (Fonseca, 2016) (...bebi as minhas cervejas);

m) O gatuno puxou o fio de ouro de uma zungueira e ela de seguida deu uma *bofa* [= bofetada] no gatuno (Fonseca, 2016, p. 21);

n) O hábito do *mata-bicho* [=pequeno almoço] pelo início da manhã, agora com arroz e chá, para aldrabar o estômago...;

o) Lá tem quifufutila, tem *pé-de-moleque* [=doce de amendoim], tem bombo assado com ginguba;

p) Uma *tenda* [=lugar de reunião] comunitária eleitoral foi hoje, terça-feira, inaugurada na cidade de Benguela.

Em seguida, demonstraremos, por via do gráfico da figura 8, os números dos angolanismos com outras origens.

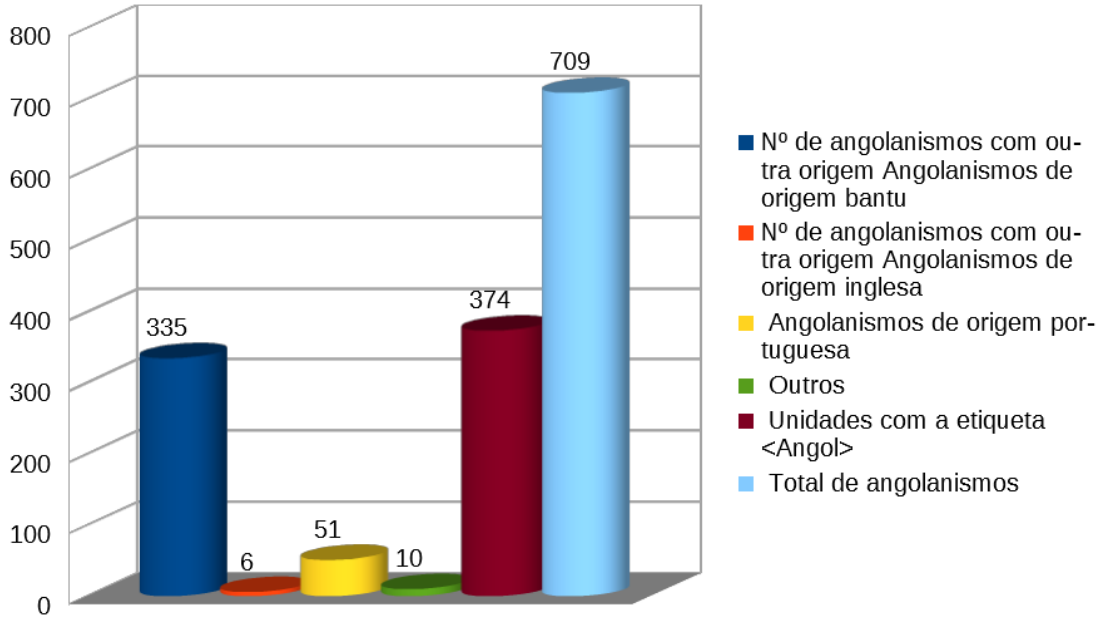


Figura 8 Análise dos angolanismos com outras origens

Fonte: elaboração própria.

Dos 709 angolanismos recolhidos no DLPC, 335 são de origem bantu e 374 representam as unidades lexicais com etiqueta <Angol>, entre as quais se incluem angolanismos de origem bantu e de outras origens. Destes 374 angolanismos, 6 são de origem inglesa, 51 de origem portuguesa e 10 de outras línguas. Os dados apresentados na figura 8 ilustram a influência significativa das línguas bantu no léxico do português falado em Angola.

7.2.4. Angolanismo que não correspondem à marcação atribuída

Dada a dificuldade que encontramos em analisar todas as unidades lexicais que não correspondem às marcações lexicográficas atribuídas aos angolanismos nos dicionários eletrónicos portugueses, devido ao facto de um número considerável dessas obras não permitirem a pesquisa reversa e os que permitem não darem a cobertura completa, optamos por usar a base de dados do DPLC, por ter sido nessa obra onde foi possível a pesquisa reversa livre nas aceções marcadas de alguma maneira como angolanismos.

Foi útil, para compreender a questão dos angolanismos que não correspondem às marcações lexicográficas atribuídas, considerar o termo contacto linguístico (Weinreich, 1979) resultado do processo que esteve na base da inclusão dessas unidades no léxico do português.

As unidades lexicais entraram em contacto por causa da necessidade de comunicação. Como explica Tinhorão (2019, p. 345)

> (...) as relações diretas com essas novas realidades teriam de implicar a ampliação do universo vocabular dos conquistadores, primeiro através da adoção de nomes sem correspondentes na língua portuguesa (a exemplo dos títulos de nobreza ou administrativos, como *manicongo, sova* ou *soba)* depois pela incorporação de termos de uso comum e coloquial difundidos pelos próprios escravos africanos.

As referências de "termos de uso comum" começaram a ser difundidas por vários escritores, dos quais mencionamos David (2014), Fonseca (1985), Pepetela (1985), Vieira (1989) e Xitu (1988) que, ao escreverem os seus textos, patentearam o linguajar do povo e, com o passar do tempo, parte considerável destas palavras entraram no léxico do português.

Os textos produzidos por esses e outros escritores influenciou, sobremaneira, o uso frequente de unidades provenientes destas línguas e dada a relação entre as produções textuais e o poder social (William, 2008) o grau de aceitação do uso de angolanismos aumentou fazendo com que, a cada dia, aumentasse a presença dos mesmos nos dicionários atuais.

As pesquisas de Tinhorão (2019) demonstraram que a frequência do emprego de palavras das línguas africanas na comunicação diária entre as pessoas do povo não pode ser posta em dúvida, pois chegou a constar como facto caraterístico a particularidade de os escravos levados a Portugal em idade madura jamais conseguirem aprender o português.

Se da frequência não se pode duvidar, porém há algumas reservas no que tange à atribuição das origens. O problema poderá estar, como já foi referido, não somente na atribuição das origens, mas na exclusividade destas, relativamente a uma única língua como acontece com a atribuição maioritariamente ao quimbundo de unidades lexicais como:

Caçula – Quimbundo?

Marimbondo – Quimbundo?

Matete – Quimbundo? Umbundo? – dupla origem?

Muata: senhor **-** Quimbundo? Cokwe? – dupla origem?

Quimbondo: bebida alcoólica? - quimbombo?

Consultadas as unidades acima descritas foi possível verificar que o angolanismo *caçula,* equivalente em português, último, com origem em *casula, casulako, kwasula* e o angolanismo *marimbondo*, com o equivalente em português, vespa, de *elimbondo*, *elimbondue*, segundo Daniel (2010), têm origem no umbundo e, não no quimbundo como faz constar o DLPC. As unidades *matete* e *muata* podem apresentar origem dupla por via do umbundo e do cokwe, respetivamente. O mesmo não se pode dizer de *quimbondo* que é descrito como originário do umbundo, uma bebida fermentada de alto teor alcoólico, feita de milho e fuba de bombó.

Consultou-se Le Guennec e Valente (2010) e Ribas (2014) e estes não apresentam *quimbondo* como tendo ligação com algum tipo de bebida, razão pela qual pensamos que possa ter havido algum equívoco no momento de definir o verbete. A definição que o DLPC apresenta corresponderia à unidade lexical *quimbombo* que, de facto, também tem as suas origens no umbundo por via da unidade lexical *ocimbombo* definida como uma bebida de alto teor alcoólico. Por outro lado, *quimbondo* é uma pessoa pouco asseada.

Portanto, o protagonismo de uma única língua, já mencionado por Melo (1981), fez com que se associassem ao quimbundo quase todas as unidades lexicais das línguas angolanas em uso no léxico do português e não se teve em conta que as línguas bantu pertencem à subfamília Niger-Congo da família Congo-Kordofaniana, como referiram Fernandes & Ntondo (2002), facto que as torna línguas com as mesmas caraterísticas, e apresentando significados semelhantes em determinadas unidades lexicais.

Assim, a análise sobre os angolanismos selecionados permitiu verificar que as atribuições das marcas lexicográficas oscilaram entre a exclusividade das unidades a uma única língua e a definição que não corresponde à unidade indicada.

7.3. A definição dos angolanismos nos dicionários portugueses

Assiste-se, de um tempo a esta parte, à entrada de várias palavras das línguas angolanas no léxico do português (Casteleiro, 2001; Melo, 1981; Tinhorão, 2019). Ribas (2014, p. 7) defende que "por efeito da influência ambiental, sofre, a língua portuguesa em Angola, a

natural modificação (...) e a par dessa alteração, a incorporação de vocábulos essencialmente regionais: uns, em sua pureza; outros, no hibridismo do acasalamento."

Mas é necessária uma análise das definições destes angolanismos nos dicionários portugueses. Assim, vejam-se, por exemplo, as aceções de *maca* no Houaiss

> meter na maca
> Regionalismo: Ceará. Uso: informal.
> agir dissimuladamente; enganar, lograr, intrujar
> pôr a maca abaixo
> Regionalismo: Brasil. Uso: informal.
> falar com toda a franqueza

E no Dicionário de Regionalismos Angolanos (Ribas, 2014) agora em diante, neste trabalho, DRA

> (Maca, s.f. conversa. Assunto ... T. quimb.)

Maca para a realidade angolana pode ter as seguintes funções comunicativas:

> *Meter-se na maca:* arranjar problemas
> *Meter-se em maca alheia:* intrometer-se
> *Dar maca:* dar problemas

A incorporação de vocábulos das línguas angolanas nos dicionários portugueses deve ser acompanhada não apenas de informação de conteúdo (o significado da palavras), mas também de informações sobre restrições de uso nas definições (Calderón Campos, 1994). Veja-se, por exemplo, a forma como estão definidos os angolanismos que se seguem (figura 9):



Figura 9 Quissângua/quiçângua e quitoto no DLPC

Fonte: base de dados do DLPC.

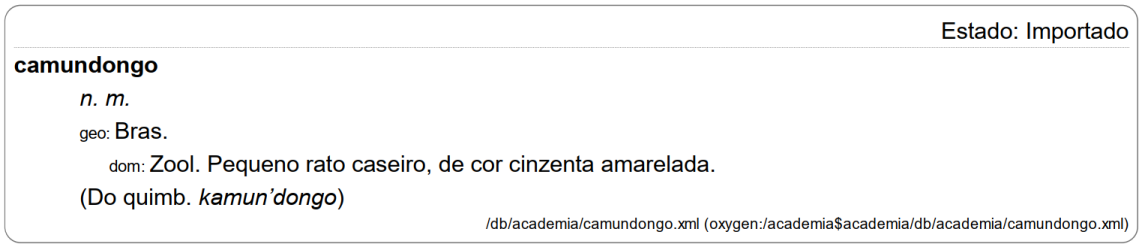
As duas definições apresentadas permitiriam distinguir uma de outra? Que elementos adicionar para que haja uma distinção entre elas? Se alguém fosse a um restaurante e pedisse uma cerveja é esperado que lhe seja servido uma quiçângua? São dois angolanismos com etimologias diferentes e que apresentam o mesmo significado.

O problema na definição dos angolanismos começa com a falta de sistematicidade na recolha dos mesmos, anunciada por Bonvini (2002) que, ao refletir sobre as palavras das línguas africanas no português do Brasil, traça, como linha de força, a proposta de examinar os termos de origem bantu pertencentes aos empréstimos mais antigos e melhor integrados.

Como já dissemos, segundo Tinhorão (2019), a preocupação com a compreensão das línguas africanas por parte dos missionários portugueses e estrangeiros começa por volta do século XVII, com a publicação de vários trabalhos relativos ao estudo dessas línguas. Porém apenas no século XIX surge a preocupação de analisar as palavras das línguas africanas no português, as quais resultam do contacto específico com as falas dos negros africanos.

O estudo dessas unidades lexicais não teve, quanto a nós, o efeito desejado, porque nos parece que a maior preocupação era catalogar as palavras estranhas ao português em palavras de origem negro-africana sem ter em conta as particularidades destas palavras, daí que muitas vão apresentando problemas relacionados com a definição, origem e problemas ligados às conotações negativas associadas às mesmas.

Nesta parte do trabalho, refletimos sobre as propriedades definitórias dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses tendo por base a comparação das unidades definidas e o que elas significam quando acompanhadas com uma etiqueta indicadora da informação geográfica e o que significariam para as realidades de onde estas unidades são originárias. Tomamos como referência uma entrada da base de dados do DLPC (Figura 10).


Estado: Importado

camundongo

n. m.

geo: Bras.

dom: Zool. Pequeno rato caseiro, de cor cinzenta amarelada.

(Do quimb. *kamun'dongo*)

/db/academia/camundongo.xml (oxygen:/academia$academia/db/academia/camundongo.xml)

Figura 10 Camundongo no DLPC.

Fonte: base de dados do DLPC

Apesar de o termo *camundongo* ter a sua raiz etimológica na língua quimbundo, não há, na informação sobre as restrições geográficas de uso, dados que indiquem que esta é usual em Angola, por isso propomos, além das informações já existentes, o acréscimo de outra aceção ligada à realidade angolana conforme o modelo abaixo apresentado:

camundongo
n.m.
geo: Brasil
dom: Zool. Pequeno rato caseiro, de cor cinzenta amarelada.

camundongo, ga
adj.
geo: Angola
habitante do antigo Reino do Ndongo que corresponde atualmente às províncias de Bengo, Luanda, Malange e Cuanza Norte.
(Do quimb. *Kamun'dongo*)

Figura 11 Proposta de atualização do verbete camundongo no DLPC
Fonte: elaboração própria a partir do verbete do DLPC.

Para a análise das definições dos angolanismos nos dicionários portugueses procedeu-se à seleção das entradas marcadas como angolanismos cujas definições apresentem problemas na atribuição da origem (erradamente atribuída ou que não corresponde exclusivamente a uma única língua) e, eventualmente, de entradas com definições com conotações negativas, em que destaca a ausência de marca de uso como PEJ., CALÃO ou outras, que alertaria para o uso conotativo restrito das mesmas. Mediante o recurso a dois contextos procuraremos demonstrar os eventuais problemas que a definição apresenta, propondo uma reelaboração da mesma, como vimos *supra*, na figura 11.

Contudo, importa salientar que analisaremos, no primeiro momento, a proposta de inserção da informação geográfica sempre que houver necessidade e a etimologia, deixando o problema das conotações para mais adiante (vd. capítulo 8).

Com este procedimento, as definições serão apresentadas comparando-as com as informações recolhidas dos dicionários da língua fonte sem, entretanto, descurar o aspeto da possível evolução semântica. Aqui serviu de referência o trabalho de Oliveira e Cunha (2015) que defende que, a atribuição dos significados nas palavras não é estabelecida pelo lexicógrafo, mas pelo uso que as pessoas fazem destas palavras tendo em atenção os fatores tempo, espaço e o contexto de enunciação.

As unidades lexicais das línguas angolanas, ao entrarem para o léxico da língua portuguesa, podem ou não manter os significados da língua de partida, daí que a informação do tipo enciclopédico relativa à indicação do lugar é útil, por permitir a restrição da análise da definição.

Os problemas identificados nem sempre foram comuns a todos os dicionários analisados. Das entradas que apresentam problemas destacam-se as seguintes:

A noção de *alambamento* encerra vários simbolismos. Importa, na definição em análise, a forma como está a ser explicado esse termo. De acordo com Sebastião (2017, p. 62), "alembamento (=alambamento) começa quando alguém se apaixona por outra pessoa e demonstra interesse em se casar com a mesma ou quando um familiar do homem indica uma mulher da comunidade para casar". O alambamento, enquanto meio para o matrimónio, não depende da raça, como ilustra a definição da figura 12, mas dos hábitos e dos costumes de um determinado grupo. O alambamento é "o acordo para a realização de um casamento"(Martins & Tavares, 2017, p. 104).



Figura 12 Alambamento no Aulete Digital
Fonte: Aulete Digital

Na entrada cambuta, apresentada no Aulete Digital e no Michaelis (vd. infra figuras 13 e 14), propomos a inclusão da informação geográfica de uso, referente à Angola. O que tornaria a definição menos problemática.

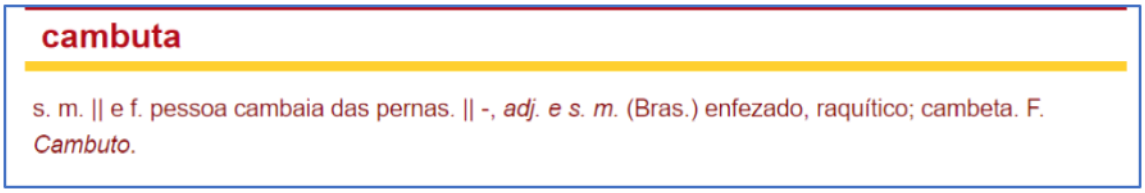


Figura 13 Cambuta no Aulete Digital
Fonte: Aulete Digital

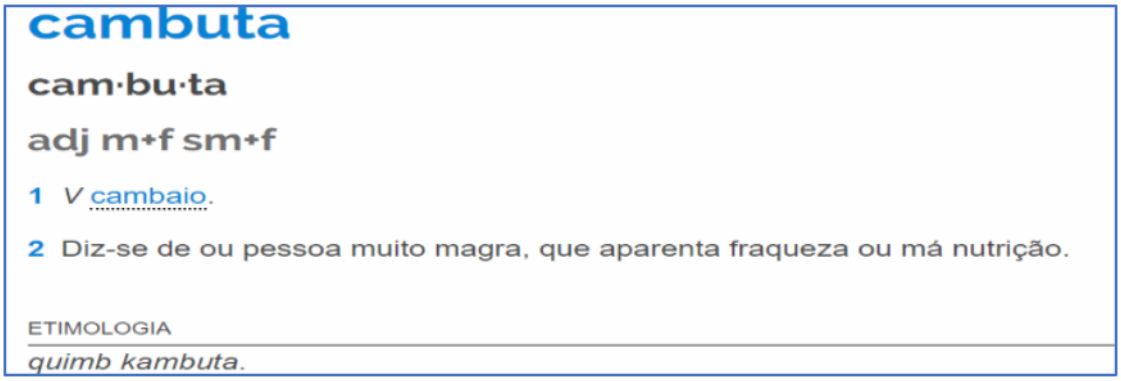


Figura 14 Cambuta no Michaelis
Fonte: Michaelis

Na entrada *sele*, no Houaiss, há uma discrepância relativamente a Fernandes & Ntondo (2002), que apresenta o termo como tendo origem numa variante da língua umbundo do grupo ovimbundo enquanto o dicionário Houaiss (*vd.* figura 15) define o termo como sendo uma língua de Angola do subgrupo quimbundo (=kisama? hungo?).

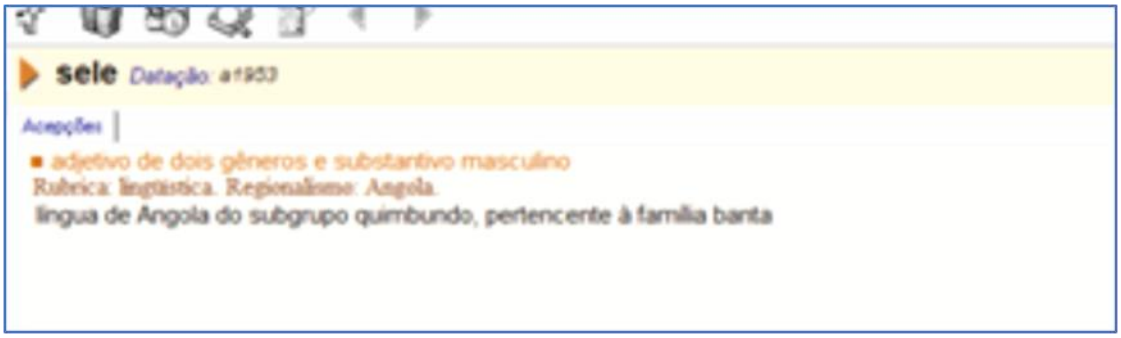


Figura 15 Sele no Houaiss
Fonte: Dicionário Houaiss.

A definição de *quimbondo* (em rigor, 'pessoa pouco asseada'), no DLPC (vd. figura 16), parece apontar para uma confusão com o termo *quimbombo* (=bebida fermentada).

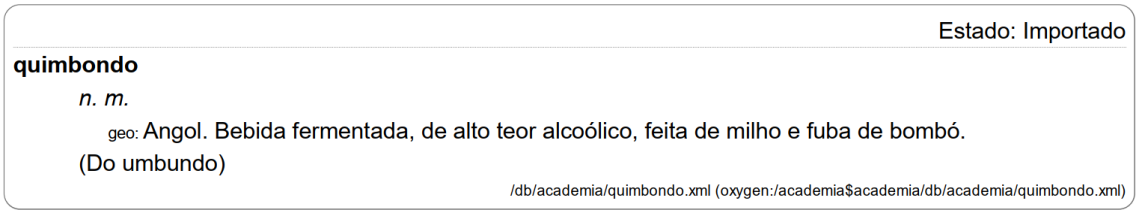


Figura 16 Quimbondo no DLPC
Fonte: base de dados do DLPC.

Sobre a definição de *quizomba*, *senzala, alambamento* os tipos de informações associadas a essas e outras que os dicionários apresentam, falaremos mais adiante, quando abordarmos questões ligadas à polaridade dos angolanismos nos dicionários.

Em síntese, o levantamento feito permite concluir que existem unidades lexicais que mesmo tendo sua origem nas línguas angolanas e em uso no léxico do português aí falado, não tem a informação do tipo geográfica que remeta para a realidade local, daí que propomos a inclusão desse tipo de informação.

7.4. Angolanismos em estruturas multipalavra

Há um número considerável de angolanismos, em uso no léxico do português, que têm sido muito produtivos na criação de frasemas, alguns dos quais já dicionarizados. Entendemos por frasemas o conjunto composto por formas e estruturas de natureza e de origem linguística diferentes ou não, cujo significado é tomado pela fusão do todo que compõe cada uma das partes.

Esta análise enquadra-se no conceito apresentado por Iriarte (2001) e defendido por Bacelar do Nascimento (2013) que afirmam existirem, na língua, sequências de palavras com comportamentos semelhantes aos de uma palavra única que resultam de conexões formais e semânticas estabelecidas entre os seus elementos e que o uso consagrou.

Embora depois se coloque a questão de que o caráter fixo de um frasema não implicará, necessariamente o seu caráter idiomático, a proposta que trazemos visa analisar a polaridade dos angolanismos multipalavra sendo certo, como advoga Vilela (2002), que a formação de palavras, além de revelar as preferências dos falantes, mostra ainda como a língua instancia os conceitos ligados aos tiques e aos estereótipos como lugares comuns da categorização do mundo, denunciando os mitos, medos e as esperanças envolventes. É essa perspetiva de abordagem.

Para isso extraímos dos dicionários contemporâneos portugueses um conjunto de unidades vindas das línguas africanas de origem angolana etiquetadas com as marcas <angol> <kik>, <kimb> e <umb> combinadas ou não com as unidades da língua portuguesa. Como resultados, apresentamos na tabela 28 os exemplos de angolanismos em estruturas multipalavra.

Tabela 28 Angolanismos em estruturas multipalavra

Angolanismos	Estruturas multipalavra	Significado
alambamento/alembamento	dar o alambamento	noivar
banzo	ficar banzo	encabulado, sem jeito
batida	da batida	dado à pândega
berimbau	berimbau de boca	indivíduo de baixa extração
biscato /biscate	viver de biscato /fazer biscato	trabalho curta duração
	arranjar/ter um biscato	relação amorosa de pouca duração
bisno	ser do bisno	conivente
boca	boca azul	linguarudo/a
bombo		prato de massa cozida de farinha de
	funje de bombo	mandioca
buala	da buala	vadio, do bairro
bué	da bué	de há muito tempo, antigo
caximbo/cachimbo		fumadeira especial para uso da diamba (também designada por liamba e cangonha), a qual, além do fornilho e tubo de aspiração, ainda possui um
	Cachimbo-de-água	recipiente onde se deposita água (Ribas, 2014)
caçule	calções de fazer	pijama
caçumbular		roubar
	caçumbular a alguém	
cafuné	fazer cafuné	carícias na cabeça
calundu	subir os calundus	irritar-se
cambuta	sorte cambuta	azar
camundongo	à camundongo	à moda de camundongo
candonga	meter-se na candonga	entrar no mercado ilícito
	arranjar na candonga	encontrar no mercado informal
canjica	mostra as canjicas	sorrir, rir exibindo os dentes
	pôr fogo na canjica	provocar confusão
	tocar fogo na canjica	agitar
canvuanza	fazer canvuanza	armar confusão, desordem, caos
capota/capote	dar capote	vencer
carimbo	pôr carimbo	marca
	ter um carimbo	conotado
cazucuta	fazer cazucuta	criar o caos
	dançar cazucuta	dançar
dendê	muamba de dendê	vd. muamba
espalhar	espalhar boatos	fazer fofocas
	espalhar a mercadoria	vender
farinha	torrar farinha	lutar
fubá	fubá mimosa	farinha de mandioca, fina e adocicada
funje		prato de massa cozida de farinha (milho, mandioca, massambala[sorghum nigricans. erva
	funje de milho	nao rizomatosa, persistente.sorgo.
	funje de bombo	milho miúdo (ribas, 2014, p. 243)],
	funje de massambala	massango [pennisetum robustum stapf
	funje de massango	e hubbard. gramínea annual atingindo

		3 metros; grão oblong-elipsóide ou obvóide, oblong, subarredondado ou um pouco comprido pelo dorso, de 2 a 3 mm, cinzento, colocado entre a valva e a valvula (idem)])
ganja	dar ganja a alguém	dar importância, dispensar consideração a pessoa abusadora
imbamba	fazer as imbambas	arrumar
mabanga	dia das mabangas	quarta-feira de cinzas
macumba	fazer macumba pôr na macumba	enfeitiçar
malamba	malambas da vida	problemas (situações da vida)
marimbondo	à marimbondo	ao estilo de corrupto
molambo	estender o molambo	morrer
muamba	muamba de galinha muamba de peixe muamba de dendém fazer muamba ser muambeira	negociante
mucanda	tratar a mucanda	tirar a carta de condução
mucúa	gelado de mucua mousse de mucua sumo de mucua	
musseque	farinha musseque	farinha de mandioca, grossa e levemente azeda.
muxima	de boa muxima fazer boa muxima	com sinceridade agradar alguém
muxoxo	dar muxoxo	exprimir desdém, desprezo, contrariedade
muzumbo	levantar o muzumbo endireitar o muzumbo	manifestar desagrado deixar de manifestar desagrado
papas	estar/entrar em papas dya kalunga	estar em sarilhos
quitanda	ter quitanda fazer quitanda	ter saúde, ter posição social fazer negócio
quizila	sem kijila	sem problemas
sabular	ficar/estar a sabular	falar muito e sem nexo
salalé	ser comido por salalé	morrer
sanga	esvaziar a sanga	ejacular
soba	soba grande	autoridade suprema, regedor
tanga	dar tanga dar/dizer uma tanga esticar/ficar de tanga estar de tanga, pote e esteira	divertir-se às custas de alguém, enganar alguém dizer uma mentira estar, ficar na miséria ou em má situação financeira ficar na miséria absoluta

Fonte: Elaboração própria

Para determinação efetiva da polaridade dos angolanismos multipalavra é necessário recorrer ao grau de funcionamento destes. Usou-se o modelo proposto por Iriarte (2001) para classificar cada um dos angolanismos multipalavra em função da sua composicionalidade[36]. Efetivamente, não será aqui aprofundada a questão das sequências com um menor grau de fixidez e de coesão interna que são incluídas, sem definição, nos dicionários (Bacelar do Nascimento, 2013) nem na dificuldade de incorporar, no dicionário unidades lexicais na língua de chegada sem a correspondência lexicalizada na língua de partida (como recolhe Iriarte (2009), no caso do espanhol-português, para o lema *café* – café curto, café comprido (ou cheio), carioca de café, pingo direto, pingo normal (...), mas analisar a polaridade associada às unidades multipalavra com angolanismos.

Para isso, far-se-á, de forma breve, a classificação destas unidades por via da qual será possível aferir o grau de polaridade de cada uma. Importa referir que esta classificação visa, estudar, do ponto de vista da linguagem natural, o comportamento das unidades que compõem a unidade multipalavra, porque, como defende Freitas (2013) algumas combinações, ainda que bem formadas sintaticamente, podem não parecer "naturais", como seria o caso da produção de falantes não nativos de uma língua, razão por que será feito o levantamento de alguns angolanismos multipalavra.

As línguas estão sobrecarregadas de fraseologias, nome comum para designar produtos lexicalizados (Vilela (2002). Várias têm sido as designações para as fraseologias e, muitas vezes, até conflituosas (Bacelar do Nascimento, 2013; Klare, 1986). Apesar de termos optado pela designação "frasema" mais do que olhar para os nomes que as sequências de palavras tomam, propusemo-nos, apresentar a razão da nossa escolha terminológica, em que seguimos o linguista e lexicógrafo canadiano de origem russa Igor Mel'cuk (citado por Iriarte, 2001, pp. 169-182).

[36] De acordo com Bacelar do Nascimento (2013) fala-se de significado **composicional** quando a interpretação de uma expressão é obtida a partir do significado dos elementos que a formam (e.g. o significado da sequência fazer um funje é obtido pelos elementos constitutivos de fazer, um e funje) ao contrário do **não composicional** em que o significado da expressão não se obtém por via dos elementos que a compõem (e.g. estender o molambo [morrer]).

7.4.1. Frasemas completos

Um frasema completo (idiomatismo ou expressão idiomática, noutros quadros teóricos) é, segundo Iriarte (2001) uma combinação de dois ou mais lexemas que obedece a operação A+ B = C [em que C é diferente de A e de B] ou, como refere Bacelar do Nascimento (2013), uma estrutura em que se produz a idiomatização dá-se quando se atinge o grau máximo de fixidez formal e de consolidação semântica tendo-se uma só unidade de forma e de sentido constituída por várias palavras.

Relativamente aos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses, podemos exemplificar com os seguintes frasemas completos:

- *nascer com a bunda virada para a Lua:* ter muita sorte, ser afortunado;

- *fazer boa muxima:* agradar a alguém

- *boca azul:* linguarudo/a;

- *(ser) do bisno:* (ser) conivente;

- *espalhar a mercadoria:* vender rapidamente;

- *ser comido por salalé:* morrer

- *estar (entrar) em papas dya kalunga:* estar em sarilhos;

- *estender o molambo:* morrer;

- *ter quitanda:* ter saúde, ter posição social;

- *dar tanga:* divertir-se às custas de alguém;

- *estar de tanga:* ficar na miséria absoluta

Além dos angolanismos extraídos nos dicionários contemporâneos portugueses, serviram também de análise, os provenientes do DRA cujos frasemas enumeramos tendo como base os elementos que os compõem.

São exemplos de frasemas completos extraídos do DRA os seguintes:

- *à moda da sanzala:* à despropósito

- *agarrar a chuva:* suspender o efeito da trovoada

- *dador de cantiga:* vocalista;

- *ficar a chupar tamarindos:* não tirar proveito de

Os frasemas completos aqui apresentados, além das caraterísticas já destacadas por Bacelar do Nascimento (2013), designadamente: serem grupos fixos, constituídos de palavras pré-construídas, identificam-se também pela particularidade de apresentarem, na sua constituição, unidades lexicais oriundas das línguas africanas de origem angolana e não só em uso no léxico do português em Angola.

7.4.2. Semi-frasemas

Para Iriarte (2001), um semi-frasema (ou colocação, noutros quadros teóricos)) é uma combinação lexical em que se combinam dois ou mais lexemas [AB], cujo significante é a soma regular dos significados do lexema A mais um significado 'C' ('X' = 'A + C') sendo que o lexema B que exprime 'C' não é selecionado livremente, dito de outro modo, o significado da colocação é apreendido mediante um dos lexemas que a constitui. Por outro lado, Bacelar do Nascimento (2013) define colocações, combinatórias ou coocorrentes privilegiados como sendo sequências com alto grau de unidade formal e semântica que mantêm o sentido literal de alguns ou mesmo de todos os seus elementos e que formam uma unidade de uso.

Tomemos como exemplo a unidade *farinha musseque*, em que farinha (=A) é selecionado por causa do seu significado, que é conservado intacto, porém o segundo elemento musseque (=B), significa tipo de farinha (='C'), diferente de 'B' ('bairro ou aglomeração de moradias das classes economicamente menos privilegiadas, nos arredores de uma cidade').

A questão da composição e funcionamento dos semi-frasemas, ou unidades multilexicais semifixas, foi estudada por Bacelar do Nascimento (2013) e Iriarte (2001), razão por que não entraremos com profundidade nesta análise.

Relativamente aos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses, podemos exemplificar com os seguintes semi-frasemas:

- *dar bassula:* cair, trapacear

- *dar muxoxo:* desprezar

- *fazer cafuné:* acariciar

- *fazer muamba:* fazer negócio

- *funje de bombo:* pasta cozida feita a base da fuba da mandioqueira

- *muamba de dendê:* guisado de galinha ou de carne feita com óleo de palma.

- *pôr o pé no nguimbo:* fugir

- *[ser] muambeiro/a:* negociante

- *sorte cambuta:* azar

7.4.3. Quase-frasemas

Segundo Iriarte (2001, p. 181),

> os quase-frasemas são frasemas em que, para além de se conservarem os sentidos dos lexemas que os constituem, acrescenta-se um novo sentido que não é dedutível da simples soma dos sentidos dos lexemas constituintes.

Ou ainda, de acordo com o autor já referenciado, são unidades lexicais formadas por um bloco lexicalizado. Para a realidade com angolanismos foi possível extrair os seguintes:

Relativamente aos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses, podemos exemplificar com os seguintes quase-frasemas:

- *água da mucuenha:* veneno, tipo água que quando consumida tem efeito alucinador;
- mata-bicho: pequeno-almoço;
- *pé-de-moleque:* doce de jinguba moída;
- *congatulo-preto:* de raiz medicinal;
- *saca-folhas:* esparregado de folhas da mandioqueira;
- *cambo-sonhi:* sem-vergonha;
- *mais-velho:* Indivíduo de alto prestígio e sabedoria pela sua idade;
- *remédio de quimbundo:* produto curativo regional;
- *doença de quimbundo:* doença da terra;
- *sol-dos-cazumbis:* vermelhidão da tarde;

- *mãe-de-umbunda:* dirigente de um ritual de cura;

- *dormir zamba:* comer no mesmo prato;

- *comer zamba:* dormir na mesma cama;

- *chá-caxinde:* belgata;

- *chá de undembe:* infusão das folhas dessa planta;

- *chá-mussambé:* denominação que no sul de Angola, se dá à belgata. O mesmo que caxinde;

- *barriga-de-jinguba:* barriga saliente

- *cassulinha da bola:* menino em tenra idade que se dedica à prática do futebol do escalão júnior de uma prática desportiva, geralmente futebol

- *pau-quicongo:* quicongo;

- *muene-puto:* autoridade Portuguesa;

- *muene-capitango:* conselheiro e ajudante do soba;

- *mulher-de-calundu:* médium;

- *mãe-a-ndengue:* esposa secundária;

- *mãe-a-kota:* esposa principal, a mais antiga de um polígamo;

- *cachimbo-de-água:* fumadeira especial para uso da liamba;

- *pai-de-umbunda:* dirigente de um ritual;

- *menha a ndungu:* ensopado ajindungado de peixe seco assado;

- *cerveja da terra:* bebidas feitas à base de milho (quiçângua, quimbombo, macu);

- *costas pesadas:* proteção;

- *dia das mabangas:* quarta-feira de cinzas

- *ganga-mucanda:* cirurgião gentílico do corte de prepúcio.

Assim, a partir do momento em que os angolanismos entram no léxico do português passam a ser também uma fonte de vários tipos de combinações lexicais que precisam de ser aprofundados para melhorar as análises e descrições na lexicografia e metalexicografia angolanas.

7.5. Funções comunicativas com angolanismos

Para Teixeira (2008), a língua portuguesa apresenta-se como o resultado de uma série de processos linguísticos que foram decorrendo ao longo de uma tradição secular e deste processo faz parte a incorporação, no léxico usual, de estrangeirismos e de elementos originários de outras línguas, como os angolanismos.

Assiste-se, de um tempo a esta parte, à entrada de várias palavras das línguas angolanas no léxico do português (Casteleiro, 2001; Melo, 1981; Tinhorão, 2019). Ribas (2014, p. 7) defende que "por efeito da influência ambiental, sofre, a língua portuguesa em Angola, a natural modificação (...) e a par dessa alteração, a incorporação de vocábulos essencialmente regionais: uns, em sua pureza; outros, no hibridismo do acasalamento."

Mas não se trata apenas de incorporar alguns angolanismos nos dicionários, acomapanhados de uma sucinte definição. A informação sobre as restrições de uso, como vimos, é imprescindível bem como a informação contextual no dicionário, porque permite que o leitor seja capaz de usar adequadamente as palavras (Calderón Campos, 1994).

A descrição das funções comunicativas em que são usados angolanismos pode ser útil na prática lexicográfica, em forma de thesauri de descritores (Iriarte, 2001) o que vai permitir classificar cada angolanismo de acordo com a sua função.

Estudos voltados para a análise das unidades lexicais das línguas angolanas no português e vice-versa, têm sido feitos por Ribas (2014), Mingas (2000), Chicuna (2014) e Costa (2013). Estas obras serviram de subsídios para a presente reflexão, que pretende ir além da mera incorporação vocabular.

Este estudo traz como proposta a análise das unidades já incorporadas nos dicionários em estudo, fornecendo informação sobre a função comunicativa que desempenham.

Efetivamente, a presença dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses fez pensar na função de cada uma dessas unidades e o tipo de informação que veiculam nos seus mais variados contextos. Será que nos dicionários em que há registos de angolanismos as suas funções comunicativas e os seus usos pragmáticos estão devidamente identificadas? Ou o facto de os angolanismos estarem dicionarizados é razão suficiente para

ultrapassar as eventuais barreiras comunicativas? Porque, como escreve Matte Bom (1992, p. vi),

> Un buen dominio de un idioma consiste, entre otras cosas, en una buena capacidad de adaptarse al registro más apropiado para cada situación. El uso de un registro demasiado culto o demasiado formal en situaciones informales puede crear equívocos y falsas pistas de interpretación de comportamientos y actitudes.

Importa, contudo, referir que um dos principais propósitos do estudo sobre as funções comunicativas desempenhadas pelos angolanismos registados nos dicionários é observar os tipos de relações semânticas que estas unidades lexicais estabelecem nos seus mais variados usos.

Assim, o dicionário ou a gramática deveriam apresentar, para cada forma linguística, a função comunicativa e o contexto de uso de modo a tornar mais fácil o manuseio do idioma. Seguindo o modelo de Iriarte (2001), apresentamos deste modo, a classificação dos angolanismos resgistados nos dicionários por função comunicativa, "para classificar os pragmatemas (fórmulas de rotina) segundo a força ilocutória destas unidades para a etiquetagem do tipo pragmático-retórico de qualquer tipo de unidade lexicográfica, seja um lexema ou uma combinação de lexemas" (Iriarte, 2001, p. 260).

Os angolanismos seriam, assim, descritos nos dicionários, formato ideal para a dimensão nocional e funcional da língua (Iriarte, 2001), uma dimensão que emerge da necessidade de aprendizagem de línguas por públicos muito variados (Isabel, 2010).

A inclusão da informação sobre a força ilocutória dos angolanismos registados precisa de ser explicada nos dicionários para facilitar o seu uso e a sua aprendizagem. Assim, selecionamos os angolanismos mais frequentes e, mediante os contextos de uso identificamos os tipos de função que traduzem.

Com os verbos *ser* e *estar* é fácil depreender o sentido da função comunicativa:

-ser + atributo (propriedade permanente): ser curibota = ser fofoqueiro

- estar + atributo (propriedade temporária): estar futucado = estar irritado

O mesmo não se dá com outros verbos e, nem sempre é fácil deduzir o sentido mediante regras gramaticais:

- dar + nome (cumprimentar): dar candando (vd. infra anexo 1)

- fazer boa muxima (lisonjear)

- andar na zunga (vender)

- fazer muamba (cozinhar/negociar)

- apanhar as vicuatas [vikwata|bikwata] (arrumar)

Assim, os angolanismos foram classificados de acordo com o tipo de função comunicativa que desempenham. A classificação dos angolanismos, por função comunicativa, poderá funcionar como indicativo para a inclusão de novas aceções[37] nos dicionários portugueses, tal como registamos no Anexo 5.

A recolha das formas foi feita recorrendo às diversas publicações *online*, em textos de escritores angolanos e, a partir dos contextos de uso, foram classificados os tipos de funções. O recurso às publicações *online* teve duas finalidades, nomeadamente a de classificar as funções de verificar a frequência de uso.

Mister se faz referir que nem todas as funções da lista inicialmente proposta foram identificadas nos seus respetivos contextos. O exemplo é o da forma *nhanha* do umbundo: o seu uso embora frequente em Benguela, não foi encontrado nas publicações.

7.6. A representatividade dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses

Os angolanismos nos dicionários contemporâneos entraram em vários momentos do desenvolvimento do percurso lexical do português falado no País, porém há dois momentos que mereceram particular destaque:

- O contacto linguístico, definido como o impacto das linguas angolanas no domínio lexical do português resultante da interação socio-histórica (Fuster-Márquez, 2012). Este contacto implicou a necessidade comunicativa do ser humano;

- A tendência de expressar realidades angolanas sem correspondentes no repertório lexical da língua portuguesa.

[37] Aqui entendida na visão de Casares (1992, p. 58) "como cada uno dos sentidos especiais o generales de un vocablo". Esta proposta permitirá, sempre que possível, a inclusão de formas correspondentes aos angolanismos.

A tabela 29 reflete, de forma aproximada, a quantidade de angolanismos presentes nos dicionários selecionados. Falamos em forma aproximada, porque a pesquisa não permtiu cobrir todas as unidades referentes aos angolanismos. Assim, indicamos o número 1426, apresentado por línguas. O levantamento foi feito tendo em contas três linguas (quimbundo, quicongo e umbundo) recorrendo às marcas <angol>, <kimb.>, <kik.> e <umb.> e dentro da marca <angol.> estarão os angolanismos de outras origens que por razões metodológicas não foram estudadas.

Os angolanismos representados nos dicionários são os institucionalizados, entendendo a institucionalização como um aspecto sócio-pragmático que transmite que o novo material lexical é aceite pelos usuários, tornando-se, deste modo, parte de uma determinada lingua (Fuster-Márquez, 2012).

Tabela 29 Representatividade dos angolanismos por línguas

Dicionários	N.º de Angolanismos	Umbundo	Quicongo	Quimbundo	Angola
DLPC	709	27	12	199	374
Aulete	185	2	0	51	21
Michaelis	118	0	8	59	1
Houaiss	414	20	48	134	125
Aurélio	0	0	0	0	0
Totais	1426	49	68	443	521

Fonte: elaboração própria.

Portanto, é um ponto assente que os angolanismos estão representados nos dicionários de referência da língua portuguesa contemporânea e as três línguas mais representativas, depois da língua portuguesa, de acordo com os resultados do censo (INE, 2016) são também as que mais unidades lexicais emprestaram.

7.7. A tradição gráfica das línguas angolanas e os dicionários

Uma pesquisa comparativa nos dicionários contemporaneos portugueses permitiu notar a diferença gráfica na forma como uma mesma unidade é representada em diferentes obras da mesma natureza. Os angolanismos estão registados nos dicionários, embora com alguns problemas que foram aqui objeto de alguma reflexão.

Para compreender as unidades lexicais oriundas das línguas angolanas nos dicionários portugueses, serviu de base teórica a perspetiva de Einar Haugen (citado por Pinto, 2014) ao

considerar que a planificação linguística passa pela elaboração de normas ortográficas, de descrições gramaticais e de dicionários e terminologias com o propósito de orientar o utilização das línguas descritas.

Os angolanismos estão presentes no léxico do português desde a altura em que se deu o contacto entre povos. A descrição de Tinhorão (2019) aborda parte do processo por que essas unidades passaram até à sua inclusão nos dicionários portugueses. Embora um número considerável angolanismos já esteja nos dicionários de referência (Casteleiro, 2001; Houaiss & Villar, 2011), por exemplo, a questão gráfica (Ribas, 2014) e a definição, como vimos, são as que merecem algum cuidado por apresentarem alguns problemas.

A resolução destes problemas passa, efetivamente, pela verificação, nas línguas de origem, das unidades descritas. Os problemas gráficos ocorrem, segundo Ribas (2014) por causa do desconhecimento da etimologia das palavras. E para tornar estas palavras conhecidas é preciso que haja, à partida, trabalhos estruturados que regulem o modo de escrita. A regulamentação da escrita acabaria com as oscilações, tornando, desta feita, essas unidades mais claras e estáveis.

As unidades das línguas angolanas constituem parte do léxico do português falado nesta região. Estas começaram a ser usadas num momento muito próprio da história do país e hoje com maior frequência, porque muitas destas designam referentes sem equivalentes para as realidades encontradas, nomeadamente os hábitos alimentares, culturas, as práticas religiosas e outras, traduzindo vivências que muitas vezes se diferenciam de outros povos.

Como o objetivo é analisar a variação gráfica e as aceções atribuídas às unidades oriundas das línguas angolanas nos dicionários selecionados, apresentamos, na tabela 30, a título de exemplo, a unidade lexical *funje*.

Tabela 30 Variação gráfica e etimológica de funje nos dicionários

DICIONÁRIOS			
DLPC	fúnji funje	categoria:	n.m
		definição:	o mesmo que funje
		origem:	do quimb. funji 'pirão ou massa cozida de farinha que serve de conduto a vários alimentos
		domínio:	culinária
		referência:	DLPC
		categoria:	n.m

		definição:	massa cozida, geralmente de farinha de milho, mandioca ou batata-doce
INFOPÉDIA	funje	origem:	do quicongo "funji"
		domínio:	culinária
		referência:	*funje* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-10-07 17:08:46]. Disponível naInternet: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-Portuguesa/funje
AULETE DIGITAL	funje	categoria:	s. m.
		definição:	bailarico de gente reles
		origem:	
		domínio:	
		referência:	http://aulete.com.br/funje [consultado em 07-10-2019].
MICHAELIS	funje	categoria:	s. m.
		definição:	Baile popular; festa, festança.
		origem:	quimb funji.
		domínio:	
		referência:	https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/funje/
PRIBERAM	fúnji	categoria:	s. m.
		definição:	O mesmo que ***funje;*** Papa de farinha de mandioca com caldo; Prato de massa cozida de farinha de mandioca, de milho ou de batata-doce.
		origem:	quimbundo *funji*
		domínio:	Culinária
		referência:	in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 20082013, https://dicionario.priberam.org/funji [consultado em 07-10-2019].

Fonte:elaboração própria.

O quadro apresentado é esclarecedor daquilo que tem sido a quase generalidade dos problemas que os angolanismos nos dicionários portugueses apresentam. Os problemas compreendem entre as divergências etimológicas, (não havendo registos de etimologias duplas ou triplas o que, em certa medida, terá influenciado o outro problema aqui referido: o da duplicidade gráfica.

Importa, neste caso referir, que não se trata apenas de um problema de variação interna da palavra como o apontado em Casteleiro (2001, p. XVII) para as ocorrências de -ou- e -oi- touro, toiro; alternância de -b- e -v- cobarde, covarde; *-f-* e *-v-* em *marufo* e *maruvo,* mas de um problema da proveniência de muitas dessas unidades resultante da indefinição dos textos iniciais que serviram de fonte de pesquisa.

Ocorrências de *-ss-* e *-ç-* em *quissangua* e *quiçangua*; *-ji- -je-* e *-gi- -ge-* em *funji, funje* e *funge, fungi* são as evidências dos problemas gráficos que alguns dos angolanismos já dicionarizados apresentam.

Capítulo 8 POLARIDADE DOS ANGOLANISMOS NOS DICIONÁRIOS CONTEMPORANEOS PORTUGUESES

8.1. Os angolanismos e suas conotações

Para falar das conotações que se associam aos angolanismos recolhidos nos dicionários é necessário indicar que concebemos os dicionários como sendo "arquivos vivos" de unidades lexicais (Iriarte, 2001) ou repertórios de informação sobre as palavras (Correia, 2009). As unidades destes arquivos pertencem a uma ou mais línguas, as quais representam, mediante aquilo que transmitem, as mais variadas formas de estar e ser de um povo.

O dicionário é, por assim dizer, o repositório do léxico que descreve a realidade de um povo e a forma como os usuários entendem, ou não, as circunstâncias à sua volta, dando lugar ao que Galisson (1991) chamou de lexicultura.

No contexto angolano, a análise do sentido dos angolanismos passa pela observância de dois pilares que julgamos serem fundamentais: o histórico e o cultural. Os dois pilares, no caso em estudo, estabelecem relações de complementaridade, na medida em que ajudam a explicar os fenómenos de sentido de certas unidades lexicais. Assim, o pilar histórico serve para explicar o percurso que cada uma das unidades fez até à sua acomodação nos dicionários, a razão de, às vezes, não apresentar o mesmo sentido que o da língua de partida e o cultural para o que pode representar para o povo e os seus usos.

Para Mudiambo (2013, p. 157) "o conceito de lexicultura privilegia a consubstancialidade do léxico e da cultura e designa o valor que as palavras adquirem pelo uso que se faz delas." Este refere também que "a lexicultura e as suas particularidades podem contribuir para esclarecer polissemias como valores culturais ou outros elementos de cultura existentes nas unidades lexicais, nos provérbios e nas expressões familiares e populares" (ibdem, p. 158). É tendo em conta os aspetos distintivos da lexicultura que se poderá analisar o sentido usual ou ocasional (Myöhänen, 2017) que os angolanismos tomam nos mais variados contextos.

Os sentidos usual ou ocasional remetem para o denotativo e o conotativo. O ponto central desta abordagem vai recair sobre questões relativas às conotações, que são, de acordo com Löbner (citado por Myöhänen, 2017, p. 31), "associações convencionais, mas que a sua

perceção depende do julgamento sobre a valia contextual da palavra e a forma final da palavra ampara-se nas interpretações do emissor e do recetor."

Na perspetiva de Foucaullt (2018, p. 328) o que "permite definir uma língua não é a maneira como representa as representações, mas uma certa arquitetura interna, uma certa maneira de modificar as próprias palavras consoante a postura gramatical que ocupam em relação umas às outras." Pode-se depreender desta posição que é importante ter presente, sempre que se pretender descrever uma determinada unidade lexical, considerar as convenções sociais, sem, porém, deixar de analisar as unidades que compõem.

Assim, para o caso em concreto dos angolanismos, o fator colonização terá contribuído para que as conotações pejorativas fossem, em grande escala, decorrentes do tratamento a que às línguas nativas dos colonizados foi dado pelos colonizadores. "A política portuguesa, via na utilização de qualquer das línguas autótones uma atitude subversiva" (Undolo, 2016, p. 53). Se o uso das línguas angolanas era proíbido, as unidades lexicais provindas destas não podiam ter qualquer outro tipo de valor, fundamentalmente para poderem entrar no léxico de uma língua de natureza e origem diferentes, como é o caso da língua portuguesa.

As ideologias de combate ao uso das linguas nativas, assentes na repressão, por um lado, e na não permissão de um conhecimento profundo da cultura do colonizador (Mingas, 2007), por outro, terá, em nosso entender, contribuído para a cristalização de alguns tipos de preconceitos, sobretudo como um mecanismo de desencentivo, daí as conotações negativas que visam, essencialmente grupos raciais e/ou etnolinguísticos (bailundo, moleque, quibuco), manifestações artistico-culturais (quizomba, marimba), manifestações religiosas (umbanda), socio-profissionais (mucama) e outros.

Por fim, embora tenhamos consciência da dificuldade que seria a identificação de todos as conotações de uma unidade lexical num dicionário, é preciso encontrar mecanismos para que haja indicadores que informem o consulente das eventuais conotações que uma palavra possa ter.

Pensamos que isso pode ser resolvido recorrendo aos vários usos da palavra. E à semelhança do que acontece com os dicionários bilingues, os monolingues devem conter, além dos sentidos lexicais, um repertório contextual de cada cabeça de verbete (Myöhänen, 2017).

8.2. Descrição dos preconceitos nos dicionários contemporâneos portugueses

Várias podem ser as manifestações de preconceitos, as quais recaem, tendencialmente sobre os que se encontram numa situação social desfavorecida. Segundo Gordon Allport (citado por Cabecinhas, 2010) há doze tipos de grupos em relação aos quais é frequente a expressão de preconceito. Estes tipos estão, comumente associados a raça, sexo, idade, etnia, língua, região, nação, ideologia, castas, classes sociais, classes profissionais, níveis educacionais e grupos de interesses (partidos políticos, por exemplo).

Para compreender a noção de racismo serviu de ponto de partida a definição apresentada por van Dijk (1993, p. 5) ao defender que "racism consists of the everyday, mundane, negative, opinion, attitudes and ideologies and the seemingly subtle acts and conditions of discrimination." A expressão de racismo pode ser manifestada de várias formas. Segundo a teoria do racismo de van Dijk (1999, 2004), o discurso contribui para o racismo.

Segundo van Dijk (1993, 1999), o racismo é um sistema com dois subsistemas: o social e o cognitivo. No sistema social abundam práticas de discriminação ao nível local e as relações de abuso de poder por parte de grupos, organizações e instituições dominantes ao nível global, ao passo que o sistema cognitivo assenta em modelos enviesados de acontecimentos e interações étnicos, enraizados em preconceitos e ideologias racistas. Embora as práticas discriminatórias não sejam sempre intencionais, pressupõem, desde logo, as representações mentais de "nós" sobre "eles", socialmente partilhadas e negativamente orientadas (van Dijk, 1999, p. 148). Deste modo, o discurso desempenha um papel fundamental para a dimensão cognitiva. Assim, sem conhecimento do racismo fica difícil saber como este se envolve na reprodução diária, o mesmo caso acontece em relação ao discurso sobre o racismo.

A escola é um dos espaços por excelência para a obtenção dos conhecimentos cientificos e serve como mecanismo para refletir e, sempre que possivel, reorientar os mais variados problemas que assolam uma determinada comunidade. Foi a considerar este pilar fundamental que se alargou a análise sobre a problemática do racismo. Para o efeito, serviram as contribuiçoes de Barbosa (1997) que aborda um estudo em que a escola aparece como estratégia de superação de desigualdades ao relatar a trajetoria atípica de negro campineiro, Antonio Ferreira Cesarino Júnior e, numa das suas análises, refere que além de a escola exercer uma função mistificadora, permite à elite ser e justificar o que é, a ideologia do dom, princípio

básico do sistema escolar e do sistema social, o que contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes determinou (Barbosa, 1997, pp. 13–16).

A forma como os preconceitos estão descritos nos dicionários contemporâneos portugueses (designadamente no Aulete Digital, no DLPC, no Houaiss e no Michaelis) é o ponto de reflexão deste ponto do trabalho. As propostas apresentadas por Correia (2006, 2009), no campo da metalexicografia, serviram de referência para fazer uma análise sobre a forma como as unidades lexicais são tratadas nos dicionários portugueses e chamar a atenção as convenções a que uma língua, enquanto fenómeno social, está sujeita e ao facto de algumas palavras estarem associadas a conotações pejorativas podendo, o seu uso, ser ofensivo.

Na mesma ordem de pensamento, enquadraram-se os trabalhos de Cabeza Pereiro e Rodríguez Barcia (2013) que ao refletirem sobre os aspetos ideológicos, gramaticais e lexicais do sexismo linguístico no Dicionário da Real Academia Espanhola, concluem que existe uma tendência a minimizar o papel das mulheres nessa obra.

Com efeito, o dicionário de língua tem como uma das funções a representação do conhecimento sobre as palavras. Poderíamos pensar que a descrição dos preconceitos nos dicionários seria como que legitimá-los e a sua omissão a deturpação da realidade dos factos. As unidades lexicais apresentadas num dicionário estão associadas à afirmação de um povo, num determinado momento histórico e, muitas vezes, ligadas ao nascimento de um país, sendo o dicionário um instrumento que, entre várias, tem a tarefa de preservar a memória das línguas (Correia, 2009).

Correia (2006), ao analisar a discriminação racial nos dicionários de língua, divide os preconceitos em dois níveis: o lexical e o do dicionário e questiona se os preconceitos devem ser tratados sem qualquer reserva no dicionário ou ainda se é da competência do lexicógrafo definir o que é socialmente correto. O questionamento que se faz ao dicionário está ligado à natureza humana do lexicógrafo, condicionada pelo meio que o envolve e pela visão que este tem sobre outras realidades. O preconceito racial é um facto e a descrição de uma unidade lexical sem a devida marca lexicográfica que identifique este uso preconceituoso poderá levantar algum problema (*vd. infra* 8.3).

A autoridade dos dicionários é uma das questões levantadas pela metalexicografia que parece ser consensual. Um estudo feito por Hornscheidt (2008) considera a matéria dos

dicionários um discurso social importante, com uma autoridade quase inquestionável na vida pública. Porém, esta autoridade, assente na fonte do significado das palavras, tem de ser questionada de forma detalhada. Na mesma ordem de pensamento, Correia (2009) defende que os dicionários são produtos dignos de profundo respeito, todavia não constituem a verdade absoluta sobre a língua e sobre o léxico, havendo aspetos que merecem ser discutidos.

A questão do socialmente correto levantada por Correia (2006) encontra resposta na abordagem feita por Reinaldo e Rosemeri (2018) que defendem o politicamente correto, na dimensão do comportamento ou da linguagem como sendo um fato histórico que merece a atenção dos pesquisadores de diferentes áreas. Servem-se destes argumentos para esclarecer que a proposta da linguagem politicamente correta é mudar as expressões a partir do seu uso quotidiano, a partir das situações conforme a sua ocorrência, o seu uso. Não se trata de propor a alteração de expressões consolidadas.

A proposta apresentada por Reinaldo e Rosemeri (2018) ajuda o lexicógrafo a proclamar, mediante a análise das unidades que descreve, e com coragem, uma verdade considerada incómoda (Monteiro, 2020) tomando, deste modo, uma posição neutra no ato da descrição do léxico, conservando com marcas de uso as diferentes aceções de uma unidade lexical. As unidades consolidadas e que hoje manifestem algum tipo de preconceito foram usadas num período específico da história da humanidade, revelando assim, as condições de vivência da época.

A abordagem feita por Tinhorão (2019) descreve o momento em que o negro passou a ser preto, passando a designação por várias etapas, de forma génerica, que corresponde a todos os tipos raciais de pele morena, apelido identificador da caraterística de cor escura da pele. Mais tarde, como resultado de um longo processo de observação, o povo passou a denominar o tipo de negro de pele mais escura com o nome da cor que por comparação lhe correspondia na linguagem comum, a preta, por economia, preto. Assim, segundo Tinhorão (2019, p. 83)

> o termo negro constituiria, oficialmente, o nome genérico para a gente das mais variadas graduações de cor de pele, a partir do amorenado ou pardo até aos tons mais fechados, mas para o povo em geral, o negro mais caraterísticamente africano passaria a ser sempre preto.

Embora a discussão apresentada por Tinhorão (2019) seja essencialmente de cariz histórico, os problemas voltados à cor da pele foram sempre muito controversos. Viviane e Mozart (2018) afirmam, para o contexto brasileiro, que as questões que envolvem a cor da pele

sempre tiveram relevância tanto nos modos de descrever os grupos humanos quanto nas formas de produzir diferença sobre eles e hierarquizá-los. Boa parte das narrativas que compõem a historiografia deste povo está atravessada pela cor e pelas diferentes perceções que ela vem recebendo ao longo do tempo.

A classificação e hierarquização de um povo tendo como fundamento o tom da pele resulta do preconceito antropológico (Tinhorão, 2019) cujo propósito era justificar o imperialismo europeu em que, o negro, ser de raça inferior, é levado por isso à escravidão, conduzindo à ideia de que a cor da sua pele era uma coisa desprezível.

Como consequência, conservam-se nos nossos dias usos do termo negro em expressões como *"nuvem negra, mercado negro, dolar negro, viúva negra, dia negro, sorte de preto* (em oposição, por exemplo, a *carta branca, umbanda de linha branca, pomba branca*) refletindo, ainda, alguns resquícios dos estereótipos da época os quais resultam dos preconceitos antropológicos e que se cristalizaram.

A esse respeito, Correia (2006) apresenta alguns exemplos de unidades lexicais extraídas de dicionários contemporaneos portugueses que revelam traços de preconceitos. Acresceu-se às ideias de Correia o estudo relativo à descrição das marcas de preconceitos feito por Cabecinhas (2010) de cujos resultados, dadas as definições das unidades apresentadas nos dicionários e tendo em conta as circunstâncias em que cada uma dessas entra na língua, destacou-se:

- Associação ao lugar de morada como referência de comportamentos reprováveis de uma parte:
  e.g. sanzala, sanzalice, sanzaleiro
- Associação ao nome afixos para designar unidades coletivas com conotações pejorativas:
  e.g. ciganada, pretalhada
- Atribuição de definições demeritórias às práticas de pessoas de determinados grupos:
  e.g. brasileirices, africanices
- A hierarquização dos grupos sociais assente na ideologia de dominação racial:
  e.g. mucama = escrava negra que auxiliava os serviços caseiros (...) [DLPC]

macuta= sem valor [Houaiss]

- Associação das cores às representaçoes icónicas. Sendo a cor branca ligada a pureza e a bondade e a negra ou preta à impureza, imperfeição:
  e.g. pomba branca = paz; carta branca = pleno poder

  umbanda de branco = religião que visa fazer o bem

  versus mercado negro, magia negra, ovelha negra

- Denominações das manifestações artístico-culturais em que os "outros" ou "eles", usando a terminologia de van Dijk (1999), surgem como seres estranhos, exóticos. (Cabecinhas, 2010):
  e. g. quizomba = dança dos negros angolanos

  marimba = espécie de tambor dos cafres; piano desafinado ou de má qualidade

  marimbar =burlar, enganar

As associações apresentadas são sempre vistas dentro de um contexto e dependem muito da identidade do falante e da vítima e do relacionamento entre eles, as mesmas palavras podem ter maior ou menor peso de acordo com o tom usado, podem expressar impaciência, ódio, ou simples reprovação. Para Garrioch (1987) o signficado literal das palavras usadas pode afetar a sua gravidade e, em qualquer caso individual, epítetos específicos são escolhidos em detrimento de outros, sendo que alguns são mais fortes e podem provocar maior ofensa.

Servimo-nos dessa abordagem para permitir a compreensão de um dos aspetos que consideramos ser polémico quando se trata de preconceito racial no dicionário. As unidades lexicais negro e preto, por exemplo, poderão conter traços preconceituosos se associadas à ideia de raça inferior ou ainda à incapacidade para executar determinada tarefa por causa do grupo de pertença.

Embora seja verdade, como referiu Monteiro (2020, p. 28), que "dentro de cada língua, dentro de cada cultura sempre houve, em maior ou menor grau, mutações quanto à forma de nomear determinados grupos ou fenomenos" as pessoas não são superiores ou inferiores em razão do grupo de pertença.

A questão do preconceito nem sempre é fácil de dissociar dos dicionários, como objeto, e do papel do lexicografo, enquanto membro ativo da sociedade. O léxico é, como disse Vilela (1994), o repositório do saber linguístico e a janela através da qual um povo vê o mundo. O lexicógrafo recolhe, organiza e define, por via dos contextos em que as unidades ocorrem, o léxico de uma língua. As marcas lexicográficas que restringem ou contextualizam o uso desse léxico podem ajudar a minimizar os problemas que a descrição do léxico levanta.

As conotações associadas ao léxico registado nos dicionários são questões que preocupam alguns estudiosos (Cabeza Pereiro & Rodríguez Barcia, 2013; Correia, 2006, 2009; Hornscheidt, 2008; Mooney & Evans, 2015; van Dijk, 1999; Viviane & Mozart, 2018), razão por que se tem registado, na prática lexicográfica, uma certa suavização com a eliminação de adjetivos definitórios tendentes a manifestar ou reforçar qualquer tipo de preconceito (cafre, negro, por exemplo). As três figuras que se seguem (Figuras 17, 18 e 19), são por demais ilustrativas do que acabamos de referir.

Enquanto o verbete apresentado pelo Dicionário da Porto Editora (na versão da infopédia) retira da definição o termo *cafre*, o mesmo não acontece com a definição oferecida em anteriores edições do mesmo dicionário (a imagem da figura 18 corresponde à 6ª edição), nem na definição do dicionário da Priberam, que usa o adjetivo *cafreal*.

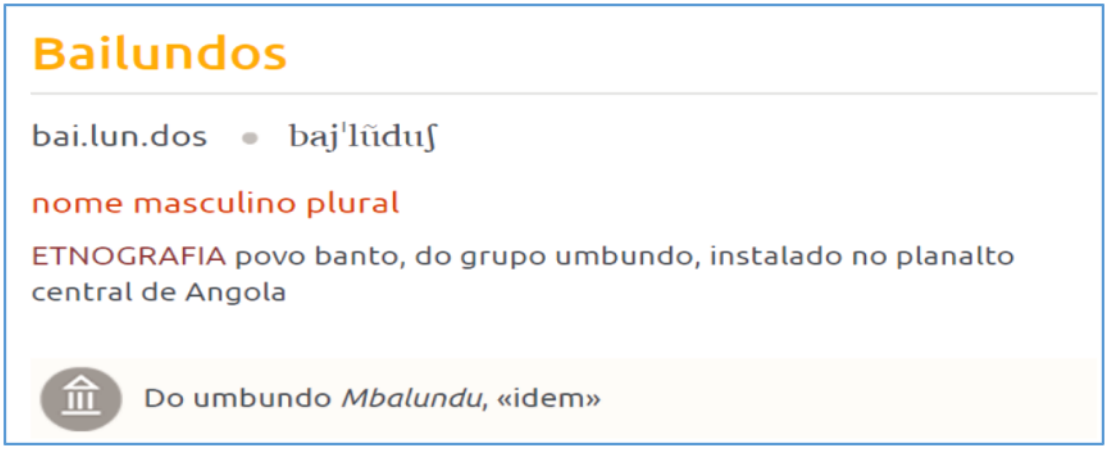


Figura 17 Bailundos no Infopédia

Fonte: *Bailundos* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult.2020-02-28 18:26:04]. Disponível na Internet: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-Portuguesa/Bailundos

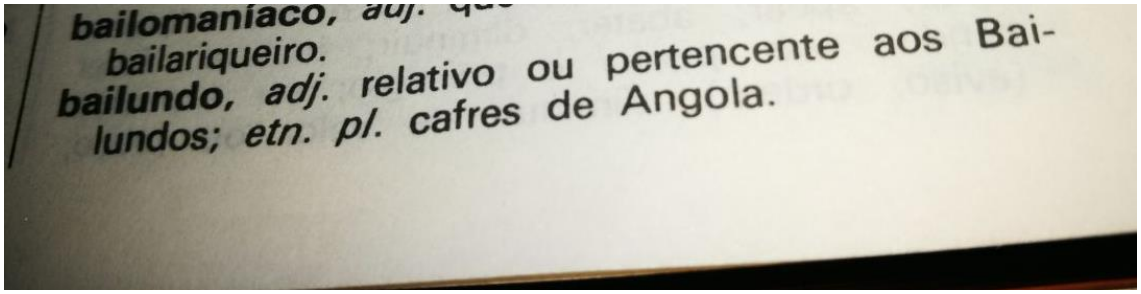


Figura 18 Bailundos no Dicionário da Porto Editora

Fonte: Dicionário da Porto Editora (6ª edição) de Costa e Melo (1952).

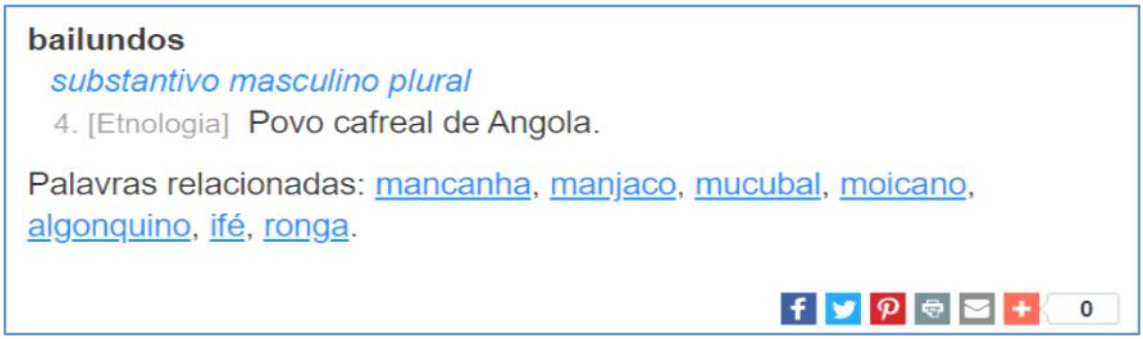


Figura 19 Bailundos no Dicionário Priberam

Fonte: https://dicionario.priberam.org/bailundos acesso em 2020_02_28.

Portanto, não é nossa pretensão propor que os lexicógrafos recorram à maquilhagem linguística (Monteiro, 2020), o que, em boa verdade, pode constituir uma agressão à língua, mas o que se pretende é a defesa da introdução de marcas lexicográficas que identifiquem possíveis usos pejorativos de um determinado termo, de modo a manter a devida distância entre o lexicógrafo e o uso real do mesmo e que, evidentemente, o lexicógrafo evite o uso de termos pejorativos na própria definição.

8.3. A marcação lexicográfica dos preconceitos nos dicionários

Desde o princípio da sua existência, o ser humano teve a necessidade de nomear as coisas à sua volta. Influenciado pelo meio, algumas dessas coisas foram tendo valores semânticos que hoje, aplicados em certos contextos, podem ser inaceitáveis por serem ofensivas. Correia (2006) afirma que a língua portuguesa, à semelhança de outras línguas, apresenta no seu repertório, unidades lexicais ou expressões que denotam muitos dos preconceitos que marcaram e ainda marcam as sociedades portuguesas.

O estudo das marcas de preconceitos nos dicionários selecionados, não tem como propósito culpar os lexicógrafos, mas chamar atenção para o cuidado que se deve ter ao descrever as unidades lexicais de modo a manter uma equidistância entre a unidade lexical descrita e o descritor.

Para Reinaldo e Rosemeri (2018, p. 3181) "um texto de décadas atrás tem um sentido e, nos dias atuais, pode suscitar outros de forma a significar, ressignificar ou simplesmente ampliar outro sentido".

Esta é uma das razões que fez com que fossem selecionados os dicionários contemporâneos em detrimento de os do século passado, por exemplo. Naquele contexto, embora sem grandes razões aparentes que justificassem tais práticas, não seria tão compreensível questionar os lexicógrafos sobre os motivos de não assinalar com as marcas (PEJ., CALÃO, DEPR.) sempre que, por natureza do léxico ou não, houvesse uma carga conotativa que pudesse veicular algum tipo de preconceito.

As marcas dos preconceitos nos dicionários serão abordadas do ponto de vista linguístico, porém teremos também em consideração alguns aspetos sociais e culturais. Queremos, desde logo, deixar claro que, devido às limitações que temos, não conseguiremos captar todas as subtilezas subjacentes nas várias manifestações de racismos. Deste ponto de vista, referimo-nos às manifestações nanorracistas a que os dicionaristas não deixam de recolher, por fazerem parte das formas de expressão ou de desejo de comunicar. Podem ser manifestações destas manifestações, como refere Monteiro (2020), as imitações do som do macaco, atirar bananas, gritar "macaco", nos estádios de futebol, em relação aos futebolistas negros.

> (...) nanorracismo, entendido como forma narcótica de preconceito em relação à cor expressa nos gestos anódinos do dia-a-dia, por isto ou por aquilo, aparentemente inconscientes, numa brincadeira, numa alusão ou numa insinuação, num lapso, numa anedota, num subentendido e, numa maldade voluntária, numa intenção maldosa, num atropelo ou numa provocação deliberada, num desejo obscuro de estigmatizar e, sobretudo, de violentar, ferir e humilhar, contaminar o que não é considerado como sendo dos nossos (Mbembe, 2017, p. 95).

A posição defendida por Mbembe (2017) é razão suficiente para justificar a não captação de todas as formas de preconceitos descritas nos dicionários e, por isso falamos na necessidade de utilizar marcas lexicográficas. O preconceito não se reduz simplesmente a uma

atitude (Cabecinhas, 2010). Este manifesta-se de formas diferentes, por exemplo, por uma voz, uma autoridade pública ou privada a pedir justificação por que alguém está onde está, de onde vêm, por quê não voltam para casa (Mbembe, 2017) e, por força disso, as pessoas que são objeto da discriminação são, muitas vezes descritas nos dicionários como *ilegais*, *de fora, do resto do mundo, do terceiro mundo*, quando na verdade o problema está ligado à não aceitação da diferença.

As marcas de preconceitos nos dicionários serão analisadas tendo como pressupostos teóricos duas perspetivas: a linguística e a social. A perspetiva linguística (Berdet Forgas, 1996; Cabeza Pereiro & Rodríguez Barcia, 2013; Correia, 2006; Hornscheidt, 2008) vai permitir ter a perceção do mundo mediante a forma como as unidades lexicais apresentadas nos dicionários são descritas, refletindo cada uma dessas unidades os estereótipos da sociedade e, por conseguinte, os preconceitos que destes emergem, sem deixar de parte a discussão daquilo que deve ou não entrar na definição das entradas com a problemática do politicamente correto (Monteiro, 2020; Reinaldo & Rosemeri, 2018).

A perspetiva histórica, social e cultural contou com os trabalhos de Bethencourt (2015), Cabecinhas (2010), de Mbembe (2017) ou de van Dijk (1999) para a compreensão do fenómeno que, no dizer de Cabecinhas (2010), é complexo, multifacetado e exige a convocação de diversos níveis de análise para a discussão das ruturas e continuidades das várias formas de expressão de racismo.

8.4. Estudo da polaridade dos angolanismos nos Dicionários Portugueses

8.4.1. O conceito de polaridade no PLN

A análise de sentimento utilizando técnicas de PLN[38] das aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses visa criar uma lista que possa

[38] O PLN é uma área da Linguística Computacional, de acordo com Moreno Sandoval (1998, p. 14) preocupada com "del desarrollo de programas de ordenador que simulan la capacidade linguística humana." Ela está voltada para o estudo da linguagem cuja missão é a de construir softwares e sistemas computacionais específicos, como tradutores automáticos, *chatterbots* (um programa de conversação automática, um robô de conversação, usado em atendimentos eletrônico. (Temponi, de Faria, & de Souza, 2017), *parsers* (programa que faz a análise sintática de um texto, com várias finalidades, nomeadamente: ajudar na tradução ou ainda marcar texto (idem), reconhecedores automáticos de voz e geradores automáticos de resumos (Temponi et al., 2017).

permitir, de forma automática, a identificação do tipo de informações veiculadas por angolanismos, o que ajudaria a alimentar as ferramentas existentes com os dados referentes ao léxico do português falado em Angola.

Várias são as ferramentas de PLN colocadas em domínio público, porém, como defendem Alles, Giozza e Alburquerque (2018), a seleção adequada destas envolve critérios específicos. No caso da análise e descrição dos angolanismos, a tarefa torna-se ainda mais exigente por não haver muitos trabalhos feitos sobre essa matéria aplicável à realidade em estudo, o que requer um conhecimento prévio dos recursos de extração, das possibilidades de extensão dos *corpora*, dos documentos disponíveis, bem como a condição de aplicar os conceitos específicos ao idioma português. Associado a isso está a falta de *corpora*, anotados ou não, que não só facilitaria o tratamento computacional como também disponibilizaria os dados para o treinamento das máquinas e permitiria a classificação das entradas conforme os objetivos que se pretendem alcançar.

Assim, o uso de ferramentas de PLN neste trabalho visa a análise da polaridade das aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses. Para o efeito, serviram de suporte as teorias desenvolvidas de autores como Liu (2015), Freitas (2013), Carvalho e Silva (2015), Gamallo, Garcia e Fernández-Lanza (2013) que abordam questões propriamente ligadas à polaridade das palavras.

O facto de a questão da polaridade estar intimamente ligada à área da semântica, alguns aspetos da teoria que sustenta essa área foram discutidos por teóricos como Campos e Xavier (1991). A razão da inclusão de aspetos de cariz semântico deve-se ao facto de:

a) ser uma disciplina científica que estuda o plano do conteúdo (linguístico) dos significados, em particular da dimensão lexical dos lexemas e de alguns monemas (uns e outros também uma dimensão gramatical), o que reenvia para o extralinguístico (Baylon & Fabre, 1990);

O marco das pesquisas em PLN inicia-se, segundo Silva (2016), no final dos anos 40 do século passado. Sendo *a Machine Translation* o primeiro computador com aplicações baseadas na Linguagem Natural, desenvolvido em 1946, especializado em descobrir os códigos dos inimigos durante a Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente, os trabalhos feitos pela *Machine Translation* consistiam na identificação de idiomas, seus vocabulários e na ordenação desses vocabulários. Embora se reconheçam algumas insuficiências, os trabalhos apresentados têm o mérito de serem os primeiros a dar passos para o desenvolvimento na área de PLN. Uma área que não ficou pela identificação de idioma e ordenamento dos vocabulários, evoluindo para os campos como o do reconhecimento da fala.

b) tradicionalmente as funções de linguagem servem para nomear (designar ou referir) e predicar (Campos & Xavier, 1991) e é essa expressão do real ou imaginário, construída, às vezes, a partir do exterior da língua que vai fazer com que a expressão usada para referir algo possa veicular informação positiva ou negativa.

c) tratar de elementos da experiência extralinguística (conceitos, sentimentos e dados sobre o mundo exterior);

d) no tratamento de aspetos do significado para o processamento computacional ser inevitável o diálogo com a semântica, domínio de investigação de limites movediços. (Freitas, 2013)

Portanto, para analisar a polaridade das aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses é necessário o entendimento sobre questões relativas ao PLN. O estudo sobre a polaridade deverá ser antecedido de construção e anotação dos *corpora* de angolanismos e uma vez treinadas as máquinas, recorrer às ferramentas já existentes para poder ter o maior número de benefícios possíveis.

Para o estudo sobre a análise da polaridade, partimos do pressuposto anunciado por Vilela (1994, p. 14) segundo o qual

> a língua é o resultado de uma longa história, e o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais diretamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se refletem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais culturais ou cientificas.

Este pressuposto coloca os angolanismos, a forma como estes estão definidos nos dicionários e o tipo de informação que veiculam, no centro da nossa investigação.

Um dicionário é, de acordo com Correia (2009), a descrição de um acervo significativo de unidades lexicais. O conjunto de unidades lexicais que compõem os dicionários podem estar associadas a diversos tipos de polaridades. No caso em concreto, serão analisadas a polaridade e o uso sistemático de uma palavra que expressa sentimento sobre algo (Freitas, 2013) para a identificação do tipo de informação veiculada nas aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses.

Para Miranda e Machado (2014) o processo de significação semântica envolve além da forma e da combinação linear de traços, toda uma ordem de experiência dos usuários e os

efeitos pragmáticos decorrentes do uso discursivo. Por outro lado, Freitas (2013) defende que a atribuição de polaridade a palavras ou expressões também é compatível com a noção de prosódia semântica a qual está relacionada diretamente à ideia de naturalidade na linguagem em que algumas combinações, embora bem formadas sintaticamente, podem não parecer naturais.

A noção de prosódia semântica é apresentada por Sardinha (2004, p. 236) como "a associação recorrente entre itens lexicais e um campo semântico, indicando uma certa conotação (negativa, positiva ou neutra) ou instância avaliativa." Para Guilherme e Osório (2014, p. 13),

> é um fenómeno léxico-gramatical que decorre do facto de a produção de uma sequência discursiva se processar por blocos e não por uma concatenação linear de itens lexicais isolados e de estes, ocorrendo em associações por vezes muito estreitas, imporem por isso restrições combinatórias que, frequentemente, lhes alteram o sentido referencial.

Orientação semântica, também conhecida na literatura como polaridade, orientação de sentimento ou por valência pode ser, de acordo com Liu (2015) positiva, negativa ou neutra.

O conceito de polaridade é definido por ser:

> in essence the relation between semantic opposites—between meanings (or expressions denoting meanings) which are fundamentally inconsistent with each other. As such polarity encompasses not just the logical relation between negative and affirmative propositions, but also the conceptual relations defining contrary pairs like hot-cold, long-short, and good-bad, and, most broadly, the rhetorical relation between arguments for and against a conclusion. (Israel, 2004, p. 1)

Na definição apresentada por Israel (2004) estão identificadas três tipos de oposição:

a) A oposição por contradição

É um princípio da filosofia que traz à testa a ideia segundo o qual o ser é inconciliável com o não ser, em que duas proposições contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo (Seixas, 1995).

É a partir deste princípio que a oposição por contradição é vista por Miranda e Machado (2014, p. 124) como "uma relação binária, em que o termo precisa de ser falso para que o

outro seja verdadeiro, assim, as polaridades contraditórias esgotam um determinado domínio em ter termos de seus valores semânticos." As frases a e b, em

a) O Carlos comeu

b) O Carlos não comeu

revelam um tipo de polaridade contraditória entre uma positiva e outra negativa associada ao facto de o Carlos não poder comer e não comer ao mesmo tempo e sobre o mesmo aspeto.

No plano do léxico, mais precisamente com os angolanismos, podemos registar casos como:

Cassule/kota (o mais novo [filho ou irmão]) / (mais velho [filho ou irmão])

Caular /dicombar (comprar antecipadamente/vender rapidamente)

Cochilar/sunguilar (dormitar/passar a noite em ronda)

Lenguluca / malembe (rápido/lento)

b) A oposição por contrários

Ainda sob a âncora dos princípios filosóficos já referidos por Seixas (1995), que é expresso na proposição que diz todo A é B e nenhum A é B ou alguns A são B e alguns A não são B.

Miranda e Machado (2014, p. 125) defendem que "a polaridade contrária se estabelece a partir de inúmeros termos dentro de um determinado domínio, o que requer um domínio no qual as entidades possam ser ordenadas em uma escala." E continuam, recorrendo aos mesmos argumentos que Israel (2004) para afirmar que grande parte dos domínios conceptuais são escalares por natureza, nomeadamente: percetual, emocional e experiências avaliativas.

De acordo com Freitas (2013) do ponto de vista semântico, os adjetivos podem ser descritores, atribuindo propriedade, ou classificadores, cuja função principal é delimitar a expressão.

Para a análise de opinião são relevantes os adjetivos descritores subdivididos em diferentes classes semânticas, entre as quais salienta a classe avaliativa/emotiva (e.g. ruim, lindo, bom).

Deste modo, para Miranda e Machado (2014) as relações polares são estabelecidas por relações lógicas tendo como base as proposições negativas e positivas e as relações concetuais definindo os pares contrários, nomeadamente: grande-pequeno, preto-branco, magro-gordo, belo-feio e entre relações, entre argumentos favoráveis e desfavoráveis a uma conclusão. Nas relações e argumentos favoráveis e desfavoráveis, a polaridade do predicador poderá, segundo Carvalho e Silva (2015), diferir em função da especificação sintático-semântica dos argumentos com que este se constrói.

c) A reversão

Para Israel (2004), à semelhança da oposição por contradição e por contrariedade, a reversão é um outro princípio de análise da oposição da polaridade que se destaca na linguagem natural e que envolve uma oposição, não entre as proposições ou predicados em si, mas sim, entre conjuntos ordenados de proposições ou predicados entre escalas.

Não entraremos no pormenor dos tipos de escalas nem tampouco abordaremos a questão da polaridade tendo em conta o aspeto reversão. A primeira razão dessa opção, prende-se com o facto de os elementos ordenados por escalas não serem necessariamente expressões linguísticas e as inferências escalares nem sempre serem lógicas, mas que dependem de expetativas normais do mundo; a segunda, porque entendemos que uma abordagem recorrendo a reversão transformaria a métrica deste estudo em algo voltado para o subjetivo.

Israel (2004) apresenta para o caso, o exemplo dos alimentos que podem ser classificados pela sua suculência ou os problemas pela sua complexidade. A suculência dos alimentos e a complexidade dos problemas podem ser usados para determinar sobre o que pode ser comido e o que pode ser resolvido, dando assim, a classificação de comida de boa ou má qualidade ou ainda de problema solúvel ou insolúvel.

Assim, a polaridade é a informação positiva, negativa ou neutra, expressa ou não, veiculada por cada angolanismo mediante o contexto de uso.

A questão da polaridade dos angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses está a ser vista na perspetiva da chamada discriminação negativa das variedades

não nativas das línguas coloniais (Gonçalves, 2010), conceito cunhado numa altura em que as sociedades coloniais estavam fortemente marcadas por preconceitos socioculturais e raciais.

Nessa época, segundo descreve Gonçalves (2010), as línguas coloniais eram consideradas modelos puros e superiores e as línguas dos colonizados, imperfeitas, associadas à discriminação e, como refere Miguel (2014, p. 14), "a inexistência de textos escritos pelos africanos nas suas línguas originou a catalogação do continente como "incivilizado", sem história e sem cultura", razão por que todas as inovações registadas ao nível fónico, lexical, morfológico e sintático eram alvo de atitudes negativas. Por aí, se justificam algumas marcas de preconceitos nos angolanismos presentes nos dicionários portugueses selecionados para este estudo.

A problemática da polaridade, considerando a proposta de Garrioch (1987) ao abordar o tema "Insultos verbais na Paris do século XVIII", parte sempre do dia a dia dos povos. Para Garrioch (1987), os insultos podem chocar, entreter ou divertir. Estes resultam do conflito humano e estão presentes em todas as culturas e línguas são, às vezes, pitorescos, quase sempre repetitivos e expressões extenuadas cujo significado original só é lembrado remotamente.

A proposta apresentada por Gonçalves (2010), embora faça referência aos anos 70 da Nossa Era, encontra razão de ser porque os dicionários selecionados registam léxicos que abrangem os séculos XIX e XX e abarcam unidades de outras línguas (Casteleiro, 2001) e as formas de discursos, são um produto da sociedade na qual são veiculados.

"O princípio central da sociolinguística é que o falar é um ato cuja importância se situa além da definição literal contida nos dicionários, das palavras usadas." (Garrioch, 1987, p. 121). No caso dos africanismos, mais propriamente dos angolanismos, apesar de já se registarem na descrição de unidades lexicais cujo uso, hoje, poderia ser problemático, a inclusão da informação pragmático-contextual e retórico, porém ainda assim se verificam alguns problemas que merecerão a atenção nesta abordagem.

O estudo sobre a afetividade dos angolanismos, neste trabalho, passou pelo levantamento de unidades identificadas com as marcas <Angol>, <kik>, <kimb> e <umb> nos dicionários contemporâneos. Existem alguns trabalhos que abordam matérias relacionadas com as polaridades na língua portuguesa dos quais destacamos:

- o **SentiLex-PT**, léxico de sentimento concebido especificamente para análise de sentimentos e opinião sobre entidades humanas em textos redigidos em português (Carvalho & Silva, 2015);
- o **LIWC** (Linguistic Inquiry and Word Count), um software de análise de texto, também conhecido como dicionário LIWC, recentemente disponibilizado para a língua Portuguesa e utilizado para a classificação dos sentimentos nos textos da variedade brasileira. (Balage Filho, Pardo, & Aluísio, 2013);
- o **ReLi-Lex**, também referente à variedade brasileira, criado a partir de um *corpus* composto por resenhas de livros publicadas na internet, anotado, que visa recolher informação de opinião e mostrar como a dimensão afetiva encontra espaço na descrição da língua, além de contribuir para o ensino de línguas estrangeiras (Freitas, 2013);
- **Opinion Lexicon** é um recurso linguístico com anotações de orientação semântica (positiva e negativa) e que serve para elaboração de opiniões. Também é conhecido como um dicionário para análise de sentimentos, construído com base em três métodos, designadamente: corpus-based, thesaurus-based e no sistema de tradução automática. A versão 2.1 é composta por 30.678 entradas das quais 30.236 são palavras e 442 são frases. (Souza, Vieira, Chishman, & Alves, 2011).

Estes são alguns dos trabalhos sobre análise de sentimentos ligados às variedades europeia e brasileira da língua portuguesa, porém não temos referências sobre estudos da mesma natureza para as variedades africanas, mais concretamente, a angolana.

Várias poderão ser, em nosso entender, as razões de base para que não haja referências de estudos dessa natureza para a realidade angolana. Uma das razões poderia ser, como disse Inverno (2018), o facto de estar em formação a variedade do português com tendência a generalizar-se a todo o território como L1 e L2 de um número crescente de angolanos. A incipiência ou a inexistência na descrição e análise de sentimentos da variedade em formação devem-se à falta de *corpora*, anotados e não anotados, do português falado em Angola, que ateste todos os domínios e esteja disponível para os investigadores.

A segunda razão assenta na atitude de rejeição de alguns falantes diante do léxico por eles criado e no reconhecimento e institucionalização dessas inovações (Gonçalves, 2010). Embora, ultimamente tivesse havido esforços no sentido de se fazer a descrição da variedade

angolana do português, todavia a abordagem para a análise do estudo do léxico circunscreve-se, geralmente, a duas vertentes, nomeadamente: a vertente dos empréstimos, originários das línguas bantu e a vertente da atribuição de novos valores semânticos a palavras já existentes (Cambuta, 2018; Costa, 2015; Gonçalves, 2013; Mingas, 2007). O estudo dos angolanismos precisa fortalecer-se e incorporar a dimensão da metalexicografia com a qual será possível, entre outros, atender questões como a da polaridade.

Se a autorrejeição contribuiu para falta de estudos dessa natureza, a terceira razão é consequência do facto de que o interesse pela linguagem afetiva tem ocupado uma posição periférica (Freitas, 2013).

Apesar de a dicionarização dos angolanismos ser um facto (Casteleiro, 2001; Ferreira, 1986; Houaiss & Villar, 2011), é preciso ir além da mera recolha lexicográfica de aceções. Questões como as ligadas ao estudo da polaridade começam a ser preocupação dos estudiosos (Carvalho & Silva, 2015; Gomes, 2012; Liu, 2008, 2015; Maia & Leal, 2017; Silva et al., 2018) primeiro, por serem unidades que fazem parte do léxico da língua geral atestadas nos dicionários e, segundo, porque estas unidades podem ser utilizadas para veicular um determinado sentimento ou emoção (Carvalho & Silva, 2015). O processamento das informações (Freitas, 2013) poderá servir para analisar eventuais usos conotativos sempre que se recorrer a uma destas unidades para expressar qualquer tipo de opinião.

Tomamos como exemplo o DLPC, que nem sempre apresenta informações sobre a possível polaridade no uso dos angolanismos recolhidos. Um problema já apontado por Freitas (2013) ao referir que a não inclusão da informação conotativa nos dicionários deve-se ao facto de esta depender essencialmente do contexto.

A recolha de informações com indicação da polaridade ([+] ou [-]) nos dicionários seria de grande valia, porque permitiria ao consulente uma maior precisão no uso do léxico.

A título ilustrativo, apresentamos, na tabela 31, alguns angolanismos extraídos do DLPC em que se poderá inferir, a partir das suas definições a polaridade associada a cada um deles:

Tabela 31 Angolanismos no DLPC e a polaridade por associar a partir das definições

Angolanismo	Definição
banga	demonstração ostensiva
banzo	atónito
bassula	tramoia
bisneiro	negociante (vigarista)

cafucufuco	romper da aurora
calundu	mau humor
camuelo	avarento
candonga	mercado negro
cangundo	pessoa branca de baixa condição social
confiado	fiel
diquende	pão das populações dos musseques
encafifar	sentir desagrado, dar má sorte
infelicidade	óbito
liamba	limbeiro=usuário de substâncias proibidas
maca	desentendimento, problema
malamba	infelicidade, problema
muamba	negócio ilícito
muata	indivíduo macambúzio
quitaba	sujidade castanha nos dentes
sanzala	povoação de negros
xingação	Insultos

Fonte:elaboração própria.

Assim, e de acordo com as definições apresentadas na tabela 31, pode-se inferir na tabela 32 as seguintes polaridades:

Tabela 32 Angolanismos com polaridades positivas e com polaridades negativas

Polaridade Positiva	mais-velho, confiado
Polaridade Negativa	bassula, camuelo, cangundo, encafifar, ficar banzado, maca, malamba, xingação, infelicidade, calundu, sanzala, candonga, candongueiro, banzo, bisneiro, diquende, muamba, muata, quitaba, liamba.

Fonte: elaboração própria

8.4.2. Orientação semântica dos angolanismos multipalavra

A reflexão sobre a orientação semântica dos angolanismos multipalavra[39] nos dicionários contemporâneos portugueses e no DRA partiu do pressuposto referido por Guidotti (2018) segundo o qual, não seria viável registar todos os sentidos que a lexia tem para cada indivíduo,

[39] Sobre os angolanismos em estruturas multipalavra, *vd. supra* 7.4.

de acordo com a sua subjetividade, se o dicionário seguisse os pressupostos da Semântica Cognitiva; a esse, acresce-se o facto de a língua não ser um sistema alheio à cultura em que se desenvolve, sendo portanto, um produto cultural com um marcado caráter simbólico para os seus falantes (Cabeza Pereiro & Rodríguez Barcia, 2013)

O estudo da orientação semântica dos angolanismos passa por classificar os significados destas unidades em unidade lexicais superiores. E para classificar estas unidades seguiu-se os critérios apontados por Bacelar do Nascimento (2013) que apresenta a distribuição das unidades multilexicais por áreas semânticas e pragmáticas, as quais foram adaptados aos angolanismos que adiante elencamos:

a) expressões caraterizadoras de rituais: *remédio de quimbundo*, estender o molambo, fazer o comba, comer o ovia;
b) designativas matrimoniais: *mãe-a-kota, mãe-a-ndengue;*
c) expressão designativa de escalão etário: *cassulinha da bola*;
d) expressão designativa de fenómeno atmosférico: *sol-dos-cazumbis*;
e) expressões designativas de fenómenos sociais: *deslocado de guerra, refugiado de guerra, mutilado de guerra, venda ambulante, mulher zungueira*;
f) expressões com uma função exclusivamente pragmática: saudação e fórmulas de cortesia: *dar, estar [canawa/ciwa], candando, dar cuata, benguelecar alguém, salapo ciwa, chaleno quiambote*;
g) provérbios[40]

A orientação dos angolanismos multipalavras estará dependente da composição dos elementos que as compõem e o dicionário que se pretende construir seguirá o mesmo modelo apresentado no SentiLex (Carvalho & Silva, 2015) contendo as seguintes informações:

a) Lema: forma masculina, singular para adjetivos e nomes que flexionam em número e o infinitivo para verbos e expressões idiomáticas;
b) Categoria gramatical: adjetivo, nome, verbo;

[40] A perspetiva avançada por Vilela (2002, p. 34) vincou na medida em que "os provérbios foram aqui entendidos como o discurso do dever/fazer, um sistema fechado, autónomo, em que o autor é a própria comunidade. São autênticos textos - textos institucionalizados -, funcionam em bloco e reportam-se a saber antigo." O caráter fechado dos provérbios abre espaço para as construções multilexicais.

c) Atributo de sentimento: polaridade (POL)

(= polaridade: positiva (1), negativa (-1) ou neutra (0)

d) Alvo da polaridade: tipo humano (HUM), com função de sujeito (NO) e/ou complemento (N1);

e) Classificação de polaridade: manual ou automática.

Não temos referências de estudos sobre análise de sentimentos voltados para o léxico do português da realidade angolana. Todavia, é ponto assente que a escolha dos lemas nas obras lexicográficas está condicionada a critérios como a frequência com que uma determinada lexia aparece nos enunciados dos membros de uma determinada comunidade linguística (Guidotti, 2018). Os angolanismos, embora em número reduzidos, representados, principalmente nos domínios da gastronomia, religião e cultura já estão descritos nos dicionários (Casteleiro, 2001; Ferreira, 1986; Houaiss & Villar, 2011; Ribas, 2014; Weiszflog, 1998). Cabe agora analisar o tipo de informações que estas lexias veiculam e quais as suas propriedades.[41]

Uma reflexão sobre estes dicionários vai permitir, como defendeu Liu (2015), estudar as unidades lexicais objetivas, mediante a análise de sentimentos. O já referido autor continua com o seu argumento dizendo que a análise de sentimentos, ou mineração de opinião, visa identificar opiniões ou sentimentos positivos e negativos expressos ou implícitos no texto e também os alvos dessas opiniões ou sentimentos, tendo sempre presente que "no desenvolvimento do léxico de sentimento, deve ter-se em consideração os diferentes contextos sintático-semântico em que as palavras podem ocorrer" (Carvalho & Silva, 2015, p. 427).

Recolher os angolanismos multipalavra e identificar a orientação de sentimento associado a cada um deles é um dos propósitos da reflexão em curso.

O estudo da orientação semântica dos angolanismos multipalavra é importante, na medida que ajuda a perceber, mediante os elementos que constituem essas estruturas e as marcas que os dicionários poderão fornecer, as associações positivas ou negativas que estas unidades apresentam. Este estudo vai permitir que o usuário saiba distinguir o valor de cada uma destas. A sua importância revela-se também no facto de permitir o tratamento automático

[41] Para Bacelar do Nascimento (2013) estas propriedades manifestam-se no plano paradigmático e no plano sintagmático. As primeiras permitem a substituição de cada um dos elementos de uma unidade multilexical por outros elementos com um significado semelhante ou próximo, mantendo constante a estrutura da expressão ao passo que as propriedades sintagmáticas dizem respeito à maneira como os vários elementos que formam as unidades multilexicais se combinam linear e hierarquicamente entre si.

de modo a poder aferir-se a subjetividade e a manifestação de emoções num texto escrito em relação a certas entidades nomeadas de forma explícita ou implícita (Silva et al., 2018).

O procedimento para o estudo da orientação semântica dos angolanismos multipalavra passa, em primeiro lugar, pela extração de unidades multipalavra. A extração dos angolanismos foi feita nos dicionários contemporâneos portugueses e no DRA. Nos dicionários contemporâneos portugueses, os angolanismos foram extraídos mediante a técnica de pesquisa reversa ao passo que no DRA[42], por não haver uma versão digitalizada da obra, a recolha foi feita de forma manual.

Para anotar as polaridades das aceções marcadas com angolanismos seguiu-se o modelo adotado por Silva et al (2018) que tomaram como base as categorias nomes, adjetivos e multipalavras e observou-se os seguintes critérios: domínio, etimologia, definição, abonação e a fonte (*vd.* Tabela 33).

Tabela 33 Modelo de anotação do corpus

Análise da polaridade nas aceções marcadas como angolanismos no DLPC					
Angolanismos marcados com <kimb>					
entrada	cat. gramatical:	dom:	etimologia	definição	Abonação: fonte:
Aiuê,	interj.		(do quimb. aiuê)	Angol. geo: Bras. geo: Moç. Exclamação que exprime dor, lamento, alegria ou prazer.	"Aiuê, minha irmã nas brincadeiras! Quem te mandou morrer?" (Ribas, Uanga, 244)
Angola	n.f		do quimb. Ngola	Certa variedade de capoeira	
Arimo	n.m		do quimb. Kurima 'lavrar', 'cultivar	Angol. Pequena exploraçao agrícola.≈lavra≈quinta≈sítio	
Moleca	n.m.		do quimb. muleki, menino	jovem ou criança negra de qualquer sexo. Criado, serviçal jovem	O moleque gostava de jogar à bola, rua, com os vizinhos.

Fonte:elaboração própria.

[42] Inicialmente, o *corpus* de referência era apenas os dicionários contemporâneos portugueses depois decidimos incluir o DRA por apresentar vários elementos que ajudam a enriquecer o trabalho.

8.4.3. Descrição do procedimento de análise da polaridade

Uma palavra tem determinada polaridade quando é utilizada de forma sistemática para expressar um sentimento sobre algo (Freitas, 2013). É sobre os procedimentos de análise da polaridade nas aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses que se ocupa esta parte do trabalho. Para isso, foram utilizados recursos como:

a) *LinguaKit* (Gamallo & Garcia, 2017), que mediante o módulo "análise de sentimentos"(Gamallo & Garcia, 2017, p. 19) permitiu classificar as aceções, marcadas como angolanismos em positiva, negativa ou neutra, a partir de ficheiros (com_angol.txt e sem_angol.txt.), da mesma medida (número de carateres do documento; número de palavras e número de verbetes) com dados extraídos dos dicionários;

b) *SentiLex* (Carvalho & Silva, 2015), que serviu de *seed words*[43] (Taboada, Brooke, Tofiloski, Voll, & Stede, 2011) e permitiu comparar os ficheiros acima referidos (com_angol.txt e sem_angol.txt).

A construção do primeiro ficheiro (com_angol.txt) foi feita, utilizando técnicas de pesquisa reversa, sempre que os dicionários ou as bases de dados permitissem, mediante a extração das aceções identificadas como angolanismos, usando as etiquetas <Angol>, <umb.>, <kik>, <kimb> e a exclusão das etiquetas para os sem angolanismos.

O segundo ficheiro (sem_angol.txt) foi construído selecionando aleatoriamente verbetes sem as referidas etiquetas.

Para a descrição do procedimento de análise da polaridade nas aceções marcadas com angolanismos baseamo-nos no trabalho de Taboada et al (2011), que afirmam existirem duas principais abordagens para o problema da extração automática de sentimento, nomeadamente:

- A baseada no léxico: cálculo da orientação para documento partindo da orientação semântica das palavras ou das frases (Turney, 2002);

- A classificação de texto: consiste na construção a partir de instâncias rotuladas de textos ou frases (Pang, Lee, & Vaithyanathan, 2002).

[43] De acordo com Taboada et al (2011, p. 271) Seed words are a small set of words with strong negative or positive associations, such as excellent or abysmal.

À semelhança de Taboada et al (2011) seguiremos a abordagem baseada no léxico (Turney, 2002). A razão dessa escolha prende-se com o facto de estarmos a trabalhar com dicionários contemporâneos portugueses.

O propósito desta recolha é o de confirmar ou não as hipóteses levantadas em estudos sobre os preconceitos ou estereótipos racistas presentes nos dicionários, segundo as quais estes tipos de problemas estão baseados num pequeno grupo de casos.

Para o efeito, fez-se um levantamento, do ponto de vista da polaridade (Freitas, 2013) do conteúdo das definições, exemplos e abonações de quatro dicionários contemporâneos da língua portuguesa, nomeadamente: a base de dados do DLPC, o Houaiss, a versão eletrónica do Michaelis e o Caldas Aulete na sua versão eletrónica também conhecida por Aulete Digital, das aceções marcadas com a etiqueta <Angol> ou das formas descritas nas obras referenciadas originárias das línguas angolanas: umbundo, quimbundo ou quicongo.

A recolha dos angolanismos e dos não angolanismos (nos ficheiros com os títulos com_angol.txt e sem_angol.txt, já referidos) foi feita por dicionários, obedecendo aos seguintes passos:

1. criação de ficheiros com_angol.txt

a) DLPC: dplc_com_angol.txt (21.996 palavras);

b) HOUAISS: houaisscom_angol.txt (21.996 palavras);

c) AULETE: cauletecom_angol.txt (8.366 palavras);

d) MICHAELIS: michaeliscom_angol.txt (.345 palavras)

2. Criação de ficheiros sem_angol.txt construídos aleatoriamente:

a) dplc_sem_angol.txt (21.996 palavras);

b) houaiss_sem_angol.txt (21.996 palavras)

c) cauletesem_angol.txt (8.366 palavras);

d) michaelis_sem_angol.txt (.345 palavras).

3. A contagem das palavras:

Os ficheiros em análise têm de apresentar o mesmo número de palavras, por exemplo: dplc_com_angol.txt (21.996 palavras) vs dplc_sem_angol.txt (21.996 palavras).

Mediante a ferramenta de análise de sentimentos do LinguaKit (https://linguakit.com/en/sentiment-analysis), utilizando uma listagem de palavras a que Taboada et al (2011, p. 271) chamaram de *seed word* previamente etiquetadas com uma determinada polaridade (positiva, negativa ou neutra) foi possível, como se vê na tabela 34, fazer:

a) A análise de palavras positivas, negativas e neutras:

Tabela 34 Análise de palavras positivas, negativas e neutras em ficheiros com_angol.txt

		DLPC	
Códigos utilizados	Extração	cat dplc_com_angol.txt |./linguakit sent pt dlpc_com_angol.txt > sentdlpcom_angol.txt	
	Contagem	cat dplc_com_angol.txt |./linguakit sent pt dlpc_com_angol.txt > sentdlpcom_angol.txt	
	Classificação das ocorrências	sentdlpcom_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE'[44] | uniq -c > sentdlpcompos_angol.txt]	
Resultados	**Negativo**	**Positivo**	**Neutro**
	290	226	771
		HOUAISS	
Códigos utilizados	Extração	cat houaisscom_angol.txt |./linguakit sent pt houaisscom_angol.txt > senthouaisscom_angol.txt	
	Contagem	cat houaisscom_angol.txt |./linguakit sent pt houaisscom_angol.txt > senthouaisscom_angol.txt	
	Classificação das ocorrências	senthouaisscom_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > senthouaisscom_posangol.txt]	
Resultados	**Negativo**	**Positivo**	**Neutro**
	100	77	253
		AULETE	
Códigos utilizados	Extração	cat cauletecom_angol.txt|./linguakit sent pt cauletecom_angol.txt > sentcauletecom_angol.txt	
	Contagem	cat cauletecom_angol.txt|./linguakit sent pt cauletecom_angol.txt > sentcauletecom_angol.txt	
	Classificação das ocorrências	sentcauletecom_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > sentcauletecom_posangol.txt]	

[44] Note-se que no comando [cat sentf_com_angol.txt |egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE; NONE' uniq -c> sentfcomangol_qt.txt] a seguir ao egrep -o 'POSITIVE' o sinal # surge para fazer um comentário. Recorremos a ele para dizer que as informações que aparecem a seguir ao **comentário são alternativas para buscar a polaridade NEGATIVE ou NONE evitando assim a repetição do comando.**

Resultados	Negativo	Positivo	Neutro
	227	227	599
		MICHAELIS	
Códigos utilizados	Extração	cat michaeliscom_angol.txt |./linguakit sent pt michaeliscom_angol.txt > sentmichaeliscom_angol.txt	
	Contagem	cat michaeliscom_angol.txt |./linguakit sent pt michaeliscom_angol.txt > sentmichaeliscom_angol.txt	
	Classificação das ocorrências	sentmichaeliscom_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > sentmichaeliscom_posangol.txt]	
Resultados	Negativo	Positivo	Neutro
	208	190	57

Fonte:elaboração própria.

Recorremos aos mesmos procedimentos para a contagem dos ficheiros sem_angol.txt. A tabela 35 apresenta os resultados.

Tabela 35 Análise de palavras positivas, negativas e neutras em ficheiros sem_angol.txt

		DLPC	
Códigos utilizados	Extração	cat dplc_sem_angol.txt |./linguakit sent pt dlpc_sem_angol.txt > sentdlpsem_angol.txt	
	Contagem	cat dplc_sem_angol.txt |./linguakit sent pt dlpc_sem_angol.txt > sentdlpsem_angol.txt	
	Classificação das ocorrências	sentdlpsem_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > sentdlpcompos_angol.txt]	
Resultados	Negativo	Positivo	Neutro
	560	592	4429
		HOUAISS	
Códigos utilizados	Extração	cat houaiss_sem_angol.txt |./linguakit sent pt houaiss_sem_angol.txt > senthouaissem_angol.txt	
	Contagem	cat houaiss_sem_angol.txt |./linguakit sent pt houaiss_sem_angol.txt > senthouaissem_angol.txt	
	Classificação das ocorrências	senthouaissem_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > senthouaissem_posangol.txt]	
Resultados	Negativo	Positivo	Neutro
	70	80	31
		AULETE	
Códigos utilizados	Extração	cat cauletesem_angol.txt|./linguakit sent pt cauletesem_angol.txt > sentcauletesem_angol.txt	
	Contagem	cat cauletesem_angol.txt|./linguakit sent pt cauletesem_angol.txt > sentcauletesem_angol.txt	
	Classificação das	sentcauletesem_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > sentcauletesem_posangol.txt]	

	ocorrências		
Resultados	Negativo	Positivo	Neutro
	268	354	795
		MICHAELIS	
		cat michaelis_sem_angol.txt |./linguakit sent pt michaelis_sem_angol.txt > sentmichaelissem_angol.txt	
	Extração		
		cat michaelis_sem_angol.txt |./linguakit sent pt michaelis_sem_angol.txt > sentmichaelissem_angol.txt	
Códigos utilizados	Contagem Classificação das ocorrências	sentmichaelisem_angol.txt [egrep -o 'POSITIVE #NEGATIVE, NONE' | uniq -c > sentmichaelisem_posangol.txt]	
Resultados	Negativo	Positivo	Neutro
	82	184	216

Fonte:elaboração própria

8.4.4. Resultados da análise da polaridade

Como já foi dito, a nossa abordagem usa o modelo de Turney (2002), igualmente seguida por Taboada et al (2011), baseada no léxico. Nesta abordagem, os dicionários constituem a base para compreender a polaridade das unidades lexicais neles descritos. Para isso, fez-se, inicialmente a recolha de angolanismos em quatro dicionários contemporâneos da língua portuguesa e a seguir, uma comparação entre os ficheiros com os dados das unidades lexicais oriundas das línguas bantu faladas em Angola e os ficheiros com unidades lexicais da língua Portuguesa não marcadas como sendo angolanismos selecionadas aleatoriamente com o intuito de saber em qual dos ficheiros há mais palavras positivas, negativas ou neutras.

Assim, para o cálculo da polaridade servimo-nos do LinguaKit pelo facto de os módulos funcionarem também em português e por ser um recurso que considera as variedades escritas utilizadas na ortografia da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa (Gamallo & Garcia, 2017), aspeto importante tendo em conta alguns dos dicionários que foram aqui objeto de análise.

Efetivamente, o modulo análise de sentimento do LinguaKit permitiu classificar uma oração como tendo uma opinião positiva, negativa ou neutra (Gamallo & Garcia, 2017). Foi por

via desse módulo que extraímos as polaridades, agrupadas por dicionários conforme indicam as tabelas que se seguem (*vd.* Tabelas 36, 37, 38 e 39).

Tabela 36 Dados do DLPC

DLPC				
POLARIDADE	COM ANGOL.TXT	%	SEM ANGOL.TXT	%
NEGATIVA	290	22.53%	560	10.03%
POSITIVA	226	17.56%	592	10.61%
NEUTRA	771	59.91%	4429	79.36%
TOTAL	1287	100%	5581	100%
N.º de carateres do ficheiro: 130.447 N.º de palavras: 21.996 N.º de verbetes: 393				

Fonte:elaboração própria.

Para o estudo da polaridade no DLPC foram analisados 393 verbetes os quais continham 21.996 palavras, o que correspondia a 130.447 carateres. A tabela 36 ficou repartida em dois ficheiros, nomeadamente: com_angol.txt e sem_angol.txt do mesmo dicionário. De um total de 1287 palavras, 290, o que corresponde a 22,53%, foram classificadas como sendo negativas, 226 como positivas equivalente, a 17,56 % e 771, correspondente a 59,91%, como neutras. Ao passo que no ficheiro sem_angol.txt no universo de 5581 palavras 560, são negativas, 592 positivas e 4429 neutras.

Os dados recolhidos no DLPC permitem depreender que no ficheiro com_angol.txt o índice de palavras negativas é alto em relação às palavras positivas, ao contrário do que acontece no ficheiro sem_angol.txt no qual se regista um equilíbrio em relação à percentagem da valoração negativa e positiva das palavras analisadas.

Tabela 37 Dados do HOUAISS

HOUAISS				
POLARIDADE	COM ANGOL.TXT	%	SEM ANGOL.TXT	%
NEGATIVA	100	23.26%	70	38.67%
POSITIVA	77	17.91%	80	44.20%
NEUTRA	253	58.84%	31	17.13%
TOTAL	430	100%	181	100%
N.º de carateres do ficheiro: 125.331 N.º de palavras: 21.996 N.º de verbetes:450				

Fonte:elaboração própria.

Relativamente aos dados do HOUAISS, na tabela 37, foram processados 450 verbetes com 21.996 palavras correspondentes a 125.331 carateres. À semelhança da tabela anterior, os dados do ficheiro foram repartidos de acordo com o tipo de informação selecionada. Assim, de um total de 430 palavras do ficheiro com_angol.txt, 100 palavras são negativas, 77 positivas e 253 não foram marcadas, ou seja, são neutras. No ficheiro sem_angol.txt, das 181 palavras, 70 são negativas, 80 positivas e 31 neutras.

O índice de palavras negativas é maior no ficheiro com_angol.txt, representando 23,26% contra os 17.91% das palavras positivas. O mesmo não acontece no ficheiro sem_angol.txt em que o índice de palavras negativas é menor, fixado em 38,67% contra os 44,20% das palavras positivas.

Tabela 38 Dados do AULETE DIGITAL

AULETE DIGITAL				
POLARIDADE	**COM ANGOL.TXT**	**%**	**SEM ANGOL.TXT**	**%**
NEGATIVA	277	25.11%	268	18.91%
POSITIVA	227	20.58%	354	24.98%
NEUTRA	599	54.31%	795	56.10%
TOTAL	1103	100.0%	1417	100.0%
N.º de carateres do ficheiro: 53.018 N.º de palavras: 8.366 N.º de verbetes:106				

Fonte:elaboração própria.

A tabela 38 mostra que foram recolhidos, de forma manual, 106 verbetes no AULETE, correspondentes a 8.366 palavras e 53.018 carateres. Os ficheiros foram agrupados em com_angol.txt e, nesses, a valoração obedeceu à seguinte ordem: 277 palavras negativas, 227 positivas e 599 neutras, o que perfez um total de 1103 palavras; no ficheiro sem_angol.txt com um total de 1417 palavras a distribuição compreendeu a seguinte valoração: 268 palavras negativas, 354 positivas e 795 neutras.

Os dados dos dois ficheiros, demonstraram há mais palavras negativas nos ficheiros com_angol.txt do que nos ficheiros sem_angol.txt ao passo que há menos palavras positivas nos ficheiros com_angol.txt do que nos ficheiros sem_angol.txt.

Tabela 39 Dados do MICHAELIS

MICHAELIS				
POLARIDADE	COM ANGOL.TXT	%	SEM ANGOL.TXT	%
NEGATIVA	208	33.88%	82	17.01%
POSITIVA	190	30.94%	184	38.17%
NEUTRA	216	35.18%	216	44.81%
TOTAL	614	100%	482	100%
N.º de carateres do ficheiro: 49.440				
N.º de palavras: 7.465				
N.º de verbetes: 106				

Fonte:elaboração própria.

Os resultados dos dados do MICHAELIS, na tabela n.º 39, comportam os seguintes valores: 106 verbetes abarcando 7.456 palavras com 49.440 carateres. O ficheiro com_angol.txt apresenta um total de 614 palavras com a seguinte informação da polaridade: 208 negativas, 190 positivas e 216 neutras. Fazendo uma comparação da informação da polaridade nesse ficheiro é fácil perceber que os números com a valoração negativa superam os que apresentam a valoração positiva; quanto ao ficheiro sem_angol.txt a valoração é: 82 negativas contra 184 positivas e 482 neutras.

Comparando os dois ficheiros os dados indicam que mais palavras negativas nos ficheiros com_angol.txt, enquanto no ficheiro sem_angol.txt há mais palavras positivas do que negativas.

A tabela 40 apresenta a soma dos dados existentes em todos os ficheiros analisados.

Tabela 40 Dados da soma de todos os dicionários

SOMA DE TODOS OS DICIONÁRIOS				
POLARIDADE	COM ANGOL.TXT	%	SEM ANGOL.TXT	%
NEGATIVA	875	25.48%	980	12.79%
POSITIVA	720	20.97%	1210	15.79%
NEUTRA	1839	53.55%	5471	71.41%
TOTAL	3434	100%	7661	100%
N.º de carateres do ficheiro: 358.236				
N.º de palavras: 59823				
N.º de verbetes:1055				

Fonte:elaboração própria.

Consideramos a soma de todos os ficheiros como base de análise e dividimo-los em dois polos. No primeiro polo com um total de 3434 palavras colocamos o ficheiro em que foram

recolhidos os angolanismos (com_angol.txt) no qual 25,48 % é constituído por palavras negativas contra os 20,97% de palavras positivas; no outro polo com o ficheiro dos verbetes em que não há angolanismos (sem_angol.txt), a operação acontece de forma inversa, havendo um registo de 12,79% de palavras negativas em detrimento de 15,79 % de palavras positivas.

Assim, 25,48% das palavras do ficheiro com_angol.txt são negativas contra 12,79% dos ficheiros sem_angol.txt.

Como indicado no início do capítulo, esta parte do trabalho visou analisar, do ponto de vista da polaridade, as aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses. Como ponto de partida para a análise aventou-se como hipótese que o número de palavras marcadas como sendo negativas seria maior no caso dos ficheiros contendo angolanismos, como já adiantam estudos sobre os preconceitos ou estereótipos racistas presentes nos dicionários, mas frequentemente baseados num pequeno grupo de casos.

A hipótese de partida confirma-se sendo que quanto maior for o número de palavras das línguas angolanas maior é o índice da polaridade negativa ao passo que quanto maior for o número de palavras de origem portuguesa maior é o índice de polaridade positiva. Dito de outro modo, há mais palavras negativas nos ficheiros com angolanismos do que nos ficheiros sem angolanismos.

Os resultados da análise foram apresentados em tabelas, dentre os quais destacamos que os resultados dos dados analisados demonstraram que 25,48% das palavras do ficheiro em que foram recolhidos os angolanismos (com_angol.txt) são negativas contra 12,79% do ficheiro dos verbetes em que não há angolanismos (sem_angol.txt). Havendo assim, mais palavras negativas no ficheiro em que foram recolhidos os angolanismos do que positivas e menos palavras negativas e mais positivas no ficheiro dos verbetes em que não há angolanismos.

CONCLUSÕES

O contacto entre a língua portuguesa com outros povos, no caso em aqui em estudo, o povo angolano, fez com que essa língua recebesse contribuições de um certo número de palavras oriundas das línguas bantu, tendo enriquecido o seu léxico, não apenas com unidades lexicais novas, como também com novas expressões. (Chicuna, 2015; Quivuna, 2014)

O presente estudo teve como principal propósito analisar e estudar o funcionamento no português dessas unidades lexicais oriundas das línguas bantu no português de Angola.

A presença dos angolanismos nos dicionários selecionados para o estudo é sinal de que estes são usados com alguma frequência no dia a dia desse povo. Não foi feito um estudo para saber, com precisão, a frequência de uso dos angolanismos em publicações *online*, em jornais ou textos de outra natureza, escritos por angolanos e não só. Todavia, ao abordarmos sobre as funções comunicativas com angolanismos, recorremos às publicações *online* para extração dos contextos e, a partir dos contextos de uso, identificarmos o tipo de função comunicativa.

Na primeira parte do trabalho refletimos sobre o contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas, causas do mesmo e o impacto da entrada de unidades lexicais das línguas bantu no léxico do português. Estas unidades foram designadas por angolanismos. O processo do contacto deu lugar a empréstimos linguísticos que marcaram com caraterísticas diferentes o português falado em Angola, quando comparado com o português de Portugal ou do Brasil.

As nossas leituras revelaram que os estudos sobre a variedade angolana do português são relativamente recentes, sendo o ano de 1980 apontado como o período em que começam a surgir os primeiros sinais de consistência destes estudos (Marques, 1985; Mendes, 1985).

No nosso trabalho passamos em revista alguns estudos sobre vários domínios de descrição linguística do português em Angola (Adriano, 2015; Chavagne, 2005; Fernandes & Ntondo, 2002; Galduroz, 2006; Gerards, 2018; Gonçalves, 2013; Inverno, 2018; Manuel, 2015; Marques, 1985; Mendes, 1985; Miguel, 2019; Miguel, 2014; Mingas, 2007; Nzau et al., 2013; Quinta et al., 2017; Undolo, 2017; Viti, 2012), centramo-nos nos domínios lexicológico e

lexicográfico, nomeadamente no estudo da dicionarização de unidades lexicais provenientes das línguas bantu em alguns produtos lexicográficos do português.

Os angolanismos aparecem em textos de obras literárias de escritores angolanos, e não só, como forma de patentear o linguajar das populações, cujo léxico, a medida do tempo e, por força da frequência de uso, foram incorporados em obras lexicográficas de referência em português.

As unidades lexicais das línguas bantu entraram no português devido aos contactos entre as duas línguas. A preocupação de procurar, dentro da língua portuguesa, as palavras advindas desse contacto específico acontece em meados do século XIX. A recolha feita por Saraiva (1837), na obra "Glossário de Vocábulos Portugueses das Línguas Orientais e Africanas" demonstrou o período em que as unidades de origem africana começaram a ser descritas.

O levantamento dos angolanismos foi feito em quatro dicionários: no DPLC, no Aulete Digital, no Houaiss e no Michaelis, em que se analisou a representatividade dos termos bantu no português. A envergadura, a dimensão e a importância dessas obras estiveram na base da escolha.

Os dados extraídos nos dicionários (*vd*. tabela nº 29) apontaram que, de um total de 1426 angolanismos, 443 têm origem no quimbundo, 68 no quicongo e 49 no umbundo. Apontamos como causas desta supremacia da língua quimbundo o facto de os angolanismos estarem marcados exclusivamente como originários do quimbundo quando podiam registar dupla ou tripla origem (e.g. *bamba, bambi, binda, buala, cacimba, calema, calundu, calunga, camba, cambo-sonhi, cota, damba, disombe, macumba, mamona, muamba, mucanda, musseque, quicuanga, quimbo, quitaba, soba, umbanda)*

A falta de *corpora* das línguas angolanas contribuiu para que a descrição de alguns aspetos dessas línguas, presentes no léxico do português não fossem observados. A construção de *corpora* consolidaria alguns aspetos do léxico do português em Angola e minimizaria problemas como os que se registam em *caçula, marimbondo, matete, muata* em que a atribuição da origem não corresponde ao que foi atribuída.

No Houaiss, a funcionalidade pesquisa reversa não cobre todas as unidades relacionadas aos angolanismos. A atribuição da marca <orig. obsc.> ao lema *muxima*, por exemplo, poderá estar na base da disparidade dos resultados apresentados entre os resultados da pesquisa reversa e os resultados da busca feita de forma manual (*vd* figura 3).

Outras das causas que explica a preponderância da língua quimbundo como fonte de angolanismos no português está relacionada com a questão da relação entre língua, poder político e a religião, destacando de maneira especial em Angola a associação de movimentos políticos a grupos etnolinguísticos.

Pensamos que o tratamento dessas unidades lexicais não teve em consideração fatores como a genealogia das línguas estudadas e a forma como estas unidades entraram na língua, descurando, em grande medida, aspetos sociopolíticos, como os direitos linguísticos e culturais dos diferentes grupos, sobretudo para realidades em que as marcas étnicas poderiam ser motivo de eventuais conflitos étnicos.

No plano religioso, por arrasto do político, terá contribuído a autoidentificação das igrejas com os movimentos políticos. Assim, as igrejas ficaram distribuídas pelos seguintes espaços de ação:

DISTRIBUIÇÃO DA IGREJAS POR ESPAÇOS DE AÇÃO				
GRUPO ETNOLINGUÍSTICO	**IGREJA**	**LOCALIZAÇÃO**	**LÍNGUA**	**PARTIDO ASSOCIADO**
AMBUNDO	Metodista	Norte	Quimbundo	MPLA
BACONGO	Batista	Norte	Quicongo	FNLA
OVIMBUNDO	Congregacional	Centro-sul	Umbundo	UNITA

Fonte: adaptado de Schubert (1999).

O estudo da polaridade foi outro aspeto que mereceu atenção ao longo do nosso trabalho, tendo sido analisadas as aceções marcadas como angolanismos nos dicionários contemporâneos portugueses já referidos, comparando ficheiros em que foram reunidos os angolanismos recolhidos nos verbetes dos dicionários em estudo (com_angol.txt) com ficheiros de verbetes dos mesmos dicionários em que não há angolanismos (sem_angol.txt). O propósito foi o de saber em qual dos ficheiros havia mais palavras positivas, negativas ou neutras.

Desta análise chegamos aos seguintes resultados:

VEBERTES COM ANGOLANISMOS (ficheiros com_ango.txt)		**%**	**VEBERTES SEM ANGOLANISMOS (ficheiros sem_ango.txt)**	**%**
NEGATIVA	875	25,48%	980	12,79%
POSITIVA	720	20,97%	1210	15,41%
NEUTRA	1839		5471	
TOTAL	3434		7661	

Fonte: elaboração própria.

Como podemos ver, o número de palavras negativas é maior em ficheiros em que foram reunidos os angolanismos recolhidos nos dicionários em estudo (com_angol.txt) do que nos ficheiros com verbetes dos mesmos dicionários em que não há angolanismos (sem_angol.txt), em que há mais palavras positivas do que negativas.

TRABALHOS FUTUROS

Ao longo do trabalho utilizamos alguns recursos linguísticos (versão eletrónica de dicionários ou ainda base de dados para a construção de versão eletrónica) e ferramentas informáticas (e.g. LinguaKit) que permitiram análise de forma rápida e eficaz das unidades lexicais que foram objeto de estudo. A extração dos angolanismos nos dicionários ou nas bases de dados foi, em parte, feita mediante a pesquisa reversa, porém houve alguns problemas na extração desses dados, a cobertura da análise de sentimento que o LinguaKit faz é boa para as palavras da língua portuguesa, todavia dá pouca cobertura para os casos com angolanismos, possivelmente por não haver, para a realidade em causa, uma lista previamente marcada semelhante à recolhida no SentiLex, por exemplo.

Assim, traçamos para trabalhos futuros, tarefas que não couberam no trabalho que ora encerra, mas que vai continuar no futuro próximo e que pensamos úteis para dar maior e melhor respostas aos problemas levantados. Entre essas tarefas estão:

a) a criação de um *corpus* das línguas angolanas de origem bantu – para permitir a consolidação das unidades lexicais já registadas nos dicionários, minimizando, deste modo, problemas como o da dupla ou tripla grafia, de significação que não correspondem às unidades lexicais atribuídas;

b) a classificação dos angolanismos mediante o tipo de polaridade positiva, negativa ou neutra.

Esperamos, com esse trabalho futuro, contribuir para abrir caminhos para a construção de ferramentas de PLN aplicadas às línguas angolanas de origem bantu

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionários

Abraham, W. (1974). *Diccionario de terminología linguistica actual*. Tubingen: Editorial Gredos.

Aulete, F. J. de C. (Coord.). (1987). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa, Caldas Aulete* (5ª ed. bra). Rio de Janeiro: Editora Delta.

Casteleiro, J. M. (Coord.). (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da academia das ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/ Editorial Verbo.

Cobe, F. N. (2010). *Novo Dicionário Português-Kikongo I*. Luanda: Mayamba Editora.

Costa, J. A., & Melo, A. S. e (1952). *Dicionário da língua portuguesa* (6.ª ed.). Porto: Porto Editora.

Daniel, H. E. (2010). *Dicionário Português - Umbundu*. Luanda: Mayamba Editora.

Ducrot, O., & Todorov, T. (2007). *Dicionário das ciências da linguagem* (8.ª ed.; A. J. Massano, J. Afonso, M. Carrilho, & M. Font, Trans.). Lisboa: Dom Quixote.

Ferreira, A. B. de H. (Coord.). (1986). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (22ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Fonseca, M. S. (2016). *Pequeno Dicionário Caluanda, 1001 termos da fala de Luanda explicados em português*. Lisboa: Guerra e Paz.

Garcia, H. de, & Nascentes, A. (Coord.). (1987). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (5. ª ed). Rio de Janeiro: Editora Delta.

Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2011). *Dicionário do Português Atual*. Lisboa: Círculos de Leitores.

JR Camara, J. M. C. (1978). *Dicionário de linguística e gramática. Referente à Língua Portuguesa* (8ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Kamuxitu, J. (2008). *Dicionário Português-Kimbundu, Kimbundu- Português* (3.ª ed.). Luanda.

Le Guennec, G., & Valente, J. F. (2010). *Dicionário Português-Umbundu*. Lobito: Escolar Editora.

Lewandowski, T. (1986). *Diccionario de Linguistica* (2ª ed.). Madrid: Catedra Linguistica.

Ribas, Ó. (2014). *Dicionário de regionalismos angolanos*. Luanda: Fenacult.

Varó, E. A., & Martínez, L. M. A. (1997). *Diccionario de linguistica moderna*. Barcelona: Ariel.

Weiszflog, W. (Ed.). (1998). *Michaelis: moderno dicionário da Língua Portuguesa*. S. Paulo: Companhia Melhoramentos.

Yambo, F. X. (2003). *Pequeno dicionário antroponímico umbundu*. Luanda: Editorial Nzila.

Bibliografia geral

Adriano, S. P. (2015). *A crise normativa do português em Angola, cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* Luanda: Mayamba Editora.

Alles, V. J., Giozza, W. F., & De Oliveira Alburquerque, R. (2018). Processamento de linguagem natural para classificação de entidades nomeadas no Diário Oficial da União Brasileiro. *Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI*, 1–6. https://doi.org/10.23919/CISTI.2018.8399215

Almeida, J. J. D. de. (2003). *Dicionários dinâmicos multi-fonte* (Tese de doutoramento, Universidade do Minho). Retrieved from http://natura.di.uminho.pt/~jj/bib/tesejj.pdf

Almeida, L., & Flores, C. (2017). Bilinguismo. In *Aquisição de língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português,* (pp. 275–304). Berlin: Language Science Press.

Ançã, M. H., Macário, M. J., Guzeva, T., & Gomes, B. (2014). O papel da educação em português na promoção e difusão da língua - um estudo com um grupo de estagiárias. *Revista Lusófona de Educação*, *27*, 93–108.

Andrade, C. (1980). *Literatura Angolana (Opiniões)*. Lisboa: Edições 70.

Angenot, J.-P., Kempf, C. B., & Kukanda, V. (2011). Arte da língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da dialetologia Kimbundu. *Papia*, *21*(2), 231–252.

Bacelar do Nascimento, M. F. (2013). Processos de lexicalização. In E. P. Raposo (Ed.), *Gramática do Português, Vol.I* (pp. 2015–2244). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Balage Filho, P. P., Pardo, T. A. S., & Aluísio, S. m. (2013). An evaluation of the brazilian portuguese LIWC dictionary for sentiment analysis. *Proceedings of the 9th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology*, 215–219. Retrieved from http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/stil/2013/0029.pdf

Barbosa, I. M. F. (1997). *Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégias de superação de desigualdades*. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP.

Baylon, C., & Fabre, P. (1990). *Iniciação à linguística* (T. Verdelho, Trans.). Coimbra: Almedina.

Beckhauser, A. S. (2018). A língua portuguesa como recurso da política externa brasileira à luz da diplomacia cultural. *Domínios de Lingu@gem*, *12*(2), 784–802. https://doi.org/10.14393/dl34-v12n2a2018-2

Berdet Forgas, E. (1996). Lengua, sociedad y diccionario: la ideología. In E. Forgas (Ed.), *Léxico y Diccionarios* (pp. 71–131). Departament Filologies Romàniques.

Bethencourt, F. (2015). *Racismos - das cruzadas ao século XX* (L. O. Santos & J. Q. Edições, Trans.). Lisboa: Temas e Debates Círculo de Leitores.

Bloomfield, L. (1973). *Language*. London: Allen & Unwin.

Bonvini, E. (2002). Palavras de origem africana no portugês do Brasil: do empréstimo à integração. In J. H. Nunes & M. Petter (Eds.), *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro* (pp. 147–162). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes.

Bourdieu, P. (2011). *O poder simbólico* (2ª ed.; F. Tomaz, Trans.). Lisboa: Edições 70.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d' enseignement*. Paris: Editions de Minuit.

Branco, A., Mendes, A., Pereira, S., Henriques, P., Pellegrini, T., Meinedo, H., ... Bacelar, F. (2012). *The portuguese language in the digital age/A língua portuguesa na era digital* (G. Rehm & H. Uszkoreit, Eds.). Retrieved from http://www.meta-net.eu/whitepapers

Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades. In A. C. de S. Mandarino & E. Gomber (Eds.), *Racismos: olhares plurais* (pp. 11–43). Retrieved from http://hdl.handle.net/1822/11002

Cabeza Pereiro, M. del C., & Rodríguez Barcia, S. (2013). Aspectos ideológicos, gramaticales y léxicos del sexismo lingüístico. *Estudios Filológicos*, *52*, 7–27. Retrieved from http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132013000200001&lng=en&tlng=en

Calderón Campos, M. (1994). *Sobre la elaboración de dicionarios monolingues de producción. Las definiciones, los ejemplos y las colocaciones Léxicas*. Granada: Servicio de Publicaciones de la Universidade de Granada.

Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas* (I. de O. Duarte, J. Tenfen, & M. Bagno, Trans.). S. Paulo: Parábola.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas Em Psicologia*, *21*(2), 513–518. https://doi.org/10.9788/tp2013.2-16

Cambuta, J. (2018). *Neologia do português em Angola inovação lexical do português na zona linguística* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10362/59010

Campos, M. H. C., & Xavier, M. F. (1991). *Sintaxe e Semântica do português*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, P., & Silva, M. J. (2015). Sentilex-pt: principais características e potencialidades. In S.-S. & T. Simões, Barreiro, Santos (Ed.), *linguística, informática e tradução: mundos que se cruzam, Oslo studies in language* (Vol. 7, pp. 425–438). Retrieved from https://www.journals.uio.no/index.php/osla/article/view/1444/1341

Casares, J. (1992). *Introduccion a la lexicografia moderna* (3ª ed.). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Castro, I. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Chavagne, J.-P. (2005). *La langue portugaise d'Angola - Étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais* (Tese de doutoramento, Université Lumière Lyon 2). Retrieved from http://theses.univ-lyon2.fr/documents/lyon2/2005/chavagne_jp#p=4&q=phonetic&a=TH.1.6

Chicuna, A. M. (2015). *Portuguesismos nas línguas bantu. Para um dicionário Português-Kiyombe* (2ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.

Conceição, B. M. M. (2016). *Belina Maria Macedo da Conceição Relatório de Atividade Profissional SITALK – Intercâmbio de Língua e Cultura / Language and Culture Exchange*. Retrieved from http://hdl.handle.net/1822/44684

Conley, J. M., & O´Barr, W. M. (1998). *Just words: law, language, and power*. Chicago: The University of Chicago.

Constituição da República de Angola. (2010). 1–92. Luanda, Angola: Assembleia da República de Angola.

Coqueiro, J. C. P. (2015). *Ensinar na era digital: uma interface com o uso das TIC na língua*

portuguesa (Dissertação de mestrado, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro). Retrieved from https://repositorio.utad.pt/handle/10348/5336

Correia, M. (2006). A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para a discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. *Alfa Revista de Lingüística*, *50 (2)*, 155–171.

Correia, M. (2009). *Os dicionários portugueses*. Lisboa: Caminho.

Correia, M., & Lemos, L. S. P. (2009). *Inovação lexical em português* (2ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.

Costa, T. M. C. da. (2013). *Os empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola, um estudo lexicologico da variante angolana*. Luanda.

Costa, T. M. C. J. (2015). *Umbundismos no português de Angola proposta de um dicionário de umbundismos* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10362/15330

Cristovão, F. (2008). *Da Lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Almedina.

Cunha, C., & Cintra, L. F. L. (2013). *Nova gramática do português contemporâneo* (20ª ed). Lisboa: Edições Jão Sá da Costan

David, R. (2014). *Colonizados e colonizadores*. Luanda: Grecima.

Ervedosa, C. (2015). *A Literatura angolana (resenha histórica)*. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (I. Magalhães, Trans.). Brasília: Editora UnB.

Ferguson, C. A. (1959). Diglossia. WORD, *15*(2), 325–340. https://doi.org/10.1080/00437956.1959.11659702

Fernandes, J., & Ntondo, Z. (2002). *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila.

Fishman, J. A. (1967). Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, *23*(2), 29–38.

Fonseca, A. (1985). *Sobre os kikongos de Angola*. Lisboa: Edições 70.

Fonseca, D. J. (2012). As línguas nacionais e o prestígio português em Angola. *Anais Do SIELP*, *2*. Retrieved from http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_083.pdf.(1012)

Fonseca, M. S. (2016). *Pequeno Dicionário Caluanda, 1001 termos da fala de Luanda explicados em português*. Lisboa: Guerra e Paz.

Foucaullt, M. (2018). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (A. R. Rosa, Trans.). Lisboa: Edições 70.

Freitas, C. (2013). Sobre a construção de um léxico da afetividade para o processamento computacional do português. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, *13*, 1031–1059. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982013000400004&script=sci_arttext

Fuster-Márquez, M. (2012). *An introduction to english lexicology: the study of form and meaning*. València: Universitat de València.

Galduroz, G. G. (2006). Elementos lingüístico-culturales angolafricanos en la actualización del portugués coloquial de Iwanda (Angola). *Interlinguística*, *17*, 398–404. Retrieved from

https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2317268

Galisson, R. (1991). *De la langue à la culture par les mosts*. Paris.

Gamallo, P., & Garcia, M. (2017). LinguaKit : uma ferramenta multilingue para a análise linguística e a extração de informação. *LinguaMática*, *9*, 19–28. https://doi.org/10.21814/lm.9.1.243

Gamallo, P., Garcia, M., & Fernández-Lanza, S. (2013). TASS : A Naive-Bayes strategy for sentiment analysis on c a. *Proceedings of XXIX Congreso de La Sociedad Española de Procesamiento de Lenguaje Natural. Workshop on Sentiment Analysis at SEPLN (TASS2013)*, 126–132. Madrid.

Garcia, H. de, & Nascentes, A. (Eds.). (1987). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (5. ª ed). Rio de Janeiro: Editora Delta.

Garrioch, D. (1987). Insultos verbais na Paris do século XVIII. In P. Burke & R. Porter (Eds.), & A. Hattnher (Trans.), *História social da linguagem* (pp. 121–140). Cambrigde: Cambridge University Press.

Gerards, D. P. (2018). The harbinger of a new standard? The placement of clitic object pronouns in colloquial angolan portuguese. In V. Böhm, A. Hannemann, & B. Meisnitzer (Eds.), *Sprachkontakt und Grammatikalisierung [provisionary title]*. Retrieved from https://pt.scribd.com/document/406120197/Gerards-Angolan-Portuguese

Gomes, C. H. C. (2012). *Text Mining : análise de sentimentos na classificação de notícias* (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from https://run.unl.pt/bitstream/10362/9182/1/TEGI0325.pdf

Gonçalves, P. (2010). *A génese do português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Gonçalves, P. (2013). O português em África. In E. B. P. Raposo (Ed.), *Gramática do Português*: *Vol. I* (pp. 157–178). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Grin, F. (2005). *O ensino das línguas estrangeiras como política pública*. Paris.

Guidotti, A. F. O. (2018). Interfaces entre lexicografia, semântica e tradução. *Signum: Estudos Da Linguagem*, *21*(3), 409–423. https://doi.org/10.5433/2237-4876.2018v21n3p408

Guilherme, P., & Osório, P. (2014). *A prosódia semântica em português europeu. Estatuto e definição de um fenómeno lexical e gramatical*. Retrieved from http://www.lusosofia.net/textos/20160331-guilherme_osorio_2015_prosodia_semantica.pdf

Guthrie, M. (1948). *The classification of the bantu language*. London: Oxford University Press.

Haensch, Günther. (1982). Tipologia de las obras lexicográficas. In Günther Haensch, L. Wolf, S. Ettinger, & R. Werner (Eds.), *La lexicografía, de la lingüística teórica a la lexicografía práctica* (pp. 95–187). Madrid: Editorial Gredos.

Hamilton, R. G. (1975). *Literatura africana Literatura Necessária I- Angola*. Lisboa: Edições 70.

Haugen, E. (1950). The analysis of linguistic borrowing. *Language*, *26*(2), 210–231. https://doi.org/10.2307/4341113

Haugen, E. (1956). *Bilingualism in the Americas. A bibliograph and research guide*. Alabama: University of Alabama Press.

Heansch, G. (1982). Aspectos prácticos de la elaboración de diccionarios. In G. Haensch, L.

Wolf, S. Ettinger, & R. Werner (Eds.), *La Lexicografía, de la lingüística teórica a la lexicofrafía práctica* (pp. 395–534). Madrid: Editorial Gredos.

Heywood, L. M. (2018). *Nzinga de Angola, a rainha guerreira de África* (L. Santos, Trans.). Casa das Letras.

Hornscheidt, A. (2008). A concrete research agenda for critical lexicographic research within critical discourse studies: an investigation into racism / colonialism in monolingual danish, german, and swedish dictionaries. *Critical Discourse Studies*, *5 (2)*, 107–132. https://doi.org/10.1080/17405900801990066

Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2011). *Dicionário do Português Atual*. Lisboa: Círculos de Leitores.

IILP (Ed.). (2011). *Carta de Maputo sobre a diversidade linguística nos países da CPLP*. Maputo: Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

INE (Ed.). (2016). *Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, Gabinete Central do Censo, Subcomissão de Difusão de Resultados.

Inverno, L. (2018). Contacto linguístico em Angola: retrospetiva e perspetivas para uma política linguística. In P. F. Pinto & S. Melo-Pfeifer (Eds.), *Políticas Linguísticas em Português* (pp. 82–105). Lisboa: Lidel.

Iriarte Sanromán, Á. (2001). *A Unidade lexicográfica. Palavras, colocações, frasemas, fragmatemas*. Braga: Poliedro.

Iriarte Sanromán, Á. (2011). Dicionários bilingues de espanhol-português. In *Lexicografia Bilingue. A tradição dicionarística português - línguas Modernas* (pp. 157–169). Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa | Universidade de Aveiro.

Iriarte Sanromán, Á. (2019). A pesquisa reversa:dicionário codificadores e dicionários onomasiológico. In C. M. Fargetti, C. de A. A. Murakawa, & O. L. Nadin (Eds.), *Léxico em foco:dicionários com que sonhamos* (Vol. 53, pp. 15–29). S. Paulo: Cultura Acadêmica Editora.

Isabel, A. (2010). A Constituição da área disciplinar das línguas em Portugal. *Linguarum Arena*, *1*(1), 61–79.

Israel, M. (2004). The pragmatics of polarity. In Horn & Ward (Eds.), *The Handbook of Pragmatics* (pp. 701–723). https://doi.org/10.1002/9780470756959.ch31

Jackson, H. (2002). *Lexicography: an introduction*. London: Routledge Taylor & Francis Group.

Jimbi, B. I. (2018). A reflection on the Umbundu corpus planning for the Angola education system: towards the harmonization of the Catholic and the Protestant orthographies. *Actas Do XIII Congress Internacional de Linguistica Xeral*, 475–482. Retrieved from http://cilx2018.uvigo.gal/actas/pdf/661789.pdf

Kamwangamalu, M. N. (2006). Bi-/multilingualism in southern Africa. In T. K. Bhatia & R. C. William (Eds.), *The handbook of bilingualism* (pp. 725–741). Oxford: Blackwell Publishing Ltd.

Klare, J. (1986). Lexicologia e fraseologia no português moderno. *Revista de Filología Románica*, *IV*(4), 355–360. https://doi.org/10.5209/rev_RFRM.1986.n4.14043

Kramsch, C. (2014). *Language and culture paper*. *27*, 30–55. https://doi.org/10.1075/aila.27.02kra

Lastra, Y. (2003). *Sociolinguistica para hispanoamericanos. Una introducción* (3.ª ed.). México: El Colegio de México.

Le Guennec, G., & Valente, J. F. (2010). *Dicionário Português-Umbundu*. Lobito: Escolar Editora.

Lei de bases do sistema de educação. , (2001).

Lei de bases do sistema de educação e ensino. , (2016).

Lewandowski, T. (1986). *Diccionario de Linguistica* (2ª ed.). Madrid: Catedra Linguistica.

Linhares, M. A., & Nogueira de Alencar, C. (2016). Repensando o conceito de diglossia à luz de Michel de Certeau. *Revista de Estudos Da Linguagem*, *24*(2), 492. https://doi.org/10.17851/2237-2083.24.2.492-518

Lino, T. (2017). Portuguese lexicography in the Internet era. *The Routledge Handbook of Lexicography*, 608–618. Retrieved from https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315104942.ch38

Liu, B. (2008). *Web data mining, exploring hyperlinks, contents, and usag data*. Chicago: Springer.

Liu, B. (2015). Sentiment analysis: mining opinions, sentiments, and emotions. In *Vegetatio*. https://doi.org/10.1017/CBO9781139084789

Maia, M. I., & Leal, J. P. (2017). An emotional word analyzer for Portuguese. In R. Queirós, M. Pinto, A. Simões, J. P. Leal, & M. J. Varanda (Eds.), *6th Symposium on Languages, Applications and Technologies (SLATE 2017)* (Vol. 56, pp. 1–14). https://doi.org/10.4230/OASIcs.SLATE.2017.17

Manuel, F. C. M. (2015). *Aspetos do português falado em Benguela* (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10451/25926

Marques, I. G. (1985). Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. *Congresso Sobre a Situação Actual Da Língua Portuguesa No Mundo, Lisboa-1983, Actas*, *I*, 205–224. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Marquilhas, R. (2013). Fenómenos de mudança na história das línguas românicas. In E. B. P. Raposo (Ed.), *Gramática do Português, Vol.I*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, M. do R. A. R., & Tavares, A. C. P. (2017). Singularidades museológicas de uma tábua com esculturas em diálogo: do alambamento ao casamento em Cabinda (Angola). *Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material*, *25*(2), 83–115. https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n02d04

Martins, M. R. D. (1998). *Ouvir falar introdução à fonética do português* (3ª ed). Lisboa: Editorial Caminho.

Massiala, V. G. S. (2019). *Variação fonético-fonológica do português de Angola: caraterísticas da variedade falada em Cabinda e suas implicações profissionais na TPA* (Dissertação de mestrado, Universidade de Évora). Retrieved from http://hdl.handle.net/10174/26212

Matos, N. (1953). *A nação una. Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Lisboa: Paulino Ferreira & Filhos, Lda.

Matras, Y. (2009). *Language contact*. New York: Cambridge University Press.

Mbembe, A. (2017). *Política da inimizade* (M. Lança, Trans.). Paris: Antígona.

Melo, G. C. de. (1981). *A língua no Brasil* (4.ª ed.). Rio de Janeiro: Padrão.

Mendes, B. C. (1985). *Contributo para o estudo da língua portuguesa em Angola*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

Miguel, A. J. (2019). *Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda* (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10451/37919

Miguel, M. H. (2014). *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Mayamba Editora.

Milando, J. (2013). *Desenvolvimento e resiliência social em África, dinâmicas rurais de Cabinda-Angola*. Luanda: Mayamba Editora.

Ministério da Educação [Portugal] (2007). *Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário.* Lisboa:DES. A partir de 2008, o documento conhecido por TLEBS passou a estar disponível em linha numa página da Direção Geral da Educação.

Mingas, A. A. (2007). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda* (2.ª ed.). Luanda: Chá de Caxinde.

Miranda, N. S., & Machado, P. M. (2014). Polaridades, intensidades e desencontros: uma construção superlativa de estados absolutos. *Linha D'Água*, *27*(1), 117–137. https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v27i1p117-137

Monteiro, M. (2020). *Sobre o politicamente correcto*. Lisboa: Objectiva.

Mooney, A., & Evans, B. (2015). *Language, society & power* (4.ª ed.). New York: Routledge Taylor & Francis Group.

Moreno Sandoval, A. (1998). *Lingüística computacional, introducción a los modelos simbólicos, estadísticos y biológicos*. Madrid: Editorial Sintesis.

Muária, J. M. (1989). Angolanização de culturas ou aculturação de Angola: o espaço linguístico e a perspectiva de Neto. In S. Trigo (Ed.), *A voz igual, ensaios sobre Agostinho Neto* (pp. 331–360). Porto: Fundação Eng. António de Almeida e Angolê Artes e Letras.

Mudiambo, Q. (2013). *Da Lexicologia e lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa: no II Ciclo do Ensino Secundário: 10ª,11ª,12ª e 13ª CLASSES NA E.F.P. – Escola de Formação de Professores "COR MARIAE" DO UÍJE"* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10362/10963

Myöhänen, V. (2017). *Em busca de contrastes léxico-semânticos luso-brasileiros* (Dissertação de mestrado em filologia portuguesa, Universidade de Línguas Modernas). https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004

Neves, T. (CSSp). (2007). As igrejas e o nacionalismo em Angola. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, *VI*(13–14), 511–526.

Ntondo, Z. (2014). *Fonologia e morfologia do Oshikwanyama*. Luanda: Mayamba Editora.

Nzau, D. G. N., Venâncio, J. C., & Sardinha, M. da G. d'Almeida. (2013). Em torno da consagração de uma variante angolana do português: subsídios para uma reflexão. *Limite: Revista de Estudios Portugueses y de La Lusofonía*, (7), 159–180.

Oliveira, F., & Cunha, L. F. (2015). Termos de espécie e tipos de predicados. In P. Silvano & A. Leal (Eds.), *Estudo de Semântica* (pp. 161–178). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.

OUA. (1987). *The language plan of action for Africa*. Retrieved from

http://www.dac.gov.za/reports/langtag_report/langtag_report.htm.

Pang, B., Lee, L., & Vaithyanathan, S. (2002). Thumbs up? sentiment classification using machine learning techniques. *Proceedings of the Conference on Empirical Methods in NLP*, 79–86. Retrieved from http://arxiv.org/abs/cs/0205070

Passos, J. (2011). Literatura com glossário: o bilinguismo como provocação ao leitor. In C. Flores (Ed.), *Múltiplos Olhares Sobre o Bilinguismo. Transversalidades II* (pp. 183–190). Retrieved from http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/62717

Pepetela. (1985). *O Cão e os Calús*. Lisboa: Dom Quixote.

Pepetela. (2005). *Predadores*. Alfragide: Dom Quixote.

Pereira, D. (2011). Aprender a ser bilingue. In C. Flores (Ed.), *Múltiplos olhares sobre o bilinguismo, Transversalidades II* (pp. 1–43). Braga: Edições Húmus.

Petter, M. M. T. (2003). Palavras de origem africana nos dicionários Houaiss e Novo Aurélio. *Papia*, *13*, 107–114.

Pinto, J. N. (2016). *Jogos africanos* (5.ª ed). Lisboa: A esfera dos livros.

Pinto, P. F. (2014). Cooperação para o desenvolvimento e consolidação da língua portuguesa : contributos teóricos e política linguística portuguesa. *Mediações, Revista OnLine Da Escola Superior de Educação Do Instituto Politécnico de Setúbal*, *2*, 22–34. Retrieved from http://mediacoes.ese.ips.pt

Pinto, P. F. (2015). A carta de Maputo e perspetivas sobre o ensino do português em Moçambique e Angola. In M. Bastos, J. Marques, A. C. Monteiro, & C. Siopa (Eds.), *Ensinar língua portuguesa em Moçambique Desafios, possibilidades e constrangimentos. Textos selecionados das VII jornadas da Língua Portuguesa* (pp. 9–25). Maputo: Porto Editora.

Porto Dapena, J.-Á. (2002). *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, S.A.

Quinta, J., Brás, J., & Gonçalves, M. N. (2017). O Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo. *Revista Lusófona de Educação*, *35*(1646-401X), 137–154. https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle35.08

Quivuna, M. (2014). *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna*. Lisboa: Edições Colibri.

Raimundo, J. (1933). *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença Editora.

Reinaldo, C. Z., & Rosemeri, B. M. (2018). Efeito de sentido em Charges: um estudo sobre o politicamente correto. *Forum Linguistico*, *15*, n.*3*, 3180–3191. https://doi.org/doi: http://dx.doi.org/10.5007/1984 - 8412.2018v15n 3 p 3180

Ribas, Ó. (2014). *Dicionário de regionalismos angolanos*. Luanda: Fenacult.

Sacanene, B. (2016). *Análise e funcionamento dos angolanismos no léxico do português* (Dissertação de mestrado, Universidade Agostinho Neto). Luanda.

Saraiva, F. de S. L. (1837). *Glossario de vocabulos portuguezes derivados das linguas orientales e africanas excepto a árabe*. Lisboa: tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Sardinha, T. B. (2004). *Lingüistica de Corpus*. Barueri, SP: Manole.

Savimbi, J. (1979). *Angola, a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: Agência

Portuguesa de Revistas.

Schiffman, H. F. (2017). Diglossia as a sociolinguistic situation. *The Handbook of Sociolinguistics*, 205–216. https://doi.org/10.1002/9781405166256.ch12

Schmitz, J. R. (2007). Dicionário da língua portuguesa contemporânea. *DELTA: Documentação de Estudos Em Lingüística Teórica e Aplicada*, *23*(1), 139–149. https://doi.org/10.1590/s0102-44502007000100007

Schubert, B. (1999). Os protestantes na guerra angolana depois da independência. *Lusotopie*, *6*(6), 405–413. Retrieved from http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma99.html

Sebastião, L. (2017). *O casamento tradicional angolano* (Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa). Retrieved from https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3442/1/DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.pdf

Seixas, J. M. de C. (1995). *Princípios gerais de filosofia e outras obras filosóficas*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Severo, C. G. (2017). Línguas e discursos: heterogeneidade linguístico-discursiva e poder em Angola. *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, *15*, 19–46. Retrieved from http://hdl.handle.net/10316.2/34622

Silva, A. J. O. (2016). *Text mining e processamento de linguagem Natural para interpretação de notas clínicas* (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho). Retrieved from http://hdl.handle.net/1822/54544.

Silva, A. P. G. M. da. (2015). *Lexicografia bilingue de especialidade E-dicionário português-kimbundu no domínio da saúde* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10362/17081

Silva, F., Silvano, P., Leal, A., Oliveira, F., Brazdil, P., Cordeiro, J., & Oliveira, D. (2018). Análise de sentimento em artigos de opinião. *Revista de Estudos Linguísticos da Univerdade do Porto*, *13*, 79–114. Retrieved from https://hdl.handle.net/10216/120635

Silvestre, J. P. (2008). *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Simões, Alberto, Sacanene, B., Iriarte, Á., Almeida, J. J., & Macedo, J. (2020). Towards a morphological analyzer for the umbundu language. In A. Simões, P. R. Henriques, & R. Queirós (Eds.), *9th Symposium on Languages, Applications and Technologies (SLATE 2020)* (Vol. 83, pp. 10:1-10:11). https://doi.org/10.4230/OASIcs.SLATE.2020.10

Soares, A. P., Sanromán Iriarte, Á., De Almeida, J. J., Simões, A., Costa, A., França, P., … Comesaña, M. (2014). Procura-PALavras (P-PAL): Uma nova medida de frequência lexical do Português Europeu contemporâneo. *Psicologia: Reflexao e Critica*, *27*(1), 110–123. https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100013

Souza, M., Vieira, R., Chishman, R., & Alves, I. M. (2011). Construction of a Portuguese opinion lexicon from multiple resources. *Proceedings of the 8th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology*, (November), 59–66. Cuiabá.

Taboada, M., Brooke, J., Tofiloski, M., Voll, K., & Stede, M. (2011). Lexicon-based methods for sentiment analysis. *Computational Linguistics*, *37*(2), 267–307. https://doi.org/10.1162/COLI_a_00049

Tapias, J. C. (2018). Aproximación a la sociología del lenguaje: hacia unas consideraciones

generales *. *Cuadernos de Linguistíca Hispánica*, *31*, 59–77. Retrieved from http://apps.webofknowledge.com/Search.do?product=UA&SID=C4PPRjN5HFTGwxQ3NRp&search_mode=GeneralSearch&prID=118e6c19-d04a-41cf-a19b-f3d7e3af60b5

Teixeira, M. T. D. (2008). *A entrada de estrangeirismos na língua portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos.

Temponi, C. N., de Faria, P. P. F., & de Souza, L. F. C. (2017). eASSIGNER: uma proposta de automação das edições de anotação de XML do eDICTOR. *A Cor Das Letras*, *17*(1), 67. https://doi.org/10.13102/cl.v17i1.1439

Teyssier, P. (1994). *História da língua portuguesa* (C. Cunha, Trans.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Timbane, A. A., & Quiraque, Z. A. S. (2019). Língua ou línguas portuguesas? A variação e ensino nos países lusófonos. In S. A. de S. Monteiro (Ed.), *Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade* (Vol. 6, pp. 1689–1699). https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004

Tinhorão, J. R. (2019). *Os negros em Portugal, uma presença silenciosa* (3.ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

Torres, A. (2004). A língua como universal concreto: idiotrofismo e xenotrofismo em tensão dialéctica. In F. Oliveira & I. M. Duarte (Eds.), *Da língua e do discurso* (pp. 639–648). Porto: Campos das Letras.

Torres, E. F. (2014). Estudos da literatura e da cultura no âmbito da língua portuguesa e diplomacia da cultura: carências e possibilidades. *Signótica*, *26*(esp.). https://doi.org/10.5216/sig.v26iesp..31411

Trigo, S. (1977). *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília Editora.

Turney, P. D. (2002). Thumbs up or thumbs down? semantic orientation applied to unsupervised classification of reviews. *Proceedings of the 40th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics (ACL)*, 417–424. https://doi.org/10.3115/1073083.1073153

Undolo, M. (2014). Caracterização do sistema vocálico do português culto falado em Angola. *Revista de Filología Románica*, *31*, 181–187. Retrieved from http://dx.doi.org/10.5209/rev_RFRM.2014.v31.n2.51071

Undolo, M. (2016). *A norma do português em Angola, subsídios para o seu estudo*. Caxito: ESP-Bengo.

Undolo, M. (2017). Elementos da norma culta do português angolano: sistemas vocálico e consonântico. *HOLI HA! A Língua Portuguesa No Mundo*.

van Dijk, T. A. (1993). *Elite discourse and racism* (Vol. 6). London: SAGE Publications.

van Dijk, T. A. (1999). Discourse and racism. *Discurso e Sociedade*, *10*, 145–159.

van Dijk, T. A. (2004). Racist discourse. In E. Cashmore (Ed.), *Encyclopedia of race and ethnic studies* (pp. 351–355). London: Routledge Taylor & Francis Group.

Varó, E. A., & Martínez, L. M. A. (1997). *Diccionario de linguistica moderna*. Barcelona: Ariel.

Venâncio, J. C. (1993a). *Literatura versus sociedade* (Vega, Ed.). Lisboa.

Venâncio, J. C. (1993b). *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana "chuva chove em cima da nossa terra de Luanda"* (2.ª ed.; J. A. Ribeiro, Ed.). Lisboa: Ulmeiro.

Vieira, J. L. (1989). *Velhas estórias* (3.ª ed.). Luanda: União dos Escritores Angolanos.

Vieira, J. L. (1996). *De rios velhos e guerrilheiros I o livro dos rios*. Alfragide: Editorial Caminho.

Vilarinho, M. M. de O. (2017). Marcas de uso: estudo e proposta. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, *59.2*, 375–396. https://doi.org/10.20396/cel.

Vilela, M. (1979). *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Almedina.

Vilela, M. (1994). *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina.

Vilela, M. (2002). *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra: Almedina.

Viti, N. V. (2012). *Interferência linguística do umbundu no português e respectiva aprendizagem* (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa). Retrieved from http://hdl.handle.net/10362/7233

Viviane, I. W., & Mozart, L. da S. (2018). A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, *53*(227), 308–330. https://doi.org/10.31447/as00032573.2018227.03

Wei, L. (2001). Dimensions of bilingualism. In L. Wei (Ed.), *The bilingualism reader* (pp. 2–21). https://doi.org/10.1353/lan.2003.0009

Weinreich, U. (1979). *Languages in contact: Findings and problems* (9ª ed.). https://doi.org/10.1515/9783110802177

William, H. F. (2008). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin* (A. C. Bentes, R. C. Rezende, & M. A. Machado, Eds. & Trans.). S. Paulo: Cortez editora.

Wüster, E. (1998). *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica* (M. T. Cabré, Ed.; A.-C. Nokerman, Trans.). Barcelona: Institut Universitari de Linguistica Aplicada.

Xitu, U. (1988). *Manana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

Zau, D. G. D. (2011). *A língua portuguesa em Angola um contributo para o estudo da sua nacionalização* (Tese de doutoramento, Universidade da Beira Interior). Retrieved from http://hdl.handle.net/10400.6/1844

Web grafia

Academia Angolana de Letras. (AAL) 2019 from: https://africa21digital.com/2018/10/10/academia-angolana-de-letras-contra-ratificacao-do-acordo-ortografico-da-lingua-Portuguesa/

Aulete Digital. (2020) from: http://www.aulete.com.br/analogico

Corpus Africa: *powered by CQPweb. (2019) from:* http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/ca/

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2019) from: https://dicionario.priberam.org/semba

EasyPronunciation.com (2020) from: https://easypronunciation.com/pt/

Infopédia Dicionários Porto Editora. (2019) from: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-Portuguesa/cupapata

Jornal de Angola. (2020) from: http://www.angonoticias.com/Artigos/item/20832/ano-novo-com-a-velha-folia-e-votos-de-prosperidade

Lingua*Kit.* (2019) from: https://li nguakit.com/en/sentiment-analysis

Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. (2020) from: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/

Notepad++ (2020) from: https://pt.wikipedia.org/wiki/Notepad%2B%2B.

O País. (2020) from: https://opais.co.ao/index.php/2020/03/02/joao-melo-pus-um-chines-a-dancar-kizomba-para-brincar-com-a-ideia-do-perigo-amarelo/

Text Encoding Iniciative (TEI) (2020) from: https://tei-c.org/Vault/P5/3.6.0/doc/tei-p5-doc/en/html/

Várias línguas uma nação Angola. (2020) from:http://matdacosta.blogspot.com/p/imagens.html

ANEXOS

Os dados dos anexos foram recolhidos em jornais e em obras literárias. Apresentamos aqui alguns exemplos de funções comunicativas com angolanismos, para dar corpo à sua existência e, mediante os contextos de uso identificamos o tipo de função que exercem.

Anexo 1 – Contexto de função comunicativa com angolanismos: Jornal de Angola



Ano novo com a velha folia e votos de prosperidade

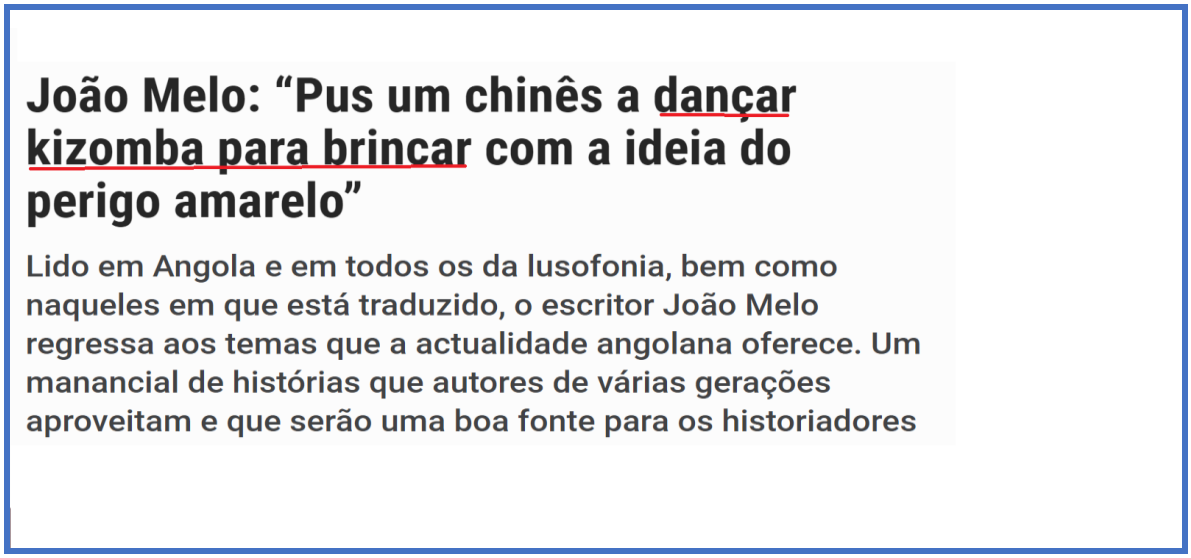
02-01-2009 | Fonte: Jornal de Angola

O fogo de artifício anunciou que o Ano Novo tinha acabado de nascer e o ano velho ficou para trás. Com a Fortaleza nas costas e o espelho da Baía pela frente, durante uma hora milhares de luandenses viram o deslumbrante espectáculo pirotécnico. O povo que se acumulou entre o porto e a Ilha, bateu palmas. As taças de champanhe cruzaram-se, desde as festas de quintalão aos "réveillons" finos. Os olhos se cruzaram, as mãos se entrelaçaram e houve "kandandus" calorosos e votos de paz e amor.

Pelo menos por instantes, os homens lembraram-se da palavra "amar". Sem mágoa, sem rancor, sem ódio cantaram uma só canção, um só hino: o hino da liberdade. Esqueceram o passado ainda que fugazmente sentiram como é bom viver.

Fonte: Jornal de Angola http://www.angonoticias.com/Artigos/item/20832/ano-novo-com-a-velha-folia-e-votos-de-prosperidade acesso em 2020_05_05.

Anexo 2 – Contexto da função comunicativa com angolanismos: jornal O País



João Melo: "Pus um chinês a dançar kizomba para brincar com a ideia do perigo amarelo"

Lido em Angola e em todos os da lusofonia, bem como naqueles em que está traduzido, o escritor João Melo regressa aos temas que a actualidade angolana oferece. Um manancial de histórias que autores de várias gerações aproveitam e que serão uma boa fonte para os historiadores

Fonte: OPaís https://opais.co.ao/index.php/2020/03/02/joao-melo-pus-um-chines-a-dancar-kizomba-para-brincar-com-a-ideia-do-perigo-amarelo/ acesso em 2020_05_05

Anexo 3 – Contexto da função comunicativa com angolanismos em obra literária: de rios velhos e guerrilheiros de Vieira (1996)

(«É *verdade! Mas desconseguimos em 25!...*» — quando eles vieram, de novo.

A Grande Concentração das Baixas.

Rusgaram os povos; concentraram os povos; dispersaram os povos — vexações e mortes; gúndus eternos, arderam; os quilombos, nem pedra sobre pedra; e quimbos e sanzalas de esteira e bicuatas nas cabecas, criancas na mão. Os gados — de savana, quibanga e capoeira — mortos e saqueados. Só por picadas e matas, para os outros lados de nossos rios e montes, se fugia. Nova estrada por cima das cinzas do posto do Mbilitu, batida a pé descalço e rítimo, varrida a folha de matebas. Longos libambos de voluntários, na corda: porrada e caneca de gongoenha sem açúcar. O telégrafo era de arame novo, faiscava no topo dos paus-paco. As hongas, jindombes, lavras, arimos — tudo tabuletado de novo. Para pagar imposto e levar palmatórias era agora: Nova Gaza ou Nova Ourique. Riscaram Mbumba, ou Bumba, ou mesmo Mebumba, no mapa de receita: virou Nova Távora. E 5 de Outubro; e Afonso Henriques-Posto, até Alcaparra-a-Nova, pelas férteis várzeas e vales na rota do Mussende. Quem que sabia, lia nas tabuletas os donos, com número: Cagido; Augusto Banha, Zé Roxa ou Alfaia Rodrigues, nomes de engolir baba e sangue. Até Espantaleão de Sousa, por perto do rio Kunhinga, longe da ortografia do mundo.

Fonte: Vieira, J.L, (1996). De rios velhos e guerrilheiros I O livro dos rios. Alfragide: Editorial Caminho.

Anexo 4 – Contexto da função comunicativa com angolanismos na obra Predadores de Pepetela (2005)

tem dinheiro ou poder, são atraídos como moscas pela merda, o que é preciso é criar uma grande empresa. Tinha ainda muito capital no país, o destinado a perder ou reproduzir nos negócios, a começar por um helicóptero. A questão era descobrir que tipo de empresa criar. Ou cassumbular, que sempre foi mais fácil.

A primeira coisa que o espicaçou e o levou a sair da letargia foi Mireille, como vimos. A segunda foi o antigo amigo ministro que lhe disse para trazer o dinheiro guardado no estrangeiro. Esta espevitadela traiçoeira acordou-o de vez. Deixou de ir ao escritório. Se era para ver os outros trabalhar, então aproveitava melhor o tempo na rua ou em casa. E aproveitou a família reunida para anunciar, vamos passar o Natal na fazenda. Djamila foi a única pessoa que opôs alguma resistência, tinha trabalho na clínica. Ficas lá menos tempo, vens antes de nós, disse o pai, intransigente, para isso é que temos um helicóptero. Mireille adiantou, aproveito também boleia para voltar, a fazenda tem pouca agitação, só dá para estar dois dias no máximo.

Fonte: Pepetela, (2005), Predadores, Alfragide: Dom Quixote.

Anexo 5 - Funções comunicativas desempenhadas por alguns angolanismos

Cumprimentar
estar[45] ***canaua*** [cokwe] bom dia, boa tarde, boa noite, olá!
estar tchiwa: está tudo bem, olá!

dar candando: cumprimentar sobretudo com abraços – desejar boas festas, boas entradas – na passagem de ano. É uma saudação de época, embora hoje comece a estender-se para as demais, tal como ilustram as formas que se seguem.
mandar candando: cumprimentar [quando é dirigida a alguém que se encontra distante da pessoa que saúda]

deixar[46] ***um candando:*** cumprimentar [deixar um abraço]

dar cuata: cumprimentar [com um aperto de mãos muito forte]

despedir-se

mungu! até amanhã

salapo [salipo] ciwa[47]***,*** fica [fiquem] bem.

chaleno kyambote, fica bem.

benguelecar: despedir-se [de alguém por cortesia, amizade acompanhando-o a uma pequena distância]

benguelecar alguém: despedir-se

sengar: separar-se do marido

sengar de casa: *separar-se*

querer sengar: *pretender sair de casa*

ser sengada: *separar-se*

lutar para não sengar: manter-se no lar;

sengar a mãe pátria: abandonar o país, optar por outra nacionalidade

fazer as imbambas: arrumar os objetos pessoais
fazer as vicuatas[48]**(bicuatas)**(Vieira, 1996)**:** fazer as malar

[45] As formas "*estar canaua*" e "*estar tchiwa*" são equivalentes, usadas, principalmente em contextos de informalidade e, geralmente, para início de conversa.

[46] Geralmente esta forma de saudação é usada para pessoas com quem se tem alguma proximidade e mesmo quando assim não é, revela que há uma grande simpatia pela pessoa a quem se manda a saudação.

[47] Uma forma usada que manifesta o reencontro para breve. Equivalente às formas: até amanhã, fica bem, até a próxima. Quando é usada com os nomes de lugares como em: a partir de Benguela *salipo ciwa* tem o significado de: despedir-se a partir de... e, no caso em concreto "despeço-me a partir de Benguela." Importa ainda referir que a variação de *salipo ciwa* e *chaleno kyambote* é diatópica.

transferir as imbambas: mudar-se
convidar a fazer as vicuatas: expulsar alguém [usando eufemismo]
recolher as vicuatas: acolher alguém]

despachar as vicuatas: enviar as malas, desfazer-se das coisas]

apanhar as vicuatas: recolher

aceitar as vicuatas: aceitar alguém, sobretudo quando já foi rejeitado/a]

devolver as vicuatas: separar-se da mulher (mandar a esposa de volta a casa dos pais

atirar as vicuatas pela janela: expulsar alguém

chamar [49]a atenção de alguém: **xé!**, **ove!**
agradecer[50] alguém: **tuapandula** [Olupandu!], twasakidila! tondele!

Exprimir sentimentos

---

[48] Efetivamente, a questão do plural da forma vicuata é uma das que levantaria discussões, sendo que *vi-* é um prefixo substantival da classe/8 que faz oposição, no singular com *oci-* de acordo com Fernandes e Ntondo (2002). De modo a evitar múltiplas grafias:

c/k – kandandu/ candandu> candando
k/q – Kimbundu/quimbundu> quimbundo
W/u – zwela/ zuela
k/q - kixikila/ kixiquila> quixiquila
o/u – moambeira/ muambeira > moambeira
g/j - funge/funje >funge

O problema da oscilação está muito ligado ao problema de identidade, daí que alguns estudiosos, nomeadamente Fernandes e Ntondo (2002) e Mingas (2000) que defendem a manutenção das formas originais dos angolanismos, basta que prestemos atenção ao título "*Interferências do Kimbundu no português falado em Lwanda"* da última autora.

A discussão é antiga e precisamos resolver a situação e chegar a uma forma para uma convenção. Assim, ficariam "ultrapassadas" as questões das grafias duplas. Deixaremos estas discussões para os próximos estudos, por agora, é nosso foco falar das funções comunicativas tendo como ponto de partida os angolanismos.

Portanto, é nossa convicção e, em alinhamento com Ribas (2014) que a oscilação gráfica dificultaria tanto a aprendizagem como o processamento desses dados. Os angolanismos ao passarem para o léxico do português "perdem" a caraterística da língua de partida, por isso o autor em referência diz o seguinte:

> Que deselegante, que incoerente, não seria a escrita luso-angolana, com mistura de grafias! Para quê emparceirar vocábulos com grafias diferentes – a etimologia e a sónica? Pelo efeito de exotismo, repugnaria a quem preza a decência, o respeito pelas normas fundamentais (p. 11).

[49] As formas **xé** e **ove,** dependendo do contexto e do tom em que aparecem no momento de enunciação, podem transmitir a ideia de:
Depreciativas - quando não se quer tratar a pessoa pelo nome, por não merecer;
Xé[ove], faz aquilo como deve ser!
Imperativo
Xé[ove] João, não te metas nisso. És muito jovem.
Exprimir admiração – quando se obtém um resultado contrário do esperado (positivo /negativo)
Houve muita gente, ove!
Xé! Não acredito que tenha corrida também o encontro com os pais e encarregados de educação.
Geralmente são formas usadas em contexto de informalidade e remetem para regionalismos já que, ***xé*** é mais usual no norte do país e ***ove*** no centro e sul.

[50] Para a função agradecer, nas variadas formas, há, muitas vezes, a passagem direta para as línguas locais como sinal de agradecimento profundo.

- Designativa de desdém, enfado, desconsolação
Auá (do quimb. Kuunua, apupar) Oh! Ora! Nem pensar (Ribas, 2014)

Dançar quizomba: dançar (vd. supra anexo 2)

Fazer quizomba: cantar o estilo quizomba

Ensinar quizomba: ensinar a dançar

Apresentar a quizomba: apresentar a dança quizomba

Versar-se em quizomba: especializar-se em dança quizomba

bungular: dançar [passar a noite a bungular (fazer feitiçaria =alusão a dança praticada pelos feiticeiros]
fazer bungula: dançar

bungular no tapete: dançar

continuar a bungular: continuar a dançar

ir bungular: ir fazer bruxarias

passar a noite a bungular: passar a noite a dançar

sembar: dançar
fazer semba: cantar semba

dançar semba: dançar

estilo semba: tipo de dança

aprender a dançar semba: aprender a dançar

praticar semba: dançar

movimentar-se em semba: dançar o estilo semba

ir sembar: dançar

cantar semba: **cantar**

cantor de semba: músico que faz o estilo semba

maca: problema

dar maca: provocar problemas

ter maca: ter problemas

criar maca: arranjar problemas

mandar macas: ter problemas

arranjar macas: ter problemas

ser de macas: problemático, ser de confusão

vunda: confusão

fazer vunda: fazer confusão

ser cajivunda: gostar de fazer confusão

cazucuta: problema

ser cazucuteiro: problemático

fazer cazucuta: arranjar problema

dançar cazucuta: estilo de dança

dicombar: vender

fazer dicomba: vender rapidamente

haver dicomba: vender rapidamente

zungar: vender

andar na zunga: vender

ser da zunga: vendedor

comer na zunga: viver da zunga

comprar na zunga: comprar no mercado informal

ir a zunga: vender, passear

quitanda: venda

fazer quitanda: vender

ser quitandeiro/a: vendedor

estar em quitanda: à venda

quinguilar: (esperar [vender e/ou trocar moeda, mormente, estrangeira])
ser quinguila: vender e/ou trocar moeda, mormente, estrangeira no mercado informal
muambar: vender

fazer muamba: vender/ confecionar alimento (muamba)

ser muambeiro: negociante

colocar muambeiras em rota de

fazer candonga: vender

ser candongueiro: vendedor

andar na candonga: andar na vida de vendas

vida de candonga: negociante

cuxilar: dormir

Dar um cuxilo: dormir a sesta

Tirar um cuxilo: dormitar

cussucatar: dormir em companhia feminina com as pernas enroscada

vida de cussucatar: vida devassa

nguendar: pandegar

ir a nguenda: ir à noite
estar na nguenda / andar na nguenda: sair à noite para diversão
ser nguendeiro: ser de noites

sabular: tagarelar

ser sabulador: tagarela

estar a sabular: tagarelar

mujimbar: bisbilhotar

Fazer mujimbo: fazer bisbilhotices

ser mujimbeiro: bisbilhoteiro

andar no mujimbo: andar em bisbilhotices

culipopala: tagarelar

estar a culipopala: fazer tagarelices

zuelar: falar

continuar a zuelar: falar

mandar zuelar: falar

zuelar à toa: tagarelar

sucula: lavar

sucula zuata: lavar a roupa na calada da noite para usar no dia seguinte, geralmente quando é peça única

dicossar: lavar com água para tratamento específico (Ribas, 2014, p. 130)

semar: desejar (apetite), movido, geralmente pelo estado gravidez.

semar arroz: desejo de comer arroz

semar um carro: desejar comprar um carro

Solo: apetite

ter solo: **apetite de**

Ter solo de cerveja: apetite de beber uma cerveja

quixiquila: coleta pecuniária de entreajuda rotativa)
fazer quixiquila: fazer a contribuição
ser de quixiquila: resultante da contribuição, fruto de um esforço muito grande
cabeça da quixiquila: a primeira pessoa a beneficiar da contribuição;

mãe da quixiquila: a que guarda o dinheiro da contribuição

jogar quixiquila: entrar na contribuição

mayuyar[51]**:** falsificar

ser da mayuya: falso, sem muita qualidade
fazer mayuya: falsificar
roupa da mayuya: roupa contrafeita
vestir mayuya: usar roupas contrafeita

fazer banga: envaidecer-se
ser bangão: vaidoso
perder a banga: perder a vaidade
ter muita banga: ser muito vaidoso
ter banga no vestir: apresentar-se bem; bem-vestir

fazer quilape: fazer uma dívida
entrar quilape: fazer dívida

ser de quilape: que resulta de um crédito
ir a quilape: a crédito
ter quilapes: ter crédito

cassumbular: tirar, geralmente sem permissão (Pepetela, 2005)
cassumbular o título nacional: destronar, perder o título para...
cassumbular o dinheiro: roubar

lundular: ocupar (de forma ilegal)
lundular a casa: usurpar a casa
lundular do cargo: usurpar o cargo
lundular a mulher: usurpar a mulher
curibotar: Intrometer-se em vida alheia; fazer bisbilhotices
ser curibota/cudibota: bisbilhoteiro
fazer um discurso cudibota: discurso falacioso, falar sobre todos os assuntos e às vezes mal)
***pessoa* curibota** [52]**:** pessoa de má língua

[51] A forma mayuya, raramente se aplica a pessoas ou alimentos. (=arroz, feijão, carne, peixe, legumes e hortaliças).

salar: trabalhar
fazer salo: trabalhar
entregar o salo: terminar o trabalho
vir do salo: regressar do trabalho
dar salo: trabalhoso
sair do salo: sair do trabalho

bondar: matar

bondar na prova: ter nota positiva na prova

***bondar o** professor*: ter nota positiva na prova, sobretudo quando se trata de um professor, que faz da sua disciplina, muito difícil
*acabar **de bondar***: matar
bondar toda a hora: ter sucesso naquilo que faz

dar nhanha: enojar-se
sentir nhanha: ter nojo
maiombolar: acorrentar por via da magia
Pôr na maiombola: enfeitiçar
Andar na maiombola: andar em feitiçarias
Colocar a maiombola: enfeitiçar

não ter macas: aceitar desculpas de alguém,
Sem macas: sem problemas
Não há macas: sem problemas
maca ligeira: aquilo que se pode tolerar

ter macas: não aceitar **desculpas de**

Haver macas: ter problemas
Vai dar macas: problemático
meter em macas: arranjar problemas

aceitar um funje: convidar para comer
fazer um funje: fazer um convívio sem muita pompa
dar um funje: fazer um festim
ir comer um funje: ir a um lugar para almoçar

fazer boa muxima: lisonjear
puputar: tirar coisas do bolso de alguém sem o seu consentimento, roubar
xinguilar: estar sob influência dos espíritos
estar a xinguilar: entrar em transe

Ir xinguilar: gritar

Fazer xinguilamento: gritar; falar com maus modos

---

[52] Na forma *cudibota/curibota* há uma variação gráfica e a forma original está registada como:
kudibota, v. refilar; reclamar; acabar; resmungar; resmungar; perder-se; desaparecer; ir por água abaixo; reclamação. (Kamuxitu, 2008) aqui adequada à forma da língua de chegada já referida na nota anterior. Não sendo este o nosso objeto de análise preferimos não aprofundar, porém deixar claro que estas situações ocorrem várias vezes.

Deixar xinguilar: deixar de gritos

Deixar de xinguilar: parar com histeria

Querer xinguilar: querer ralhar

dar lengueno: fugir de uma responsabilidade

A descrição das funções comunicativas provenientes das formas linguísticas das línguas angolanas em uso no léxico do português resultou da necessidade do estudo que tem que ser feito para analisar os valores que essas formas tomam quando é difícil deduzir o sentido destas mediante os elementos que as compõem.

Para este trabalho o destaque recaiu sobre os angolanismos de origem Umbundo, Quicongo, Quimbundo e, excecionalmente, a língua Cokwe para função usada no início de conversa.

Assim, os angolanismos estudados desempenham as seguintes funções:

- **Para início de conversa**

Cumprimentar

- **As fórmulas de rotina**

Despedir-se de alguém;

Aceitar e/ou rejeitar desculpas de alguém;

Agradecer;

Convidar alguém para comer

- **Para realizar ações comunicativas**

Expulsar alguém

Separar-se de alguém

Ocupar (de forma ilegal)

Fugir (da responsabilidade